

Revista do IHGSE

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

Nº 50 | V. 2 | Aracaju-SE | 2020



ISSN: Edição eletrônica 2446-4856

ISSN: Edição impressa 1981-7347

VOLUME 2:

Dossiê Cultura escolar,
cultura política educacional e
comemorações no Brasil

Editores

Joaquim Tavares da Conceição (UFS/IHGSE)
João Paulo Gama Oliveira (UFS/IHGSE)

Conselho Editorial

Amâncio Cardoso dos Santos Neto (IHGSE e IFS)
Antônio Fernando de Araújo Sá (IHGSE e PROHIS-UFS)
Beatriz Góis Dantas (IHGSE e UFS)
Giliard da Silva Prado (IHGSE e UFU)
Joaquim Tavares da Conceição (IHGSE e PPGED-UFS)
José Vieira da Cruz (IHGSE e PPGH-UFAL)
Josefa Eliana Souza (IHGSE e PPGED-UFS)
Lourival Santana Santos (IHGSE e PROHIS-UFS)
Samuel Albuquerque (IHGSE e PROHIS-UFS)
Terezinha Alves Oliva (IHGSE e UFS)
Vera Lúcia Alves França (IHGSE e NPGeo-UFS)

Conselho Consultivo

Angela de Castro Gomes (UNIRIO)
Carla Mary S. Oliveira (UFPB)
Cristiano de Jesus Ferronato (Unit)
Diogo da Silva Roiz (UEMS)
Durval Muniz Albuquerque Júnior (UFRN)
Eliana Cristina Deckmann Fleck (UNISINOS)
Jaime de Almeida (UnB)
João Euripedes Franklin Leal (UNIRIO)
José Ibarê Costa Dantas (UFS/IHGSE)
Júnia Ferreira Furtado (UFMG)
Lília Moritz Schwarcz (USP)
Lisiane Sias Manke (UFPel)
Luis Alberto Romero (Universidad San Martín,
Argentina)
Luísa Tombini Wittmann (UDESC)
Mara Regina do Nascimento (UFU)
Maria Emília Porto (UFRN)
Mary Del Priore (UNIVERSO/IHGB)
Martha Campos Abreu (UFF)
Mauro Passos (PUC-MG)
Olga Rosa Cabrera Garcia (UFG)
Peter Burke (Cambridge University)
Regina Célia Gonçalves (UFPB)
Roger Chartier (Collège de France)
Roselusia Teresa de Moraes Oliveira (UFS)
Solyane Silveira Lima (UFRB)

Projeto Gráfico | Capa
Página 5 Serviços Editoriais
Débora Santos Santana
Jeane de Santana

Ilustração de Capa e Miolo
Heli Natã Alcântara Silva

Brasão da capa
Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

Selo de comemoração da edição nº 50 da revista
Jeane de Santana

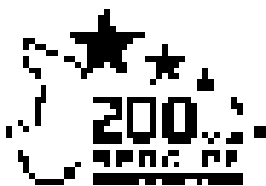
Diagramação



www.editoracodice.com.br
editora.codice@gmail.com

Jeane de Santana
Débora Santos Santana

APOIO



Revista do IHGSE

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

Fundado em 1912, reconhecido como de utilidade pública pela Lei Estadual no 694, de 9 de novembro de 1915, considerado de utilidade continental pela Resolução no 58, do Congresso Americano de Bibliografia e História, ocorrido em Buenos Aires, em 1916, reconhecido de utilidade pública pelo Decreto Federal no 14.074, de 19 de fevereiro de 1920, reconhecido de utilidade pública pelo Governo do Estado de Sergipe, pela Lei 5.464 de 11 de novembro de 2004, e reconhecido de utilidade pública pela Prefeitura Municipal de Aracaju, pela Lei 3.203 de 06 de outubro de 2004.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

NÚMERO 50

VOLUME 2:

Dossiê Cultura escolar, cultura política educacional e comemorações no Brasil

ISSN: Edição eletrônica 2446-4856

ISSN: Edição impressa 1981-7347

EDITORA

Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

Aracaju-SE | 2020

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe [recurso eletrônico] / IHGSE. –
Vol. 2, n.50 (2020)- . – Aracaju, SE : O Instituto, 1913-

Anual

Dossiê Cultura escolar, cultura política educacional e comemorações no Brasil

e-ISSN 2446-4856

1. Sergipe - História. I. Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

CDU 94(813.7)(05)

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe está indexada em: Sumários de Revistas Brasileiras - <http://www.sumarios.org/revistas/revista-do-instituto-hist%C3%B3rico-e-geogr%C3%A1fico-de-sergipe>



Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

*Rua Itabaianinha, nº 41,
Aracaju - Sergipe, 49010-190.*

Fundado em 6 de agosto de 1912

PRESIDENTES HONORÁRIOS

Governador do Estado de Sergipe
Belivaldo Chagas Silva

Presidente da Assembleia do Estado de Sergipe
Deputado Luciano Bispo de Lima

Presidente do Tribunal de Justiça de Sergipe
Desembargador Cezário Siqueira Neto

DIRETORIA

Presidente
Agláé D'Ávila Fontes

Primeira Vice- Presidente
Tereza Cristina Cerqueira de Graça

Segundo Vice-Presidente
Igor Leonardo Moraes Albuquerque

Secretário- Geral
José Rivadálvio Lima

Primeiro Secretário
Paulo Amado Oliveira

Segundo Secretário
Luiz Fernando Ribeiro Soutelo

Orador
Terezinha Alves de Oliva

Primeiro Tesoureiro
Saumíneo da Silva Nascimento

Segundo Tesoureiro
Lourival Santana Santos

Diretora do Arquivo e da Biblioteca
Rosângela Soares de Jesus

Diretora do Museu e da Pinacoteca
Verônica Maria Meneses Nunes

QUADRO SOCIAL

Sócios Honorários
Jackson da Silva Lima
Josué Modesto dos Passos Sobrinho

Sócios Beneméritos
Antonio Carlos Valadares
Edvaldo Nogueira Filho
João Alves Filho
João Gomes Cardoso Barreto
José Carlos Mesquita Teixeira
Luiz Eduardo de Magalhães
Maria do Carmo Nascimento Alves
Itamar Freitas de Oliveira
Verônica Maria Meneses Nunes
Gilton Feitosa Conceição
José de Oliveira Junior
Francisco Guimarães Rollemberg

Sócios Efetivos
Agláé D'Ávila Fontes
Adailton dos Santos Andrade
Afonso Barbosa de Souza
Albano do Prado Pimentel Franco
Amâncio Cardoso dos Santos Neto
Ana Conceição Sobral de Carvalho
Ana Maria do Nascimento Fonseca Medina
Anita Rocha Paixão Soutelo
Anselmo de Oliveira
Antônio Carlos dos Santos
Antônio Porfirio de Matos Neto
Antônio Carlos Sobral de Souza
Antônio Francisco de Jesus Saracura
Antônio Lindvaldo Souza
Antônio Samarone de Santana
Arionaldo Moura Santos
Beatriz Góis Dantas
Bruno Gonçalves Álvaro
Carlos Pinna de Assis
Cesar Augustus Santos Barbieri
Claudefranklin Monteiro Santos

Clea Maria Brandão de Santana
Cleiber Vieira Silva
Clóvis Barbosa de Melo
Cristina de Almeida Valença
Darcilo Melo Costa
Djaldino Mota Moreno
Edson Ulisses de Melo
Edmilson Menezes Santos
Ednalva Freire Caetano
Eduardo Antônio Seabra
Estácio Bahia Guimarães
Eugênia Andrade Vieira da Silva
Eva Maria Siqueira Alves
Evande dos Santos
Fábio Costa Figueroa
Fabrícia Oliveira Santos
Fernando José Ferreira Aguiar
Fernanda Cordeiro de Almeida
Francisco Joseh Alves dos Santos
Gerson Vilas Boas
Gilberto Francisco Santos
Gilvan Rodrigues dos Santos
Hélio José Porto
Igor Leonardo Moraes Albuquerque
Ilma Mendes Fontes
Irineu Silva Fontes Junior
Jane Alves Nascimento Moreira de Oliveira
Jane Guimarães Vasconcelos Santos
Jean Marcel d'Ávila Fontes de Alencar
Janaina Cardoso de Mello
João Francisco dos Santos
Joao Helio de Almeida
João Paulo Gama Oliveira
Joaquim Tavares da Conceição
José Alberto Pereira Barreto
José Anderson Nascimento
José Antônio Santos
José de Oliveira Brito Filho
José Francisco da Rocha
José Hamilton Maciel Filho
José Hamilton Maciel Silva Filho
José Ibarê Costa Dantas
José Lima Santana
José Rivaldávio Lima
José Vieira da Cruz
José Wilson Moura Santos
Josefa Eliana Souza
Kleber Luiz Gavião Machado de Souza
Latan de Lins Wanderley
Lauro Cruz dos Santos
Lenalda Andrade Santos
Lilian de Lins Wanderlei
Lorena de Oliveira Souza Campello
Lourival Santana Santos
Lucio Antônio Prado Dias
Luiz Fernando Ribeiro Soutelo
Luiz Vieira Lima
Luiz Alberto dos Santos
Luzia Maria da Costa Nascimento
Manoel Alves de Souza
Magno Francisco de Jesus Santos

Marcelo da Silva Ribeiro
Marcia Carvalho da Silva
Maria Ligia Madureira Pina
Marcos Antônio de Melo
Marcos Antônio Almeida Santos
Marcos Antônio de Melo
Maria da Glória Santana de Almeida
Maria Neide Sobral da Silva
Mário Luiz Britto Aragão
Marlene Alves Calumby
Mary Nadja Freire de Almeida Seabra
Murilo Mellins
Neuza Maria Góis Ribeiro
Nilton Pedro da Silva
Patrícia Veronica Nunes Carvalho Sobral de Souza
Paulo Amado Oliveira
Petrônio Andrade Gomes
Rafael Santana Rosa cerqueira
Ricardo de Oliveira Lacerda
Rômulo de Oliveira Silva
Rosângela Soares de Jesus
Rusel Marcos Batista Barroso
Samuel Barros de Medeiros Albuquerque
Saumineo da Silva Nascimento
Sayonara Rodrigues do Nascimento
Suely Cristina Silva Souza
Sura Souza Carmo
Tadeu Cunha Rebouças
Tereza Cristina Cerqueira da Graça
Terezinha Alves de Oliva
Vera Lúcia Alves França
Vilder Santos
Wagner Gonzaga Lemos
Wanderlei de Oliveira Menezes
Wanderfranklin Rolim de Almeida Santos

QUADRO DE FUNCIONÁRIO

José Carlos de Jesus (Serviços Gerais)

ESTAGIÁRIOS BOLSISTAS

Milena Rocha Conceição
Glauro Ferreira Gomes
Gabrielle Reis de Oliveira
Rodrigo Juscelino Nascimento dos Santos
Josielia Santos Oliveira
Wesley Michael Santos de Oliveira
Paulo Henrique Reis Neves

MUSEÓLOGIA VOLUNTÁRIA

Laís Daiane Santos

VOLUNTÁRIOS

Adriano Fontes Azevedo
Catarina Augusta Cavalcante Costa
Telma Santos
Rosivaldo Alves

Sumário

Editorial

10 *João Paulo Gama Oliveira*
Joaquim Tavares da Conceição

Volume 2

Dossiê Cultura escolar,
cultura política educacional
e comemorações no Brasil

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ

14 *Magno Francisco de Jesus Santos*

DOSSIÊ

Independência: celebrações,
memórias e símbolos

17 *Beatriz Góis Dantas*

“Por trás daquele quadro tem
vida!” A interpretação de uma atriz
sobre a UFS e a arte representada
no painel de Jenner Augusto

39 *Danielle Virginie*
Eliana Souza

A “Pedagogia da feira”: práticas
culturais e educacionais do Colégio
Deputado Elísio Carmelo

60 *Maria José Dantas*
Cleany Oliveira de Jesus

Dia de festa na Penitenciária
Modelo de Aracaju: a participação
dos estudantes da Faculdade de
Direito de Sergipe no ‘Dia do
Encarcerado’ (1951-1968)

83 *Marcia Terezinha J. Oliveira Cruz*

Memórias Escolares de uma
Celebração Identitária: O Desfile
de 25 de Junho em Cachoeira-BA

“Uma das mais bellas páginas de
vosso brilhante passado”: Barão
Homem de Melo, o IHGSE e a
invenção do herói de Aracaju (1917)

SEÇÃO LIVRE

Identidade e pertencimento nas
memórias de estudantes egressos
do Colégio de Aplicação da UFS

Fontes e acervos na escrita
da história de uma instituição
educacional: o lugar do Centro de
Educação e Memória do Atheneu
Sergipense (CEMAS)

SEÇÃO COMEMORATIVA: *Homenagem*

Nélson de Araújo: Um Exílio em
Terras Baianas

RESENHA

A Gente de Palmares, Gente
Sergipana

110 *Sérgio Armando D. Guerra Filho*
Solyane Lima

126 *Magno Francisco de Jesus Santos*

156 *Joaquim Tavares da Conceição*
Rísia Rodrigues Silva Monteiro
Anne Emilie Souza de Almeida Cabral
Rafaela Cravo de Melo

178 *João Paulo Gama Oliveira*
Eva Maria Siqueira Alves
Rosemeire Marcedo Costa
Simone Silva da Fonseca

205 *Lourdisnete Benevides*

220 *Terezinha Alves de Oliva*

Editorial

Em 2020, o segundo volume do número 50, da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe dá continuidade ao propósito do IHGSE de rememorar e celebrar o Bicentenário da Independência de Sergipe.

Assim, temos a satisfação de apresentar aos leitores um dossiê, formado por artigos que apresentam diferentes perspectivas de análise historiográfica da cultura escolar, culturas políticas educacionais e as celebrações escolares; a seção livre, composta por dois artigos que também evidenciam aspectos do cenário educacional sergipano e o fechamento do volume com um texto de homenagem e uma resenha.

O volume inicia com a apresentação do dossiê “Cultura escolar, cultura política educacional e comemorações no Brasil”, escrita pelo coordenador do dossiê, o professor Magno Francisco de Jesus Santos, do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que também oferece uma importante contribuição à revista ao coordenar um conjunto de artigos que refletem a respeito das “[...] dimensões da historiografia educacional contemporânea, no âmbito das celebrações do bicentenário da Emancipação Política de Sergipe [...]”. Desse modo, os leitores serão ilustrados com os artigos de Beatriz Góis Dantas, “Independência: celebrações, memórias e símbolos”; Danielle Virginie Santos Guimarães Marinho e Eliana Souza, “Por trás daquele quadro tem vida!”; Maria José Dantas, “A pedagogia da feira”; Marcia Terezinha J. Oliveira Cruz, “Dia de festa na Penitenciária Modelo de Aracaju”; Solyane Silveira Lima e Sérgio Armando D. Guerra Filho, “Memórias Escolares de uma Celebração Identitária”; Magno Francisco de Jesus Santos, “Uma das mais *bellas* páginas de vosso brilhante passado”.

O volume continua com a seção livre, composta por dois artigos resultantes de esforços coletivo de grupos de pesquisa em torno de investigações que tomam como objeto o cenário educacional sergipano. O primeiro, intitulado “Identidade e pertencimento nas memórias de estudantes egressos do Colégio de Aplicação da UFS”, de Joaquim Tavares da Conceição, Rísia Rodrigues Silva Monteiro, Anne Emilie Souza de Almeida Cabral





e Rafaela Cravo de Melo, em que os autores investigam “[...] percepções de estudantes egressos do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe – do final dos anos 70 até o decorrer dos anos 80 do século XX – a respeito dos espaços, acontecimentos e sujeitos da cultura do colégio”. Em sequência, os autores João Paulo Gama Oliveira, Eva Maria Siqueira Alves, Rosemeire Marcedo Costa e Simone Silva da Fonseca, escrevem o artigo “Fontes e acervos na escrita da história de uma instituição educacional: o lugar do Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (CEMAS)”, em que apresentam pesquisa a respeito das “[...] fontes utilizadas para a escrita de dissertações e teses que tomaram o Atheneu Sergipense como *locus* investigativo em distintas perspectivas”. O texto também é uma homenagem aos 150 anos que a instituição educacional de ensino secundário celebra em 2020.

O volume também conta com o texto escrito pela professora e pesquisadora do PPGCULT/UFS, Lourdisnete Silva Benevides, em homenagem ao escritor Néelson Correia de Araújo. Já na seção “resenha”, a historiadora e oradora do IHGSE, Terezinha Oliva, nos brinda com a resenha da obra “A ‘Gente de Palmares’ e os outros” de autoria de Paulo Valadares. A meticulosa análise da pesquisadora conclui que o livro “[...] consegue ser a biografia de um sujeito coletivo que é, no fundo, a gente sergipana”.

Por fim, os editores da revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe agradecem aos autores que encaminharam seus escritos para publicação nesse periódico, e convidam os leitores a explorar as diferentes contribuições e pesquisas apresentados nesse volume.

Uma agradável e proveitosa leitura a todos!

João Paulo Gama Oliveira

Joaquim Tavares da Conceição

Editores da Revista do IHGSE

Junho de 2020

Nº 50 | Volume 2

Dossiê cultura escolar, cultura política
educacional e comemorações no Brasil





DOSSIÊ

Dossiê cultura escolar, cultura política educacional e
comemorações no Brasil

**Apresentação:
Dossiê cultura escolar,
cultura política educacional e
comemorações no Brasil**

Magno Francisco de Jesus Santos

8 de julho de 1920. Há cem anos, o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe realizava a sua sessão solene em comemoração do centenário da Emancipação política de Sergipe, em um evento que reuniu número significativo de autoridades políticas, militares e religiosas, incluindo o presidente da República. Naquela ocasião, o sodalício reafirmava o seu lugar institucional, de defensor da memória, de celebração dos heróis, da história e das efemérides de Sergipe.

Mesmo vivenciando um contexto socioeconômico desfavorável, após uma guerra mundial e uma grande epidemia de gripe espanhola, a emancipação política foi amplamente festejada pelos sergipanos, tanto em instituições científicas, como o IHGSE, quanto nas instituições escolares, por meio dos pomposos desfiles cívicos. Muitos desses aspectos foram registrados no quinto volume da Revista do IHGSE, publicado em 1920. Infelizmente, a escrita sobre as efemérides, comemorações, festas cívicas e cotidiano escolar demoraram em se tornar objetos reconhecidos como legítimos para a história, sendo muitas vezes considerados objetos menores.

Felizmente, essa realidade historiográfica tem mudado consideravelmente. Desde a década de 80 do século XX a historiografia educacional brasileira vem passando por um importante processo de renovação, a partir das discussões pautadas na compreensão da cultura escolar, fato que possibilitou a inserção do cotidiano escolar como problema histórico, bem como a edificação do protagonismo de outros sujeitos da História da Educação. Assim, emergem as experiências de professores, alunos e inspetores como sujeitos da história. Do mesmo modo, as práticas educacionais passam a ser vislumbradas nas instituições escolares, com ênfase para o cotidiano escolar, mas também buscando outras narrativas possíveis, como os desfiles cívicos, as feiras e as exposições.

Com isso, foram amplificadas as possibilidades de leitura do cotidiano escolar, com a inserção das políticas educacionais e das culturas políticas educacionais pensadas e difundidas no espaço escolar. Pen-



sando em tais dimensões da historiografia educacional contemporânea, no âmbito das celebrações do bicentenário da Emancipação Política de Sergipe, apresentamos a nova edição da prestigiada Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. O dossiê reúne artigos que têm a cultura escolar, as culturas políticas educacionais e as comemorações como problema de investigação.

O dossiê é aberto com o empolgante artigo da Professora Beatriz Góis Dantas “Independência: celebrações, memórias e símbolos”. Trata-se de um texto que a partir das memórias de Serafim Santiago, descreve e analisa as celebrações de 24 de outubro em descompasso com 8 de julho, data do Decreto Real que declara a autonomia, e mostra a elaboração de símbolos no contexto de construção do imaginário social da identidade coletiva emergente. Além disso, a antropóloga sergipana discute como o hino sergipano e a representação do caboclo/índio formam uma unidade significativa com funções cívico-pedagógicas procurando atingir mentes e corações.

O segundo texto que compõe o dossiê é intitulado “Por trás daquele quadro tem vida!”, escrito pelas pesquisadoras Danielle Virginie e Josefa Eliana Souza. É um texto que busca atribuir sentido a parte da narrativa visual do painel Instrução, Cultura, Ciência e Arte, pintado por Jenner Augusto e entregue à Universidade Federal de Sergipe em 10 de junho de 1980. É uma interessante leitura que parte do cruzamento de olhares artísticos, e que tem como fonte principal a entrevista com a atriz Virginia Lucia da Fonseca.

O terceiro artigo, intitulado “A Pedagogia da Feira”, de Maria José Dantas, é um exercício de escrita da História da Educação que repensa o cotidiano escolar e enfatiza a feira cultural do Colégio Deputado Elísio Carmelo, evidenciando a existência de uma “Pedagogia da Feira” no processo de aprendizagem. A investigação se debruça sobre a escola, retratando o surgimento da atividade e apontando reflexões sobre a prática educativa.

Os três últimos artigos que compõem o dossiê apresentam as comemorações como problema de investigação. Com o texto “Dia de festa na Penitenciária Modelo de Aracaju”, Marcia Terezinha Oliveira Cruz investiga a participação dos estudantes da Faculdade de Direito de Sergipe (FDS) nas atividades comemorativas integrantes do “Dia do Encarcerado”, realizadas na Penitenciária de Aracaju entre os anos de 1950 e 1968. Era um evento organizado por meio da atuação da Sociedade Santo Ivo, entidade que congregava professores da FDS e os acadêmicos em Direito. Trata-se de um texto que busca desvendar o cotidiano de uma instituição de ensino superior em Sergipe.

Por meio do artigo “Memórias Escolares de uma Celebração Identitária”, Solyane Lima e Sérgio Guerra analisam a importância do Desfile de 25 de junho no cotidiano escolar na cidade de Cachoeira, no recôncavo

da Bahia. Esta celebração é uma data importante não só para a localidade, mas para a Bahia, posto que, há alguns anos, a sede do governo é transferida para a cidade nesse dia. É um estudo que repensa o lugar das comemorações em uma das principais datas do calendário cívico baiano.

Por fim, no artigo “Uma das mais bellas páginas de vosso brilhante passado”, Magno Santos analisa as comemorações de inauguração do monumento a Inácio Joaquim Barbosa, fundador da cidade de Aracaju, nos idos de 1917. O foco da análise foi a mobilização de intelectuais que operacionalizaram diferentes atributos no intuito de forjar a biografia de Inácio Barbosa como herói da cidade e torná-lo apto para o culto cívico.

Por meio desta edição, o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, através de seu periódico, cumpre com a missão institucional de cultora da história sergipana e de ser o espaço privilegiado dos saberes históricos de homens e mulheres deste chão. Mesmo em um contexto permeado de incertezas acerca do porvir, em decorrência da lamentável proliferação da pandemia do coronavírus, devemos seguir o exemplo dos confrades de 1920 e celebrar a data magna dos sergipanos. Como bem expressa o hino estadual, “Alegrai-vos, sergipanos”. “Vamos festejar” e fazer boa leitura da nova edição da Revista do IHGSE.

Magno Francisco de Jesus Santos

Natal, maio de 2020



Independência: Celebrações, Memórias e Símbolos¹

Beatriz Góis Dantas²

Resumo

A celebração do bicentenário da independência política de Sergipe motiva a rememoração sobre as formas de comemorar o evento no passado. A partir das memórias de Serafim Santiago, o trabalho descreve e analisa as celebrações de 24 de outubro em descompasso com 8 de julho, data do Decreto Real que declara a autonomia, e mostra a elaboração de símbolos no contexto de construção do imaginário social da identidade coletiva emergente. O Hino Sergipano e a representação do caboclo/índio formam uma unidade significativa com funções cívico-pedagógicas procurando atingir mentes e corações. O texto também mostra como elementos dessas comemorações estão hoje integrados à vida e à cultura de Sergipe.

Palavras-chave: Independência de Sergipe, Hino Sergipano, celebrações de 24 de outubro, símbolos oficiais, representações de índios.

- 1 Versão preliminar deste trabalho foi apresentada como palestra de abertura do Simpósio do XLV Encontro Cultural de Laranjeiras, em janeiro de 2020.
- 2 Antropóloga, professora emérita da Universidade Federal de Sergipe, sócia do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e membro da Academia Lagartense de Letras.
E-mail: beatrizgoisdantas@gmail.com



Independencia: Celebraciones, Memorias y Símbolos

Independencia: Celebraciones, Memorias y Símbolos

18



Abstract

The celebration of Sergipe's political independence bicentenary motivates the need on recollecting the ways of commemorating the event in the past. Based on Serafim Santiago's memoirs, the work describes and analyzes the differences between October 24 and July 8 (date of the Royal Decree that declares autonomy) celebrations, showing the elaboration of symbols in the construction of the social imaginary of collective's identity that was emerging. The Sergipe's Hymn and the representation of the caboclo / Indio form a significant unit with civic-pedagogical functions aiming to reach minds and hearts. The text also shows how elements of these celebrations are now integrated into Sergipe's life and culture.

Keywords: Sergipe's Independence, Sergipe's Hymn, October 24th celebrations, official symbols, Indians' representations.

Resumen

la celebración del bicentenario de la independencia política de Sergipe motiva la rememoración sobre las formas de conmemorar el evento en el pasado. Desde las memorias de Serafim Santiago, el trabajo describe e investiga analiza las celebraciones de 24 de octubre en descompaso con 8 de julio, fecha del Decreto Real que declara la autonomía, y muestra la elaboración de símbolos en el contexto de construcción del imaginario social de la identidad colectiva emergente. El Himno Sergipano y la representación del caboclo/indio forman una unidad significativa con funciones cívico-pedagógicas procurando alcanzar mentes y corazones. El texto también muestra como elementos de esas conmemoraciones están hoy integrados a la vida y a la cultura de Sergipe.

Palabras-llave: Independencia de Sergipe, Himno Sergipano, celebraciones de 24 de octubre, símbolos oficiales, representaciones de indios.

As celebrações fazem parte da vida das sociedades, são importantes elementos no processo de afirmação identitária das comunidades e de integração dos indivíduos no corpo social de que são parte. São também momentos de construção ou reafirmação de símbolos.

Imbuída por esse espírito comemorativo do bicentenário da independência política de Sergipe, e considerando que os modos de celebrar variam ao longo tempo, a proposta deste trabalho é apresentar a forma pela qual os sergipanos do século XIX comemoravam a independência da terra natal, identificando elementos significativos no campo do imaginário, como a criação e/ou fixação de símbolos importantes na construção da identidade emergente (BACKSO, 1985; CARVALHO, 1990). Também indica como elementos dessas celebrações estão hoje integrados à vida e à cultura de Sergipe, através de símbolos oficiais e de expressões populares.

Entre o 8 de julho e o 24 de outubro

O instrumento legal que declarou a autonomia política de Sergipe em relação à Bahia foi a Carta de Dom João VI, rei de Portugal então residente no Brasil, datada de 8 de julho de 1820, endereçada ao governante da Capitania da Bahia, em que declara: “Hei por bem por Decreto da data desta, isentá-la [a capitania de Sergipe] absolutamente da sujeição em que até agora tem estado”.³

Alguns anos se passaram até que a nova entidade política tivesse sua autonomia reconhecida, processo esse que coexiste e se cruza com as lutas pela independência do Brasil, retardando a normalização da vida política de Sergipe, bem como as celebrações mais visíveis e registradas de um fato marcante na história local. Quando isso ocorre, já na década de 30 (1836), as comemorações são realizadas em 24 de outubro, enquanto o 8 de julho permanece em esquecimento.

Petição de um cidadão sancristovense, datada de 1836, solicitando à Câmara Municipal de São Cristóvão autorização para a apresentação de grupos de mascarados nas ruas durante o período que antecede o 24 de outubro, afirma ser este o dia em que se celebra a independência de Sergipe.⁴ Pela primeira vez, a data é comemorada festivamente em São Cristóvão, então capital, dando início a uma tradição que se alonga por mais de um século, conquistando mentes e corações dos sergipanos e incluindo rituais de celebração da identidade emergente.

3 Ver transcrição da Carta Régia na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (1920, p. 9), edição comemorativa do Primeiro Centenário da Independência de Sergipe.

4 Requerimento de João Firminiano dos Santos Forte à Câmara de São Cristóvão, referido no *Noticiador Sergipense* de 27 de setembro de 1836. Apud. Nunes (2000, p. 253).

Em 1839, as comemorações do 24 de outubro são legitimadas pelo poder público, que declara a data como feriado, e as festividades se difundem para todo o estado. Segundo Thétis Nunes, que muito pesquisou o assunto:

Os jornais da época imperial e dos começos da República registram as festividades realizadas que marcavam o 24 de outubro: comemorações nas escolas, desfiles populares, apresentações de mascarados, bailes em Palácio, não só na capital como no interior. Após a Proclamação da República, tornou-se a data escolhida para a posse dos presidentes eleitos (NUNES, 2000, p. 242).

Todavia, já no final do século XIX, quando a data era efusivamente festejada, surgiram dúvidas sobre os motivos das celebrações de outubro. Em 1897, a Assembleia Legislativa encarregou Laudelino Freire de esclarecer a questão, e ele deu parecer do qual resultou uma lei que proclamava o 8 de julho como feriado, por ser o dia da independência de Sergipe. Entretanto, confirmava o feriado de 24 de outubro, criado desde 1839, mantido como “data histórica de reparação da independência de Sergipe”, consagrada pelo povo (NUNES, 2000, p. 245).

Durante mais de um século, Sergipe conservou oficialmente essa dupla inserção no calendário cívico de celebração de sua independência. Em 1920, no primeiro centenário da emancipação, trava-se um “combate de datas”. Enquanto o Instituto Histórico e Geográfico comemorava o evento em 8 de julho, o governo do Estado, então presidido pelo presidente Pereira Lobo, celebrava festivamente o 24 de outubro (DANTAS, 2012, p. 82-83). Essa duplicidade de data comemorativa foi ratificada inclusive pela Constituição estadual de 1989, até que no ano 2000, por emenda constitucional, declara-se feriado estadual o 8 de julho, data consagrada à independência de Sergipe,⁵ enquanto o secularmente festejado 24 de outubro, que ao longo da segunda metade do século XX perdera importância, não mais figura como feriado e vai sendo reconhecido como o dia da sergipanidade.

Os pesquisadores muito se esforçaram na busca de um fato histórico para esclarecer as razões dessas festividades de 24 de outubro, consagradas pelo povo e ratificadas pelo poder público, como sendo o dia da independência de Sergipe. Muitas hipóteses foram levantadas e descartadas. Por exemplo, Felisbello Freire (2013, p. 285) vê o 24 de outubro como a

5 O artigo 269 da Constituição Estadual de 1989 estabelecia: “Serão feriados estaduais os dias 08 de julho e 24 de outubro, datas consagradas à Independência de Sergipe e à comemoração popular e tradicional da mesma independência”. Em 2000, por emenda constitucional, o referido artigo passou a ter a seguinte redação: “Será feriado estadual o dia 08 de julho, data consagrada à independência de Sergipe”. Agradeço a Rivadálvio Lima a pesquisa desses dados na Assembleia Legislativa.

data em que Carlos César Burlamarque teria sido nomeado para governar a nova capitania. Esta também era a versão de José Pinto de Carvalho, português contemporâneo dos acontecimentos da independência. Mas o argumento cai por terra com a declaração do próprio Burlamarque ao afirmar que sua nomeação tem outra data. Para Thetis Nunes (2000, p. 243), 24 de outubro foi a data em que a Câmara de São Cristóvão teria tomado conhecimento da Carta Régia de Dom João VI datada de 8 de julho concedendo a independência de Sergipe.

O certo é que não há, até então, nenhum fato histórico conhecido e convincente que justifique as comemorações de 24 de outubro iniciadas em 1836. Às vezes, a dualidade de datas sugere a atuação de facções políticas em disputa por legitimidade e construção de hegemonia, mas seja o que for, certamente as celebrações do 24 de outubro são importantes, pois ajudam a pensar e procurar entender os fundamentos simbólicos da vida social, sobre os quais repousam as comemorações aludidas.

Celebrações nas memórias de Serafim Santiago

Para tratar das antigas comemorações cívicas realizadas no dia 24 de outubro durante o século XIX, valho-me da rica narrativa memorialística de Serafim Santiago publicada com o título do manuscrito original *Anuário Christovense ou Cidade de São Cristóvão*.⁶

Figura 1. Serafim Santiago



Fonte: SANTIAGO (2009, p. 11).

6 Escrito no primeiro quartel do século XX, o manuscrito tornou-se acessível como livro no início do século XXI: Santiago (2009).

Serafim Santiago (1859-1932) era sancristovense e funcionário público que, identificando-se como “investigador de antiguidades” e “antiquário apaixonado”, fez de São Cristóvão, a antiga capital de Sergipe, o principal objeto de sua escrita. Segundo o autor, o manuscrito destinava-se a circular no espaço doméstico, como presente deixado para os seus descendentes que, vez por outra, também aparecem na narrativa, numa curiosa mistura entre passado e presente, entre público e privado, apresentando-se como um bom exemplo do fluxo da memória que quando jorra põe em evidência “pontos onde a significação da vida se concentra” (BOSI, 1979, p. 337).

Serafim Santiago consultou historiadores, ouviu velhos informantes, entre os quais João Nepomuceno Borges, o conhecido João Bebe Água,⁷ que nunca se conformou com a mudança da capital para Aracaju, e a estas informações, ajuntou suas próprias lembranças, escrevendo à mão mais de 300 páginas. Do texto manuscrito, há duas cópias, melhor dizendo duas versões, pois há algumas diferenças entre elas. Uma está no Instituto Tobias Barreto na Universidade Tiradentes (UNIT, antigo acervo de Luiz Antônio Barreto); a outra se encontra no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE). Foi a partir dos originais do IHGSE que o *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão* foi publicado pela Universidade Federal de Sergipe em 2009. Trabalho feito por muitas mãos, a edição respeita a grafia original (edição paleográfica) e permitiu o acesso público a esse importante documento sobre as comemorações realizadas em Sergipe para celebrar a sua independência.

Entre muitos outros assuntos, o livro trata da fundação de São Cristóvão e de sua história, de seu santo protetor, da construção e reconstrução dos templos centenários, suas ruas e praças, dos governantes, de personagens destacados e de pessoas do povo, de lendas, de coisas prosaicas do cotidiano da cidade e de suas festas. São estas que interessam no momento, descritas pelo autor segundo a sequência do tempo ordenado pelo calendário civil que divide o ano em 12 meses.

Ao estabelecer uma relação entre calendários e festas, Serafim Santiago introduz na sua escrita um dado fundamental na compreensão das sociedades. Como ensina Le Goff:

Uma função essencial do calendário é a de ritmar a dialética do trabalho e do tempo livre, o entrecruzamento dos dois tempos: o tempo regular, mas linear do trabalho, mais sensível às mudanças históricas, e o tempo cíclico da festa, mais tradicional, mas permeável às mudanças da história (LE GOFF, 1984, p.282).

7 João Nepomuceno Borges foi incorporado à tradição oral dos sergipanos como bebereão, daí o apelido de João Bebe Água. Hoje, reabilitado como figura de destaque na antiga capital, conforme pesquisas de Thiago Fragata, sabe-se que nasceu em 1823, foi vereador em 1864 e Juiz de Paz em São Cristóvão em 1893. Disponível em: <http://museuhsergipe.blogspot.com/2013/03/revisao-na-biografia-de-joao-bebe-agua.html>. Acesso em janeiro de 2020. Agradeço a Thiago o empenho em identificar, por solicitação minha, a localização das antigas ruas de São Cristóvão.

No dizer de Carlos Rodrigues Brandão (1989, p. 8), “por causa dos mais diversos motivos, eis que a cultura de que somos ator-parte interrompe a sequência do correr dos dias da vida cotidiana e demarca momento de festejar”.

Mas o que se festejava na antiga São Cristóvão dos tempos de Serafim Santiago? Quais eram os dias de festas? Nesse contexto, como se situavam as celebrações da independência de Sergipe?

Calendário de festas da Cidade de São Cristóvão – Século XIX

Mês	Festas E Celebrações
Janeiro	Dia de Reis (Taieira, Chegança, Cacumbi).
Fevereiro	Entrudo (Carnaval) Dia de Cinzas, Quaresma, Procissão de Passos (móvel).
Março	[Semana Santa] nenhum registro.
Abril	Semana Santa (móvel).
Maio	Invenção da Santa Cruz, Ascensão do Senhor, N. Sra. da Pureza, Exaltação da Santa Cruz.
Junho	Santo Antônio, São João e São Pedro, Coração de Jesus, <i>Corpus Christi</i> .
Julho	Visitação de N. Sra. e visita festiva ao Hospital da Misericórdia, “ arrumamento ” em frente ao Palácio (dia 2), Triunfo da Santa Cruz e N. Sra. do Carmo.
Agosto	N. Sra. do Amparo, Assunção de N.Sra., N. Sra. da Boa Morte.
Setembro	Independência do Brasil (7 de setembro) , Festa da padroeira N. Sra. da Vitória, Festa de Senhor dos Passos.
Outubro	N. Sra do Rosário, São Francisco, Independência de Sergipe (24 de outubro) .
Novembro	Finados, Santa Cecília.
Dezembro	Nossa Senhora da Conceição, Natal.

Fonte de dados: Serafim Santiago (2009)

Serafim Santiago apresenta um calendário inflado com festas de santo, como era usual no Brasil à época. Membro da Irmandade do Amparo, conhecedor das celebrações litúrgicas, ao lado das muitas celebrações religiosas, cita algumas de cunho cívico. No mês de julho registra, no dia 2, a festa de Visitação de Nossa Senhora à sua prima Santa Isabel e a visita ao Hospital da Misericórdia. Acrescenta, porém, que na tarde deste dia, o presidente mandava a tropa fazer exercícios em frente ao Palácio (“arrumamento”, segundo o povo), em regozijo à entrada do exército pacificador na Bahia em 1823.⁸ Nada registra, porém, sobre o 8 de julho.

As datas cívicas de maior destaque pelas comemorações são o Sete de Setembro e o 24 de Outubro. A primeira celebrava a Independência do Brasil e ele a descreve com a presença de grupos de rapazes fantasiados de negros e índios a simular lutas, numa encenação que era conhe-

8 No processo de independência do Brasil, as lutas persistiram na Bahia até 1823, quando se deu a expulsão das últimas tropas portuguesas lideradas pelo General Madeira de Melo.

cida como Quilombo, ou Lambe-sujo, como era denominada pelo povo. A segunda celebrava a independência de Sergipe, e será tratada com mais vagar. O espaço entre as duas grandes festas cívicas na São Cristóvão do século XIX era preenchido por grupos de mascarados que, nos domingos e feriados, se apresentavam nas ruas teatralizando situações históricas ou cenas do cotidiano em tom jocoso e burlesco marcado por ironias. Às vésperas do 24 de outubro, porém, as farsas eram interrompidas e o tom da celebração se fazia cerimonioso. Depois da mascarada, acontecia a festa formal marcada pela grandiosidade e efervescência popular do 24 de outubro, observando-se, no plano local, as sequências rituais registradas no Brasil por Roberto da Matta (1979).

Baseando-se na tradição oral de velhos, Serafim Santiago registra a primeira festa de celebração de independência de Sergipe ocorrida em 24 de outubro de 1836, na cidade de São Cristóvão, então capital da província. Nessa ocasião, por iniciativa do presidente, colocou-se no frontispício do quartel militar, então reedificado, a estátua do índio Seregipe, cacique do tempo da conquista e tido como símbolo de liberdade.

O trajecto da estátua foi feito em um rico carro triunphante que percorreu algumas ruas da antiga Cidade, representando n'elle, não só a bem esculpida estatua do Cacique Seregipe que ia ser collocado, como o jovem christovense - Pedro Amancio d'Almeida Motta, ali conhecido por "Pedrinho Motta" caprichosamente vestidinho de caboclo, que gozando de boa voz, entoava o Hymno Sergipano, este que foi escripto pelo poeta latinista Sergipano, Capitão Manoel Joaquim de Oliveira Campos e publicado no exemplar nº 148 do Jornal da Capital - "Noticiadôr Sergipano", no anno de 1836; e com sua sublime musica tão delectavel é composição do inesquecível christovense - Frei José de Santa Cecilia.(SANTIAGO, 2009, p. 284)⁹

Nesse contexto, ao lado da aposição da estátua do cacique, o grande destaque é o Hino Sergipano recentemente criado e cantado por um caboclo, menino caracterizado como índio, a indicar que a festa era um feixe de símbolos que anunciava tempo de identidades emergentes.

A celebração de 1836, acima descrita sucintamente, repetiu-se por anos a fio, certamente embalada pelo feriado decretado desde 1839. O 24 de outubro tornou-se data festiva no calendário cívico de Sergipe, passou a denominar importantes logradouros públicos e data preferencial para inaugurações de obras governamentais mais expressivas.¹⁰ Era a data maior da Província, a da celebração de sua independência, comemorada com festas que se repetiam nos municípios.

9 Outras informações sobre as celebrações de 1836 são registradas por Lima Júnior (1920).

10 A inauguração do importante estabelecimento de ensino Atheneu Sergipense ocorreu em 24 de outubro de 1870, para saber mais sobre o Atheneu Sergipense ver Alves (2005).

Em 1874 ou 1875,¹¹ quando a cidade de São Cristóvão já não era mais a capital de Sergipe, transferida que fora em 1855 para Aracaju, o memorialista Serafim Santiago tomou parte ativa em uma das últimas edições da festa realizada em São Cristóvão. Ele, que durante a juventude integrara outras festividades, como membro da comissão organizadora em 1875, participou dos bastidores da celebração e deixou um relato muito detalhado aqui apresentado resumidamente ressaltando a imponência e a grandiosidade da comemoração. Ela ocorre num momento em que no plano nacional, sob o influxo do romantismo, os índios idealizados do passado ganhavam o *status* de símbolo da nação e as grandes festas ajudavam a divulgar esses símbolos junto com a figura do Imperador Dom Pedro II por todo o Império.¹²

A grandiosidade da comemoração de 24 de outubro realizada em meados dos anos 70 de Oitocentos é atestada pelas dez comissões especiais que ficaram encarregadas de preparar o evento, quantidade indicativa de que a festa se fazia com forte envolvimento da população. Convocadas pelo bacharel Francisco José Martins Pena,¹³ havia comissão de donativos, ornamentação do palanque e da praça da Matriz, batalhão dos lanceiros, batalhão dos caboclos, grupo dos encamisados ou cavahada, música marcial, decoração do carro triunfante, decoração da matriz, iluminação da cidade, ornamentação do teatro e de contato com autoridades religiosas encarregadas dos sermão da missa e de cantar o *Te Deum*. Entre os membros das comissões figuravam Serafim Santiago e João Nepomuceno Borges, o conhecido João Bebe Água.

A narrativa dessa festa se estende por quase 10 páginas do livro de Serafim Santiago. É um relato muito minucioso que aqui figura, contudo, de forma resumida, mas procurando contemplar todos os elementos que compõem as festividades.¹⁴

11 O autor declara que não lembra ao certo o ano da festa, se 1874 ou 1875, para facilitar, convençionei 1875 como o da celebração descrita.

12 Sobre a figura do Imperador e sua relação com índios, ver Amoroso e Saez (1995) e Porto Alegre (1994). Sobre as festas do período imperial, ver Schwarcz (2001) e Ribeiro (1995).

13 Francisco José Martins Pena Júnior (1837-1884), bacharel formado em Recife, foi advogado, delegado de polícia e deputado em Pernambuco. Em Sergipe, foi deputado em várias legislaturas e juiz municipal e de órfãos do termo da Capela e em São Cristóvão, onde decidiu viver. Colaborou com a imprensa e escreveu discursos e algumas obras de teatro. Cf. Guaraná (1925).

14 A descrição vai da p. 284 a 293 do livro de Serafim. Durante a apresentação deste texto como palestra no XLV Encontro Cultural de Laranjeiras em janeiro de 2020, Aglaé Fontes, nossa artista da palavra, fez uma leitura dramatizada da descrição da festa, enquanto iam sendo projetadas algumas imagens da cidade de São Cristóvão anunciadas no trajeto do cortejo. Eram fotos coletadas de várias fontes, mas sobretudo do Álbum de Sergipe, de Clodomir Silva, publicado em 1920, por ocasião do primeiro centenário da nossa independência, obra agora republicada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

As comemorações de 1875: uma descrição resumida

A festa começava de véspera. No início da noite, do dia 23, o repique dos sinos das igrejas era o sinal convencional para que se iluminassem a fachada das casas, já tendo a comissão fornecido lanternas e velas às pessoas pobres que não podiam fazer esta despesa. O palanque armado na praça da Matriz também estava bastante iluminado. Em frente ao convento dos capuchinhos, reuniam-se homens montados em “finos cavallos bem aparelhados com ricas mantas e peitoral, contendo muitos guisos ou cascaveis pequenos, que com o andar dos animais, formavam uma bonita consonancia” (p. 286). Todo o pessoal estava vestido de branco com chapéus de palha da terra, e levava nas mãos lanternas com inscrições apropriadas ao dia. Esses cavaleiros que formavam as “encamisadas” seguiam para a porta da matriz, para onde também convergia um menino aprendiz de música, vestido de caboclo, altaneiro e majestoso, com seu saiote e penacho de lindas penas de pavão e de ema, trazendo a tiracolo sua aljava, contendo milhares de setas, evocando a ideia da valentia selvagem. Já ali estava o pessoal da música marcial, o artista fogueteiro com as salvas de bombas, as girândolas de foguetes e uma grande multidão. Dadas as oito horas no relógio, ouvia-se o sino da matriz tocar oito badaladas festivas e começar logo a repicar. O caboclo cantava três versículos do Hino Sergipano; ao término do qual, reboavam aos ares foguetes, com as ovações populares e toque de músicas.

Deslocavam-se então da porta da Igreja para o palanque, onde já se encontravam as autoridades.¹⁵ O caboclo vinha acompanhado da banda de música, dos cavaleiros e da multidão e, no palanque, ocupava lugar de destaque em cadeira de alto espaldar, vis-a-vis com outra em forma de trono onde se achava o retrato de S. M. o Imperador. O caboclo cantava todos os versos do Hino Sergipano. Com discursos, vivas e fogos, essa cerimônia era encerrada e o préstito acompanhava o caboclo até sua casa, enquanto os cavaleiros que compunham as “encamisadas”, continuavam a percorrer as ruas da cidade, dando vivas a S. M. Imperial, à emancipação política da Província e ao dia 24 de Outubro. Durante a noite alguns soldados faziam guarda ao retrato de S M o Imperador em exposição no palanque, sendo muito visitado pela famílias.

O autor registra a satisfação dos sancristovenses enfeitando as ruas com arcos de fazenda e laços de fita verde e amarela, ou folhagens, e muitos preparavam lindos jardins pelas portas e praças. Ouviam-se muitas serenatas durante a noite e até pela manhã.

15 É interessante registrar que Santiago, que era tão pródigo em registrar os nomes dos artistas, dos membros das comissões da festa, dos padres, limitava-se a anunciar a presença de juiz, promotor, comandante, mas não os nomeia. É como se as autoridades oficiais fossem espectadores da festa.

Na madrugada do dia 24, em outro ponto da cidade, na Igreja do Amparo, já se encontrava o carro triunfante muito bem decorado com ricos enfeites de cetim verde e amarelo. Um girândola de foguetes, comandada pelo exaltado cristovense e zelador daquela igreja, João Nepomucena Borges, o João Bebe Água, anunciava aos patrícios a hora da subida do carro triunfante para o ponto de partida. Eram três e meia da madrugada, e o carro era puxado pelo povo, precedido da banda de música e foguetes. O destino era o convento dos capuchinhos na entrada da cidade. Esta estava enfeitada, “ostentando suas graças e donaires como a matrona que se enfeita esperando ocupar, em um salão de baile, o lugar que em outros tempos ocupava orgulhosa e altiva” (p. 288).

Às cinco horas, tocava a alvorada na porta da matriz com toque de cornetas, repiques de sinos, execução do Hino Sergipano pelos músicos e muitos fogos. Os sinos da matriz repicavam as três chamadas para a missa e o *Te-Deum*, que deveria começar às oito horas. Os batalhões dos caboclos e o dos lanceiros se preparavam para formar uma parada na praça da Matriz, com seus comandantes fazendo manobras e as continências de estilo, e em seguida encaminhavam-se para o convento dos capuchinhos onde estacionara o carro triunfante. Nele já se encontrava o menino vestido de caboclo, sentado no trono. Vinha acompanhado de uma comissão e de músicos, flautistas e violinistas que se colocavam em assentos laterais ao pé dos degraus do referido trono. À hora apropriada, ouvia-se o violino do maestro Firminiano Nunes dos Santos Fortes, e o menino caboclo cantava os versos do Hino Sergipano:

*Alegrai-vos, Sergipanos,
Eis surge a mais bela aurora,
Do áureo jucundo dia
Que a Sergipe honra e decora.*

Respondia a música marcial o cheio do côro:
O dia brilhante,
Que vimos raiar,
Com canticos doces
Vimos festejar.

Após o cântico das várias estrofes do Hino e de discursos, o carro começava a andar; e ouvia-se o repicar dos sinos da igreja dos capuchinhos, logo seguido pelos das demais igrejas. No percurso até a matriz, ia parando em todos os arcos que encontrava, e o caboclo entoava quadras do Hino. As ruas estavam ornamentadas e o povo só pisava em folhas de laranjeiras, mangueiras, pitangueira, alecrim do campo e junco.



Na matriz, o caboclo ocupava lugar de destaque de onde assistia à missa e ao *Te Deum*. Do mesmo modo, os comandantes e oficiais dos batalhões entravam na igreja, onde já se encontrava o vigário Barroso, pregador do sermão do *Te-Deum*, revestido com suas vestes sacerdotais que recebera como presente das mãos de S. M. o Imperador, no Rio de Janeiro, na ocasião em que pregou um sermão na Capela Imperial. Ao lado, o Vigário Pinto de Itaporanga, cantor do *Te Deum* e a orquestra que executava uma linda *ouverture* denominada Santa Cecilia.

No final dos atos sacros, por ocasião de ser dada a bênção pelo celebrante, ao soarem as campas e repicarem os sinos, as cornetas de ambos os batalhões fizeram sinal de joelhos em terra. Neste momento solene, a música tocava o Hino Sergipano, subiam ao ar muitas girândolas e ouvia-se os enormes estampidos das salvas. À frente da matriz, formava-se o cortejo e os batalhões tomavam posição para acompanharem o carro do caboclo. O préstito seguia pela rua do Carmo, rua das Flores, rua do Sol, rua da Nova Constituição (antiga Varadouro), rua da Cadeia, praça de Palácio, rua de São Francisco até entrar novamente na praça da Matriz, parando o carro em frente ao palanque. Já ali estavam as autoridades, prontas para levantarem os vivas do estilo, no momento em que o caboclo findasse o canto do Hino Sergipano. Em frente ao sobrado do Vigário Barroso, discursava o vigário de Itaporanga, seguindo-se foguetório. Seguia dali o cortejo, atravessando novamente a praça até entrar na rua da Imperatriz, rua das Flores (pela segunda vez), até a pequena praça do Amparo, em cuja igreja era recolhido o carro triunfante. O itinerário terminava às três horas da tarde; as cornetas tocaram debandar e o povo procurava descansar algumas horas, até a noite para o espetáculo no teatro.

Às oito horas da noite, depois que a orquestra executava uma *ouverture*, ouvia-se apitar e subir o pano de boca. O cenário era uma rica vista de sala nobre e no fundo um lindo respaldo onde se achava o caboclo que cantava três versículos do Hino Sergipano, seguido de declamações de poesias e discursos. A orquestra tocava nova música, e era encenado o drama: *A filha do Salineiro*.¹⁶ Para assistir a este festejo, vinham muitas pessoas de Aracaju, Laranjeiras, Itaporanga, Lagarto e de todo o município de São Cristóvão.

Ao concluir esta narração resumida, devolvo a palavra a Serafim Santiago: “acho que os meus patricios tinham sobrada rasão em entusiasmar-se com os festejos de 24 de Outubro, pois foi nossa velha e legendaria cidade de S. Christóvão, o Theatro de tão grandioso acontecimento” (SANTIAGO, 2009, p. 293).

16 A filha do salineiro (1860), do sergipano Constantino Gomes, romancista e autor de peças de teatro, radicado no Rio de Janeiro, autor de obras indianistas como Arycurama, folhetim publicado no jornal A Folha Ilustrada do RJ entre 1875-1876.

Conexões: símbolos e sentidos

A estrutura da festa realizada em São Cristóvão na década de 70 do século XIX repete, em linha gerais, as festas do período imperial, e especialmente a festa do Dois de Julho na Bahia, iniciada em 1824 para comemorar a expulsão das tropas portuguesas, festa que continua em vigência até hoje, com imagens que inundam a internet, tendo na estátua do caboclo e da cabocla personagens centrais.¹⁷

Um agregado de vários itens compõe a festa sancristovense de 1875 e dão à cidade colonial um ar de alegria e efervescência. Iluminação (luminárias), fogos de artifício, ruas alcantifadas de folhas de plantas odoríferas, arcos de tecido e vegetação a indicar pontos de parada do cortejo. Este tem à frente um carro triunfal que conduz o caboclo identificado pelos seus ornatos de penas e aljava com setas, seguido por batalhões de caboclos, com arcos e flechas, de lanceiros (a pé), cavaleiros, grupos de músicos e o povo. Deslocava-se pelas ruas principais da cidade, passando em frente aos templos mais destacados (S. Francisco, Carmo, Amparo), *locus* do poder religioso, e concentrando as atividades na praça da Matriz, na igreja dedicada à padroeira N. Sra. da Vitória em frente à qual fora erguido o palanque onde se abrigavam as autoridades civis e encontrava-se em exposição o retrato do Imperador.

O texto não especifica qual imperador era homenageado, se Pedro I, que ratificou a medida de D. João VI dando independência a Sergipe, ou Pedro II, o seu filho, que então governava o Brasil. Certamente, o retrato exposto era de Pedro II, que, por essa época se empenhava em difundir sua imagem em todo o Império como forma de reforçar o poder central e inclusive visitara a cidade de São Cristóvão em 1860.¹⁸ Desse modo, uma festividade pública da celebração de independência da Província de Sergipe incorporava ritos da Corte. A visita das famílias ao retrato do Imperador no palanque da praça era um substitutivo ao beija mão da Corte e expressava a fidelidade dos súditos sergipanos ao poder imperial enquanto celebrava também a nação brasileira. A missa e o *Te Deum* marcavam a presença da igreja nessa aliança com o poder civil, o trono e o povo na celebração da independência de Sergipe, cujo hino contém estrofe em que o Imperador é evocado:

17 Sobre a festa do Dois de Julho na Bahia há uma farta literatura. Remeto a Manuel Querino que, em seu livro *A Bahia de outrora*. Salvador; Livraria Progresso Editora, 1955 (primeira edição de 1916), trata da celebração da Independência no século XIX em artigo onde se percebem muitos elementos comuns à festa realizada em São Cristóvão em 24 de outubro de 1875; Ordep Serra (1999) em *Rumores da festa: o sagrado e o profano na Bahia* trata das comemorações na atualidade.

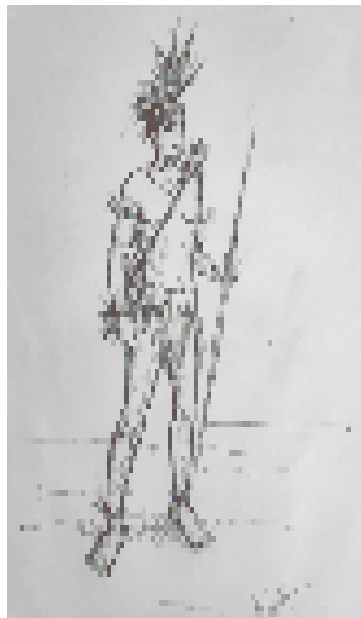
18 Ver na Revista do IHGSE, v.21.n. 26b. [1965], p. 64-78, transcrição do trecho do diário do Imperador Pedro II em visita a Sergipe em janeiro de 1860. Ver também Galvão (1860).



Alça a voz que ao trono sobe,
Que ao Soberano excitou;
E curvo o trono a seus votos,
Independente ficou.

De todos os elementos da festa, contudo, tanto em 1836 quanto em 1875, o caboclo a cantar o Hino Sergipano é o personagem mais destacado. Se os organizadores da festa sancristovense importaram elementos da festa do Dois de Julho da Bahia¹⁹, como o carro triunfante (carruagem ornamentada e puxada à mão pelo povo), os sergipanos colocaram em cima dele um ser vivo, um jovem cantor que repetia o Hino várias vezes, durante todo o dia e à noite, integralmente ou em partes, em diferentes espaços. O Hino era o símbolo maior a ser divulgado e o era através da alegoria do menino caboclo/índio. Este está profundamente relacionado ao índio fixado pelo movimento romântico indianista, como símbolo da nacionalidade brasileira. No caso específico de Sergipe, assume significado identitário mais incisivo vinculado a Seregipe, personagem indígena do tempo da conquista com forte penetração no imaginário dos sergipanos como símbolo de liberdade.²⁰

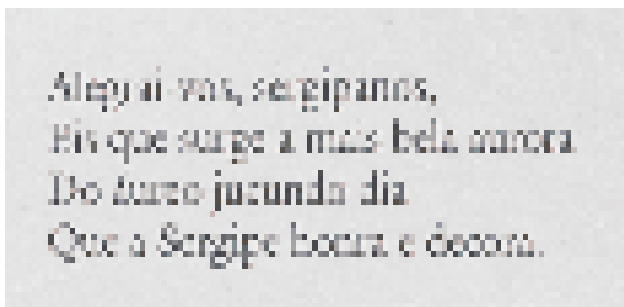
Figura 2. O caboclo - desenho do artista plástico Bené Santana, 2020²¹



Fonte: Arquivo da autora.

- 19 A favor dessa hipótese, acrescente-se que Frei Santa Cecília, autor do Hino e de discurso na celebração de 1836 em São Cristóvão, tinha fortes ligações com a Bahia destacando-se como orador numa festa de Dois de Julho. Cf. Lima Júnior (1920).
- 20 Sobre as representações e presença dos índios no imaginário e produção dos sergipanos, ver Dantas (2002) e Dantas (2006).
- 21 Agradeço a Bené Santana que, por solicitação minha e inspirado na descrição de Serafim, produziu a imagem que ilustra esse texto.

Figura 3. Trecho do Hino Sergipano



Fonte: FRANÇA e CRUZ (2007, p. 200).

O caboclo e o Hino²² formam uma unidade significativa que remete à autonomia política que então se celebra. Símbolos, alegorias, rituais e mitos compõem o imaginário social cuja elaboração é parte integrante da legitimação de regimes políticos, assim como de momentos de mudanças de redefinição de identidades, como ensina José Murilo de Carvalho, em seminal estudo sobre a criação dos símbolos da República no Brasil.

É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro (CARVALHO, 1990, p. 10).

A frequente repetição do Hino cantado pelo caboclo tem eminente função pedagógica de inculcação de novas visões de mundo e de conduta, ao rememorar a independência de Sergipe em relação à “província maior”. É assim que no Hino se refere à Bahia e, como assinala Terezinha Oliva (2007, p. 200), exaltando a liberdade de Sergipe, todavia defendendo a política de boa vizinhança.

A bem dos seus filhos todos
Quis o Brasil se lembrar
De o seu imenso terreno
Em provincia separar
Mandemos porém ao longe
Essa espécie de rancor
Que inda hoje alguém conserva
Aos da província maior (destaque meu)

22 Ver reprodução integral do Hino Sergipano no final do texto. Os autores do Hino estão biografados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, edição comemorativa do Primeiro Centenário da Independência de Sergipe, v. 5, n. 9, 1920.

*A união mais constante
Nos devemos congrassar
Sustentando a liberdade
De que queremos gozar.*

A insistente repetição do Hino cantada pelo caboclo, ao tempo em que apregoa a liberdade de Sergipe e divulga o primeiro símbolo oficial da então Província, traz à cena um personagem forte na história local, o índio Seregipe ou Serigy, capaz de fornecer inspiração também para outros símbolos.

Essa festa de celebração da independência de Sergipe, que copia modelos da Corte e especialmente da província vizinha para celebrar sua independência, aponta para a circularidade da cultura (BURKE, 1989) e sua adaptação a diferentes espaços e contextos históricos. Na primeira celebração, em 1836, o personagem central – sob a forma de estátua – aparece nomeado como índio Seregipe, estabelecendo-se uma relação direta com uma figura da história local, um dos caciques da conquista de Sergipe, erigido em símbolo de liberdade. Cabe lembrar, como o fiz em trabalho anterior, Dantas (2002), que o nome Sergipe é tributário das origens indígenas. Segundo uma das versões etimológicas mais difundidas, Sergipe, nome do estado, de rio e de cacique, provém do tupi Cyri-gy-pe que se traduz por “no rio dos siris” (GUARANÁ, 1916, p. 321).

Cyri-gy-pe, Serigy, Seregipe, Sergipe... evidencia um percurso histórico-linguístico a indicar origens, a estabelecer marcos de uma identidade buscada e trabalhada em vários níveis. No contexto das celebrações da independência descritas por Serafim Santiago, o caboclo, que amiúde canta o hino sergipano, personifica o novo ente político que se separa da Bahia.

Anos mais tarde, já no período republicano, quando novos símbolos oficiais são criados, um índio figurará no selo do Estado.²³

Criado em 1892, num momento em que se retomam as questões de limites entre Sergipe e Bahia, no selo destaca-se a figura de um índio em “ato de embarcar em um aeróstato” em cujo centro se lê a palavra PORVIR, e abaixo a legenda “*sub-lege libertas*” (liberdade sob a lei), numa referência à primeira Constituição do Estado promulgada em 18 de maio de 1892, data também presente no referido selo. O autor do projeto, Brício Cardoso, professor e deputado em várias legislaturas, “considerou o índio como sendo Serigy ou Sergipe, abraçando a civilização, simbolizada pelo aeróstato, invenção do brasileiro Bartolomeu de Gusmão” (DANTAS, 2002, p. 39).

23 Vale ressaltar que Sergipe é o único estado do Brasil a ter a figura de índio em símbolos oficiais. Ver: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/galeria/fotos.php?evento=10&start=15>. Acesso em janeiro de 2020.

No selo de Sergipe, o índio é personagem central, sendo apresentado com um saiote de penas e um canitar a adornar-lhe a cabeça, tendo a mão direita pousada no balão, enquanto a esquerda segura uma seta na mesma posição que o Imperador segura o cetro.

Figura 4. Selo de Sergipe



Fonte: Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe. Disponível em: <[https://al.se.leg.br/ implementacao-dos-vencimentos-do-plano-de-carreira-dos-servidores-publicos-tem-aprovado-do-poder-legislativo/](https://al.se.leg.br/implementacao-dos-vencimentos-do-plano-de-carreira-dos-servidores-publicos-tem-aprovado-do-poder-legislativo/)>. Acesso em: 20 abr. 2020.

Essa representação do cacique Serigy, ao embarcar no balão do porvir, é emblemática de todo um imaginário que, ao longo da segunda metade do século XIX, foi trabalhado através de diferentes linguagens, como a pintura, a escultura, a literatura e também os rituais populares em que personagens simulando índios e negros participam com suas vestes e enfeites de penas, seus arcos e flechas, com seus caciques transmudados em reis coroados e com filhas princesas, como se vê no Lambe-sujo e Caboclinhos de Laranjeiras.

Figura 5. Lambe-sujo



Fonte: Arquivo da autora.

Figura 6. Caboclinhos

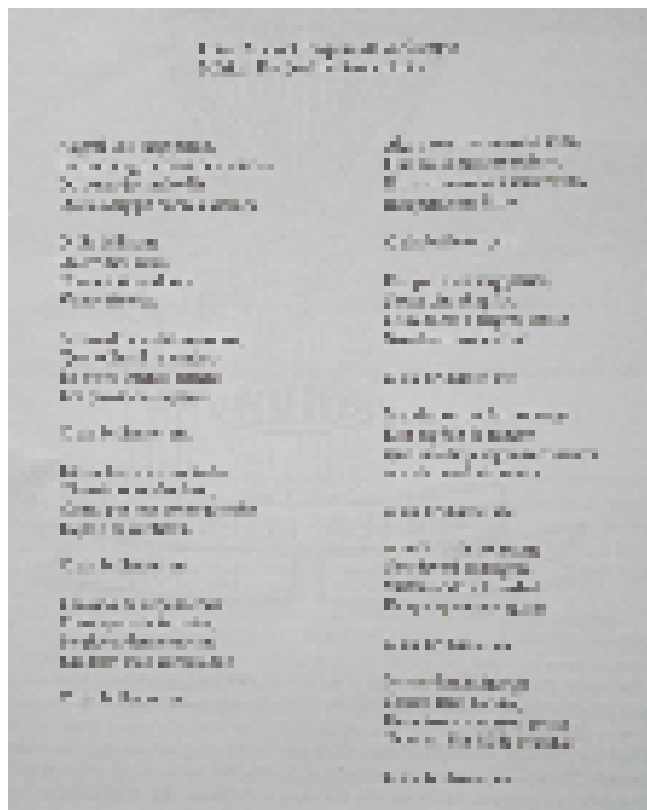


Fonte: Arquivo da autora.

O percurso deste folguedo é paradigmático: Após transitar entre apresentações nas festas de independência do Brasil celebradas no dia Sete de Setembro e nas comemorações da independência de Sergipe celebradas no 24 de Outubro, foi alijado das celebrações cívicas e criou sua própria festa, consoante com os novos tempos de exacerbação do turismo cultural e de afirmação étnico-identitária ganhando novos significados²⁴. Desse modo, os índios idealizados do passado continuam povoando o imaginário dos sergipanos: figuram no selo oficial do Estado e nos folguedos de rua.

Celebrações são momentos especiais em que, a propósito de rememorar fatos históricos, se constroem símbolos e também memórias. Memórias que se fixam reelaborando certas imagens em detrimento de outras. A memória é sempre seletiva; depende de algumas lembranças e de muitos esquecimentos (POLLAK, 1989). Mas o que interessa muitas vezes é a “própria memória, e não apenas sua contribuição para a História” (MONTEIRO, 1996) Se as narrativas memorialísticas de Serafim Santiago não elucidam pontos obscuros da nossa história, elas ajudam a revelar o processo de construção de símbolos estaduais no nascedouro das comemorações da independência política de Sergipe.

Figura 7. Letra do Hino Sergipano



Fonte: FRANÇA e CRUZ (2007, p. 200).

Figura 8. Hino Sergipano



Fonte: FRANÇA e CRUZ (2007, p. 200).

Referências

- ALVES, Eva Maria Siqueira. *O Atheneu Sergipense: uma Casa de Educação Literária examinada segundo os Planos de Estudos (1870-1908)*. 2005. 318 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2005.
- AMOROSO, Marta Rosa; SAEZ, Oscar. Filhos do Norte: o indianismo em Gonçalves Dias e Capistrano de Abreu. In: SILVA, A. L. e GRUPIONE, L. D. B. (org). *A Temática Indígena na Escola*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.
- BACKSO, Bronislaw. Imaginação social. In: *Enciclopédia Einaudi*, v. 5. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- BOSI, Ecléa. *Memórias e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979, p. 337.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A Cultura na Rua*. Campinas, SP: Papyrus, 1989, p. 8.
- BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.



- CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas**. O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- DANTAS, Beatriz Góis. Da taba de Serigy ao balão do porvir: representações sobre índios em Sergipe no século XIX. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 33, 2002, p. 20-45.
- DANTAS, Beatriz Góis. Representações sobre índios em danças e folguedos folclóricos. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, n. 35, 2006, p. 89-104.
- DANTAS, Ibarê. **História da Casa de Sergipe: os cem anos do IHGSE, 1912/2012**. São Cristóvão: Ed. da UFS; Aracaju: IHGSE, 2012.
- FRANÇA, Vera Lúcia Alves e CRUZ, Maria Tereza Souza (Coord.). **Atlas Escolar de Sergipe**. Espaço geohistórico e cultural. João Pessoa, PB: Ed. Grafset, 2007.
- FREIRE, Felisbello. **História de Sergipe**. 3. ed. São Cristóvão: Ed. UFS; Aracaju: IHGSE, 2013.
- GALVÃO, Manuel da Cunha. **Viagem Imperial à Província de Sergipe**. Bahia: Tipografia do Diário, 1860.
- GUARANÁ, Armindo. Glossário etimológico dos nomes da língua tupi na geografia do estado de Sergipe. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, v. 2 n. 5, 1916.
- GUARANÁ, Armindo. **Dicionário Bio-Bibliográfico Sergipano**. Rio de Janeiro, Edição do Estado de Sergipe, 1925.
- LE GOFF, Jacques. Calendário In: **Enciclopédia Einaudi**, v. 1, Memória e História. Porto: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984.
- LIMA JÚNIOR, Francisco Antonio de Carvalho. Frei José de Santa Cecília. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Edição comemorativa do Primeiro Centenário da Independência de Sergipe, v. 5, n. 9, 1920.
- MATTA, Roberto da. **Carnaval, Malandros e Heróis; para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- MONTEIRO, Paula. **O V Centenário: entre o mito e a história**. Petrópolis: Vozes, 1996
- NUNES, Maria Thétis. **Sergipe Provincial I (1820-1840)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.
- OLIVA, Terezinha. Símbolos do Estado. In: FRANÇA, Vera Lúcia Alves e CRUZ, Maria Tereza Souza (Coord.). **Atlas Escolar de Sergipe**. Espaço geo-histórico e cultural. João Pessoa, PB: Ed. Grafset, 2007.
- REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE**. EDIÇÃO comemorativa do Primeiro Centenário da Independência de Sergipe, v. 5, n. 9, 1920, p. 9.



PEDRO II, Dom. Diário do Imperador Pedro II na sua visita a Sergipe, em janeiro de 1860. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, v.21.n. 26b. [1965], p. 64-78.

PEDRO II, Dom. **Diário da Viagem ao Norte do Brasil**. Salvador: UFBA, 1959.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, 1989, p.3-15

PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. “Imagem e representação do índio no século XIX”. In: GRUPIONE, Luis Donisete Benzi (Org). *Índios no Brasil*. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto. 1994.

QUERINO, Manuel. **A Bahia de outrora**. Salvador; Livraria Progresso Editora, 1955. (primeira edição de 1916).

RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. **Os símbolos do poder: cerimônias e imagens do Estado monárquico no Brasil**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1995.

SANTIAGO, Serafim. **Anuario Sanchristovense ou Cidade de São Christovão**. São Cristóvão: UFS, 2009.

SANTOS, Mesalas Ferreira. **Performance e escárnio na festa do Lambe-sujo**. São Cristóvão: Ed. UFS, 2012.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. **O Império em procissão: ritos e símbolos do Segundo Reinado**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

SERRA, Ordep. **Rumores da festa: o sagrado e o profano na Bahia**. Salvador: UDUFBA, 1999.



“Por trás daquele quadro tem vida!” A interpretação de uma atriz sobre a UFS e a arte representada no painel de Jenner Augusto

*Danielle Virginie Santos Guimarães Marinho¹
Josefa Eliana Souza²*

Resumo

Neste artigo buscamos atribuir sentido a parte da narrativa visual do painel Instrução, Cultura, Ciência e Arte, pintado por Jenner Augusto e entregue à Universidade Federal de Sergipe em 10 de junho de 1980. Entendemos que o painel representa, na metade à direita do observador, a visão do artista sobre a atuação da UFS no campo cultural sergipano naquele período. Optamos pela Semiótica (Peirce, 2015; Santaella, 2012) para fundamentar a leitura da imagem. Entrecruzamos as inferências resultantes da análise com a História (Burke, 2017), e informações obtidas por meio de entrevistas com a atriz Virgínia Lúcia da Fonseca Menezes (Alberti, 1990; Thompson, 1998). Oriunda do Teatro Popular e egressa da UFS, narrou suas lembranças acerca da efervescência no campo das Artes Cênicas em Sergipe (1970-1980) e como a UFS contribuiu para aquele cenário por meio de suas ações de extensão.

Palavras-chave: Universidade Federal de Sergipe, Artes Cênicas, Jenner Augusto.

- 1 Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe – PPGED/UFS; Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a História do Ensino Superior – GREPHES/UFS/CNPq.
- 2 Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP; Professora Associada do Departamento de Educação e membro do corpo permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFS; Lidera o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre História do Ensino Superior GREPHES/UFS/CNPq.



“Behind that picture there is life!” An actress’ interpretation of Universidade Federal de Sergipe and the art represented on Jenner Augusto’s panel.

“¡Detrás de esse cuadro hay vida!” La interpretación de una actriz de Universidade Federal de Sergipe y el arte representado em el panel de Jenner Augusto.

40



Abstract

In this article we try to make sense of the visual narrative part of the Instruction, Culture, Science and Art panel, painted by Jenner Augusto and delivered to of Universidade Federal de Sergipe on June 10, 1980. We understand that the panel represents, in the right half side for the one who is observing it, the artist ‘s view of UFS’ performance in Sergipe cultural field at that time. We opted for Semiotics (Peirce, 2015; Santaella, 2012) to support the understanding of the image. We intersect the inferences resulting from the analysis with History (Burke, 2017) and information obtained through interviews with actress Virginia Lúcia da Fonseca Menezes (Alberti, 1990 e Thompson, 1998). Coming from the Popular Theater and a former student from UFS, she narrated her memories of the effervescence in the field of Performing Arts in Sergipe (1970-1980), and how UFS contributed to that scenario through its extension actions.

Keywords: Federal University of Sergipe, Performing Arts, Jenner Augusto.

Resumen

En este artículo tratamos de dar sentido a la parte narrativa visual del panel de Instrucción, Cultura, Ciencia y Arte, pintado por Jenner Augusto y entregado a la Universidade Federal de Sergipe el 10 de junio de 1980. Entendemos que el panel representa, em La mitad derecha del observador, La visión del artista de La actuación de UFS em el campo cultural de Sergipe em ese momento. Optamos por la Semiótica (Peirce, 2015; Santaella, 2012) para apoyar La lectura de La imagen. Intersecamos las inferencias resultantes del análisis com Historia (Burke, 2017) e información obtenida a través de entrevistas com La actriz Virginia Lúcia da Fonseca Menezes (Alberti, 1990 e Thompson, 1998). Proveniente del Teatro Popular y graduado de UFS, narró sus recuerdos de La efervescência em el campo de las artes escénicas em Sergipe (1970-1980) y cómo UFS contribuyó a esse escenario a través de sus acciones de extensión.

Palabras clave: Universidad Federal de Sergipe, Artes escénicas, Jenner Augusto.

Tendemos a acreditar que uma imagem pode predizer fatos. Talvez não haja tanto pecado nisso, desde que não estejamos fazendo ciência. Burke (2017, p.25) nos adverte sobre a potência histórica de uma imagem, para além de seu caráter ilustrativo: “Imagens, assim como textos e testemunhos orais, são uma forma importante de evidência histórica. Elas registram atos de testemunho ocular”. Portanto, devemos perceber uma obra de arte não somente como evidência histórica, mas enxergar sua função na legitimação ou consagração de determinados esquemas ou sistemas.

Joly (1994, p.19) trata do conceito de imagem como uma produção que deve ser lida com atenção, sobretudo, pelo seu potencial de significação: “Instrumento de comunicação, divindade, a imagem assemelha-se ou confunde-se com aquilo que ela representa. Visualmente imitadora, pode tanto enganar como educar. Reflexo, ela pode conduzir ao conhecimento”. Atentas ao conceito de imagem tratado por Joly (1994) nos propusemos compreender histórias da Universidade Federal de Sergipe e, tomamos o painel “Instrução, Cultura, Ciência e Arte”, do pintor sergipano Jenner Augusto³, por fonte e objeto de pesquisa. Neste artigo, o painel coadjuva a história⁴, pois suas derivadas nos levam a acontecimentos que querem emergir. (Figura 1).

Dedicamos, assim, esta escrita, a episódios que surgiram a partir das narrativas de uma das atrizes entrevistadas enquanto buscávamos entender a metade do painel que está destinada à cultura e à arte de Sergipe. Seu nome é Virgínia Lúcia da Fonseca Menezes, atriz de teatro desde 1972.

Segundo Thompson (1998, p.255) “[...] naturalmente, não há razão alguma para fazermos uma entrevista, a menos que o informante seja, de algum modo, mais bem informado do que o entrevistador”. Neste sentido, ouvimos e aprendemos sobre as histórias postas, embora tenhamos previamente localizado as prováveis informações, antecipando-nos às fontes históricas que nos permitiram situar “exatamente dentro dos acontecimentos a atuação do informante”. (THOMPSON, 1998, p. 255).

Oriunda do movimento cultural da escola pública secundária sergipana dos anos 1970, Virgínia Lúcia iniciou sua carreira enquanto aluna da antiga Escola Técnica Federal de Sergipe, hoje Instituto Federal de Sergipe. Foi

3 Nascido em Aracaju em 1924, Jenner Augusto aprofundou-se na pesquisa da pintura a partir de referências modernistas, a exemplo de Cândido Portinari, e partiu para estudar em Salvador-Bahia em 1949. E lá permaneceu atuando como pintor, tornando-se reconhecido no campo artístico em nível nacional. É considerado pela crítica especializada (Cf. Pontual, 1974) um dos expoentes da pintura brasileira do século XX. Jenner Augusto morreu em Salvador, em 2005.

4 O painel é objeto de análise da pesquisa de doutoramento intitulada “Instrução, Cultura, Ciência e Arte: a Universidade Federal de Sergipe pelo painel de Jenner Augusto” desenvolvida por Danielle Virgínie Santos Guimarães Marinho, sob orientação da Profa. Dra. Josefa Eliana Souza, no PPGED/UFS.

uma das fundadoras do grupo teatral *Imbuaça*⁵ e personagem fundamental para a promoção do teatro popular sergipano. Durante a entrevista, a atriz descreveu, com contornos nítidos, as imagens de suas recordações das artes cênicas em Sergipe no final dos anos 1970, início dos anos 1980.

O teatro entrou em minha vida em Salvador, num colégio na Cidade Baixa, quando fiz *Pluft, o Fantasminha*. Eu era *Pirata*. Foi o meu primeiro papel transgênero. Depois venho para Aracaju e ingresso no grupo da Escola Técnica. Fui substituída da atriz principal, que era muito saudável, que não ficou doente. Eu não entrei na peça, mas tive contato com esse universo. (MENEZES, 2020).

Além de atuar, Virgínia Lúcia escreve, dirige, cria figurinos e é professora de Arte da rede pública estadual de ensino. Nascida na Bahia, em 1958, teve sua trajetória reconhecida pela Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe em 05 de dezembro de 2016, quando recebeu o título de Cidadã Sergipana. Na ocasião, Virgínia Lúcia proferiu um discurso, no qual refletiu sobre sua história passada, a vida atual e a incerteza diante do futuro.

Quando penso na minha história e de tanta gente brava que sofreu com a ditadura, que foi vítima da tortura, nunca pensei que veria um replay tão cedo de um temor como esse. Nunca pensei que estaríamos tão cedo enfrentando um não ser, um não saber, um não ter aonde ir. [...]. Agora vamos ter que desenferrujar as armaduras e cair outra vez em campo de batalha. Vamos ter que passar pelos mesmos lugares. E se passar pelos mesmos lugares por onde passei, estarei aqui, firme, em posição de sentido para ir de novo para a rua, para apanhar outra vez da polícia, tudo pela liberdade, tudo pelo povo: pelos que estão aqui e pelos que virão. (MENEZES, 2016).

Sua trajetória artística é marcada pela forte carga política que imprime às personagens que interpreta ou cria, em um ativismo que transcende à carreira e não dissocia autor e obra, pois um se nutre do outro, como destaca Eco (2016). Extensa seria uma aventura biográfica sobre Virgínia Lúcia. Destarte, destacamos atuações decisivas para a projeção da atriz no campo das artes cênicas em Sergipe.

Além da produção teatral, Virgínia Lúcia contribuiu para a pesquisa sobre o Teatro em Sergipe quando publicou em 1986 o livro “*Levantamento das Manifestações Teatrais em Laranjeiras-Sergipe*”, considerado referência para os estudos no campo da história das artes cênicas neste Estado. Após atuar no Grupo *Imbuaça*, Virgínia Lúcia foi uma das fundadoras do Grupo Teatral *Mambembe*, em 1983, do qual fez a direção teatral até seu término em 1999.

5 Grupo de teatro sergipano, referência do Teatro de Rua no Brasil, fundado em 28 de agosto de 1977. Sobre o Grupo, cf.: AMARAL, 2008.

Virgínia Lúcia de Menezes é mesmo uma artista que traz em sua trajetória o embate contra o poder mistificador do discurso verticalizado que a luta de classes vai revelar na relação entre os indivíduos. Porque seu teatro revela, principalmente, o mundo social, o mundo do trabalho e a exploração capitalista. (BENEVIDES, 2015, p. 198).

Na investigação do passado, os pesquisadores se servem de vários recursos em busca da memória daquilo que aconteceu em tempos distantes ou recentes. Em meio a esses recursos, a técnica da entrevista tem sido largamente utilizada. Rememorar o passado produz um movimento em busca das lembranças agradáveis, desagradáveis, tristes ou alegres, afetivas ou violentas (Alberti, 1990).

Em meio às lembranças sobre o início de sua carreira nos anos 1970, Virgínia Lúcia apresenta a Universidade Federal de Sergipe como um relevante espaço de projeção e ebulição cultural, que proporcionou formações e intercâmbios para os artistas sergipanos e promoveu o diálogo entre este estado e o que havia de mais moderno na pesquisa e profissionalização em arte no Brasil. Mostramos para Virgínia Lúcia uma reprodução do painel de Jenner Augusto “Instrução, Cultura, Ciência e Arte”. A atriz suspirou fundo e exclamou:

Por trás desse quadro tem vida! Essa obra de Jenner, ela traz uma efervescência e uma presença da Universidade... Aqui está o Festival de Arte, aqui está o Coral, aqui está a Dança, aqui está o São Gonçalo, o Coral Expressionista. Está todo mundo aí. (MENEZES, 2020).

O painel em questão está em destaque no hall da reitoria da UFS desde 10 de junho de 1980. O “Jornal de Sergipe” de 11 de junho de 1980 narrou que a entrega do painel se deu em cerimônia concorrida. Estiveram presentes Jenner Augusto e o então Magnífico Reitor José Aloísio de Campos (1976-1980). Na ocasião, o pintor fez um discurso no qual explicou detalhes da obra:

Para tão grandioso empreendimento, selecionei os melhores e adequados materiais importados [...] o tema foi discutido, aceito e elaborado contando com plena liberdade de criação, sem qualquer imposição. [...] minha proposta tem início na linha do horizonte da Barra dos Coqueiros. Linha esta que se tornou a constante da minha pintura, razão pela qual considero muito mais minha do que da própria natureza. No painel ela percorre a tela do início ao fim. É uma imensa linha de vasto coqueiral que se faz representar através do verde e amarelo simbolizado em plenos abstratos. (Jornal de Sergipe, 11/06/1980, p. 10).

Naquele ano a Universidade foi instalada no Campus de São Cristóvão, mais tarde denominada “Cidade Universitária Professor José Aloísio de

Campos”. Aliás, o Prof. Aloísio de Campos foi um dos personagens mais atuantes pela grande mudança para o local onde, de maneira gradativa, foram reunidas as faculdades isoladas e os novos cursos criados. Contudo, a tarefa de fazer a UFS funcionar no Campus de São Cristóvão não foi algo tão simples. Houve protestos por parte de alunos, professores, servidores e de diversos setores contrários à nova e inóspita instalação.

Sobre a repercussão disso... Foi muito triste porque nós queríamos esse Campus em Aracaju, não somente pela distância, mas porque havia um ethos cultural na cidade e nós não entendíamos o porquê de termos que ir para “os cajueiros”. Nós nos erguemos contra a frieza da UFS. O Centro de Humanas, onde hoje fica o IPES, era muito aconchegante. (MENEZES, 2020).

44

O Campus foi construído nas terras da antiga Fazenda Santa Cruz, no município de São Cristóvão, após estudos feitos durante o reitorado de Luiz Bispo (1972-1976), pela Consultec – Consultoria Técnica da UFS, de acordo com Souza (2015, p.111). Ainda segundo Souza (2015, p. 114) “as notícias veiculadas nos jornais dão conta de que os órgãos de imprensa acompanhavam sistematicamente o desenrolar das obras, de modo que a população sergipana ficava informada sobre qual prédio era erguido”.

Mas não era apenas sobre a construção dos prédios que a sociedade sergipana sabia. Como a imprensa estava construindo a representação social da UFS para o grande público, ela destacava os desdobramentos dos acontecimentos que envolviam a grande mudança em enredos e narrativas que contribuíam para a formação do imaginário popular sobre a UFS. A “Gazeta de Sergipe” de 06 de julho de 1980 descreveu na “Coluna Informe GS”, a celeuma em que uma reunião, com o objetivo de informar sobre a mudança definitiva para o Campus, se transformou:

Tudo isso aconteceu numa reunião do Magnífico Reitor da Universidade Federal de Sergipe, com a participação da Pró-Reitoria e Professores. O assunto da reunião era a transferência agora no segundo semestre das aulas para o Campus Universitário e sua inauguração no próximo dia 1º de agosto.

A reunião esquentou, e, as discussões chegaram a um ponto, que uma professora desmaiou, e, o vice-reitor Nestor Piva, acompanhado do Pró-Reitor Fernando Lins, renunciaram aos cargos que ocupam. Diante da crise, o Dr. Aloísio Campos, não suportou e chorou copiosamente. Depois de tudo isso, uma coisa ficou acertada: a inauguração foi adiada “sine-die”. (Gazeta de Sergipe, 06/07/1980, p. 4).

A reunião aparentemente conturbada fez com que o Prof. Aloísio de Campos fosse em público para explicar melhor o que havia ocorrido. A própria “Gazeta de Sergipe” publicou, no mesmo número supracitado,

uma entrevista intitulada “Aloísio esclarece questões universitárias”. Para tal entrevista caberia outro artigo. Isto porque nela foram abordados pontos teoricamente elucidativos, referentes aos questionamentos mais frequentes sobre a mudança para o novo Campus.

Em linhas gerais, na entrevista, há indícios de que o apoio que faltava de parte da população e da comunidade acadêmica, sobrava por parte de autoridades representativas e órgãos governamentais do Estado e do Brasil. O Prof. Aloísio de Campos estava no final de seu mandato como reitor e a entrevista foi uma oportunidade de exposição das realizações de sua gestão.

Segundo o Prof. Aloísio de Campos, a construção do Campus, iniciada durante o reitorado de Luiz Bispo, com a construção do prédio de Administração e da piscina para as aulas de Educação Física, era inevitável, dentre outros motivos, pelo iminente crescimento da oferta de cursos da UFS e aumento do número de vagas, resultantes do apelo da população sergipana.

Assim, o Prof. Aloísio de Campos discorreu, ao longo da entrevista, em tom de autopromoção, sobre a ampliação da quantidade de vagas no vestibular, ao passo que defendeu a estruturação das vagas e cursos já existentes; sobre o aumento do número de alunos durante a sua gestão; sobre o projeto de interiorização com a instalação de cursos superiores em Estância, Lagarto, Itabaiana e Propriá; a construção de um centro comunitário, creche e lojinhas de artesanato; sobre o Hospital Universitário e a implantação do curso de Direito Noturno.

Contudo, uma questão específica nos chamou a atenção:

GS - O senhor poderia dizer o que existe de positivo para a aquisição da fábrica São Gonçalo, na cidade de São Cristóvão, pertencente ao Grupo Votorantim e o que a UFS pretende fazer?

R – Estão bem adiantados os entendimentos que vimos mantendo com os diretores do grupo Ermírio de Moraes para a aquisição do acervo (prédios e terrenos) da Fábrica São Gonçalo, localizada nas proximidades de São Cristóvão para ali melhor instalarmos os novos permanentes cursos de arte e serviços de apoio ao FASC. (Gazeta de Sergipe, 06/07/1980, p. 6).

Em meio a esse conturbado período de aceleração para a conclusão das obras, pois o Prof. Aloísio de Campos findaria seu reitorado em agosto de 1980 e pretendia (e assim o fez) inaugurar o Campus em sua gestão, a arte entrou em cena protagonizando um ato relevante: a fixação do painel de Jenner Augusto no hall da reitoria – concebido após um pedido do Reitor – representando uma UFS grandiosa, da qual todo sergipano deveria ufanar-se. Consideramos que, muito mais do que uma peça estética, o

painel representou, naquele momento, a força da arte em sua função histórica de contribuir para a construção da imagem da UFS.

À luz da semiótica peirciana, buscamos compreender o significado do painel, desde o convite feito pelo Prof. Aloísio de Campos a Jenner Augusto, até a narrativa visual construída pelo pintor naquelas três telas⁶. Por isso, cabe perguntar: O que o artista quis nos dizer com suas escolhas elementares? Que universidade era aquela decodificada pelos seus olhos, cores e pinceladas? Temos trabalhado para conhecer as respostas. No entanto, algumas já têm se revelado...

Em linhas gerais, a semiótica é definida por Peirce (2005, p. 46) como a “quase-necessária ou formal doutrina dos signos”. Dessa forma, buscamos entender ou aproximar-nos do processo de produção do sentido atribuído por Jenner Augusto na sua representação da UFS, ao passo que consideramos que o painel foi um dos elementos para a consolidação da imagem da UFS que o Prof. Aloísio de Campos quis passar à sociedade sergipana.

Em acordo com Joly (1994, p.43), compreendemos que “[...] abordar ou estudar certos fenômenos sob seu aspecto semiótico é considerar o seu modo de produção de sentido, por outras palavras, a maneira como eles suscitam significados, ou seja, interpretações”. Entendemos, portanto, o painel como representação. Destarte, de acordo com Joly, (1994, p.44),

É preciso não esquecer, com efeito, que se toda imagem é representação, tal implica que ela utilize necessariamente regras de construção. Se estas representações são compreendidas por outros que não aqueles que as fabricam, é porque existe entre elas um mínimo de convenção sociocultural, por outras palavras, que elas devem grande parte de sua significação ao seu aspecto de símbolo, segundo a definição de Peirce. É ao permitir-nos estudar esta articulação da imagem entre semelhança, vestígio e convenção isto é, entre ícone, índice e símbolo, que a teoria semiótica nos permite perceber não apenas a complexidade, mas também a força da comunicação pela imagem.

Estabelecemos essa comunicação quando olhamos o painel. Imediatamente, a impressão primeira é de que trata de um espaço lotado de figuras. Há uma profusão de ícones se revelando em uma superfície que atualmente

6 O painel foi pintado em Salvador-BA, onde Jenner Augusto residia, e foi trazido para Sergipe. É composto por três telas dispostas em junção.

7 Assim explica Peirce (2015, p. 46): “Um signo ou *representâmen* é aquilo que, sob certo aspecto ou modo, representa algo para alguém. Dirige-se a alguém, isto é, cria, na mente dessa pessoa, um signo equivalente, ou talvez um signo mais desenvolvido. Ao signo assim criado, denomino *interpretante* do primeiro signo. O signo representa alguma coisa, seu objeto”. Destarte, para exemplificar, pensemos em uma maçã: o desenho de uma maçã, embora represente uma maçã, não é uma maçã (fruto).

se projeta em tons suaves, numa paleta de cores que nossos olhos reconhecem de maneira harmoniosa e agradável, ligando azuis, verdes-claros, pastéis e fortes contornos escuros. Essa impressão inicial está na ideia de *primeiridade*, que segundo Santaella (2012) é qualidade de sentimento, impressão primeira das coisas antes de serem por nós decodificadas.

Em um segundo momento de observação, reconhecemos os ícones e passamos à fase indiciária. É da UFS que se trata. É a história da UFS que ali se projeta. Mas para percebermos isso, dividimos o painel em sete cenas a partir da forma como os ícones estão agrupados e do nosso conhecimento sobre o tema, que indicam essa hipótese. São elas: 1. A estudante; 2. Os Intelectuais Sergipanos; 3. A formatura; 4. Os cirurgiões; 5. O Teatro; 6. A Dança; 7. O Coral Universitário.

Ao olhar o painel com mais atenção, concluímos que Jenner Augusto equilibrou os elementos que representam a instrução e a ciência em uma metade – a esquerda do espectador – como elementos que representam a arte e a cultura na outra metade – direita do espectador.

Quando foi fundada, em 1968, a UFS, segundo Souza (2015), reuniu as Faculdades de Direito, Ciências Econômicas, Faculdade de Medicina, Escola de Química, Faculdade Católica de Filosofia e o Colégio de Aplicação. Em 1980, os cursos de

Odontologia, Administração, Ciências Contábeis, Engenharia Química e Licenciatura em Química, Física, Matemática e Ciências Biológicas, bem como Educação Física, Engenharia Civil e Enfermagem, dentre outras licenciaturas curtas compunham a UFS. (SOUZA, 2015, p. 107-108).

Jenner Augusto compõe sua narrativa visual, visivelmente baseado pela organização da UFS naquele momento. Quando observamos o painel, percebemos que ele certamente estudou seu tema. Destarte, descrevemos as sete cenas que citamos há linhas: A *estudante* traz a representação figurativa de uma jovem do sexo feminino vestindo uniforme escolar. Nas mãos ela tem um bambolê que emoldura três figuras masculinas. São os *intelectuais* “Tobias Barreto, expoente do Direito, da Literatura e das Artes; Antônio Tavares Bragança, representante da Ciência e da Pesquisa em Sergipe; e Augusto Leite, estudioso da Medicina e da Cirurgia”. (SANTANA, 2015, p. 384).

Inferimos que a escolha por esses intelectuais se justifica pela simbolização do ápice do conhecimento – um status alcançado por quem constrói sua trajetória também trilhando os caminhos do ensino superior. Certamente essas personalidades não foram representadas por motivos aleatórios. Conforme Burke (2017, p. 44) “sejam eles pintados ou fotografados, os retratos registram não tanto a realidade social, mas ilusões sociais, não a vida comum, mas performances especiais”.

A *formatura*, cena quase central, é ilustrada por duas fileiras de formandos, sentados, vestindo as habituais becas. Na cena seguinte, já graduados, profissionais da saúde, enfermeiros e *cirurgiões*, conduzem uma cirurgia. No lado esquerdo do painel, dedicado à ciência, Jenner Augusto dispôs elementos que remetem ao progresso e ao crescimento econômico sergipano. Dentre eles, observamos a chaminé que expele a fumaça e os “cavalos”, como são conhecidas as torres extratoras de petróleo, que aparecem logo atrás dos intelectuais; o pastoril e o céu, segundo Santana (2015, p. 384), representam o lirismo sergipano.

Uma predominância geométrica une toda a narrativa visual, do acabamento das roupas, às linhas que direcionam o quadro. Existe uma delimitação proposital do espaço, ritmando o olhar do espectador que percorre uma espécie de labirinto, metaforicamente falando, tal como o percorrido para se atingir o conhecimento.

Na segunda metade do painel, arte e cultura estão presentes, representadas pela, talvez, mais enigmática figura da obra: a personagem em traje que sugere alguma manifestação religiosa ou de cultura popular, representando, segundo Jenner Augusto⁸, o *Teatro*, que estende seu braço azulado em direção à dupla que se apresenta em uma espécie de balé moderno, à frente do *coro* que forma a última cena do percurso.

Ao fundo das representações aparece uma igreja, similar aos exemplos arquitetônicos encontrados pelo interior sergipano, e a linha que reproduz a vista da “Rua da Frente”, direcionando à interpretação simbólica de que aponta para a Barra dos Coqueiros, bem como elementos geométricos espalhados por toda área. A aplicação formal que encerra o quadro difere da inicial, evocando desproporções propositais e descontinuidades visuais evidentes. Porém, de antemão cabe a defesa a partir do que nos diz Burke (2017, p.28): “Independente de sua qualidade estética, qualquer imagem pode servir como evidência histórica”.

É justamente na parte do quadro relacionada à arte e cultura, que observamos uma maior liberdade na condução do pincel por Jenner Augusto. É neste momento da interpretação que inferimos e confrontamos desconfianças com fontes históricas e memórias. Sobre a intenção do autor, é necessário reconhecer que este é um problema que não é exclusivo da produção de uma imagem. A relação autor-obra-público é discutida em amplos campos e a compreensão da intenção requer igual esforço em qualquer desses espaços.

8 Jenner Augusto escreveu uma carta para o Prof. Aloisio de Campos explicando a pintura. O insucesso da tentativa de localizar o documento nos arquivos da UFS, levou-nos à consulta da transcrição contida na publicação comemorativa da década de fundação da Sociedade Semear, cuja Galeria recebe o nome do referido pintor. Cf.: Britto & Fernandes (2011, p.116).

Mas se persistirmos no impedimento de interpretar uma obra sob o pretexto de não termos a certeza de que o que compreendemos corresponde às intenções do autor, melhor seria deixar imediatamente de ler ou de observar todas e quaisquer imagens. Acerca do que o autor quis dizer, ninguém sabe nada; o próprio autor não domina toda a significação da mensagem que produziu; não é também o outro, não viveu na mesma época, nem no mesmo país, não tem as mesmas expectativas... Interpretar e analisar uma mensagem, em determinadas circunstâncias, provoca aqui e agora, tentando destrinçar o que é pessoal do que é coletivo” (JOLY, 1994, p. 48).

Assim sendo, entendemos que a presença das artes cênicas em metade do painel de Jenner Augusto se justifica pela forte atuação da UFS nesse campo, sendo foco de produção e formação naquele momento. A UFS àquela altura não dispunha de graduação em arte, mas estava diretamente envolvida na promoção de movimentos artísticos, ofertava cursos de teatro e era reconhecida como impulsionadora e mediadora cultural.

Dentre as ações promovidas pela UFS que contribuíram para a consolidação do campo artístico sergipano, a realização do Festival de Arte de São Cristovão desponta como a mais significativa desde a sua criação. Segundo Subrinho (2008, p. 07),

O FASC inaugurou a Extensão na UFS e ensinou-lhe a buscar parcerias, a integrar-se com várias instâncias do poder público e da iniciativa privada, a buscar, portanto, a interação com a sociedade e a projeção do fazer dos sergipanos no cenário regional e nacional. O FASC tornou-se uma referência no calendário cultural para artistas e grupos de todo o país, proporcionando oportunidades de intercâmbio de experiências nos mais diversos campos de expressão artística e cultural.

O FASC como política cultural e uma das mais importantes ações de extensão da UFS foi estudado por Santos (2015) que se dedicou a entender o festival em tempos ambíguos para a educação superior no Brasil. Sobre essa ambiguidade, Motta (2014, s/p) questiona:

Como explicar o paradoxo de uma ditadura anticomunista que permitiu a contratação de professores marxistas e manteve comunistas em seus cargos públicos, enquanto outros eram barrados e demitidos? Como foi possível, no mesmo contexto, o marxismo ter ampliado sua influência e circulação nas universidades?

Mais adiante, o autor aponta a cooptação de intelectuais adversários no campo ideológico dos ditadores como uma estratégia, com vistas a amortecer a resistência, bem como a atuação de intelectuais moderados que buscavam diminuir o impacto das forças repressivas que invadiam e promoviam a violência nos campi,

[...] para não mencionar os membros da comunidade universitária presos, torturados e mortos. Ainda assim, nas universidades, muitas vezes as vozes moderadas prevaleceram, e os atos repressivos foram temperados com negociação e tentativas de cooptação. (MOTTA, 2014, s/p)

A reflexão apresentada por Motta (2014) pode ser percebida na narrativa de Virgínia Lúcia:

A nossa relação com a Universidade fortaleceu nossa participação em movimentos contra a censura, pela anistia... E a UFS muito junto com a gente nisso. Embora, isso não queira dizer que aquela gestão da UFS fosse uma gestão não conservadora. A gestão era composta por uma elite permissiva e que não nos censurava. Era José Aloísio de Campos e Clodoaldo de Alencar. Contra Aloísio de Campos fizemos várias greves... Clodoaldo nós enterramos várias vezes na praça. Aloísio enfrentou várias greves nossas quando decidiu mudar o campus. (MENEZES, 2020).

Prosseguindo em suas lembranças, Virgínia Lúcia observa que em momentos de repressão surgem movimentos culturais fortes e representativos como ações de liberdade e de identidade dos que foram subsumidos. Em sua vivência enquanto aluna da UFS, destaca o contato que teve com a Prof^a. Aglaé Fontes, a quem alude como referência no campo teatral e que também esteve sujeita às ações dos censores. Segundo Benevides (2015, p. 335), o Grupo Teatral Expressionista, criado pela Prof^a. Aglaé Fontes, montou a peça “*Brefaias*, em 1976, que teve texto censurado pela ditadura militar” além de “[...] *Borandá*, escrito em 1966 e que foi considerada pela censura federal um texto subversivo”.

A atuação docente da Prof^a. Aglaé Fontes foi decisiva, segundo Benevides (2015) para o surgimento de grupos teatrais, a exemplo do Mamulengo de Cheiroso, grupo teatral de bonecos que surgiu após uma vivência nas aulas da disciplina Psicologia da Educação, ministrada pela Prof^a. Aglaé Fontes, em 1978.

Não há como falar do teatro sergipano no período abordado por este artigo sem falar em Prof^a. Aglaé Fontes. Ela esteve diretamente ligada à criação de grupos de teatro na UFS, a exemplo do Grupo Expressionista⁹ e Teatro Experimental da UFS, bem como na promoção de cursos para atores e estudantes, na pesquisa e organização que culminou no FASC, bem como em seus desdobramentos.

9 Sobre o Grupo Expressionista, Benevides (2015, p. 124) traz a entrevista feita com a Prof^a. Aglaé Fontes que afirmou ser aquele “uma mistura de teatro com jogralasca”. Segundo Benevides (2015) a Prof^a. Aglaé Fontes recorda que o grupo expressionista trabalhava com a encenação de temas regionais. O grupo era dirigido por Clodoaldo de Alencar, que na época era vice-reitor da UFS.

Segundo Benevides (2015, p. 345) a UFS foi palco de diversas realizações culturais na década de 1970. “Uma primeira ação Universitária foi a criação do Grupo Teatral Expressionista, [...] que se desenvolveu no âmbito da UFS, sob a direção cênica de Alencar Filho [...]”.

Nos anos 1970, indica Benevides (2015, p.152) que

[...] existiam diversos grupos teatrais, a exemplo do Grupo Experimental da UFS, Grupo Opinião, Expressionista, entre outros. A UFS e a Sociedade de Cultura Artística de Sergipe exerciam papel fundamental no desenvolvimento das artes cênicas no estado”.

A Sociedade de Cultura Artística de Sergipe – SCAS, mencionada por Benevides (2015), foi fundada em maio de 1951. “Felte Bezerra ajudou a fundar a SCAS, em 1951, [...] procurando difundir entre os sergipanos o gosto pelas artes e, particularmente, pela música erudita”. (DANTAS, 2009, p. 242). Foi diretor da SCAS desde sua fundação até 1960, quando foi sucedido por José Carlos Teixeira (1961-1963). Intelectual que legou contribuições às Ciências Sociais, História, Cultura Sergipana, dentre outros campos, Felte Bezerra esteve à frente de momentos importantes na formação de uma cultura artística neste estado.

Cruz (2012) analisa aspectos do Teatro Cultura Artística em Sergipe¹⁰, com base em documentos da SCAS existentes no Arquivo Público do Estado e aponta que na segunda metade do século XX no Brasil, surgiram sociedades culturais mantidas por associados, patrocinadores ou investimentos públicos e que estas se tornaram apoiadoras fundamentais da cultura nos locais em que existiam. Cruz (2012) assinala que a SCAS tornou-se referência no ambiente cultural sergipano nos anos de 1950 e 1960 e que além de promover a agitação artística do período, por meio da realização de eventos teatrais e musicais, dialogou com o meio universitário, a fim de proporcionar o acesso à arte ao público jovem:

As platéias da SCAS eram formadas por parcelas distintas da população aracajuana. Em especial, era possível perceber nestas platéias o reflexo do ambiente cultural que então se desencadeava na cidade a partir da criação, nos anos 50 e 60, das seis primeiras faculdades isoladas de Sergipe que logo iriam construir, em 1968, a Universidade Federal de Sergipe. A SCAS ainda possibilitava a entrada franca para estudantes secundaristas, e meia-entrada para os universitários, o que contribuiu para formar o gosto pela arte entre o público jovem. (CRUZ, 2012, s/p).

10 Em 1959 a SCAS deu um passo para a ampliação de sua força no campo artístico, com a criação do Teatro da Cultura Artística de Sergipe – TECA. Destaque-se aqui que diante da inexistência de uma Secretaria de Cultura ou outros órgãos oficiais em Sergipe (BENEVIDES, 2015, pp. 116-117) a SCAS fazia as vezes de “condutora do movimento cultural da cidade”.



O protagonismo da SCAS na promoção da cultura sergipana avançou durante os anos 1960 e 1970, e ainda conforme Cruz (2012), a “SCAS no campo das artes, e as instituições de ensino superior, no campo do conhecimento, fomentaram um ambiente cultural propício ao florescimento de ideias e à discussão da arte em Aracaju”.

A concepção artística politizada, que já era característica de Virgínia Lúcia, por exemplo, fortaleceu-se a partir do contato da atriz com Bemvindo Sequeira¹¹, durante a oficina de teatro produzida pela SCAS em 1980. É dessa oficina que, segundo Benevides (2015) deriva o Grupo Mambembe. “A princípio o grupo tinha o propósito de estabelecer uma relação dialógica com as comunidades menos favorecidas”. (BENEVIDES, 2015, p. 199). Esse propósito está diretamente relacionado à estética teatral adquirida a partir da formação com Bemvindo Sequeira no curso promovido pela SCAS¹².

Com o Grupo Mambembe, Virgínia Lúcia participou de mostras em todo o país e apresentou-se também fora dele. Após o término das atividades do grupo, a atriz fundou o IACEMA – Instituto de Artes Cênicas de Aracaju, em 1999, através do qual tem desenvolvido projetos experimentais de inserção da arte na educação popular, abordando temas como saúde, meio ambiente, direitos humanos e estética.

A UFS não precisou da estruturação de uma graduação em Artes Cênicas naquele momento para se tornar, assim como a SCAS, uma referência na cena teatral sergipana. O teatro era aprendido quando os artistas assistiam a outras peças teatrais, palestras ou discussões sobre teatro ou pela participação nas oficinas teatrais promovidas pelo FASC. Segundo Benevides (2015, p. 234) essas oficinas ocorriam no Cultart¹³ com a presença de professores de outros estados ou países.

Pelas ações de extensão da UFS, Virgínia Lúcia afirma que dois nomes devem ser ressaltados: o da Prof^a. Aglaé Fontes e o de Lânia Duarte, que foi diretora do Cultart. Segundo ela,

11 Bemvindo Sequeira (1947), nascido em Minas Gerais, é ator, humorista, autor, diretor e referência do Teatro de Rua no Brasil.

12 Sobre a formação “não formal” em Teatro realizada pela SCAS, BENEVIDES (2015, p. 207) apresenta depoimentos do então gestor cultural da SCAS, Amaral Cavalcante, que detalha as lembranças de acontecimentos ocorridos durante o processo. Para Cavalcante, “o Teatro Livre que Bemvindo trouxe, era um teatro a serviço de causas políticas, [...] a técnica que ele passou para a gente e que aqui somente Virgínia Lúcia aprendeu”. Sobre a oficina promovida pela SCAS, cf. Benevides (2015).

13 Segundo SOUZA (2015, p. 213) “O Centro de Cultura e Arte - CULTART é responsável pelas atividades tanto artísticas quanto culturais, da Universidade Federal de Sergipe”. Situado em um prédio secular na Av. Ivo do Prado, sedia aulas dos cursos de Licenciatura em Dança e Artes Visuais. Abriga a Galeria de Arte Florival Santos e o Teatro Juca Barreto. Consolidou-se ao longo dos anos como um importante espaço para as ações de extensão voltadas para a arte e cultura promovidas pela UFS.

duas mulheres que foram fundamentais. Prof^a. Aglaé instituiu o Grupo Experimental e o Expressionista, antes do Campus ir para São Cristóvão”. E o Cultart que naquela época já era um espaço considerado por nós atores um grande nicho cultural. (MENEZES, 2020).

A partir de 1980, o Cultart se tornou o Centro de Cultura e Arte da UFS. Conforme Antonioli (2018, p. 198),

Ainda na década de 1970, a UFS criou o Festival de Arte de São Cristóvão, baseado no Festival de Inverno de Ouro Preto, realizado pela Universidade Federal de Minas Gerais. (Souza, 205, p.2). Surgiram, depois, o Cultart, o Museu do Homem Sergipano, o Museu de Arqueologia de Xingó – MAX, a editora UFS, a rádio UFS, a Orquestra Sinfônica e assim por diante.

Quando falamos em arte em Sergipe, tendemos a reforçar a crença de que estivemos sempre na periferia da produção artística do Brasil e do exterior. Contudo, o conhecimento sobre o que acontecia em eventos como o FASC, ou nas ações de extensão universitária promovidas pela UFS como a capacitação de artistas nos intercâmbios culturais descritos por quem esteve presente naquele momento histórico, contribuem para a quebra dessa concepção deturpada acerca de nossa História da Arte. Observemos a fala de Virgínia Lúcia:

A grande importância do FASC é que ele nos conectava com o mundo. Um universo polissêmico e multifacetado porque nós tivemos acesso a uma literatura do teatro privilegiada. Assistimos a peças de Jean Genet, assistimos ao grupo Vento Forte... Vimos o que acontecia na grande metrópole. Nós tínhamos acesso e a universidade promoveu isso. Nós fizemos intercâmbio em espaços nacionais e internacionais. Nós tivemos acesso a uma produção importante da Itália. A universidade apoiou grupos em intercâmbios culturais, como o grupo “Tá na Rua”. Os grupos eram financiados por Sergipe e pela UFS. (MENEZES, 2020).

A existência dos cursos promovidos pela UFS coloca Sergipe lado a lado com o que acontecia nos grandes centros. “A UFS promovia cursos durante o FASC. Cursos de história do teatro. Fiz curso com Mauricio Carvalheira¹⁴, com certificado e tudo”. (MENEZES, 2020).

A busca da lembrança, pela atriz é visto por Alberti (1990) como um processo. Este processo é marcado, sempre, pelos recortes e releituras realizadas pelos indivíduos. A entrevista deve ser empregada em inves-

14 Luiz Maurício Britto Carvalheira nasceu em Recife-PE em 1945, onde morreu em 2012. “Foi ator, professor e teórico. Integrante do Teatro Popular do Nordeste (TPN) e um dos fundadores do Mamulengo Só-Riso”. Verbete disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa517517/luiz-mauricio-carvalheira>>. Acesso em 16/02/2020.



tigações sobre temas mais próximos de nós, eventos ocorridos em um passado não muito remoto que a memória dos seres humanos alcance. O procedimento da entrevista é importante para que possamos cruzar informações, com a narrativa de pessoas que participaram de eventos, sejam como atores ou como testemunhas, que se pretende compreender dentro uma temática.

Quando rememora aquele período, Virgínia Lúcia descreve a atuação da UFS como decisiva para o incremento das artes cênicas no estado de Sergipe e conta que houve bastante estranhamento, por parte de artistas sergipanos, em relação ao fato de o curso de Licenciatura em Arte-Educação¹⁵ ter sido o primeiro estruturado na área de arte da UFS, em vez de uma graduação em Teatro.

54

Para você ter uma ideia, a UFS foi uma grande mecenas para a artes cênicas sergipanas. O encontro do teatro com o povo não era tão comum e através das ações de extensão a UFS levou o teatro para os bairros, através da Mostra de Artes Cênicas instituída por Aglaé Fontes, que abriu inscrições e recebeu grupos dos bairros e teatro de rua, a exemplo do Imbuaca. A Mostra foi realizada no antigo teatro Maria Clara Machado [situado na Rua de Laranjeiras, hoje Faculdade São Luís de França]. Os grupos de teatro se inscreveram e não se separaram mais da universidade. (MENEZES, 2020).

Na concepção da atriz, as artes visuais¹⁶ (e aqui Virgínia Lúcia se refere ao curso que surgiu como Arte-Educação, sofreu alterações em sua estrutura curricular e uma mudança de denominação, passando a se chamar Licenciatura em Artes Visuais), não eram a prioridade das ações de extensão da UFS. Contudo, isso não quer dizer que a extensão da UFS, no campo cultural, abrangesse apenas o teatro.

Em agosto de 1980, por exemplo, o Prof. Aloísio de Campos assinou uma autorização via portaria para que a Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários instalasse no hall da Biblioteca Central, a Galeria de Arte Jordão de Oliveira, em homenagem ao artista homônimo, sergipano, que se tornou referência para a arte nacional, com uma reconhecida produção e relevante atuação como professor da Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro, que havia falecido em 28 de abril daquele ano. Segundo nota na “Gazeta de Sergipe” de 07 de agosto de 1980,

15 Segundo SEVERO (2017, p.3) “A licenciatura em Arte-Educação da Universidade Federal de Sergipe iniciou suas atividades em 1993, com a autorização de funcionamento concedida em 1992, [...]. Em Sergipe a formação específica para professores de Arte em nível superior, conforme já mencionei, somente inicia com a Licenciatura Plena em Arte-Educação em 1993 na UFS e, também neste ano, com o curso de Educação Artística da Universidade Tiradentes – universidade particular do Estado”.

16 Questão conceitual. Nesta reflexão Virgínia Lúcia entende artes visuais por artes plásticas ou belas-artes. Expressões ou produtos das belas-artes são oriundos de técnicas de manipulação de materiais para a criação de formas bidimensionais ou tridimensionais (pinturas, desenhos, gravuras, esculturas, dentre outros).

A Galeria de Arte Jordão de Oliveira destinar-se-à a exposições de Artes Plásticas, coletivas ou individuais, de bolsistas de Arte e de alunos de cursos livres mantidos pelo Centro de Cultura e Arte da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da UFS. A galeria poderá promover também exposições de artistas sergipanos ou de artistas de outros estados de reconhecido valor. (Gazeta de Sergipe, 07/07/1980, p. 2).

A UFS também abriu suas portas como um espaço de prática cultural, sendo aproveitada para ensaios ou apresentações. Virgínia Lúcia conta que, na época, os artistas se reuniam no espaço da universidade para discutir, estudar, ensaiar, dentre outras atividades, antes mesmo de estar sediada no Campus de São Cristóvão.

No início a gente não tinha onde ensaiar com o Imbuaça e acabava ensaiando no DCE, o Diretório Central dos Estudantes. Isso nos aproximou mais ainda da universidade e também do Diretório. Cheguei a ser diretora de cultura do DCE enquanto estive no curso de direito, que eu abandonei, graças a Deus! Porque eu seria uma advogada muito ruim. Porque eu era artista mesmo e eu queria era fazer arte. Esse trânsito de todos nós no Cultart e no DCE fez brotar em Sergipe um movimento Armorial tardio, que na música sergipana se fez sentir mais e antes, com Joésia Ramos, Bolo de Feira, Cataluzes, Alcides Melo... (MENEZES, 2020).

O movimento Armorial, ao qual Virgínia Lúcia se refere, surgiu nos anos 1970, em Pernambuco, idealizado por Ariano Suassuna, que foi Diretor do Departamento de Extensão Cultural da Universidade Federal de Pernambuco entre 1969 e 1974, dentre outras tarefas as quais se dedicou no âmbito da cultura. Em seu manifesto, afirmava a missão de exaltar a identidade nordestina e revelar para todo o Brasil uma arte genuinamente brasileira, com erudição popular e contra a influência massificante da cultura norte-americana.

Entendemos que o fato daquele movimento cultural pernambucano ter partido de um responsável pela extensão da UFPE, fez com que Virgínia Lúcia traçasse esse paralelo com as ações de extensão da UFS dos anos 1970. Vivendo sob a Ditadura Militar, artistas sergipanos e nordestinos viam as universidades como espaços de criação e liberdade, onde podiam expressar suas concepções por meio da arte.

Na imprensa sergipana circulavam as notícias sobre as atividades de extensão da UFS. As leituras dos jornais publicados no Estado naquele período revelam uma série de comunicações sobre exposições, shows, programações cinematográficas com lançamentos de filmes, lançamentos de livros e os cursos oferecidos pelo Cultart. Essas informações chegavam de maneira abundante para a sociedade e provocavam a aproximação entre a produção universitária e a comunidade.

Neste sentido, entendemos a UFS como uma forte mediadora cultural¹⁷ cuja atuação não estava restrita aos seus equipamentos culturais, e que ampliou seus espaços de projeção, promovendo a arte para além de seus prédios. Para exemplificar essa conclusão, transcrevemos trecho de anúncio publicado na “Gazeta de Sergipe” de 25 de julho de 1980:

Ontem, na Galeria de Arte Álvaro Santos, foi realizada a abertura da exposição “Expressão e Mutações”, numa promoção do Centro de Cultura e Arte da UFS, através da Coordenação do Programa Bolsa/Trabalho/Arte, SEAC/MEC e Galeria Álvaro Santos. A Amostragem é resultado dos cursos “Estética e Criatividade”, ministrado pelo artista plástico Eurico Luiz aos bolsistas da UFS [...]. (Gazeta de Sergipe, 25/07/1980, p. 7).

Ao refletirmos, é possível perceber que as ações voltadas para a arte, desenvolvidas pela UFS de então, chegavam de fato às diversas camadas sociais. Quando voltamos os olhos para o painel de Jenner Augusto e de posse de toda essa massa histórica que indica possibilidades, inferimos que a sua narrativa visual descreve aquele período. A fala de Virgínia Lúcia corrobora com essa impressão:

Essa obra de Jenner traduz uma extensão também para a periferia. E olhe que quando falo em parte dessa história nós nem éramos estudantes universitários ainda. Mas, naquela época acontecia muita coisa. Tinha cinema com Djaldino [Mota Moreno] fotografia com Jairo Andrade, o Encontro de Poesia Falada com autores e atores... Não era aquela coisa romântica e pueril. Era movimento. Movimento forte mesmo! Tínhamos na universidade um campo de resistência à ditadura, pois a UFS era um espaço de criação onde refletíamos. Um campo livre. (MENEZES, 2020).

Entrevistamos Virgínia Lúcia diante da reprodução do painel. Compreendemos que uma entrevista como uma técnica da História Oral, não precisa ser fechada, com perguntas ou falas que conduzam especificamente à narrativa do entrevistado. Porém, partimos da noção empreendida por Thompson (1998, p. 258) que afirma que “[...] a entrevista completamente livre não pode existir. Apenas para começar, já é preciso estabelecer um contexto social, o objetivo deve ser explicado e pelo menos uma pergunta inicial precisa ser feita”. Isso justifica a nossa ação de estimular as lembranças da entrevistada a partir da pintura.

Enquanto olhava os ícones pintados nas três telas, a atriz rememorava dias passados no teatro sergipano, na UFS, as relações com os colegas de

17 Perrotti & Pieruccini (2014) apresentam uma noção mais ampla de mediação cultural a partir da análise do conceito em diferentes teóricos. Nesse sentido, compreendemos, assim como os autores, que mediação cultural é uma categoria situacional. Entendemos, portanto, a UFS como mediadora cultural por causa do seu papel como produtora, difusora e promotora do acesso à cultura pelas diferentes camadas da sociedade.

arte, os trabalhos feitos, os personagens daquela história... Sua narrativa somada às nossas primárias interpretações do painel de Jenner Augusto, confrontada com as teses que fundamentam a história da UFS daquele período, apontam uma força da Universidade no campo cultural jamais vista neste Estado.

Isso pode ser lido quase na totalidade das entrevistas transcritas por Benevides (2015), nas quais aqueles que falam sobre a UFS, destacam sua importância para o Teatro Sergipano. Também pode ser percebido em textos, consultados para este trabalho, que abordam o FASC, a exemplo de Santos (2015) e Souza (2015). Ousamos afirmar que na atualidade a UFS perdeu seu protagonismo nessa atuação, por inúmeros motivos hipotéticos que não serão aqui expostos, justamente por serem hipotéticos, mas que, para Virgínia Lúcia estão bem definidos. Entendemos o tom nostálgico da atriz, mas não temos elementos teóricos para legitimar a fala, tampouco é esta a nossa intenção neste momento.

Embora hoje existam cursos de licenciatura em várias linguagens da arte, existe também uma internacionalização. A UFS tem muitos professores estrangeiros com diferentes visões e conhecimento de nossa cultura. É outro momento, muito diferente daquele. Ah! É muito diferente! (MENEZES, 2020).

A UFS se consolidou como um espaço de referência para a produção e difusão cultural entre os sergipanos desde a sua fundação. Isso é um fato. Assim como é inegável que a força de suas ações de extensão a colocaram nesse patamar. É essa a percepção formulada por nós a partir das narrativas da atriz que teve sua história/carreira entrelaçada à UFS antes mesmo de ser aluna da instituição.

“Aquele efervescência”, apontada por Virgínia Lúcia, está descrita pelos intelectuais que se dedicaram à escrita da história da UFS. Está publicada nas páginas de inúmeros jornais. Está na representação da sociedade sergipana sobre aquela cidade universitária onde se instrui, se faz ciência, se difunde cultura e se produz arte, assim como pintou Jenner Augusto.

Referências

- ALBERTI, Verena. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Contemporânea do Brasil, 1990.
- AMARAL, Lindolfo (org.). **A Construção da Memória – Imbuça 30 anos**. Aracaju: J. Andrade, 2008.
- AUGUSTO, Jenner. **Painel do Hall da Reitoria da Universidade Federal de Sergipe**. Salvador-BA, 1980.
- ANTONIOLLI, Ângelo Roberto. O mundo não anda para trás: aspectos da criação e dos avanços da Universidade Federal de Sergipe. **Revista do IGHS**, n. 48, volume 2, 2018. p. 193-201.



BENEVIDES, Lourdisnete Silva. **Abram-se as cortinas: a história da formação teatral em Aracaju, Sergipe (1960-2000)**. Tese. Doutorado em Educação. PP-GED/UFS, 2015.

BRITTO, Mário & FERNANDES, Zeca. **Jenner Augusto, vida e obra**. Aracaju-SE: Sociedade Semear, 2011.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica**. São Paulo: Editora UNESP, 2017.

CRUZ, José Vieira da. **Artes cênicas e literatura: o Teatro da Cultura Artística de Sergipe**. 2012. Disponível em: <<http://blogdojosevieira.blogspot.com/2012/07/artes-cenicas-e-literatura-o-teatro-da.html>>. Acesso em 25/04/2020.

DANTAS, Beatriz Góis. Felte Bezerra e a fase heróica da Antropologia em Sergipe: 1950-59. **Revista do IGHS**, n. 39, volume 1, 2009. p. 227-258.

JOLY, Martine. **Introdução à Análise da Imagem**, Lisboa, (1994).

MENEZES, Virginia Lúcia da Fonseca. **Discurso proferido na ocasião do recebimento do Título de Cidadã Sergipana**. Disponível em: <<https://al.se.leg.br/raimundo-venancio-e-virginia-lucia-recebem-titulo-de-cidadania-sergipana/>>. Acesso em: 30/04/2020

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As Universidades e o Regime Militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

PERROTTI, Edmir; PIERUCCINI, Ivete. A mediação cultural como categoria autônoma. In: **Revista Informação & Informação**. Londrina, v.19, n. 2, p. 01-22, maio/ago. 2014. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/informação>>. Acesso em: 15/02/2020.

PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. Apresentação. In: Oliva, Terezinha Alves de; CABRAL, Otávio Luiz & SOARES, Rosane Bezerra. **Uma história em cartaz FASC**. Festival de Arte de São Cristóvão/SE: Editora UFS, 2008.

PEIRCE, Charles Senders. **Semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

PONTUAL, Roberto. **Dicionário das Artes Plásticas do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

_____. **Jenner: A Arte Moderna na Bahia**. Rio de Janeiro – RJ: Editora Civilização Brasileira, 1974.

SANTAELLA, Lúcia. **O que é Semiótica**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012.

SANTANA, Cléber de Oliveira. **O que a cegueira do tempo fez desaparecer: Fotografia e História da UFS (1968 – 1998)**. São Cristóvão/SE, 2000. Monografia do Curso de História da Universidade Federal de Sergipe.

SANTOS, Mislene Vieira dos. **Da ditadura à democracia: o Festival de Arte de São Cristóvão (FASC) e a política cultural sergipana (1972-1995)**. 2014. 183 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2015.



SOUZA, Eliana. **História e Memória**: Universidade Federal de Sergipe (1968-2012). São Cristóvão: Editora UFS, 2015.

SEVERO, Márjorie Garrido. A memória da formação de professores de Artes Visuais na Universidade Federal de Sergipe e os debates sobre a Base Nacional Comum Curricular. In: 8º ENCONTRO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E 9º FÓRUM PERMANENTE DE INOVAÇÃO EDUCACIONAL. 2017. **Anais**. Disponível em: <<https://45.65.201.106/index.php/enfope/article/view/5288/1823>>. Acesso em: 15/02/2020.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado**: História Oral. São Paulo, Paz e Terra, 1998.

Artigos de Jornais

Aloísio esclarece questões universitárias. **Gazeta de Sergipe**, Aracaju, p. 6, 06 de julho de 1980.

Campus Universitário tem painel de Jenner Augusto. **Jornal de Sergipe**, p. 10, 11 de junho de 1980

Exposição. **Gazeta de Sergipe**. Aracaju, p.7, 25 de julho de 1980.

Renúncias, Desmaios e Choros. **Gazeta de Sergipe**, Aracaju, p. 4, 06 de julho de 1980.

UFS cria Galeria Jordão de Oliveira. **Gazeta de Sergipe**, Aracaju, p. 2, 07 de agosto de 1980.

Entrevista

MENEZES, Virginia Lúcia da Fonseca. **Entrevista concedida a Danielle Virginie Santos Guimarães Marinho**. Aracaju-SE, 03 de fevereiro de 2020.



A “Pedagogia da feira”: práticas culturais e educacionais do Colégio Deputado Elísio Carmelo

*Maria José Dantas¹
Cleany Oliveira de Jesus²*

Resumo

Este artigo enfatiza a feira cultural do Colégio Deputado Elísio Carmelo, evidenciando a existência de uma “Pedagogia da Feira” no processo de aprendizagem. A investigação se debruça sobre a escola, retratando o surgimento da atividade e apontando reflexões sobre a prática educativa. O suporte teórico-metodológico que fundamenta o estudo está centrado na História da Educação e História Cultural, tendo como base os conceitos de cultura, pedagogia e feira. A análise foi subsidiada por questionários e entrevistas e viabilizou conhecer a história de uma relevante prática pedagógica realizada no município de São Cristóvão. Investigar essa feira possibilitou acompanhar o desenrolar de uma atividade que proporciona por meio da cultura, formação, instrução e transmissão de valores educacionais não somente aos alunos, mas às pessoas de diversas partes da sociedade.

Palavras-chave: Colégio Elísio Carmelo, Feira Cultural, Pedagogia da Feira.



- 1 Doutora em Educação pela Universidade Federal de Sergipe; Professora do Departamento de Educação DED/UFS; integrante do Grupo de estudos e pesquisas em História da Educação: memórias, sujeitos, saberes e práticas educativas.
E-mail: mariajosedantas@yahoo.com.br
- 2 Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe; Professora da Educação Básica na cidade de São Cristóvão; Ex-aluna do Colégio Deputado Elísio Carmelo.
E-mail: cleanyoj@hotmail.com

The “Pedagogy of fairs”: cultural and educational practices of Elísio Carmelo High School

La “pedagogía de la feria”: prácticas culturales y educativas del Colégio Deputado Elísio Carmelo

61



Abstract

This article emphasises the cultural fair of Deputado Elísio Carmelo high school, highlighting the existence of a “Pedagogy of the Fair” in the learning process. The investigation focuses on the school, portraying the emergence of the activity and pointing out reflections on educational practice. The theoretical and methodological support that underlies the study is focused on the History of Education and Cultural History, based on the concepts of culture, pedagogy and fair. The analysis was supported by questionnaires and interviews and allowed discover the history of a relevant pedagogical practice carried out in the municipality of São Cristóvão. Investigating this fair made it possible to monitor the development of an activity that provides culture, training, instruction and the transmission of educational values not only to students, but to people from different parts of society.

Keywords: Cultural Fair, Elísio Carmelo High School, Pedagogy of the Fair.

Resumen

En este artículo se enfatiza la feria cultural del Colegio Elísio Carmelo, evidenciando la existencia de una “Pedagogía de la Feria” en el proceso de aprendizaje. La investigación se centra en la escuela, retratando el surgimiento de la actividad y apuntando reflexiones sobre la práctica educativa. El soporte teórico-metodológico que fundamenta el estudio se centra en la Historia de la Educación e Historia Cultural, teniendo como base los conceptos de cultura, pedagogía y feria. El análisis fue subsidiado por cuestionarios y entrevistas y viabilizó conocer la historia de una relevante práctica pedagógica realizada en el municipio de São Cristóvão. La investigación de esta feria permitió acompañar el desarrollo de una actividad que proporciona por medio de la cultura, formación, instrucción y transmisión de valores educativos no sólo a los alumnos, pero también a las personas de diversas partes de la sociedad.

Palabras clave: Colegio Elísio Carmelo, Feria Cultural, Pedagogía de la Feria.

Introdução

A temática das festas e feiras como práticas educativas tem sido abordada no campo acadêmico, sobretudo, buscando verificar as contribuições desses eventos para a produção do conhecimento. Neste sentido, este artigo tem como objeto a Feira Cultural do Colégio Estadual Deputado Elísio Carmelo, localizado na Rua Pai Tomé - Nº 91, no centro histórico do município de São Cristóvão, 4ª cidade mais antiga do Brasil. O trabalho tem como objetivo investigar do ponto de vista histórico, a importância da realização dessa feira cultural, especificamente do ano de 2011 até 2014. Visa também destacar as atividades desenvolvidas em cada feira, buscando descrever a importância desses eventos no aspecto pedagógico.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico, tendo o suporte teórico fundamentado na História da Educação e História Cultural. Discute os conceitos de cultura, pedagogia e feira e está apoiada em depoimentos orais, entrevistas e questionários colhidos ao longo da investigação, visando, sobretudo, analisar como ocorre todo o processo de preparação e desenvolvimento da feira e verificando sua influência na aprendizagem dos alunos.

A realização das Feiras Culturais promovidas pelo Elísio Carmelo teve início em 2003 e ocorre sempre uma vez por ano, geralmente no segundo semestre. Contudo, nesta pesquisa, o marco temporal priorizado restringe-se apenas aos anos de 2011 a 2014. A delimitação justifica-se pelo fato de que foram os quatro anos consecutivos que a feira foi realizada na Praça São Francisco, nos anos subsequentes ela transferiu-se para o espaço da própria escola.

São Cristóvão cidade fundada em 1590 por Cristóvão de Barros, atualmente possui cerca de 100 mil habitantes. Sua historicidade é marcada por grandes acontecimentos: de um lado serviu como palco para invasões e batalhas entre holandeses, portugueses, negros e índios, por outro lado, serve de espaço para inúmeras manifestações culturais, religiosas e folclóricas. Além disso, foi a primeira capital de Sergipe.

O conceito de cidade, enquanto categoria formada por grandes aglomerações humanas, historicamente tem tido muitas formas de compreensão: a cidade conceituada como “fortaleza”, onde predominava a existência de muralhas, para proteção e defesa; as cidades com visão estrelada, colocando em evidência a centralidade, predominaram durante o Renascimento; e a ideia de cidade como máquina, como um meio de produção, presente, principalmente, no início do século XX, com a revolução industrial.



Ao longo da história, as cidades foram cenários de trabalho, de trocas, de negócios, e também de encontros nas ruas, de conversas nas praças, de manifestações políticas, de festas. De uma certa forma, nas cidades materializou-se a criatividade humana, quase sem limites, no ardor de vencer a natureza. As cidades foram também os espaços onde foram disseminados a escola, a escrita, a imprensa, o livro e a pedra – templos e monumentos que em sua arte perpetuaram ideias e valores. *Stadtluft macht frei*, o ar da cidade liberta, uma conhecida expressão alemã dos tempos medievais, evidencia para a cidade como o lugar da produção da autonomia, da liberdade, do indivíduo, dos gostos (VEIGA, 2003, p. 399).

É na cidade onde a vida acontece, na cidade estão mergulhados todos os desafios presentes na humanidade: conflitos entre gerações, miséria, anseios sociais, entre outros. A cidade é, antes de tudo, um local de concentração de diversificados agentes sociais.

Le Goff (1998), acreditando no dinamismo urbano, fez uma abordagem sobre essas questões. Coloca a cidade como um lugar de troca e de diálogo, lugar de cobiça, lugar de poder, que quer fundar o bom governo, preocupada com a Justiça, mas multiplica as injustiças e os marginalizados.

No que diz respeito à cidade de São Cristóvão, de acordo com Nunes (2007), em 1637, os holandeses invadiram Sergipe e deixaram a cidade completamente destruída. Sua reconstrução aconteceu durante meados do século XVIII. Em 1763 a cidade sofreu uma nova invasão, porém desta vez foi por negros, mocambos e índios que fugiam de perseguições. Em 1820 o Estado de Sergipe, até então, parte anexada à Bahia desde o final do século XVII, foi emancipado através de um Decreto de Dom João VI, tornando assim a cidade de São Cristóvão a primeira capital do estado Sergipano.

Distante 25 km de Aracaju, São Cristóvão possui uma riqueza de monumentos históricos, prédios tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), bem como diversos aspectos culturais e religiosos, que têm sido estudados por vários pesquisadores³.

Durante o final da primeira metade do século XIX, de acordo com dados do portal da Prefeitura Municipal de São Cristóvão (2017), os senho-

3 Dentre as pesquisas, a título de exemplo podemos citar: PASSOS, Carla. *São Cristóvão a primeira capital de Sergipe*. Cinform Municípios, Aracaju, n. 200, p.236-238, 2002; SANTANA, Josineide Siqueira de. Papéis Velhos: A História do Orfanato de São Cristóvão e da Escola da Imaculada Conceição através de suas Fontes. *Anais do VII Congresso Brasileiro de História da Educação*. Sociedade Brasileira de História da Educação. Cuiabá, 2013. (p.1-14); SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Uma história de pés descalços: os ex-votos e a experiência dos romeiros do Senhor dos Passos de São Cristóvão (Sergipe, Brasil). *Revista Brasileira de História das Religiões*, v. 34, p. 173-200, 2019; VILELA, Iêda Maria Leal; SILVA, Maria José Tenório da. *Aspectos históricos, sociais, culturais e artísticos da cidade de São Cristóvão*. Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura e Meio Ambiente, 1989. (Série memórias, v. 1).

res de engenho começaram a liderar um movimento, com o objetivo de transferir a capital sergipana para outra região, onde tivesse um porto capaz de receber embarcações de maior porte para facilitar o escoamento da produção açucareira, principal fonte da economia na época. Assim, em 17 de Março de 1855 a sede da capital foi transferida, pelo presidente provincial Inácio Joaquim Barbosa, para a cidade de Aracaju, numa região vizinha a antiga capital. Após essa mudança, São Cristóvão sofreu um período de despovoamento e crise, que só teve fim no início do século XX com a chegada de fábricas de tecidos e via férrea na cidade.

São Cristóvão, é uma cidade berço de diversidade cultural, possui uma rica história de conflitos e reestruturação, tendo a Praça São Francisco como um símbolo dessa história. A Praça em 01 de agosto de 2010 recebeu da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), a chancela de “Patrimônio Cultural da Humanidade”⁴. Portadora de arquitetura e monumentos históricos datados do século XVIII ao XIX, como a Igreja e o Convento de São Francisco, Museu de arte sacra, Igreja e a Santa Casa de Misericórdia e o Palácio Provincial, a praça acabou se tornando um museu ao céu aberto, um lugar mais que propício para a realização de eventos como a Feira Cultural.

De acordo com Felgueiras (2010), a ideia de cultura, surge ligada a uma perspectiva de civilidade, de trato social. Segundo esta autora, foram os antropólogos⁵ que desenvolveram o conceito de cultura numa acepção descritiva como “todo o complexo que compreende o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, o direito, os costumes e as outras capacidades ou hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro da sociedade.” (FELGUEIRAS, 2010, p. 20). Ou seja, as regras e práticas sociais incorporadas: domínio das pulsões, autocontrole, etiqueta, dentre outros.

Em várias partes do mundo, a existência de uma diversidade cultural proporcionou uma imersão da cultura como um sistema de normas e valores e como um conjunto de obras primas de uma época ou sociedade. A cultura vem ocupando um lugar de destaque na sociedade, história e narrativa, articulada com os processos sociais, econômicos e políticos, que a explicam. Neste sentido, podemos entender a cultura como sendo tudo aquilo que diz respeito aos processos de ser, de fazer e de sentir do homem, ou seja, como práticas que a humanidade foi apreendendo, aperfeiçoando e desenvolvendo ao longo dos séculos.

4 Em documento elaborado para este fim, é possível encontrar dados históricos sobre a importância da cidade e, sobretudo, sobre a relevância da praça: NUNES, Maria Thétis. *A cidade de São Cristóvão na formação da história de Sergipe*: desde a colônia até os dias atuais. In: BRASIL. Dossiê da proposta de inscrição da Praça São Francisco em Sergipe na lista do patrimônio mundial. Aracaju: Secretaria de Estado da Infraestrutura; IPHAN: Prefeitura Municipal de São Cristóvão, 2007. p. 1-16. CD-ROM;

5 Precisamente, Edward Burnett Tylor, na obra *Primitive Culture*, publicada em 1871.

Assim, é relevante a pesquisa que ora se desenvolve, visto que ressalta atividades culturais que promovem o envolvimento de alunos, professores e comunidade em geral, possibilitando o acesso ao conhecimento de diversas realidades, sejam elas políticas, históricas, sociais ou religiosas e ainda, contribui para a História da Educação com a divulgação de práticas educativas diversificadas.

Feiras e festas como práticas pedagógicas

Dentre as pesquisas efetivadas no empenho de apresentar uma revisão de literatura para elaboração deste artigo, visitamos o arquivo de Monografias do Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe e não encontramos nenhuma publicação sobre a temática. Também investigamos o acervo do Programa de Pós-Graduação em Educação e também não foi localizado nenhuma investigação. Assim, consultando as plataformas digitais encontramos alguns trabalhos que de algum modo se assemelham à pesquisa que estamos realizando, a exemplo da Monografia de Maria Ambrosio (1988) cujo tema é “A Pedagogia do Rosário”. O trabalho tem como principal objetivo identificar os conteúdos educativos presentes na festa de Nossa Senhora do Rosário em Sete Lagos - MG. Essa festa é realizada pelos que se auto denominam, “pretinhos do rosário”, a festa é uma maneira de afirmação dessa identidade, não somente no cotidiano dos negros mas também em relação a todo um passado de luta e resistência. A autora descreve como acontece a Festa do Rosário, a história que a envolve e como é a sua preparação, contextualiza esse movimento cultural com o intuito de manter viva a tradição.

“A Pedagogia do Estar junto: éticas e estéticas no bairro de São Sebastião do Rocio”, Tese de Doutorado escrita por Sônia Maria dos Santos Marques (2008), tem como foco central investigar de que modo os moradores “negros” de São Sebastião, bairro localizado no Município de Palmas, inventam e inventaram a socialidade e constituem o “estar junto” nesse espaço. Para isso a autora inicia descrevendo os processos históricos de constituição presente nesse bairro. Em seguida ela demarca os contornos e as formas que os moradores constituem socialidade, inventam e inventaram o estar junto, e cartografa os espaços identificados pelos moradores como significativos para a própria vivência. Por fim, ela retrata os personagens e os seus significados cotidianos que constituem o “estar junto”.

Anilton Nunes dos Reis (2015) em artigo intitulado “A festa de São José, no bairro Vila Nova, em Francisco Beltrão/PR: a pedagogia do estar junto”, aborda justamente a festa religiosa de São José, que acontece no Bairro Vila Nova, localizado na cidade de Beltrão. O autor descreve a relação proporcionada por essa festa com a pedagogia do estar junto, na qual acontece a ligação, do aprender e do ensinar, colocando em prática



o saber, o fazer e o ensinar de maneira que valorizam aqueles que doam tempo, sabedoria e experiência, para a realização da mesma.

O artigo intitulado “Por uma pedagogia da festa”, escrito por Maria Souza (2012), é fruto de pequenas oficinas aplicadas pela autora no âmbito do teatro, música e dança. A autora faz uma relação da composição corporal individual em um corpo coletivo da ciranda e o desafio da improvisação textual do coco. A partir dessa relação a pedagogia da festa tem a proposta de mostrar como a dança, as músicas e a atuação originada do coco e das cirandas podem influenciar na educação, focando em uma aprendizagem que envolve o prazer sensorial do corpo e o intelectual, tendo como estratégia uma aula espetáculo.

Trilhando nesta direção, este artigo sobre a Feira Cultural do Colégio Deputado Elísio Carmelo, evidencia a existência de uma “Pedagogia da Feira”, entendida aqui como a prática de ensinar e aprender, criando, compondo, encenando, trabalhando e estudando juntos. Visa identificar as contribuições desse processo na aprendizagem dos alunos, descrevendo como ela ocorre e qual a representação de professores e alunos. A análise tem o intuito ainda de despertar o interesse “para (re)descobrir e perceber os valores e particularidades de uma identidade cultural” (SOARES 2007,p.51), e assim aproximar e envolver mais e mais pessoas no processo do conhecimento de atividades culturais de uma forma dinâmica.

O Colégio Elísio Carmelo

O Colégio Estadual Deputado Elísio Carmelo, anteriormente denominado Colégio de 1º e 2º Graus São Cristóvão, foi fundado pelo Gestor Municipal Lauro Rocha, pelo Decreto Nº 09 de 05/04/1977 para funcionamento noturno e a entidade mantedora era a Prefeitura Municipal. O Colégio começou a funcionar com suas atividades letivas em um prédio da fábrica São Cristóvão, mais conhecida como Fábrica Velha, onde funcionava a já extinta Escola Reunida Otoniel Amado.

Segundo dados colhidos no Projeto Político Pedagógico da Escola (2017), a data de fundação do Colégio São Cristóvão é 25 de fevereiro de 1977 e em 17 de Agosto de 1978 foi concedida autorização para funcionamento do ensino de 2º Grau, oferecendo as Habilitações de Cursos de formação para o Magistério de 1º Grau (da 1ª a 4ª séries e da 1ª a 6ª séries) nas especializações de Ciências, Estudos Sociais e ainda Comunicação e Expressão. Também ofertou o Curso de Técnico em Contabilidade.

A partir de 19 de agosto de 1985, passou a ser chamado Colégio Estadual Deputado Elísio Carmelo em homenagem a um homem público muito referenciado na cidade. O patrono da instituição é filho de Elyseu Carmelo e Hosana Carmelo e nasceu no dia 02 de dezembro de 1908. Faleceu em 29 de abril de 1983, tendo como causa um câncer no fígado.

De acordo com Camilo (2019) “descendente de uma das mais prestigiadas famílias de São Cristóvão, Elisio é o caçula de uma prole de sete irmãos; Wilson Carmelo, Antônio de Carmelo, Ariadne Carmelo, Joelina Carmelo, Leda Carmelo e Neusa Carmelo”. Ainda de acordo com o referido autor (2019), o sobrenome “Carmelo” foi cunhado inicialmente por um tio avô, o Padre Antônio Teixeira de Jesus.

O presbítero Antônio [...] resolveu adotar como nome sacerdotal Antônio Carmelo, em homenagem aos Carmelitas, ordem religiosa pela qual tinha profunda admiração. A partir desse fato, o patriarca Maximiliano (avô de Elisio) decide também substituir o sobrenome Teixeira de Jesus por Carmelo, surgindo assim, a “dinastia” dos Carmelo. (CAMILLO, 2019, p.51).

Elisio iniciou seus estudos em escolas municipais de São Cristóvão. Teve como primeiro educador o professor Leão Magno. E de acordo com Camilo (2019), após concluir o curso primário, foi para capital do Estado no intuito de ingressar no ginásio, tendo estudado no Colégio Tobias Barreto.

Segundo Camilo (2019) Elisio iniciou sua vida profissional como comerciante no ano de 1930 e no dia 13 de dezembro de 1945 se tornou o escrivão titular do 1º Ofício da Comarca de São Cristóvão. “Foi ocupando esse cargo que Elisio começou a colocar [...] em prática um pensamento que o acompanhou desde a época que atuou na atividade comercial, tornar a sociedade são-cristovense mais fraterna, justa e igualitária.” (CAMILLO, 2019, p.91).

Essa atividade como escrivão possibilitou que Elisio começasse a receber convites para ingressar na carreira política. De acordo com Camilo (2019) no começo ele não queria, mais logo depois cedeu a uma nova investidura do então governador do Estado de Sergipe, Leandro Maciel e ingressou na política, filiando-se em 1958 ao Partido Trabalhista Brasileiro-PTB.

De acordo com dados colhidos por Camilo (2019), Elisio concorreu ao cargo de Prefeito de São Cristóvão e venceu as eleições no dia 03 de outubro ano de 1958, e governou de 1959 até 1962. Durante seu mandato, para demonstrar a grande importância que dava à educação, falava com frequência uma frase que se tornou bastante conhecida: “um município para se desenvolver deve ter em cada pé de pau uma escola”. (CAMILLO, 2019, p.125). Assim, como até aquele período em São Cristóvão só existia o ensino primário, ele juntamente com Dr. Bonifácio Fortes, Araceles Correia e Manuel Ferreira, criaram o Ginásio São Cristóvão, que mais tarde, em sua homenagem passou a ser denominado Colégio Estadual Deputado Elisio Carmelo.

Atualmente o Colégio está localizado no centro Histórico da Cidade de São Cristóvão, mais precisamente na rua que fica no lado esquerdo da



Igreja São Francisco. Infelizmente não está em prédio próprio, encontra-se estabelecido em um local alugado, uma antiga escola privada.

A escola acolhe alunos do 8º ano e 9º ano do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos no Ensino Médio (EJAEM). Funciona nos três turnos: matutino, vespertino e noturno e atende em média mais de 800 alunos matriculados. Trabalha em sua grade curricular com as seguintes disciplinas: Artes, História, Geografia, Matemática, Física, Biologia, Sociologia, Filosofia, Língua Portuguesa, Educação Física, Química, Redação, Espanhol, Inglês. O Conselho Escolar do Colégio foi fundado no ano de 2001.

O Colégio é rico em movimentos que buscam despertar os alunos para a realidade social, e instigá-los para busca do conhecimento através de pesquisa e exposições. O principal projeto da escola é a Feira Cultural, porém, além dessa iniciativa ela é responsável por outros projetos como o “Natal Solidário”, que já recebeu o selo de Qualidade Escola Solidaria em 2011, o projeto “Diversidade Cultural”, o projeto “Amostra Ambiental” e o projeto “Expo – História”.

O projeto “Diversidade Cultural” tem como foco despertar na população o valor da cultura étnico-racial. A “Amostra Ambiental” tem o objetivo de sensibilizar e conscientizar a comunidade escolar para o fato de que a intervenção no meio ambiente é feita por todos, abrangendo as atividades na escola e no entorno dela. O coordenador do projeto é o professor de Biologia. Já a “Expo – História” busca fazer uma exposição sobre fatos históricos, o que permite aproximar os alunos de uma forma mais dinâmica do interesse pela história.

A feira cultural

A Feira Cultural surgiu no ano de 2003, e começou como uma Feira de Regiões, Países e Estados, quando a escola ainda estava fixada em um prédio na Praça Getúlio Vargas, localizada também no centro histórico da cidade de São Cristóvão. A Feira Cultural nasceu com o intuito de celebrar o encerramento do primeiro semestre letivo com uma festividade Junina, unindo assim um momento de festividade com um momento de instigar o desenvolvimento dos alunos. A intenção de realizar esse evento após a conclusão do primeiro semestre, era vista inicialmente como uma possibilidade de complementar as notas dos alunos, ou seja, a soma dos pontos conquistados com as atividades da feira, iria subsidiar a segunda nota do primeiro semestre.

Essa proposta foi mantida ao longo dos anos e segundo a diretora da escola: “até hoje se mantém esse padrão: aproveitar a pontuação da feira cultural, para a segunda nota”. Dessa forma a segunda avaliação fica valendo 6,0 pontos, e os projetos da feira valem de 2,0 a 4,0 pontos divididos



em níveis: Regular (2,0), Bom (3,0) Ótimo (4,0). Os jurados atribuem notas de 5,0 a 10,0 pontos para cada item analisado, observando o alcance das metas exigidas. Após a análise de todos os jurados, a votação é minimizada para o nível de cada item em porcentagem da seguinte forma: Regular = de 50% a 70% da pontuação total; Bom = de 71% a 89% da população total; Ótimo = de 90% a 100% da pontuação total.

A Feira cultural tem por justificação/ motivação a análise das novas propostas curriculares e os novos métodos de avaliações educacionais, apresentados pelo Ministério da Educação, percebe-se que o foco das competências a serem desenvolvidas está na interpretação, seja de textos, de dados ou de gráficos.

A partir desse material, os trabalhos ganharam um maior destaque nas aulas de português, levando os alunos a investigarem todo o contexto histórico e social do processo de construção de tais textos. Em suas primeiras edições, a feira trabalhava apenas com aspectos culturais de países e regiões. Posteriormente, além dessas temáticas, são abordados outros temas que envolvem a Diversidade Cultural e as Problemáticas Sociais. Dentre os conteúdos desenvolvidos estão acontecimentos históricos; comportamento humano; estatística; linguística; alimentação; biografias; ambiente; dentre outros.

Segundo a Diretora do Colégio,

para se obter a definição do tema da Feira Cultural, todos os professores participam ou já participaram desse processo, e a escola sempre está aberta às sugestões do corpo docente no que se refere a escolha ou aprimoramento do tema. Isso é de extrema importância, pois essa comunhão de ideias e de aprimoramento facilita o trabalho em equipe entre os professores, e auxilia os docentes no desenvolvimento de uma melhor contextualização dos temas abordados na feira com conteúdos extracurriculares (SANTOS, 2016).

Ainda de acordo com a Diretora, a feira cultural era realizada na Praça São Francisco e às vezes na Praça da Matriz, com o apoio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), esse apoio era importante, pois “nos dava essa abertura de fazer na Praça São Francisco, que é patrimônio cultural da humanidade, só que, devido ao aumento da violência passamos agora a fazer dentro da escola” (SANTOS, 2016).

É triste constatar os efeitos da insegurança que atinge toda a sociedade e em consequência também os eventos escolares. A própria diretora nos confidenciou que já enfrentou alguns marginais para que eles não prejudicassem os alunos. Mesmo chamando o policiamento, que sempre ajudou e esteve presente nas feiras, ainda assim não era o suficiente, pois a praça é um local aberto e havia uma grande circulação

de pessoas. De acordo com Santos (2016), a visitação às barracas da feira muitas vezes ultrapassava 3.000 mil pessoas. Dessa maneira não tinha como ter um controle sobre todos. Assim, para não colocar nenhum aluno em situação de risco, atualmente a Feira Cultural tem acontecido dentro da escola com um número reduzido de visitantes. A circulação de um menor número de pessoas torna a feira um pouco melhor em relação a segurança dos próprios alunos, pois assim é possível ter um controle maior sobre as pessoas que chegam para visitar a feira.

No que diz respeito às temáticas abordadas pela feira no marco teórico estudado, em 2011 o tema foi “Patrimônios Brasileiros da Humanidade”; Em 2012 voltou-se para os “Estilos Literários”; Em 2013 teve como tema um questionamento: “Como eu me encontro no Mundo?”; 2014 “Alteridade e Cidadania” (tecnologia, grupos folclóricos, meio ambiente e ecossistema, movimentos sociais, família e sociedade X crack e etc).

No ano de 2011 ocorreu a VIII Feira Cultural com o tema geral “Patrimônios Brasileiros da Humanidade”, o qual teve como subtema para cada turma a lista Brasileira de Patrimônios Mundiais. Nesse ano, com o intuito de ajudar na preparação dos alunos na produção da feira cultural, a diretoria da escola solicitou a Casa do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) que fornecesse material aos alunos. Assim, pensando “em ajudar com materiais e informações sobre os sítios brasileiros constantes na Lista da UNESCO, a Casa do IPHAN, solicitou à representação da UNESCO no Brasil, materiais por eles produzidos, solicitação que foi prontamente atendida” (CASA DO IPHAN, 2011). Neste sentido, os alunos tiveram a oportunidade de ter o “apoio da Casa do IPHAN em São Cristóvão para obter informações sobre os bens culturais, tendo acesso ao acervo da biblioteca da Casa” (CASA DO IPHAN, 2011).

Naquele ano a Casa do IPHAN, recebeu o convite e enviou seus representantes para atuarem como jurados nas três etapas da Feira; a escolha do Garoto e Garota propaganda, as apresentações artísticas (dança, teatro, paródia e tema livre) e a culminância na exposição da feira. Após tantos esforços os estudantes conseguiram através de dedicação exaltar a importância da preservação do patrimônio cultural e no dia da exposição foram capazes de presentear o público com “pedacinhos” de vários patrimônios naturais e culturais brasileiros, foi como se cada equipe trouxesse ao mesmo local, partes reais de diversos patrimônios históricos espalhados pelo Brasil.

A importância desses eventos nas instituições escolares torna-se relevante, sobretudo porque, percebe-se que os jovens em sua maioria, mesmo depois de alguns anos estudando Português, Literatura, História, saem do ensino médio,

[...] sem terem desenvolvido suficientemente certas habilidades básicas de análise e interpretação de textos literários, tais como levantamento de hipóteses interpretativas, rastreamento de pistas ou marcas textuais, reconhecimento de recursos estilísticos e de sua função semântico-expressiva, relações entre a forma e o conteúdo do texto, relações entre os elementos internos e os elementos externos (do contexto sócio histórico) do texto; relações entre o texto e outros textos, no âmbito da tradição; relações entre texto verbal e texto não verbal, etc (CEREJA 2004. p.72).

Assim, é muito importante que uma instituição de ensino busque fugir da realidade do ensino corriqueiro e procure instigar nos seus alunos um maior interesse pela Literatura, pela Pesquisa e pela História, onde eles possam explorar um aprofundamento nesse campo de conhecimento. E foi isso que aconteceu na IX Feira Cultural, no ano de 2012, quando a feira teve como tema geral “Estilo Literário”, que abordavam como tema de cada equipe um estilo literário diferente. Entre os temas distribuídos estavam o Parnasianismo, o Barroco, o Arcadismo, o Romantismo, o Quinhentismo, o Pré-modernismo, o Modernismo e o Simbolismo. Essa dinâmica fez com que os próprios alunos se interessassem pela Literatura e buscassem se aproximar cada vez mais desse campo, algo que se tornou mais prazeroso do que participar passivamente das aulas, com os professores simplesmente introduzindo esses conteúdos de maneira monótona e rotineira.

No ano de 2013 realizou-se a X Feira Cultural com o tema geral “Atualidades: Como eu me encontro no Mundo?”. Esse tema permitiu a abordagem de diversas temáticas como desmatamentos e queimadas, aquecimento global, preservação ambiental, energias alternativas, cidadania, álcool e direção, redução da maioria penal, liberdade, manifestações populares. Nesse ano foi proposto pelo professor de Biologia que cada turma representasse na feira “um tema que tivesse possibilidade de cair na redação do ENEM. Então foi um sobre álcool e direção, outro sobre a redução da maioria penal, etc e tal” (Professor de Biologia 2016). Essa proposta foi bem acolhida pelos demais professores, e trabalhar na décima edição da feira com essa temática foi bastante interessante, pelo fato de que os alunos estão em sua maioria no Ensino Médio já estavam se preparando para um futuro ingresso em uma Universidade, então a abordagem desse tópico possivelmente ajudou bastante os estudantes, que nos anos seguintes realizaram o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

O Colégio Estadual Deputado Elísio Carmelo realizou no ano de 2014 a XI Feira Cultural com o tema geral “Alteridade e Cidadania”, a qual teve como subtema tópicos que abordavam questões como a tecnologia; grupos folclóricos; São Cristóvão; Meio Ambiente e ecossistema; o desafio de conviver com as diferenças; mulher do século XXI; eventos esportivos; a família e a sociedade X *crack*; festas religiosas e redução da maioria penal.

É muito importante pensar e buscar trazer para o meio escolar discussões sobre as atuais realidades presentes em nossa sociedade e mostrar aos jovens uma visão que vai além daquilo que eles podem encontrar com mais facilidade nas ruas, pois com o fácil acesso dos alunos a tantas informações, e o contato mais próximo com diversos cenários, estamos vendo cada vez mais os jovens se aproximando de caminhos tortuosos e de infrações.

Preparação para a feira

O início dos trabalhos em preparação para a feira acontece com o sorteio dos temas secundários que envolvem um Tema Principal, cada turma fica com um tema. Após esse primeiro momento é sorteado um professor para coordenar e orientar cada equipe e a própria turma escolhe um líder para representá-los.

O evento acontece em três dias, não consecutivos. Tendo como principais objetivos relacionar informações sobre concepções artísticas e procedimentos de construção, reconhecer a presença de valores sociais e humanos atualizáveis e permanentes no patrimônio cultural e literário nacional, despertando nos alunos as competências e habilidades propostas pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), visando elevar a autoestima do aluno através das atividades que incentivam as descobertas das suas potencialidades e promover a integração entre os alunos.

Dentre as atividades realizadas na feira, no segundo dia, ocorre um desfile para a escolha do Garoto e da Garota que irá representar o evento em um cartaz. Para o desfile é exigido que cada turma escolha um casal entre os próprios alunos para desfilar. Os jovens escolhidos por cada equipe devem estar devidamente caracterizados, com roupas que envolvam o seu tema e prontos para desfilar. Neste dia os jurados, por meio de votação secreta, escolhem dois casais: um casal representando o Ensino Fundamental (8º e 9º ano) e outro representando o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos Ensino Médio (EJAEM).

Após essa votação a escola confecciona um cartaz para a divulgação da feira com a foto do Garoto e da Garota escolhido. O corpo de jurados que participa dessa e das demais etapas do evento é formado por professores da escola e demais pessoas da comunidade convidadas pela equipe diretiva do Colégio.

No segundo dia acontecem as apresentações artísticas onde cada turma deve criar uma dramatização (apresentação de teatro); coreografar uma música; apresentar uma paródia e um tema livre. Todas as apresentações artísticas devem retratar o tema de cada equipe. Cada turma fica responsável pela realização de suas atividades, e essas apresentações também são julgadas pelos jurados.



No último dia ocorre à culminância do evento que é a feira em si; uma exposição aberta à comunidade na Praça São Francisco. Essa feira é avaliada pelos jurados, cada turma fica responsável por organizar uma barraca que envolva o seu tema, podendo conter imagens, textos, fotos, cartazes, maquetes, quadros, lembrancinhas, comidas típicas de cada região representada e podem ter também o casal tipicamente vestido representando cada tema. Na verdade a arrumação das barracas fica a critério da criatividade de cada equipe, além disso, os alunos costumam confeccionar camisetas para que todos representem devidamente o seu tema.

A Feira Cultural não tem patrocínio, assim, os próprios alunos por não terem condições de arcar com as despesas das atividades, vão em busca de ajuda financeira. Cada turma procura o seu patrocinador, e a escola orienta esses alunos nessa tarefa.

Algumas coisas não são permitidas durante a feira, como a exposição do nome do patrocinador na barraca e/ou nas camisetas; o uso de bebidas alcoólicas pelos alunos; o uso de som no dia da exposição da barraca (o aluno que levar som é desclassificado). Além disso, é exigido que cada equipe seja responsável pela limpeza do espaço ocupado por sua barraca, e caso as turmas não deixem os espaços ocupados devidamente limpos serão desclassificadas.

Ao final de todas as etapas do evento, é divulgado no mural da escola o resultado de todos os jurados com a pontuação de cada turma.

Por que o entendimento da feira cultural como pedagogia?

Por que pensar essa atividade cultural como uma “Pedagogia da Feira”? Para compreender melhor, devemos primeiramente esclarecer os conceitos de pedagogia e feira. Segundo Ghiraldelli (1996): a pedagogia está originalmente ligada ao ato de condução do saber, e de fato tem a preocupação com as formas e maneiras de levar o indivíduo ao conhecimento (GIRALDELLI, 1996, p.8). Já a feira, quer dizer “uma exposição em um espaço reservado” (FERREIRA, 2010). Assim, a “Pedagogia da feira” é abordada aqui como local para exposição do conhecimento, onde os alunos têm a oportunidade de buscar e construir um conhecimento sistematizado durante a produção desse evento, e passar adiante para a comunidade um pouco de todo esse aprendizado, construído durante a exposição da feira cultural. Tudo isso, com o auxílio e orientação de um professor. Ou seja, a pedagogia da feira nesta pesquisa pode ser definida como a construção e divulgação de saberes de modo amplo. Um saber, produzido e elaborado em grupo e exposto para o público, com o objetivo de transmitir conhecimento. A pedagogia da feira possibilita que os alunos possam expor tudo aqui-

lo que eles mesmos construíram sobre determinadas temáticas. Ela é uma proposta que envolve a educação dos jovens de uma maneira dinâmica e interativa, onde tem como ponto chave o trabalho coletivo, no qual os alunos aprendem “participando, vivenciando sentimentos, tomando atitudes diante dos fatos, escolhendo procedimentos para atingir determinados objetivos” (LEITE, 1996).

É importante que os alunos possam desenvolver sua criatividade, que eles busquem, que se interessem, porém a orientação do professor é essencial nesse processo, pois “pesquisas sobre criatividade no contexto educacional têm apontado o professor, elemento principal da organização do trabalho pedagógico, como um dos componentes indispensáveis para incentivar a criatividade nos seus alunos” (MARIANI e ALENCAR, 2005, p. 27). Por isso, entende-se que a realização de uma Feira Cultural “gera um grande movimento na escola, pois coloca os alunos na condição de pesquisadores e os professores assumem o papel de orientadores” (LOPES, s/d, p.4). Além disso, essas feiras “se apresentam como um convite para abrir todas as janelas: da curiosidade e interesse do aluno, da criatividade e mobilização do professor, da vida e do sentido social da escola (LOPES, s/d, p.3).”

Neste sentido, o processo de aprendizagem:

[...] deixa de ser um simples ato de memorização e ensinar não significa mais repassar conteúdos prontos. Nessa postura, todo conhecimento é construído em estreita relação com o contexto em que é utilizado, sendo, por isso mesmo, impossível separar os aspectos cognitivos, emocionais e sociais presentes nesse processo. A formação dos alunos não pode ser pensada apenas como uma atividade intelectual. É um processo global e complexo, onde conhecer e intervir no real não se encontram dissociados. (LEITE 1996, p. 2).

A feira cultural tem justamente esse intuito de envolver e despertar nos alunos o interesse pela aprendizagem, para que eles possam pôr em prática e expor um conhecimento sistematizado por si próprio, os quais buscaram e dedicaram-se durante todo o processo de construção da feira.

A “pedagogia da feira” não consiste em entregar nas mãos dos alunos respostas prontas, mais apenas um regulamento cujas regras eles terão que cumprir e uma temática, na qual eles mesmos terão que usar da própria criatividade e buscar maneiras de aprofundar as questões que lhes foram indicadas, e expor tudo aquilo que foram capazes de produzir. O que torna o conhecimento bem mais prazeroso, pois é algo que eles mesmos vão construir e expor de acordo com a criatividade de cada grupo de alunos. Assim, a feira cultural é uma prática educativa que proporciona aos alunos uma experiência edificante do trabalho coletivo e vivências diversas da cultura escolar.

O olhar dos profissionais da escola

Para efetivação da pesquisa que culminou neste artigo, inicialmente foi realizado um levantamento de dados sobre a Feira cultural. A partir daí começaram a surgir algumas questões, tais como: de que forma a Feira Cultural interage na aprendizagem dos alunos? E ainda, de que forma o corpo docente interage nesse processo? Essas questões serviram como pontos-chave para o desenvolvimento do trabalho. A partir disso, foram escolhidos para serem entrevistados, quatro professores mais antigos da escola e a Diretora. Os professores têm em média de 9 a 14 anos que trabalham na escola, dentre eles estão os professores de Biologia, de Educação Física, de Artes, a professora de História e a Diretora do Colégio.

Em relação a aceitação da feira cultural pelo corpo docente da escola, todos os entrevistados acenaram de modo favorável. Para os professores a feira cultural é importante em vários aspectos, os principais citados foram que a feira é uma ideia importante e renovadora, pois a cada ano é um tema diferente; é uma alternativa à avaliação formal; revela talentos a partir das apresentações propostas nesse movimento da Feira; além disso estimula os alunos em vários aspectos educacionais como o trabalho em equipe; o interesse dos alunos pela pesquisa; o senso crítico e a integração deles com a comunidade.

Durante as entrevistas, foi indagado aos professores se a Feira Cultural traz alguma contribuição no processo de aprendizagem dos alunos. Eles afirmaram que sim e citaram alguns exemplos. Têm fatos específicos que os professores já observaram em relação a aprendizagem, por exemplo, em uma das vezes que o Professor de Biologia ficou responsável por uma das turmas na Feira, ocorreu que a turma acabou enfrentando alguns conflitos por diferentes tipos de ideias. Foi então que o professor teve a oportunidade de mediar a situação e os alunos acabaram chegando a um consenso. Esse tipo de aprendizado é muito importante para uma futura vida acadêmica e profissional desses alunos, pois é a partir de situações como essas que os alunos têm a oportunidade de quebrar algumas barreiras existentes no trabalho coletivo.

Porém, infelizmente nem sempre a mediação do professor é o suficiente e os alunos acabam não conseguindo vencer essa barreira em um primeiro momento. A professora de História relatou que já houve uma turma que tinham diferenças tão arraigadas, que chegou ao ponto de prejudicar o desenvolvimento deles na Feira. Nem o fato de que se eles trabalhassem em equipe poderia conseguir uma melhor pontuação na Feira e melhorar a nota de todos, foi o suficiente para que esses estudantes colocassem suas diferenças de lado para seguir em um trabalho coletivo bem sucedido. A professora de História ainda complementou dizendo que



Esse é um desafio, pois lá fora, na vida fora da escola, você vai se deparar com pessoas que você não vai gostar tanto, que você vai ter dificuldade e vai ter que aprender a lidar e vai ter que conviver com elas, no seu trabalho, você não vai poder dizer: - Ai eu não quero conviver com fulano porque não gosto dele. E vai ficar com cara de raiva ou vai se melindrar, tem que saber lidar com isso. De alguma forma, a gente acredita que contribui pra isso, no meu ponto de vista (PROFESSORA DE HISTÓRIA, 2016).

O conjunto de professores afirmou que é possível estabelecer relações entre os conteúdos trabalhados em sala de aula e as atividades da feira, depende da metodologia adotada. Para o professor de artes esse evento é algo “fantástico”, pois a feira é o momento que ele tem para trabalhar fora da sala de aula com desenhos, pinturas, teatro. A feira é uma ótima oportunidade de aprofundar os diversos assuntos que existem dentro dessa disciplina. Porém mesmo em disciplinas mais complexas como a Biologia, o professor afirma que consegue fazer sim essa interdisciplinaridade entre os conteúdos, ou seja, independente da disciplina lecionada pelo professor, se houver uma disponibilidade é possível fazer essa interdisciplinaridade dos conteúdos trabalhados na feira com os aplicados em sala de aula.

No decorrer das entrevistas foi perceptível a preocupação da direção e da equipe de professores em que a Feira Cultural fosse também um meio de preparar os alunos para um bom desenvolvimento no ENEM. Segundo o professor de Biologia a Feira na verdade tem duas vertentes, tanto preparar os estudantes para uma futura vida acadêmica, na graduação, quanto também para a vida no convívio social, já que os temas abordados são de cunho histórico, social, político e religioso. Segundo a diretora (2016) “é a partir do intuito de motivar e embasar o aluno para que ele esteja pronto pra discorrer na redação que é uma exigência maior, e dentre os outros contextos das provas que o ENEM exige, que a equipe gestora e pedagógica está focando no ENEM”, possivelmente com o objetivo de que o aluno cresça, avance e progrida na sua futura vida acadêmica e social.

Contribuições da pedagogia da feira na vida dos alunos

Os alunos envolvidos no Projeto da Feira Cultural ocupam o papel principal, pois são eles os protagonistas desse evento, visto que buscam o conhecimento e se empenham para a realização da feira. Assim, buscando responder à pergunta “o que a Pedagogia da Feira realmente trás de contribuição na vida dos alunos?” realizamos uma abordagem com 30 ex-alunos, por meio de um pequeno questionário, com oito questões.

A intenção foi entender se essa Pedagogia da Feira refletiu de alguma forma na vida desses jovens e se ela teve importância no desenvolvi-

mento de cada um. A justificativa e critério para escolha dos ex-alunos deu-se pelo fato de que esses jovens já passaram por esse processo e possivelmente teriam uma opinião formada em relação à feira Cultural. As perguntas do questionário foram desenvolvidas após análise do que os professores e a diretora frisaram, durante as entrevistas, como principais aspectos atingidos pela feira. No quadro I apresentamos as respostas ao questionário realizado:

Quadro I: Questionário

RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO			
PERGUNTAS	SIM	MAIS OU MENOS	NÃO
Você acha que a feira pode contribuir para a descoberta de alunos que possuem talentos em especial? (exemplo; desenhar bem, cantar, dançar, interpretar, entre outros)	26	4	0
A feira cultural tem como proposta o trabalho em equipe, você acha que isso contribuiu na sua vida acadêmica ou na sua carreira profissional?	29	1	0
A feira propõe deixar que o aluno pesquise sobre o tema sugerido em diferentes espaços, você acha que o fato de ir em busca desse conhecimento fora da escola ajuda mais no aprendizado do que ter o conteúdo pronto de um livro didático:	26	4	0
A Feira cultural tem como proposta apresentações e exposições, você acha que isso te ajudou a ser menos tímido e a ser mais confiante na sua vida pessoal, acadêmica ou profissional?	24	3	3
Você acha que os temas abordados na feira foram importantes para o seu aprendizado de conteúdos extracurriculares?	16	12	2
Nas vezes em que participou da feira, sentiu que os professores incentivaram os alunos a pesquisarem sobre o tema trabalhado?	19	10	1
	BOM	REGULAR	RUIM
O que você acha dos temas que já foram propostos na feira nos anos que você participou?	19	11	0
	Apenas 1	Entre 2 e 4	Mais de 5
De quantas feiras participou?	1	28	1

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nas respostas dos questionários (2016)

Percebe-se que em sua maior parte, os ex-alunos entrevistados participaram por mais de 1 ano na Feira Cultural, ou seja, tiveram a oportunidade de vivenciar essa experiência por mais de uma vez, o que lhes permitiu ter uma melhor conclusão em relação a mesma.



Quando questionado aos alunos sobre a proposta que a feira cultural tem com o trabalho em equipe, visando contribuir na vida acadêmica ou profissional dos estudantes, foi possível perceber que todos concordaram que sim e apenas um entrevistado afirmou que mais ou menos, ou seja, de acordo com o resultado, a feira realmente consegue atingir essa proposta de preparar os alunos para uma vida além do Ensino Médio, seja ela uma futura vida acadêmica ou profissional.

No momento que o aluno está no Ensino Médio, começa a pesar sobre seus ombros a responsabilidades de decidir como seguir seu futuro, e, se preparar para dar início a essa nova fase, não é fácil. É justamente com a preocupação de auxiliar os alunos nessa decisão que escola objetiva esse projeto da Feira Cultural para prepará-los para o futuro, independente de suas escolhas. Esse projeto permite e impulsiona os alunos a buscarem os conhecimentos para alcançarem seus objetivos, a aprenderem a trabalhar em equipe, e a serem mais desinibidos nos momentos precisos. É justamente por conta dessa pressão social de tomar uma decisão quanto à carreira profissional, que a escola tem essa preocupação de preparar bem seus discentes.

Além do preparo nesses aspectos, a mostra de alunos questionados, confirma aspectos que os professores já haviam citado durante o momento de entrevista: que a Pedagogia da Feira proporciona a possibilidade de se descobrir entre os alunos talentos específicos, como alunos que dançam bem, que têm o dom para o canto, que têm o domínio de liderança, habilidades para desenhar, entre outros. Talentos esses que por muitas das vezes podem passar despercebidos no dia a dia em sala de aula.

Quando indagados se o fato da feira lhes proporcionar a participação e a exposição em apresentações artísticas contribuiu para deixá-los menos tímidos na vida acadêmica, profissional ou até mesmo na vida pessoal, 24 alunos afirmaram que sim. Isso é de fundamental importância, pois assim que os jovens concluem o ensino médio e ingressam em um nível superior, ou no mercado de trabalho, eles muitas vezes precisam ser mais desinibidos para conquistar seus objetivos, pois é nesse momento que os desafios se tornam maiores e é preciso que eles não tenham medo, deixem a timidez de lado e busquem vencer.

Para a escolha do tema da feira, a escola sempre se preocupou em levar em consideração a matriz curricular do ENEM, para contribuir no sucesso do alunado nesse exame. Quando questionados se gostaram dos temas, a maioria dos ex-alunos afirmou que sim, e quando indagados se acreditam que os temas contribuíram para a aprendizagem extracurricular, somente 1 afirmou não ter gostado dos temas, os demais se dividiram entre acharem os temas regulares e bons, mais ainda assim a maioria acredita que os temas trabalhados foram ótimos.

É bastante interessante essa proposta de deixar que o aluno busque, pesquise e aprenda através de seus próprios esforços, porém é essencial que os mesmos tenham um aparato, alguém que possam orientá-los nesse processo, e é aí que entra o papel do professor que fica responsável por orientar cada turma. Em relação a essa importância, quando questionamos aos alunos se eles sentiram que os professores os incentivaram durante esse processo, somente um aluno respondeu que não, 10 disseram que mais ou menos e novamente a maioria de 19 alunos afirmaram que se sentiram impulsionados a irem em busca de seus próprios conhecimentos.

Após a análise do questionário conclui-se que a maior parte do público questionado se posiciona de maneira positiva aos resultados esperados pela Pedagogia da Feira, o que significa que os esforços para contribuir na vida desses alunos de maneira construtiva foram efetivamente alcançados.



Algumas considerações

Após esta análise foi possível perceber que a feira cultural é um evento que retira os alunos da rotina escolar e lhes possibilita motivos para que busquem conhecimentos fora da escola, para que possam em seguida reunir esses conhecimentos e expor de forma criativa e cultural. É algo muito singular, tanto para os professores como para os alunos. Os professores têm a oportunidade de serem mediadores desse processo e os alunos aprendem a buscar seu próprio conhecimento, e ainda adquirem estratégias para trabalhar melhor em grupo.

Foi notório verificar que a Pedagogia da Feira contribui de maneira positiva na vida desses alunos, alcançando o principal foco da instituição, que é justamente dar um suporte para que esses jovens estejam preparados para uma futura vida acadêmica e/ou profissional. Os estudos feitos durante a realização desta pesquisa constataram que a Pedagogia da feira é uma prática pedagógica efetiva no sentido de retirar os alunos do comodismo e instigá-los a se colocarem como protagonistas da aprendizagem, frente a frente com conhecimentos que estão presentes tanto no currículo escolar como no âmbito extracurricular.

Além disso, a pesquisa possibilitou verificar que os membros do Colégio Estadual Deputado Elísio Carmelo por meio de suas atividades pedagógicas diferenciadas, parecem dar seguimento ao pensamento de seu patrono, no sentido de prestar valiosa colaboração à cidade de São Cristóvão, visando “tornar a sociedade são-cristovense mais fraterna, justa e igualitária.” (CAMILO, 2019, p.91).

A perspectiva de estudar a realização das Feiras Culturais, bem como de outros eventos escolares que acontecem no campo educativo ainda tem sido pouco explorado no ensino superior de Sergipe, mas constata-se a relevância da temática e o quanto tem a dizer para a História

da Educação, espera-se que a partir deste estudo, novas investigações possam surgir para explorar e pesquisar não apenas festas e feiras escolares, como também a diversidade de eventos que acontecem no interior de nossas escolas.

Referências

- AMBROSIO, Maria das Mercês Bonfim. *A Pedagogia do Rosário* – conteúdo educativo da festa. Belo Horizonte - MG. 1988. 207p.
- ARAGÃO, Ivan Rêgo. *Cultura, identidade e memória: uma análise da relação do turismo com o patrimônio arquitetônico na cidade histórica de São Cristóvão/SE*. Monografia (Turismo). Estácio/Faculdade de Sergipe, Aracaju, 2009.
- BARRETO, Luiz Antônio. *Personalidades Sergipanas*. Aracaju: Typografia Editorial, 2007.
- CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.
- CAMILLO, Antônio. *Elysio Carmelo: um homem admirável*. Aracaju: Infographics gráficas & aditora, 2019.
- CARVALHO, Eliane M. S. F. *São Cristóvão e seus monumentos: 400 anos de história*. São Cristóvão: Secretaria de Estadual de Educação, 1989.
- CEREJA, Willian Roberto. *Uma proposta dialógica de ensino de literatura no ensino médio*. Pontifícia Universidade Católica. São Paulo. 2004. 330p. (Tese de Doutorado).
- Enciclopédia dos municípios brasileiros / [Conselho Nacional de Geografia e Conselho Nacional de Estatística]. Rio de Janeiro: IBGE, 1964.
- FELGUEIRAS, Margarida Louro. Cultura escolar: da migração do conceito à sua objectivação histórica. In: M. L. Felgueiras; C. E. Vieira. (Eds.) *Cultura escolar, migrações e cidadania*. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação e autores. p.17-32.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário da língua portuguesa*. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010. 2222 p. ISBN 978-85-385-4198-1.
- GHIRALDELLI, Paulo. *O que é pedagogia?* São Paulo. Brasiliense. 1996
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.
- LE GOFF, Jacques. *Por amor às cidades*. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.
- LEITE, Lúcia Helena Alvarez. Pedagogia de projetos: intervenção no presente. *Presença Pedagógica*. Belo Horizonte, v. 2, n. 8, mar./abr. 1996.
- MARIANI, Maria; ALENCAR, Eunice. Criatividade no trabalho docente segundo professores de história: limites e possibilidades. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 9, n. 1, p. 27-35, 2005.



MARQUES, Sônia Maria dos Santos. *A Pedagogia do Estar junto: ética e estética no bairro São Sebastião do Rocio*. Porto Alegre. 2008. 206p. (Tese de Doutorado).

NUNES, Maria Thétis. A cidade de São Cristóvão na formação da história de Sergipe: desde a colônia até os dias atuais. In: BRASIL. *Dossiê da proposta de inscrição da Praça São Francisco em Sergipe na lista do patrimônio mundial*. Aracaju: Secretaria de Estado da Infraestrutura: IPHAN: Prefeitura Municipal de São Cristóvão, 2007. p. 1-19. CD-ROM.

PASSOS, Carla. *São Cristóvão a primeira capital de Sergipe*. Cinform Municípios, Aracaju, n. 200, p.236-238, 2002.

Projeto Político Pedagógico da Escola do Colégio Estadual Deputado Elisio Carmelo. São Cristóvão, 2017.

REIS, Anilton Nunes dos. A festa de São José, do bairro Vila Nova, Francisco Beltrão/PR: a pedagogia do estar junto. *Anais do IX Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade (EDUCON)*. São Cristóvão- SE. 2015.

SANTANA, Josineide Siqueira de. Papéis Velhos: A História do Orfanato de São Cristóvão e da Escola da Imaculada Conceição através de suas Fontes. *Anais do VII Congresso Brasileiro de História da Educação*. Sociedade Brasileira de História da Educação. Cuiabá, 2013. (p.1-14).

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Uma história de pés descalços: os ex-votos e a experiência dos romeiros do Senhor dos Passos de São Cristóvão (Sergipe, Brasil). *Revista Brasileira de História das Religiões*, v. 34, p. 173-200, 2019.

SOUZA, Maria Aparecida. Por uma pedagogia da festa. *Anais do VII Congresso da ABRACE*. Porto Alegre, outubro de 2012.

SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa (Orgs.). *A Cultura Escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

TELLES, Augusto Silva. São Cristóvão: urbanismo e arquitetura. In: BRASIL. *Dossiê da proposta de inscrição da Praça São Francisco em Sergipe na lista do patrimônio mundial*. Aracaju: Secretaria de Estado da Infraestrutura: IPHAN: Prefeitura Municipal de São Cristóvão, 2007. p. 1-19. CD-ROM.

VEIGA, Cynthia Greive. “Educação estética para o povo”. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 399-422.

VILELA, Iêda Maria Leal; SILVA, Maria José Tenório da. *Aspectos históricos, sociais, culturais e artísticos da cidade de São Cristóvão*. Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura e Meio Ambiente, 1989. (Série memórias, v. 1).



Entrevistas:

Professor de Artes. Entrevista concedida às autoras em 11 de outubro de 2016.

Professor de Biologia. Entrevista concedida às autoras em 13 de outubro de 2016.

Professor de Educação Física. Entrevista concedida às autoras em 18 de outubro de 2016.

Professora de História. Entrevista concedida às autoras em 19 de outubro de 2016.

SANTOS, Maria Rita dos. Entrevista concedida às autoras em 10 de outubro de 2016.

Sites consultados

Casa do IPHAN São Cristovão. Disponível em: <<http://casadoiphansc.blogspot.com.br/2011/07/feira-cultural-do-colegio-deputado.html>> Acesso em 26 maio 2017.

Secretaria de Estado da Educação. Disponível em: <<http://www.seed.se.gov.br/secretaria.asp>> Acesso em 06 mar. 2017.

Portal da prefeitura municipal de São Cristovão. Disponível em: <<http://www.saocristovao.se.io.org.br/historia>> Acesso em 09 mar. 2017.

Organizações das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/cultura/world-heritage/list-of-world-heritage-in-brazil/>> Acesso em 09 mar. 2017.



Dia de festa na Penitenciária Modelo de Aracaju: a participação dos estudantes da Faculdade de Direito de Sergipe no 'Dia do Encarcerado' (1951-1968)

Marcia Terezinha J. Oliveira Cruz¹

Resumo

Esta investigação tem como objeto central a participação dos estudantes da Faculdade de Direito de Sergipe (FDS) nas atividades comemorativas integrantes do “Dia do Encarcerado”, realizadas na Penitenciária de Aracaju entre os anos de 1951 e 1968, por meio da atuação da Sociedade Santo Ivo, entidade que congregava professores da FDS e os acadêmicos em Direito. Configura-se em estudo interdisciplinar que, a partir da lente da História Cultural, lança um primeiro olhar acerca das práticas havidas nessa festividade, tomando por base fontes bibliográficas, a imprensa periódica e a história oral, dentre outras. Conclui no sentido de que a presença e atuação dos estudantes de Direito em tais atividades, resultou na inculcação de princípios éticos e valores professados por aquela Academia jurídica, além de reforçar ideais republicanos relativos à educação e ao sistema prisional.

Palavras-Chave: Faculdade de Direito de Sergipe, Sociedade de Assistência Santo Ivo, Penitenciária Modelo de Aracaju

1 ORCID ID <https://orcid.org/0000-0003-0556-7914>. Doutora em Educação pela Universidade Federal de Sergipe, com estudos de Pós-Doutoramento na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP). Mestre em Direito pela Universidade Gama Filho-RJ. Investigadora da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, integrante da equipe do Projeto Raízes da Educação para o Futuro (REduF – CITE – FCT – Ref.ª PTDC/30342/2017). E-mail: marciacruz.ufs.br@hotmail.com

A day of celebration at Aracaju's Model Penitentiary: the participation of students from Sergipe's Law School in 'Prisoner's Day' (1951-1968)

Fiesta en la Penitenciaría Modelo de Aracaju: la participación de estudiantes de la Facultad de Derecho de Sergipe en el 'Día del Encarcelado' (1951-1968)

84



Abstract

This investigation has as central object the participation of the students of the Sergipe Law School in the commemorative activities of the "Prisoner's Day", carried out in the Penitentiary of Aracaju between the years of 1951 and 1968, through the action of the Santo Ivo Society, an entity that congregated professors and students in Law. This is an interdisciplinary study that, from the lens of Cultural History, launches a first look at the practices that took place in that festival, based on bibliographic sources, periodic press, and oral history, among others. It concludes that the presence and performance of Law students in such activities resulted in the inculcation of ethical principles and values professed by that Legal Academy, besides reinforcing republican ideals related to education and the prison system.

Keywords: Sergipe Law School, Santo Ivo Assistance Society, Aracaju Model Penitentiary

Resumen

El objetivo principal de esta investigación es la participación de estudiantes de la Facultad de Derecho de Sergipe (FDS) en las actividades conmemorativas que forman parte del "Día del encarcelado", celebrado en la Penitenciaría de Aracaju entre los años 1951 y 1968, a través de la actuación de Sociedade Santo Ivo, una entidad que reunió a profesores de la FDS y académicos en derecho. Está configurado en un estudio interdisciplinario que, desde la perspectiva de la Historia Cultural, da un primer vistazo a las prácticas que tuvieron lugar en este festividad, a partir de fuentes bibliográficas, la prensa periódica y la historia oral, entre otras. Concluye en el sentido de que la presencia y el desempeño de los estudiantes de Derecho en tales actividades, resultó en la inculcación de principios y valores éticos profesados por esa Academia de Derecho además de reforzar los ideales republicanos relacionados con la educación y el sistema penitenciario.

Palabras Clave: Facultad de Derecho de Sergipe, Sociedad de Asistencia Santo Ivo, Penitenciaría Modelo de Aracaju

Festejar, celebrar, comemorar: por tudo e por todos...

As formas de sociabilidade brasileira, desde o período de colonização são marcadas pelas trocas culturais, estando ambas estreitamente relacionadas à realização de festas. (AMARAL, 2001, p. 24).

As comunidades humanas sempre se reuniram e, por diferentes motivos e de diversos modos, festejaram. O estudo relativo às festas e às festividades², como parte da cultura das sociedades, tem sido partilhado por inúmeras áreas do conhecimento, a exemplo da Antropologia, da História, da Sociologia e da Psicanálise, dentre outras, que investigaram diferentes aspectos relativos à essa temática³.

Oriunda da expressão latina *festus*, a simbolizar júbilo, o termo festa, do ponto de vista etimológico⁴, implica ato ou ação de demonstrar alegria, de comemorar, acolher com festejos; que pode ter a conotação de celebração, quando é realizada com solenidade, cerimônia ou objetiva exaltar algo ou alguém ou, ainda, fazer recordar. Independentemente da acepção ou alcance dado, o termo possui insito a ideia de rito/ritual social⁵.

A gênese das festejos no Brasil, levada em conta a colonização portuguesa, esteve ligada ao ciclo agrícola, origem comum europeia que, aos auspícios do catolicismo, dividia as festas entre as ‘do Senhor’ e ‘dos Santos’ e as demais festas chamadas de ‘domingueiras’.

Segundo Mary Del Priore, no Brasil colônia as festas atuavam como um meio do Estado expressar seu poder e normatizar o comportamento das populações, além de controle moral por parte da Igreja. Constituíam-se em “uma ponte simbólica entre o mundo profano e o sagrado” (DEL PRIORE, 1994, p. 27), uma vez que permitiam aos participantes, indistintamente, o cometimento de todo o tipo de transgressões. Vistas em seu conjunto, eram um meio que possibilitava “diminuir as tensões inerentes a diversidade étnica e as distinções sociais da colônia [...]” (DEL PRIORE, 1994, p. 15)

O Carnaval, festa valorizada pela cultura popular brasileira, teria galgado esse patamar por possibilitar a inversão dos papéis sociais e, durante os dias de folia, atuar como um meio de aliviar as tensões sociais (AMARAL, 2001, p. 23). Enfim, na atualidade, as festividades populares e

- 2 Estes são temas com extensa bibliografia e diversificadas abordagens cuja análise, por questões de racionalidade, não poderia estar contida neste trabalho.
- 3 A título ilustrativo, sugerimos a leitura de Durkheim (2008); Peirano (2003); Turner (1974) e Bourdieu (2008).
- 4 A respeito, Cf. a complementariedade da definição de ‘Festa’ nos dicionários Priberam da Língua Portuguesa (2020) e da Língua Portuguesa da Porto Editora (2020), ambos on-line.
- 5 A respeito da diferença entre rito e ritual Cf. Amaral (2001, p. 12-16).

as datas comemorativas civis e religiosas povoam e se espalham pelo o calendário social brasileiro e alimentam diversos setores da economia, em uma relação de interdependência.

Pensadas a partir do campo da Educação, de modo particular, a partir da lente da História da Educação, as festas – comemorações cívicas, folclóricas, religiosas, centenárias – e os ritos e rituais nelas inseridos, refletem a circulação de discursos político-pedagógicos, expressam dispositivos de controle e corporificam práticas do cotidiano escolar e do interior da sala de aula. Integram e estruturam uma dada ‘liturgia escolar’. (BOTO, 2014)

Em Sergipe, o estudo das festividades de modo geral ou no âmbito escolar e universitário tem ganhado maior espaço, especialmente, a partir da primeira década do século XXI. Investigações produzidas por diversas áreas do conhecimento das quais destacamos⁶, no tocante às sociabilidades, o trabalho de Santana (2011) que estudou os divertimentos das camadas populares na cidade de Aracaju, na década de 1930; a pesquisa de Silva (2015), acerca das festas cívicas ocorridas nos Grupos Escolares sergipanos e o estudo de Cruz (2014) que, no âmbito do ensino superior, dentre outras questões, investigou o ciclo ritual e as festividades no âmbito da Faculdade de Direito de Sergipe, por intermédio da categoria que denominou de ‘Cultura Acadêmica’.

Diante do panorama delineado, a presente investigação trata da participação dos estudantes da Faculdade de Direito de Sergipe nas festividades relativas ao ‘Dia do Encarcerado’⁷, tema gerador que possibilitou evidenciar o discurso republicano relativo à educação e ao regime penitenciário, localizar a existência da Sociedade Santo Ivo, identificar os princípios éticos e valores morais inculcados durante a formação jurídica e do modo como integravam as festas no âmbito penitenciário.

A partir de uma abordagem interdisciplinar, que reuniu História, Educação, Direito, Arquitetura e Urbanismo; por intermédio de fontes diversas (estudos acadêmicos, imprensa periódica, iconografia e relatos orais) e, a partir de um arco temporal flexível, buscou-se realizar uma incursão inicial a um tema pouco conhecido e estudado.

Partiu-se de questões norteadoras como: de que modo e em que medida é possível pensar festejos e festividades no interior de uma penitenciária? Quais as características do espaço prisional e como nele se relacionavam educação e festividades? Que discursos, sejam educacionais ou penitenciários, estavam em circulação? De que modo teriam ocorrido as comemorações alusivas ao Dia do Encarcerado? Qual o papel de estudantes e de professores da Faculdade de Direito? Quais outros tipos de festas ocorriam naquele espaço?

6 Estas referências são meramente ilustrativas, diante do volume total de estudos produzidos.

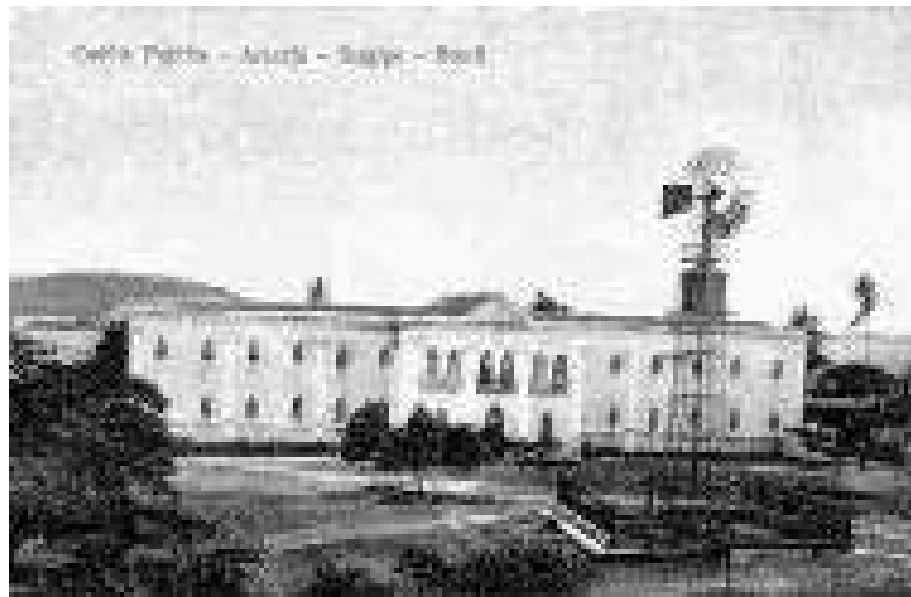
7 Neste trabalho, as expressões presidiário ou detento são utilizadas alternativamente ao termo encarcerado.

Ecoss das prisões em Sergipe...

A problemática das condições degradantes e do tratamento desumano impingidos aos encarcerados nas cadeias e nos presídios em Sergipe⁸ pode ser dimensionada a partir de registros dos finais do século XIX, período no qual a trama social estava sob a tensão advinda da mudança do modo de produção em face da recente libertação dos escravos⁹, das incertezas relativas à implantação da República e dos arranjos políticos dela decorrentes, da pobreza, do banditismo, do crescimento populacional, em especial, na Capital.

Segundo Amâncio Cardoso, relatos de autoridades sergipanas deram conta que havia, tão-somente na Cadeia Pública de Aracaju¹⁰, em janeiro de 1883, “[...] 264 (duzentos e sessenta e quatro) presos, separados por sexo. Uma média de sete reclusos por cela, chegando a dez ou mais. Número este que tende a aumentar em razão de serem enviados para esta Capital criminosos de todos os pontos da Província” (CARDOSO *In* MENEZES, 2012, p. 190)

Figura 1: Cadeia Pública de Aracaju



Fonte: Biblioteca Nacional – Brasileira Fotográfica

- 8 A respeito das prisões como instituição social e, como punição e aprisionamento, Cf. os trabalhos fulcrais de Goffman (1974) e Foucault (2004)
- 9 Após a abolição da escravatura, Sergipe possuía as seguintes características populacionais: 310.926 habitantes, dos quais 48% eram considerados mestiços, 30% brancos, 15% pretos e 7% caboclos, trabalhando em sua grande parte no campo. (BRAZIL,1898)
- 10 Foi inaugurada em 1869, localizava-se no centro de Aracaju. Possuía dois pavimentos, com 50 celas (24 no piso superior e 26 no inferior). (CARDOSO *In* MENEZES, 2012, p. 189-190)

O estado de coisas a que os encarcerados estavam submetidos no período final do Império, foi assim apresentado pelas autoridades locais, segundo relatou Amâncio Cardoso:

[...] uma atmosfera pútrida que atordoava, [...] uma cena repelente. [...] Nudez e imundície; rostos pálidos, corpos cadavéricos; desordem e confusão por toda parte. [...] Túmulo de vivos. Não obstante esta situação, as outras cadeias públicas da província eram mais decadentes. A maioria ficava instalada em precárias casas alugadas. Ali, a fuga, a promiscuidade, a doença e a ociosidade eram patentes. [...] Quanto à promiscuidade nos cubículos, ela não era apenas física, mas também jurídica. Os sentenciados ficavam de mistura com os apenas indiciados. Além disso, em 1883, na cadeia da capital os alienados (detentos considerados sem juízo ou loucos) eram recolhidos com os outros detidos, ‘não podendo, por isso, receberem tratamento conveniente para restabelecimento da razão [...]’ (CARDOSO In MENEZES, 2012, p. 193)

Condições cujo conhecimento era de algum modo e, em alguma medida, compartilhado pela comunidade e naturalizado pelas autoridades, senão vejamos:

[...] Em março de 1890, a transferência de presos chocou um articulista da *Gazeta de Sergipe*. As “cenas mais tristes que já nos foi dado presenciar”, referia-se o articulista ao “embarque de 52 indivíduos acusados de latrocínio”. Fitados por vários curiosos presentes na Praça 24 de Outubro, aqueles infelizes saíam da cadeia pública “magros, cambaleantes de fome” e “nus”, sob os “prantos e gritos” “de amigos e parentes” que não sabiam qual seria o destino de cada um deles [...] (DOMINGUES; SOUZA, 2019, p. 734)

Nas décadas iniciais do século XX, a exemplo do que ocorreu nas demais capitais da Federação brasileira, Aracaju foi marcada pelo ideário republicano e objeto de diversas intervenções urbanísticas que buscavam ordenar, modernizar e higienizar a cidade, tornando-a um lugar civilizado e apropriado para os cidadãos. Nesse sentido foram abertas avenidas, construídas praças e edifícios escolares, implantados serviços como os de luz elétrica e de bondes à tração animal, dentre outros.

No tocante aos encarcerados, em que pese o interesse esboçado pelo Presidente José Joaquim Pereira Lobo (1918-1922), quando expressou “A construção de um edifício para a cadeia pública nesta capital é assumpto que também me preocupa” (SERGIPE, 1919, p. 69); foi apenas durante o modernizador governo do Presidente Maurício Graccho Cardoso (1922-1926) que houve uma ação concreta nesse sentido, como pode ser observado no seguinte pronunciamento:

Longe do Governo ser insensível à sorte da população penal da velha e infecta Cadeia Pública de Aracaju, e tendo em conta as ideias expressas na plataforma presidencial de 24 de Outubro de 1922, no que concerne a uma mais inteligente aplicação do regimem estatuído no Código Penitenciário da República, desde Maio último ordenou as providencias preliminares para a construção em local conveniente, de um edificio em tudo harmônico, com o conceito moderno de repressão. (SERGIPE, 1923, p. 18)

A ausência de condições de higiene na Cadeia Pública de Aracaju, entretanto, persistiu até o dia da inauguração da Penitenciária Modelo, o que pode ser confirmado pelo seguinte trecho da Mensagem governamental enviada à Assembleia Legislativa, em 1925, ao tratar da epidemia de febre tifoide¹¹ ocorrida na instituição.

[...] O Dr. Eleyson Cardoso, com essa vacina debelou um surto epidêmico de febre typhoyde na cadeia da cidade. Deve-se notar que o facto de haverem cessado bruscamente os casos de febre typhoide fala eloquentemente em prol da eficácia da vacinação, pois as condições do estabelecimento continuaram a ser as mesmas em relação às condições hygienicas e a questão dos portadores de bacillos. (SERGIPE, 1925, p. 86)

A planta arquitetônica da Penitenciária Modelo de Aracaju e a construção do edificio foram conjuntamente objeto de concurso público para o qual se habilitaram três projetos¹². A comissão técnica foi composta pelos senhores Cyro Cordeiro de Farias – chefe de polícia; Misael Mendonça, Lauro Andrade e Ernesto Argenta – engenheiros; Alfredo Aranha – superintendente técnico do Estado e Carlos Alberto Rolla – procurador fiscal. (SERGIPE, 1923, p. 21-23)

O projeto vencedor, por unanimidade, foi o apresentado pelo engenheiro Arthur Araújo (SERGIPE, 1923, p. 22), um reconhecido profissional na cidade de Aracaju, que atuava com o construtor Hugo Bozzi¹³, integran-

11 A Febre Tifoide é uma doença bacteriana aguda, causada pela '*salmonella entérica*' e está diretamente associada às precárias condições de saneamento básico, higiene pessoal e ambiental. (BRASIL, 2020)

12 Os projetos apresentados foram analisados pela comissão do concurso na seguinte ordem: 1- Tipo Colonial, por Hugo Bozzi, valor de 884.400\$00; 2 – Tipo Panóptico Radial, por Silva Lima, valor de 1.700.251\$500; 3 – Radial Simplificado, por Arthur Araújo, por 886.800\$633. (SERGIPE, 1923, p. 21-23)

13 Arthur Araújo e Hugo Bozzi construíram, conjuntamente, diversos edificios em Aracaju. No caso da Penitenciária Modelo, foram concorrentes. Acerca dos edificios escolares construídos por ambos, Cf. Lapa (2019)



te de um grupo¹⁴ de imigrantes¹⁵ italianos,¹⁶ majoritariamente oriundos de comunas situadas entre as regiões de Cosenza e Salerno (CAPELLI, 2007, p. 16). O grupo, residente no vizinho Estado da Bahia¹⁷ (CAPELLI, 2007, p. 16-18), veio a Sergipe a convite do Presidente de José Joaquim Pereira Lobo (1918-1922)¹⁸.

A planta escolhida possuía a estrutura de um T invertido (), modelo radial simplificado, destinado a 250 presidiários, com capacidade de abrigar até 444 (Góis, 2019, p. 40) detentos. Continha as seguintes características: edifício da administração em dois pavimentos, com área coberta de 450m², separado da área dos encarcerados; duas torres com seteiras, situadas nos ângulos principais de vigilância; enfermaria; serviços de desinfecção; lavanderia; banheiros; sanitários; capela; necrotério; oficinas; refeitório, área para banho de sol. Os muros tinham altura considerada ideal e eram distantes o suficiente dos pavilhões de celas, que também eram constituídos em dois pavimentos. Possuía pavilhão para alienados. Ainda assim, a comissão julgou que seriam necessários ajustes no projeto, a exemplo da enfermaria, na qual deveria ser promovida a separação entre homens e mulheres.

Segundo apontou Mariana Góis, outros elementos foram acrescentados ao projeto original pelo Presidente da Província, o que entendemos tenha ocorrido em face da postura republicana que adotou em seus discursos e no projeto de modernização. “Graccho Cardoso [...], acreditava que a educação era o caminho que levava à retidão e à boa conduta por parte dos indivíduos. Atendendo aos requisitos prescritos pelo Código Criminal, incluiu uma escola, a enfermaria, oficinas mais amplas e uma capela, ao projeto da Penitenciária” (GÓIS, 2019, p. 37)

Quanto ao formato do prédio, a parte horizontal do T invertido () correspondia à administração da Penitenciária. O estilo do frontispício

14 A chamada ‘Missão Italiana’ foi composta por: Oresti Celli, arquiteto e pintor; Belando Belandi, arquiteto e escultor; Bruno Celli, pintor, filho de Oresti Celli; Hugo Bozzi, construtor, Orestes Gatti, escultor, fundidor e pintor; Fiori, fundidor; Federico Gentil e seu irmão Attilio, serviços de assentamento e Pascoal Del Chirico, escultor Rafaele Alfano, cinzelador; e os artistas Nicola Mandarino, Augusto Marozzi, Mário Noxette. A respeito Cf. Capelli (2007)

15 Acerca da imigração italiana em Sergipe Cf. Ennes (2011).

16 Vendiam seus serviços por intermédio de anúncios em jornais e, assim, circulavam por diversas localidades brasileiras. Diferenciavam-se dos imigrantes italianos que se dedicavam ao trabalho em lavouras. (GUIMARÃES, 2018).

17 Em Salvador, circulavam pelo centro comercial, em locais de propriedade de patrícios italianos, como o Café Catapano e a Pastelaria Triunfo. (CAPELLI, 2007, p. 16-18)

18 Realizaram o embelezamento de prédios públicos e praças, objetivando as comemorações alusivas ao Centenário da Independência Política de Sergipe. Atuaram na cidade até a década de 1930. (CAPELLI, 2007)

faz lembrar um castelo inspirado, segundo nosso entendimento¹⁹, no *Castelluccia di Battipaglia*²⁰, localizado na Província de Salerno, território de onde muitos da ‘Missão Italiana’ provinham.

A semelhança entre as duas edificações pode ser verificada a partir de aspecto parcial de referido castelo, apresentado na figura 2. De acordo Mariana Góis, o prédio da Penitenciária Modelo “Era um ‘Castelo Medieval’ na ótica dos letrados, mas ‘A Grande’ para os presos, que de longe a avistavam. A visão da imponência do prédio [...] assustava quem acabava engolido por ele” (GÓIS, 2019, p. 37). As celas, ocupavam a parte vertical do T invertido.

Todavia, o jurista Antônio Manuel Carvalho Neto considerava que o modelo arquitetônico adotado era ultrapassado e repetia os moldes das antigas prisões brasileiras. Apesar de sua imponente aparência (GÓIS, 2019, p. 37), estava longe da modernidade na arquitetura penitenciária. Na mesma direção encontrava-se o modelo de execução das penas, que conjugava elementos de Aurburn e Pensilvânico²¹, ou seja, *grosso modo*, prisão celular com algumas horas de trabalho e silêncio diurno; recolhimento e isolamento às celas à noite²².

A pedra fundamental do prédio da Penitenciária Modelo foi colocada em 05 de outubro de 1923 e a obra inaugurada em 13 de outubro de 1926. O prédio, encontra-se apresentado na figura 3. Apesar de entregue com elementos por completar, em função de questões financeiras que abalavam o Estado, da instabilidade política em Sergipe durante o período de sua construção; a Penitenciária Modelo deu início ao funcionamento mediante a transferência dos encarcerados da Cadeia Pública de Aracaju²³.

19 Alguns autores referem-se a ‘italianismo’, outros, que estaria relacionado a um castelo medieval sem, contudo, indicarem qual teria sido de fato essa ‘inspiração’. Cf. Rocha (2009)

20 Castelo construído no século X, sobre o qual há poucas referências acerca de sua história nesse período. Em 1683, foi comprado pelo marquês Angelo Pignatelli; cujos herdeiros foram proprietários até a década de 1950. Atualmente faz parte do roteiro turístico da região. (DEL MESE, 2014)

21 Para conhecer detalhadamente cada uma desses modelos, Cf. Góis (2019, p. 48-51).

22 Nas décadas seguintes, um dos motivos do insucesso da Penitenciária Modelo de Aracaju, decorrerá da ausência de programas destinados a ocupar os presos diariamente, estimulando-os intelectualmente, concedendo-lhes aptidões morais e profissionais. Ociosos, dedicavam-se à promiscuidade e uns aprendiam crimes com os outros. (GÓIS, 2019)

23 Após a inauguração da Penitenciária Modelo, a antiga Cadeia Pública de Aracaju foi demolida. O ideário republicano foi cumprido, passando o centro da cidade a ser ocupado apenas pelos cidadãos ‘civilizados’.

Figura 2: *Castelluccia di Battipaglia*



Fonte: Civica Mente Blogspot

Figura 3: Penitenciária Modelo de Aracaju – 1931



Fonte: Biblioteca Nacional – Brasileira Fotográfica



A Penitenciária Modelo foi construída em uma gleba de terra no ‘Alto da Pyndaiba’, zona ainda rural, na extrema da periferia de Aracaju, situada após o Bairro Aribé²⁴. Uma **área que guarda alguma semelhança morfológica à da região de Battipaglia**, contendo elevações, matagais e alagadiços, que podem ser identificados na figura 4, a seguir.

Segundo Érica Ramalho, referida construção foi o marco inicial para a urbanização do local. Esse processo ocorreu inicialmente pela edificação de casas, no entorno da penitenciária, pelas famílias dos presidiários²⁵, em muitos casos, mediante a invasão de terrenos públicos e privados, entretanto, a esse respeito, a autora localizou tão-somente registros orais e projetos de loteamento apresentados ao Executivo Municipal a partir da década de 1940²⁶. Conforme **é possível** verificar na figura 5, até a década de 1960, apesar dos loteamentos autorizados pelo Executivo Municipal e de ocupações espontâneas, a penitenciária ainda se encontrava separada do núcleo residencial.

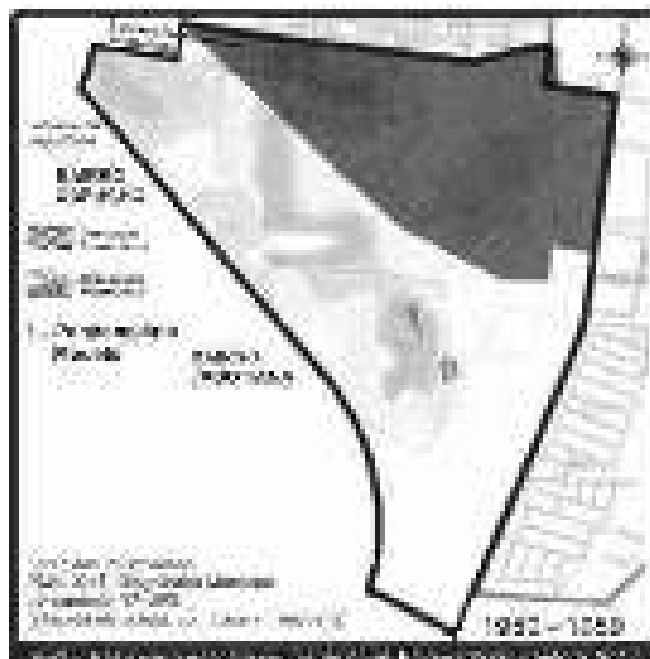
- 24 Inicialmente chamado de ‘Bairro das Oficinas’, por abrigar esse tipo de estabelecimento após a chegada a Aracaju, em 1913, da linha ferroviária. Passou a ser chamado de Aribé, por haver na região a produção de ‘aribés’, espécie de vaso de cerâmica popular, de cor vermelha. Após a década de 1930, passou a se chamar de Bairro Siqueira Campos, em homenagem ao Tenente Antônio de Siqueira Campos. Adota essa denominação até a atualidade. Situado na região oeste da cidade, teve sua formação primitiva a partir da fixação de escravos libertos após a Lei Áurea e de retirantes provindos do alto sertão. A Penitenciária Modelo, situada além dos limites do bairro mais periférico de Aracaju, promovia a separação social e geográfica entre libertos e encarcerados.
- 25 Segundo Ramalho “Muito embora a expansão urbana só tenha começado a alcançar estes limites na década de 1940, algumas pessoas já haviam começado a se fixar ali antes disso. Em 1926 [...] o Estado cria azli a Penitenciária [...] que é o primeiro chamariz de pessoas para a região; familiares dos detentos, além de ex presidiários, começaram a construir suas casas de forma desordenada, em terreno público, nas proximidades do presídio, que naquela época era uma região de atoleiros (PMA/SEPLOG)” (RAMALHO, 2016, p. 43)
- 26 Em 1944, o Executivo Municipal aprovou um loteamento “na área de terra do lugar chamado Capucho” dividido em 1610 lotes, terreno de propriedade de José Zuckerman e sua mulher, que doaram à municipalidade os terrenos destinados aos leitos das ruas. Diante dessa doação, por intermédio do decreto municipal nº 133 de 05/02/1947, foi criado o bairro América, que passou a ser o endereço da Penitenciária Modelo de Aracaju. Para maiores detalhes acerca desse processo de loteamento Cf. Ramalho (2016, p. 43-44)

Figura 4: Morfologia da gleba de terra onde atualmente se situa o Bairro América - 1920



Fonte: Ramalho (2016, p. 53)

Figura 5: Avanço da urbanização no Bairro América, na década de 1960



Fonte: Ramalho (2016, p. 58)

Ainda segundo Érika Ramalho, essa separação também foi influenciada pela configuração morfológica da região “[...] Ao longo da ocupação, perceberemos como ela afetou diretamente na construção e formas de alguns edifícios, como ela influenciou na determinação das funções de alguns espaços, e até como ela chega a ser barreira em alguns pontos. Antes mesmo da ocupação, os espaços já eram conhecidos por nomes populares [...]”²⁷. (RAMALHO, 2016, p. 52) Mesmo a área contígua à instituição prisional, dificultava-lhe o acesso e era conhecida “como ‘tamanco sem salto’ por conta dos atoleiros que se formavam em dias chuvosos que acabavam resultando em perdas de sapatos pelos moradores”. (RAMALHO, 2016, p. 51)

Contudo, a Capital de Sergipe vivenciou nas décadas seguintes, principalmente a partir da década de 1940, um vertiginoso processo de crescimento populacional, que alterou a lógica do ordenamento urbano da cidade e criou características próprias para o bairro que, também incorporou ao seu cotidiano a presença da penitenciária. O aumento populacional, por outro lado, resultou no aumento da criminalidade e, conseqüentemente, no número de presidiários. Em 1946, a Penitenciária Modelo já abrigava 415 presidiários. (GÓIS, 2019, p. 45)

Foi com este cenário urbano e prisional com o qual professores e estudantes da Faculdade de Direito de Sergipe se depararam entre as décadas de 1950 e 1960 na prestação do assistência penitenciária e nas comemorações do Dia do Encarcerado. Resta-nos indagar: Como pensar em festa no ambiente prisional?

Civilizar os libertos e regenerar os encarcerados: o papel das festividades na convergência e reforço do discurso educacional e penitenciário republicano.

[...] Penso que a pena deve ser antes de tudo, reformadora; corrigir o criminoso e não roubar-lhe o ar e a luz, o seu primordial objetivo. Ademais que o isolamento prolongado não é o meio eficaz de regeneração moral [...] (Graccho Cardoso In SERGIPE, 1923, p. 23)

À Proclamação da República, ocorrida em 1889, seguiram-se ações estratégicas do Governo Provisório objetivando garantir “[...] a unidade nacional e a consagração da estabilidade política. Em meio a ações que deveriam ser legitimadoras do novo regime, através de símbolos e eventos que exaltassem à pátria, entre outros”. (SILVA, 2015, p. 40) Foi criado assim, por meio do Decreto de 155 B de 1890 (BRAZIL *apud* SILVA, 2015, p. 41), o sistema republicano de festividades, justificado na necessidade racional da vivência social da fraternidade, de forma pública.

27 Dentre esses nomes populares havia o ‘Alto do Miolo’, o ‘Alto da Boneca’, o ‘Campo de Vidro’ e a ‘Lagoa da Coceira’. (Ramalho, 2016, p. 52)

Instituiu-se desse modo, um sistema coletivo de crenças baseadas na negação do passado imperial e na ressignificação de eventos e de personagens. Assim, foram criados símbolos nacionais, feriados, dias festivos e solenidades que passaram a compor um calendário voltado para exaltação da 'Pátria' que, sobrepuja-se a todo e qualquer interesse local, ao evidenciar a dimensão da 'Nação' e garantir, desse modo, a unidade nacional.

A educação e a escola se apresentaram como um elemento de duplo interesse aos governantes. De um lado, representavam a liberdade dos 'grilhões' do analfabetismo, civilizando o futuro cidadão. De outro, a partir do modelo dos Grupos Escolares, tornavam-se um *locus* privilegiado para legitimar as representações do ideário republicano²⁸.

Essa lógica foi seguida pela escola primária pública em Sergipe após a implantação dos grupos escolares, que a partir da década de 1920, passaram a incorporar a prática das festividades cívicas no cotidiano escolar para que "[...] pudessem regenerar os sergipanos de costumes e hábitos não condizentes com a civilização que se almejava implantar". (SILVA, 2015, p. 58)

Do ponto de vista prisional, a Proclamação da República representou o fim do Código Penal do Império, que possuía punições incompatíveis com a nova ordem, a exemplo do degredo. Aprovado em 1890, o novo Código Penal buscou incorporar aspectos relativos às discussões das políticas criminais das décadas finais do século XIX. A prisão deveria regenerar os encarcerados.

O primeiro quartil do século XX abrigou intensas discussões em escala mundial acerca dos regime penitenciário e dos estabelecimentos prisionais. Educadores, criminologistas e antropólogos reuniram-se em diversos congressos internacionais que contaram com a participação de intelectuais do Brasil e de Portugal, em face do aumento da delinquência, da mendicância e do abandono de crianças nas cidades. (SILVA, 2016)

O discurso republicano pregava a regeneração dos marginalizados e aprisionados, entretanto, as condições fáticas às quais estavam submetidos, não condiziam com esse discurso. Uma situação que não era específica das cidades com maior densidade demográfica, esse o caso de Aracaju que, na década de 1940, apesar de possuir dez vezes mais o número de habitantes projetado originalmente no Plano de Pirro²⁹ era uma das capitais menos populosas da Região Nordeste. Um dos mecanismos para conter a marginalidade e delinquência, conforme estudado

28 A respeito também Cf. os trabalhos de Cândido (2012) e de Ribeiro (2017).

29 Plano urbanístico projetado para a nova Capital de Sergipe, na segunda metade do século XIX, correspondia a um quadrado de 32 quadras, cada uma com ruas de 110 metros. A própria construção do plano gerou o nascimento de outras localidades fora de seu traçado original, onde fixaram definitivamente muitos dos trabalhadores das obras e retirantes do sertão sergipano. Cf. Cruz (2016)

por Bispo (2007) e Mendes (2014), foi a criação de instituições como a Cidade de Menores Getúlio Vargas.

Estes historiadores da Educação, a partir de diferentes olhares, evidenciaram tomando por base documentos, depoimentos e processos judiciais, o perfil de crianças e de adolescentes pobres e marginalizados em Sergipe, entre as décadas de 1940 e 1970, assim como, as condições criadas para retirá-las das ruas das cidades e regenerá-las, ainda que, muitas vezes, nos locais de acolhimento, fossem-lhes impingidas condições tão ou mais inadequadas do que as já se encontravam. Por descuido, naturalização ou burocracia, muitos acabavam por ser encarcerados juntamente com adultos, o que também foi denunciado pelo jurista Antônio Manuel Carvalho Neto.

Nessas instituições, o ideal republicano de formar cidadãos civilizados, aptos ao ordenado convívio social, era ainda mais reforçado, considerando a origem social e a necessidade de regeneração, processo que muito possivelmente contava com a comemoração de datas cívicas. De acordo com Alessandro Mendes:

Na Cidade de Menores eram ministradas aulas de ensino primário para os internos [...]. A questão da moral também fazia parte da instrução [...] com o intuito de moldá-los e formar cidadãos produtivos e sociáveis. A disciplina e o respeito às autoridades, inclusive aos pais e mestres, também eram ensinados nesta instituição [...] (MENDES, 2015, p. 53)

Nesse tenso cenário social, a temática penitenciária voltou a ocupar destaque. Em *As cinzas da Província*, o jurista Antônio Manuel Carvalho Neto denunciava as condições vis a que os presos em Sergipe estavam submetidos e os efeitos da promiscuidade na Penitenciária de Aracaju. (CARVALHO NETO, 1955)

Nos debates legislativos e nos congressos jurídicos no final da década de 1940, Antônio Manuel Carvalho Neto propôs a autonomia da execução das penas, relativamente ao Direito Penal, alçando-a a uma disciplina jurídica específica denominada 'Direito Penitenciário'³⁰. Por meio do Projeto de Lei de nº 487 de 1950 o jurista propôs e obteve a instituição do curso de Direito Penitenciário nas Faculdades de Direito brasileiras. Também redigiu as normas gerais do regime penitenciário³¹.

30 A respeito Cf. Carvalho Neto (1949; 1951).

31 Acerca respeito da atuação educacional de Antônio Manuel Carvalho Neto, Cf. Lima (2016).

As ocorrências relacionadas à questão penitenciária também atraíam estudantes³² e bacharéis em Direito, muitos dos quais atuaram entre as décadas de 1950 e 1960 tanto como presidentes e membros do Conselho Penitenciário de Sergipe, como professores da Faculdade de Direito de Sergipe e presidentes da Sociedade Santo Ivo.

Dentre os juristas que exerceram tais cargos é possível destacar: Francisco Leite Neto, Antônio Manoel Carvalho Neto (figura 6), José da Silva Ribeiro (figura 7) e Osman Hora Fontes, que presidiram o Conselho Penitenciário. Tantos outros juristas foram membros. Mesmo outros professores da Faculdade de Direito que não tinham formação jurídica, a exemplo como o Monsenhor Alberto Bragança e o médico Antônio Garcia Moreno, atuavam, dentro de suas especialidades, na Penitenciária Modelo de Aracaju.

Figura 6: Antônio Manuel Carvalho Neto



Fonte: IGHSE- Acervo Iconográfico I-790

32 Este foi o caso de Juçara Fernandes Leal que, após se tornar bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Sergipe (FDS), realizou Curso de Ciências Penais em Toulouse-França e atuou como professora de Direito Penal e Direito Penitenciário na FDS. Também participou da elaboração de políticas públicas prisionais no Estado de Sergipe. (CRUZ, 2014).

Figura 7: José da Silva Ribeiro



Fonte: CRUZ (2014, p. 473)

No tocante aos adultos encarcerados, há registros de que tivessem aulas no espaço prisional desde 1870, quando a Instrução Pública de Sergipe estava sob a direção de Manuel Luís: “A escola funcionava três horas por dia e tinha que ter duas turmas. O professor era funcionário do próprio presídio e recebia trinta mil reis por mês [...]”. (SERGIPE, 1871, p. 9) Diante do já relatado estado da Cadeia Pública, é possível inferir que as condições do ensino fossem muito limitadas, mesmo porque era ministrado por um funcionário do presídio e não por professor. O registro do ensino prisional continua na segunda década do século XX, às vésperas da inauguração da Penitenciária Modelo: “Na cadeia pública acham-se recolhidos 169 presos [...]. Na escola do estabelecimento, o número atual é de 51 matriculados [...]”. (SERGIPE, 1923, p. 18)

Outras menções à instrução dos encarcerados aparecem nos anos seguintes à inauguração da Penitenciária Modelo: “Como meio de regeneração individual, não se tem descurado, na Penitenciária, a instrução elementar, como o trabalho dos detentos. As aulas funcionam em salão



vasto e higienico, ultimamente ampliado, observando-se em tudo as prescrições regulamentares da Instrução Pública do Estado [...]”. (SERGIPE, 1928, p. 13) O ambiente físico descrito é sugestivo da realização de adaptações ao projeto inicial da penitenciária.

As aulas oferecidas aos detentos deveriam seguir as prescrições do ensino primário e assim, também, o programa de Educação Moral e Cívica que, certamente, atravessava os muros da penitenciária, com suas comemorações. Esta prática pode ser inferida nas seguintes palavras contidas no relatório do Executivo estadual enviado à Assembleia Legislativa “[...] as datas cívicas são ali solenemente comemoradas, fazendo um dos professores a prelecção alusiva à festividade do dia. [...]” (SERGIPE, 1928, p. 13)

Além das festas cívicas, outras festividades faziam parte do cotidiano dos presidiários e, se de um lado buscavam inseri-los no convívio social, civilizá-los e criar hábitos de civilidade; de outro, também possibilitavam o reconhecimento quanto à ação governamental ou de entidades civis e religiosas, por parte da sociedade.

Mariana Góis, em seu estudo relativo à Penitenciária Modelo de Aracaju, identificou, incidentalmente, diversas festividades realizadas na instituição, a exemplo das Festas de Natal, de Ano Novo, comemorativas à concessão de indultos, dentre outras que ali ocorreram, entre 1925 e 1955, conforme a seguir relatado:

Esta relação se materializa na **cerimônia de indulto** ocorrida no pátio da Penitenciária Modelo, seguida da celebração de uma missa na capela, pelo padre Alberto Bragança de Azevedo e acompanhado por cânticos dos detentos. Logo em seguida, as autoridades e demais pessoas foram conduzidas para o salão principal onde foram servidos sanduíches, cafés e doces finos. **A unidade prisional estava em festa** com a presença de distintas senhoras embelezando a cerimônia.

[...]

a **comemoração para o Ano Novo** foi realizada durante a tarde do dia 31 do ano de 1951, **com músicas, cantos, distribuição de doces e comparecimento de diversas famílias**. Na parte da assistência aos detentos, contaram com confissões, pregações e a presença de cinco padres da Diocese e um grupo de senhorinhas. (GÓIS, 2019, p. 62. Grifo nosso)

De acordo com Mariana Góis, na década de 1930, mesmo as visitas aos domingos acabavam virando uma festa, conforme noticiado pela imprensa local “A algaravia é enorme. Parece uma feira. Aqui e ali em alguns cubículos grupos tocam cavaquinho e violões, em bizzarros *conjunctos orchestraes*. Tudo na maior promiscuidade e camaradagem. [...]”. (JORNAL A REPÚBLICA *apud* GÓIS, 2019, p. 64)

A reprovação partia da discordância entre a prática festiva e o comportamento exigido para um encarcerado, ou seja, um conflito de representações acerca da finalidade da prisão, seja como punição, seja como regeneração. “E o silêncio, o grave silêncio regenerador educativo das penitenciárias modernas? Em tudo aqui é barulho e algazarra.” (JORNAL A REPÚBLICA *apud* GÓIS, 2019, p. 64)

Quanto à educação prisional, o Regulamento da Penitenciária Modelo publicado em 1931 preconizava a presença de 2 professores como integrantes do quadro de pessoal de da instituição. Como atividade diária, os encarcerados tinham, dentre outras, exercícios obrigatórios de ginástica sueca. Porém, apesar de haver espaço destinado ao funcionamento da escola, a frequência era uma opção para o encarcerado e poderia ou não vir associada às festividades, como informou um jornalista da década de 1930, ao visitar a penitenciária Modelo. “Percorremos o edifício. Ao fundo de uma sala uns bancos de livros, aqui o estudo é facultativo”. (JORNAL A REPÚBLICA *apud* GÓIS, 2019, p. 64)

Vestígios da educação prisional no início da década de 1970 foram localizados na investigação de Nayara Oliveira, relativamente aos acadêmicos do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe (UFS), a maioria mulheres, que assumiram a função de supervisores na atuação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), conforme foi publicado na imprensa local “Agora mesmo, uma turma de 30 alunos está sendo alfabetizada no Reformatório Penal do Estado [...] atuando o MOBRAL, desta forma, nos mais diferentes setores da sociedade”. (DIÁRIO DE ARACAJU *apud* OLIVEIRA, 2017, p. 150)

Contudo, considerando o período de exceção das liberdades democráticas em face do Regime Militar, a superlotação carcerária que já se iniciara na década de 1950 e, a associação ao processo de alfabetização de adultos; entendemos que nesse período as festas escolares e, outras, já não ocorriam com tanta frequência, exceto, a assistência penitenciária realizada por acadêmicos e professores da Faculdade de Direito de Sergipe/Curso de Direito da UFS.

A Sociedade Santo Ivo, o Dia do Encarcerado e a formação acadêmico-profissional jurídica

A alegria da festa ajuda as populações a suportar o trabalho, o perigo e a exploração, reafirma, igualmente, os laços de solidariedade entre os indivíduos, ao marcar suas especificidades e diferenças [...] (PRIORE, 1994, p. 10)

A criação da Faculdade de Direito de Sergipe (FDS) ocorreu no ano de 1950, fruto do movimento de intelectuais presididos pelo jurista Antônio Manuel Carvalho Dantas. A iniciativa se inseriu no bojo da fundação de

instituições de ensino superior em Sergipe, no período de retomada das liberdades democráticas e do nacional-desenvolvimentismo, sendo a FDS a última instituição jurídica estadual pioneira a ser criada no Nordeste do Brasil. A FDS foi federalizada em 1960 e, em 1968, juntamente com outras instituições superiores locais, deu origem à Fundação Universidade Federal de Sergipe (UFS), passando a atuar como o Curso de Direito da UFS. (CRUZ, 2014; 2018)

A efervescência subsequente à fundação da FDS resultou, a partir de 1951, na criação de diversos organismos internos à instituição, dentre eles o Centro Acadêmico Sílvio Romero (CASR), com estatutos próprios e com a finalidade de atuar como organização estudantil.

O CASR desenvolvia suas atividades em cinco diferentes frentes, oferecendo cursos e seminários complementares para os estudantes da FDS, estimulando a participação em eventos e congressos jurídicos, promovendo concursos, atividades culturais; disponibilizando curso pré-vestibular para estudantes interessados em ingressar na FDS e executando atividades de assistência penitenciária.

A importância atribuída pelos professores e estudantes da FDS à assistência penitenciária e ao conforto moral dos encarcerados e, sua constante atuação nesse sentido, fez surgir, após alguns anos, a Sociedade de Assistência Santo Ivo, também com estatutos próprios, mas, diretoria diversa do CASR. A escolha do patrono da instituição justificou-se no fato de Santo Ivo³³ ser, no Brasil, o patrono dos advogados. As homenagens ao santo ocorrem no dia 19 de abril, também comemorado, então, em Sergipe, o 'Dia do Encarcerado'³⁴.

Uma das celebrações relativas ao dia do encarcerado, foi assim descrita na Revista da Faculdade de Direito:

No dia 19 de abril – dia do encarcerado – os estudantes de Direito, a convite do diretor da Faculdade, visitaram o Reformatório Penal do Estado. Ali foram recebidos pelo Diretor do estabelecimento Dr. José da Silva Ribeiro e pelo presidente do Conselho Penitenciário Dr. Josafá Brandão. Após percorrerem os alunos diferentes sessões do presídio, onde o seu diretor ia lhes explicando diferentes serviços, realizou-se uma aula dada pelo professor Osman Hora Fontes, que dissertou sobre o tema – Sistemas Penitenciários

33 Yves Hélyory de Kermartin, nasceu em 17 de Outubro de 1253, em Minihy-Tréguier, na Bretanha, na França, filho de um nobre. Cursou Filosofia e Teologia, Direito Civil e Direito Canônico, em Paris. Ordenado sacerdote, foi juiz eclesiástico no Tribunal da diocese de Rennes. Os seus emolumentos, quando exerceu estas funções, eram oferecidos para a defesa dos aos pobres. Essa atitude, deu-lhe o título de “advogado dos pobres”. Faleceu em 1303, na Bretanha. Foi canonizado em 1347, pelo Papa Clemente VI. Cf. DALX (2000).

34 O dia do encarcerado não era comemorado em todas as unidades da federação brasileira e, nem sempre, no dia 19 de abril.

– [...] **Em seguida os estudantes e professores ficaram em contacto com os detentos, levando-lhes assim um pouco de conforto moral.** (Noticiário *In* REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DE SERGIPE, 1955, p. 222. Grifo nosso)

Como é possível verificar no excerto anteriormente apresentado, o momento festivo era constituído por distintas etapas. Do ponto de vista da formação jurídica, para os alunos representava a interligação do conhecimento do espaço arquitetônico prisional e a verificação da execução do regime penitenciário.

Para os encarcerados, além das sociabilidades, uma oportunidade de ter, possivelmente, acesso à solução de questões legais ou processuais jurídicas. Não fica evidenciado o oferecimento de comida ou bebida aos participantes, o que deveria acontecer, por ser uma prática comum às festividades havidas na penitenciária.

O modo como as festividades ocorriam foi se modificando ao longo do tempo. Em 1956, por exemplo, além da visita e do conforto moral, houve a entrega de donativos aos presidiários. A prática era conhecida e reconhecida socialmente, anunciada em periódicos locais. O jornal “A Cruzada”, de 5 de maio de 1956, segundo a RFD, anunciou:

[...] A visita de nossos juristas à penitenciária **no dia do presidiário** é uma salutar praxe adotada pela atual direção da Faculdade de Direito, que tem sido recebida com simpatia pela nossa população, merecendo ser mantida, pelo seu elevado cunho de idealismo e solidariedade humana. (Noticiário *In* REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DE SERGIPE, 1956, p. 253. Grifo nosso)

Com diferentes nomes, a prática da assistência judiciária foi regularmente realizada. Nos registros relativos a 1967, por exemplo, o CASR e a Sociedade Santo Ivo não mais participam do ‘Dia do Encarcerado’ mas, de ‘visita ao reformatório penal’ (Noticiário *In* Revista da Faculdade de Direito de Sergipe, 1955, p. 146)

A relevância da existência da Sociedade Santo Ivo, como possibilidade de materialização dos ideais de defesa da liberdade e vivência da fraternidade pela comunidade acadêmica da FDS, pode ser vista nas declarações do ex-estudante Wellington Manguera Marques:

Não me lembro se existiam [a falar quanto aos prêmios concedidos pela FDS]. Eu tenho uma boa memória. Se existiam nós não tomávamos conhecimento, porque era uma ditadura [a se referir à tensão do final da década de 1960, no Brasil], rompeu com tudo que era considerado... só **Santo Ivo, que era de proteção dos presos, Santo Ivo... Só Santo Ivo que nós levávamos a sério.** [...] (MARQUES, 2011. Grifo nosso)

Ao estudar os discursos proferidos pelos Paraninfos da FDS, durante as solenidades de formatura, Marcia Terezinha Cruz levantou que estes “buscavam reforçar a representação que a sociedade tinha acerca dos membros da congregação [professores da FDS, ocupantes de cargos nos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário], assim como, as que os bacharéis investidos faziam de si mesmos, encorajando-os a adotar comportamentos julgados essenciais [...] quanto ao novo patamar social por eles ocupado após a instituição [...]”. (CRUZ, 2014, p. 342)

Referida autora também identificou nesses discursos que os professores consideravam essencial que os bacharéis formados na FDS fossem norteados pelos valores da ‘Justiça’ e da ‘Verdade’ e pelo princípio da ‘Honestidade’. A estes três elementos juntava-se a necessidade de que houvesse ‘perseverança’ e ‘dedicação intelectual’. Estes deveriam ser os atributos a conduzir a futura vida profissional. (CRUZ, 2014, p. 344)

As visitas periódicas à Penitenciária de Aracaju e as festividades alusivas ao Dia do Encarcerado possibilitavam que os jovens estudantes convivesses com um outro universo social, pontilhado com traços grossos, também, por injustiças legais e desvios morais que de algum modo atuavam no reforço/reafirmação da necessidade de vivência dos princípios e valores obtidos na formação jurídica ao longo da carreira profissional.

Como afirmou a historiadora Rita Amaral, “[...] a festa não só é um fenômeno social, como constitui, simultaneamente, um **fundamento de comunicação**, uma das expressões mais completas e “perfeitas” das utopias humanas de igualdade, liberdade e fraternidade [...]” (AMARAL, 2001, p. 22. Grifo nosso)

Considerações finais: ...nem sempre há o que festejar!

Nossa festa, além de ser uma linguagem capaz de expressar simultaneamente múltiplos planos simbólicos é, ainda, uma mediação capaz de tornar compreensível a vida num país em que as contradições de todos os tipos são realçadas diariamente [...] (AMARAL, 2001, p. 11)

Esta investigação partiu de uma tema pouco conhecido no âmbito da historiografia sergipana: o das festividades ocorridas no interior da Penitenciária Modelo de Aracaju e, nestas, a atuação da Sociedade de Assistência Santo Ivo e dos estudantes e professores da Faculdade de Direito de Sergipe. A partir de abordagem interdisciplinar foi possível unir pontos contidos em estudos diversos e delinear os primeiros contornos relativos ao objeto.

Verificamos que as condições concedidas aos encarcerados em cadeias e prisões em Sergipe, entre os séculos XIX e XX, foram abjetas. O advento da República, alicerçada no ideário de modernizar a sociedade

e civilizar os cidadãos, no campo prisional, seja por intermédio de medidas legais ou por meio da instituição de estabelecimentos específicos, não conseguiu atingir esse objetivo em Sergipe.

Apesar do entusiasmo e medidas do modernizador governo empreendido por Maurício Graccho Cardoso, a construção da Penitenciária Modelo, edifício emblemático pelas representações que causava a letrados, delinquentes e encarcerados, a partir de sua arquitetura imponente, de cariz medieval, não conseguiu cumprir seus objetivos, seja pelo modo como o espaço foi projetado, seja pelo regime de execução penitenciária adotado, seja pelo exacerbado crescimento populacional da Capital, aumento da pobreza e delinquência; fazendo com que em três décadas a Penitenciária Modelo tivesse se transformado em um estabelecimento prisional superlotado, permeado por ociosidade e promiscuidade.

A ideia de regenerar os encarcerados era perpassada pela educação, apesar da frequência às aulas não ser obrigatória. Ainda assim, as festividades cívicas, ligadas à disciplina Educação Moral e Cívica, eram comemoradas na instituição. As sociabilidades vivenciadas entre os encarcerados, autoridades, representantes da igreja e outras instituições, foram mais intensas na primeira década após a inauguração da Penitenciária Modelo, em festas comemorativas ao dia de Natal, Ano Novo, concessão de indultos, entre outras.

As festividades alusivas ao Dia do Encarcerado ocorreram de variado modo entre as décadas de 1950 e 1960, sendo conhecidas e reconhecidas socialmente. A atuação da Sociedade de Assistência Santo Ivo seguiu ao longo da década de 1970, sem que haja indícios de quando tenham cessado suas atividades, considerando o período de exceção das liberdades democráticas.

Enquanto a Sociedade São Ivo atuou, possibilitou não só o conforto moral, material e legal aos encarcerados nesses dias festivos, como também, reforçou aos estudantes de Direito, valores e princípios como Justiça, Verdade e Liberdade, a partir do conjunto de crenças republicanas dos professores da FDS, em um tempo em que os ‘Direitos Humanos’ eram uma sombra de como hoje são estabelecidos.

Referências:

AMARAL, Rita. *Festa à Brasileira*: sentidos do festejar “no país que não é sério”, 2001, p.24. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/festas.html> Acesso em 12.11.2019.

BISPO, Alessandra Barbosa. *A educação da infância pobre em Sergipe: a Cidade de Menores “Getúlio Vargas” (1942-1974)*. 2007. 139 f. Dissertação de Mestrado em Educação. Núcleo de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2007.

BOTO, Carlota. *A liturgia da escola moderna: saberes, valores, atitudes e exemplos*. *Hist. Educ.* [Online] Porto Alegre v. 18 n. 44 Set./dez. 2014 p. 99-127.

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 2008.

BRAZIL, República dos Estados Unidos do. *População Recenseada em 31 de janeiro de 1890*. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1898.

CÂNDIDO, Renata Marcílio. *A máquina de festejar: seus usos configurações nas escolas primárias brasileiras e portuguesas (1890-1930)*. 2012. 289 f. Tese de Doutorado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2012.

CAPELLI, Vitório. *A propósito de imigração e urbanização: correntes imigratórias da Itália meridional às “outras Américas”*. Tradução: Núncia Santoro de Constantino. In: *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v. XXXIII, n. 1, p. 7-37, junho 2007, p. 18.

CARDOSO, Amâncio. O quinto dos infernos: presídios em Sergipe no século XIX. In: MENEZES, Joelina (org.). *Segurança pública: gestão, formação e valores*. São Cristóvão: Editora UFS, 2012, p. 185-194.

CARTÃO POSTAL. *Cadeia Pública de Aracaju*. Autor desconhecido. (s. d.) Acervo Iconográfico. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1465655/icon1465655.jpg Acesso em 18.01.2020.

CARVALHO NETO, Antônio Manuel de. *Bases Constitucionais do Direito Penitenciário: Projetos, Discursos, Anotações*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1951.

CARVALHO NETO, Antônio Manuel de. *Cinzas da Província*. Aracaju: Curso de Tipografia e encadernação da Escola Industrial de Aracaju, 1955.

CARVALHO NETO, Antônio Manuel de. *Direito Penitenciário: sugestões a respeito dos temas da 6ª Comissão, na terceira conferência penitenciária brasileira*. Aracaju: Imprensa Oficial, 1949.

CRUZ, Jeferson Augusto da. *Uma mão de verniz sobre o Tabuleiro de Piroro: Ecos da Belle Époque em Aracaju (1918-1926)*. 2016. 192 f. Dissertação de Mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2016.

CRUZ, Marcia Terezinha J. O. Reflexos de Themis: aspectos prosopográficos dos primeiros docentes do Curso de Direito da Universidade Federal de Sergipe (1968). In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Nº 48, vol. 1 2, 2018. p. 223-237. Dossiê Universidade Federal de Sergipe: meio século de histórias. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/rihgse/article/view/12435>

CRUZ, Marcia Terezinha Jerônimo Oliveira. *Ritos, símbolos e práticas formativas: a Faculdade de Direito de Sergipe e sua cultura acadêmica (1950-1968)*. 2014. 524 f. Tese de Doutorado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão-Sergipe, 2014.



DAIX, George. *Dicionário de Santos*. Do calendário romano e dos beatos portugueses. Lisboa: Terramar, 2000.

DEL MESE, Massimo. *Cívica Mente. La Castelluccia il símbolo storico di Battipaglia è in rovina*. Disponível em: <https://www.massimo.delmese.net/71946/civica-mente-la-castelluccia-il-simbolo-storico-di-battipaglia-e-in-rovina/> Acessado em 30.01.2020.

DEL PRIORE, Mary. *Festas e utopias no Brasil colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DOMINGUES, Petrônio; SOUZA, Edvaldo Alves. Dos rigores do cativo ao cárcere de uma penitenciária: libertos em Sergipe no pós-abolição. In: *Topoi (Rio J.)*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 42, p. 729-750, set/dez. 2019.

DURKHEIM, Emile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

ENNES, Marcelo Alari. A Imigração estrangeira em Sergipe (1875-1930). In: *História* (São Paulo) v.30, n.2, p. 312-334, ago/dez 2011.

FACULDADE DE DIREITO DE SERGIPE, Noticiário. In: *Revista da Faculdade de Direito de Sergipe*. Aracaju: Livraria Regina, ano III, n. 3, 1955, p. 222.

FACULDADE DE DIREITO DE SERGIPE, Noticiário. In: *Revista da Faculdade de Direito de Sergipe*. Aracaju: Livraria Regina, ano IV, n. 4, 1956.

FACULDADE DE DIREITO DE SERGIPE, Noticiário. In: *Revista da Faculdade de Direito de Sergipe*. Aracaju: Livraria Regina, ano XII, n. 12. 1967.

FEBRE TIFÓIDE. Disponível em <https://saude.gov.br/saude-de-a-z/febre-tifoide> Acesso em 10.01.2020.

FOUCAULT, Michel (2004). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 29. ed. Petrópolis: Vozes.

GOFFMAN, Erving. *Manicônios, Prisões e Conventos*, São Paulo, Perspectiva, 1974.

GOIS, Mariana Emanuelle Barreto de. “*Nas Muralhas Sombrias*”: Experiências carcerárias na Penitenciária Modelo, Aracaju/Se, 1926-1955. 2019. 230 f. Tese de Doutorado em História. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2019, p. 40.

GUIMARÃES, Luis Gustavo Vogelsanger. *A Arte e Ofício dos Pintores-Decoradores no Estado de São Paulo entre 1890 e 1930*: as pinturas decorativas na Igreja Matriz de Jaú por Oreste e Bruno Sercelli. X FORUM MESTRES E CONSELHEIROS: AGENTES MULTIPLICADORES DO PATRIMÔNIO. 2018. Anais... Belo Horizonte: UFMG. Disponível em: www.even3.com.br/Anais/xmestres/111548-A-ARTE-E-OFICIO-DOS-PINTORES-DECORADORES-NO-ESTADO-DE-SAO-PAULO-ENTRE-1890-E-1930--AS-PINTURAS-DECORATIVAS-NA-IGR

LAPA, Dayse Araújo. *Linhas Entrelaçadas*: História da educação, arquitetura dos grupos escolares, cidade de Aracaju (1914 -1925). 2019. 295 f. Dissertação de Mestrado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Tiradente. Aracaju, 2019.



LIMA, Maria do Socorro. **Propostas de Educação na produção intelectual de Carvalho Neto (1926-1948):** formação e ética do advogado, educação prisional, exercício do magistério e educação para o trabalho. 2016. 415 f. Tese de Doutorado em Educação. Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2016.

MARQUES, Wellington Manguiera. **Entrevista** concedida a Marcia T. J. O. Cruz. Aracaju-SE, 2011 (grifo nosso).

MENDES, Alessandro de Araújo. **O menor abandonado e delinquente em Sergipe:** da instrução ao cárcere (1942-1974). 2014. 208 f. Dissertação de Mestrado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2014

OLVEIRA, Nayara Alves. **A inserção de Acadêmicos e Licenciados do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe no campo educacional sergipano (1968-1978).** 2017. 261 f. Tese de Doutorado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2017.

PEIRANO, Mariza. **Rituais ontem e hoje.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

Penitenciária Modelo de Aracaju. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Brasília-na Fotográfica. Imagem disponível em <http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/discover?query=penitenciaria+de+aracaju> Acesso em: 05.01. 2020.

RAMALHO, Érika Laíse de Santana. **Origem e transformações:** uma análise da morfologia urbana do Bairro América, Aracaju-Se. Laranjeiras. 2016. 102 f. Monografia em Arquitetura e Urbanismo. Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Sergipe. Laranjeiras, 2016.

RIBEIRO, Genes Duarte. **A professora da nação:** as festas cívicas e as escolas na Paraíba. 2017. 234 f. Tese de Doutoramento em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2017.

ROCHA, Emanuel Souza; CORRÊA, Antônio Wanderley de Melo. **Bairro América:** a saga de uma comunidade. Aracaju: Info Graphics, 2009.

SANTANA, Cleber de Oliveira. **Ê gente que samba:** práticas culturais e sociabilidades na cidade de Aracaju/SE. 2011. 152 f. Dissertação de Mestrado em História Social. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2011.

SERGIPE, Estado de. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa em 7 de setembro de 1923,** ao instalar-se a 3ª Sessão Ordinária da 16ª Legislatura, pelo Presidente do Estado Manoel Corrêa Dantas. Aracaju: Imprensa Oficial, 1928.

SERGIPE, Governo de. **Diário Oficial.** Nomeia Comissão Técnica. Edição de 20 junho de 1923.

SERGIPE, Província de. **Relatório de 1871.** Provincial Presidential Reports (1830-1930). Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/sergipe>. Consultado em 14 de janeiro de 2020.



SERGIPE. Estado de. ***Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa em 7 de setembro de 1919***, ao instalar-se a 3ª Sessão Ordinária da 13ª Legislatura, pelo Coronel José Joaquim Pereira Lobo. Aracaju. [s. ed.], 1919.

SERGIPE. Estado de. ***Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa em 7 de setembro de 1923***, ao instalar-se a 1ª Sessão Ordinária da 15ª Legislatura, pelo Presidente Maurício Graccho Cardoso. Aracaju: Imprensa Oficial, 1923.

SILVA, Degenal de Jesus. ***Dionísio republicano: as festas dos Grupos Escolares sergipanos e outros olhares (1911-1930)***. 2015. 237 f. Dissertação de Mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão-Sergipe, 2015.

SILVA, Fernando Rodrigo dos Santos. ***Circulação das ideias correccionais para menores do espaço luso-brasileiro (1890-1927)***. 2016. 216 f. Tese de Doutorado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Pontifícia Universidade Católica. Rio de Janeiro, 2016.

TURNER, Victor. ***O processo ritual: estrutura e anti-estrutura***, Petrópolis: Vozes, 1974.

VERBETE FESTA. ***Dicionário de Língua Portuguesa da Porto Editora*** online. In: Dicionário Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/festa> Consultado em 24-01-2020.

VERBETE FESTA. In ***Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*** - versão online, 2008. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/festa>. Consultado em 24-01-2020.



Memórias Escolares de uma Celebração Identitária: O Desfile de 25 de Junho em Cachoeira-BA

Sérgio Armando D. Guerra Filho¹
Solyane Silveira Lima²

Resumo

O presente artigo pretende analisar a importância do Desfile de 25 de Junho no cotidiano escolar na cidade de Cachoeira, no recôncavo da Bahia. Esta celebração é uma data importante não só para a localidade, mas para a Bahia, posto que, há alguns anos, a sede do governo é transferida para a cidade nesse dia. A festa tem como elemento central o desfile das imagens do Caboclo e da Cabocla, apresentando semelhanças com festas em outros municípios baianos, mas guardando suas especificidades. Um dos elementos da celebração é a participação de escolas que desfilam com suas bandas. Para analisar os termos dessa participação de estudantes na festa, visitaremos depoimentos de professores e seus ex-alunos sobre os significados da festa e da participação no desfile como uma atividade própria das escolas.

Palavras-Chave: Memória Escolar, Desfile 25 de Junho, Cachoeira.



- 1 Professor Adjunto do Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Doutor em História Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).
- 2 Professora Adjunta do Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

School Memories of an Identitary Celebration: The June 25th Parade in Cachoeira-Bahia

Memórias Escolares de uma Celebração Identitária: El desfile del 25 de Junio en Cachoeira – Bahia

111



Abstract

This article aims to analyze the importance of June 25th Parade on the daily school life on the city of Cachoeira, in the region of Reconcavo in the state of Bahia. This festivity is an important date not just for the city, but for all of Bahia state, as for some years now, the government of Bahia transfers its seat to the city on this date. The festivity has as its main element a parade of statues of the Caboclo and the Cabocla, similar to other cities of Bahia, but keeping its own particularities. One of the parade elements is the involvement of school's bands on the parade. To analyze circumstances of the student involvement on the festivity, we will review teachers' and their former alumni testimonies regarding the meanings of the parade and school's involvement on it as and scholar activity.

Keywords: School memory, June 25th Parade, Cachoeira

Resumen

El presente artículo busca analizar la importancia del Desfile del 25 de Junio en el cotidiano escolar en la ciudad de Cachoeira, en la región del Reconcavo de Bahia. Esta celebración es una fecha importante no solo para la localidad, sino para toda provincia de Bahia, una vez que hace algunos años la sede del gobierno es transferida hacia esta ciudad en este día. La fiesta tiene como elemento central el desfile de las imágenes del Caboclo y de la Cabocla, presentando similitudes con fiestas en otros municipios bahianos, pero manteniendo sus particularidades. Uno de los elementos de la celebración es la participación de escuelas que desfilan con sus bandas. Para analizar los términos de esta participación estudiantil en los festejos, visitaremos testimonios de profesoras y sus exalumnos sobre los significados de la fiesta y de la participación en el desfile en cuanto una actividad propia de la escuela.

Palabras clave: Memoria escolar, Desfile 25 de Junio, Cachoeira.

Introdução

Este artigo busca analisar a importância do Desfile de 25 de Junho no cotidiano escolar na cidade de Cachoeira, no recôncavo da Bahia, a partir de fotografias e memórias de professores e ex-alunos que viveram essa celebração. Assim, buscaremos subsídios no conceito de cultura escolar³, partindo do entendimento que são em espaços como este que ela também se constitui.

A festa, da qual falaremos adiante, consiste num desfile cívico cujas figuras centrais são imagens de um caboclo e uma cabocla pelas ruas de Cachoeira. Os caboclos e caboclas, presentes em festas de Independência de diversos municípios baianos, representam o povo que lutou na guerra contra os portugueses. As imagens, colocadas em carros puxados por servidores municipais e populares, são acompanhadas por filarmônicas locais. Há, no cortejo, a presença de diversas bandas escolares que desenvolvem performances próprias e são saudadas por quem assiste ao desfile.

Nesse sentido, acreditamos ser necessário pensar esses desfiles como práticas que possibilitam a transmissão de conhecimentos e incorporação dos comportamentos, assim, “trata-se de forjar uma nova consciência cívica por meio da cultura nacional e por meio da inculcação de saberes associados à noção de progresso”. (JULIA, 2001, p. 15), tal qual propunha o regime republicano que, por meio da escolarização, preconizou uma homogeneização cultural da nação. “A escola era o signo da instauração da nova ordem, arma para efetuar o progresso, tratava-se de dar forma ao país amorfo, de transformar os habitantes em povo, de vitalizar o organismo nacional, de construir a nação”. (CARVALHO, 1989, p. 7).

Dessa maneira, o artigo apresenta uma produção com ênfase na história local, campo da História que vem chamando atenção dos pesquisadores para o conhecimento do cotidiano e das peculiaridades de regiões e lugares específicos. Destarte, não podemos perder de vista que a história local não deve ser desvinculada do contexto nacional no qual está inserida, como esclarece Erivaldo Neves (2002), “O estudo do regional, ao focalizar o peculiar, redimensionaria a análise do nacional, que ressalta as identidades e semelhanças, enquanto o conhecimento do regional e do local insistira na diferença e diversidade”. (NEVES, 2002, p.89).

Para compor essa narrativa, utilizamos diferentes tipos de fontes, tais como, fotografias e, principalmente, depoimentos⁴, ora pela dificuldade de

3 Utilizamos o conceito de cultura escolar segundo nos apresenta Dominique Julia (2001), quando a descreve como “um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos”. (JULIA, 2001. p. 11)

4 Todos os depoimentos aqui utilizados foram autorizados através do Termo de Cessão assinado pelos entrevistados e encontram-se sob nossa guarda.



localização de documentos, ora por possibilitar a descoberta de aspectos específicos, tais como as práticas educativas e o cotidiano escolar, dentre outras questões. Afinal, o uso da oralidade como fonte histórica acrescenta visões distintas acerca de um determinado acontecimento.

Assim, o texto está organizado em três momentos. Inicialmente, construiremos um breve histórico sobre a cidade de Cachoeira e sobre a Guerra de Independência do Brasil na Bahia; em seguida, discorreremos sobre o desfile de 25 de Junho, e, por fim, apresentaremos as memórias de professores e ex-alunos a respeito dessa celebração, confirmando a sua importância, seu valor simbólico e identitário para esta cidade do Recôncavo baiano.

Cachoeira e a Independência do Brasil na Bahia

A cidade de Cachoeira está situada no recôncavo baiano, à margem esquerda do rio Paraguaçu, já no seu trecho final, antes de desaguar na Baía de Todos os Santos.⁵ O ponto onde se encontra sede do município consiste no seu último ponto navegável. Desde o século XVI, Cachoeira exerceu um importante papel de centro comercial, escoando a produção da região para o porto da Cidade da Bahia e distribuindo mercadorias vindas dele através de rotas terrestres para os sertões da América portuguesa.

Durante séculos, a vila da Cachoeira⁶ foi a maior do interior da Bahia. Ao seu redor, um significativo número de engenhos fabricava toneladas de açúcar, com o trabalho de milhares de indígenas, africanos ou seus descendentes. Fumo e mandioca foram, também, culturas de grande importância pra economia da região. De Cachoeira e São Félix – localidades separadas apenas pelo rio Paraguaçu, saíam estradas que ligavam importantes regiões ao porto da Cachoeira e, daí, ao porto da Cidade da Bahia – hoje, Salvador.

No final do primeiro quartel do século XIX, a vila da Cachoeira viveu um importante momento da sua história. Apesar do processo histórico que culminou no que chamamos de Independência do Brasil ser representado historicamente pelos acontecimentos em torno de Dom Pedro e da Corte no Rio de Janeiro, ele conheceu um capítulo significativo na então Província da Bahia.

Quando do Grito do Ipiranga, a 7 de setembro de 1822, a Bahia já estava há alguns meses em estado de guerra, com tropas fiéis a Lisboa ocupando a capital da Província, enquanto tropas formadas majoritariamente

5 O Paraguaçu é um dos maiores rios do Estado da Bahia, tendo seu curso inteiramente em território baiano. Nasce na Chapada Diamantina, faz seu caminho até a Baía de Todos os Santos, desaguardo entre os municípios de Saubara e Maragogipe, perfazendo uma extensão de 600 km.

6 A Vila da Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira foi fundada na última década do século XVII. Virou comarca em 1832 e elevada à condição de Cidade em 1837.



por baianos cercavam a cidade. Este cerco durou pouco mais de um ano, envolvendo batalhas campais e navais, finalizando com o abandono da Cidade da Bahia pelas tropas portuguesas, a 2 de julho de 1823. Mas, para compreender como se chegou a este ponto, é preciso retroceder alguns anos na história da Bahia e de Portugal.

Desde a chegada das notícias sobre a Revolução Liberal do Porto (1820) e seu triunfo em Portugal, os ânimos políticos se exaltaram na Bahia. A recém tornada província aderiu sem muita hesitação ao movimento constitucional. No entanto, no decorrer dos meses que se seguiram à adesão, o desenrolar dos fatos políticos amplificou as diferenças entre portugueses nascidos na Europa e portugueses nascidos na América. Em algum tempo, dois campos opostos se consolidaram: uns alinhados a Lisboa e outros ao Rio de Janeiro.

Em fevereiro de 1822, estas disputas chegaram às vias de fato, quando da desavença acerca da nomeação do General Inácio Madeira de Melo para o posto de Governador das Armas da Província. O episódio acabou com a prisão e fuga de soldados que se recusaram a aceitar o comando do português e com a morte de civis, como é o caso mais notório da religiosa Joana Angélica.⁷ Em junho de 1822, os partidários da não submissão ao General Madeira prepararam manifestações de apoio a D. Pedro. O pano de fundo destas declarações era o temor, reforçado pelo retorno do rei D. João VI a Portugal, de que o Reino do Brasil fosse novamente reduzido à condição de colônia.

No dia 14 daquele mês, a Câmara da vila de Santo Amaro, distante sete léguas de Cachoeira, reconheceu a autoridade do Príncipe Regente D. Pedro de Alcântara para os assuntos relacionados ao Reino do Brasil. Como represália, o General Madeira enviou tropas que ocuparam Santo Amaro, causando alarme entre a população local. Alguns dias mais tarde, em 25 de junho, uma manifestação de apoio a D. Pedro foi preparada na vila da Cachoeira. Como se sabia do acontecido nos dias que sucederam a proclamação na vila vizinha, os preparativos para a proclamação em Cachoeira contaram com grupos armados que haviam se reunido desde a véspera no povoado de Belém. Acompanhados por paisanos, o grupo se dirigiu ao prédio da Câmara, onde se encontravam as autoridades locais. Sigamos Braz do Amaral na sua narrativa deste dia, 25 de junho de 1822:

Nas janelas da Câmara, junto ao estandarte dela ali desfraldado, foi feita uma consulta ao povo que vibrava de entusiasmo patriótico, para que exprimisse livremente a sua vontade.

7 Joana Angélica era a abadessa do Convento da Lapa e foi mortalmente ferida por soldados portugueses que insistiram em perseguir seus adversários que fugiam, supostamente, pelos fundos do convento. Tendo morrido por recusar que os soldados entrassem no prédio, é considerada uma mártir da Independência. (TAVARES, 2005, p. 46-47)

Em aclamações imensas foi declarado por todos que aceitavam e reconheciam a autoridade do príncipe regente D. Pedro de Alcântara...

Pelas três horas da tarde se achava pronta a ata que estabelecia este compromisso, a qual foi assinada por todos os presentes e dirigiram-se depois disto os camaristas, homens bons e povo para a igreja matriz onde foi celebrado um *Te-Deum*, em ação de graças ao Senhor... (AMARAL, 1957, p. 174. grifo no original).

Ao sair da matriz, as pessoas que se congratulavam pelo acontecido foram surpreendidas por tiros saídos de algumas casas e de uma embarcação de guerra portuguesa que se encontrava defronte à vila. Segundo Tavares,

Logo após os primeiros tiros da canhoneira começou a luta para silenciar a embarcação de guerra, aprisionar o seu comandante e marujos, e desarmar e prender os soldados e os portugueses que haviam feito disparos. Assim começou a guerra pela Independência do Brasil na Bahia. (TAVARES, 2005, p. 101).

Os fatos do 25 de junho foram representados, de forma sintética, na obra “Primeiros Passos para a Independência”, do pintor Antonio Parreiras (imagem 1).⁸ Nela, dois eventos acontecidos no mesmo dia se misturam: a aclamação a D. Pedro e o tiroteio iniciado pela embarcação portuguesa. O quadro apresenta o perfil do casario colonial, tendo como ponto central a Câmara de Cachoeira. Na obra, é possível ver o estandarte de uma das sacadas do segundo andar do prédio. Em primeiro plano, atingido, está caído o Soldado Tambor Soledade, que teria sido a primeira baixa da guerra.



8 O quadro original encontra-se no Palácio Rio Branco, em Salvador. Há uma réplica, em tamanho menor, na sala das seções da Câmara Municipal de Cachoeira. Há, ainda, uma pintura em azulejo alusiva a esta num posto de combustíveis na cidade.

Imagem 1. Quadro Primeiros Passos para a Independência – Antônio Parreiras



116

Acervo do Palácio Rio Branco, Salvador-BA. Foto: Sérgio Guerra Filho

A partir de 25 de junho de 1822, foi-se configurando uma guerra de cerco. Em Cachoeira, estabeleceu-se o Conselho Interino de Governo, formado por representantes das diversas vilas baianas. Esse governo tratou de estabelecer a unidade da província, isolando política e militarmente as forças fiéis a Lisboa, sitiadas na capital. O Governo Interino tratou de se alinhar com o Rio de Janeiro, amarrando a Bahia ao resto do reino do Brasil.⁹

Enquanto durou a guerra, Cachoeira foi a capital brasileira da Bahia, enquanto a Cidade da Bahia permanecia uma capital portuguesa, já que não reconhecia D. Pedro como governante e respondia diretamente e apenas a Lisboa. Nos meses seguintes ao 25 de junho, as forças baianas insubordinadas formaram um exército que tomou as principais estradas de acesso à Cidade da Bahia. O Conselho Interino cuidou de garantir recursos para a manutenção dessas tropas enquanto durou a guerra, mas, principalmente, manter a ordem social na província, ameaçada, aqui e ali, por levantes escravos, revoltas indígenas ou mesmo motins de soldados. (GUERRA FILHO, 2004)

Inicialmente formado exclusivamente por soldados baianos, em outubro de 1822, este exército foi reforçado por tropas de outras províncias, lideradas por um veterano francês – o General Pierre Labatut – contratado por D. Pedro para dar combate aos portugueses ocupantes da capital baiana. Labatut saiu do Rio de Janeiro, desembarcou em Alagoas e marchou até Recife, agregando soldados de diversas origens a suas tropas, durante a marcha até a Bahia, como bem retrata Tavares:

9 Meses depois, em 1º de dezembro de 1822, D. Pedro proclamou-se imperador, fazendo do Brasil, um Império.

Ao sair do Recife ele [Labatut] se dirigiu para Maceió, e de Maceió para Penedo, onde administrou a aclamação de dom Pedro. Continuou em seguida para a capital de Sergipe, São Cristóvão. Depôs um governo que ali se autoproclamara e oficializou como governo o que aclamou dom Pedro. Em 25 de outubro estava em Inhambupe, de onde escreveu ao Conselho Interino (TAVARES, 2005, p. 155).

Com o reforço vindo com o general, foi possível criar uma terceira coluna e reforçar as outras duas, definindo o cerco à cidade. Os portugueses tentaram, por duas vezes, furar o bloqueio para ter acesso a regiões produtoras de alimentos. Uma, em novembro de 1822, por terra; a segunda, a 7 de janeiro de 1823, por mar. A primeira ocasião ficou conhecida como a Batalha de Pirajá. Consistiu num ataque às linhas brasileiras, especificamente à coluna que guarnecia a principal estrada que saía da capital em direção ao norte. Após um dia inteiro de lutas, os portugueses acabaram por recolher-se às suas posições originais, nos domínios da cidade sitiada. Em janeiro, soldados e marujos portugueses tentaram desembarcar na Ilha de Itaparica, no que foram rechaçados por alguma guarnição que lá estava de prontidão, a cujo auxílio concorreram homens e mulheres civis. As investidas duraram 3 dias.

Com esses ataques, os portugueses tentavam acesso a áreas produtoras de alimentos, cada vez mais escassos com o passar dos dias. Algum contrabando de farinha partido de vilas do baixo sul e da própria ilha não era capaz de regularizar a oferta do gênero na cidade. A única rota regular de abastecimento era por mar, em navios que vinham de Portugal trazendo gêneros como vinho, azeite e bacalhau, mas retornando praticamente vazios à Europa, por falta de acesso aos gêneros produzidos no resto da província. Assim, quando D. Pedro I remeteu, em maio de 1823, uma frota de guerra comandada pelo almirante inglês Lord Cochrane para bloquear a Baía de Todos os Santos, isolando a cidade também por mar, a permanência do exército do General Madeira na Bahia tornou-se uma questão de tempo. Assim, as tropas portuguesas embarcaram na madrugada do dia primeiro e, na manhã do dia 2 de julho de 1823, o Exército Pacificador entrou na cidade recebido festivamente por quem havia permanecido na cidade ocupada.

25 de junho e 2 de julho são considerados, por muitos, como os marcos temporais dessa guerra de Independência que se realizou na Bahia. Importante registrar que, por força de uma lei estadual, a partir de 2007, a capital baiana é transferida simbolicamente para Cachoeira, todo ano, no 25 de junho. (BAHIA, 2007). Isso demonstra que a importância da data extrapola os festejos locais do desfile de caboclo e cabocla, que falaremos adiante.



O Desfile de 25 de Junho

A memória dos acontecimentos relacionados à Independência está marcada nas cidades de Cachoeira e São Félix, tanto material quanto simbolicamente. Há ruas e monumentos que são dedicados aos eventos da guerra ou seus personagens. Alguns imóveis de Cachoeira possuem placas indicativas de fatos importantes neles acontecidos. Cachoeiranos e sanfelistas costumam se referir a eventos heróicos como a “tomada da canhoneira lusa” ao falar de sua cidade natal. Mas a marca mais viva da memória da participação da localidade na Guerra de Independência é, certamente, a festa do 25 de Junho. A data ultrapassa os limites do município, posto que, como afirmamos anteriormente, desde 2007, a cada ano, a sede do Governo do Estado é simbolicamente transferida para Cachoeira neste dia.

As comemorações da Independência ocorrem em algumas cidades da Bahia, a maioria no dia 2 de julho, data final da guerra na Bahia. A exceção fica por conta das festas de Cachoeira/São Félix e de Itaparica, que acontecem a 25 de julho e 7 de janeiro, respectivamente. No caso de Cachoeira e São Félix, a festa consiste num desfile de Caboclo e Cabocla, cujas imagens cortam as ruas de Cachoeira no sentido norte-sul. Os desfiles de caboclos e caboclas acontecem também em outras cidades na Bahia como parte das comemorações da Independência. A maior e mais antiga dessas festas é a da capital baiana. Além das cidades citadas, registra-se desfiles de caboclos ou caboclas em Itaparica, Santo Amaro, Saubara, Salinas das Margaridas (recôncavo), Valença, Jaguaripe (baixo sul) e Caetitê (sudoeste baiano).

Há significativos estudos sobre as festas da Independência na Bahia e sobre os caboclos e caboclas reverenciados em tais ocasiões. Sobre a festa de Salvador, os trabalhos de Hendrik Kraay, para o século XIX, e Wlamyra Albuquerque, para os primeiros anos da República, são as principais referências. (KRAAY, 2000; ALBUQUERQUE, 1999). Mais recentemente, Fabio Baldaia fez um estudo sobre esta mesma festa na segunda metade do século XX e início do XXI. (BALDAIA, 2018). Estes trabalhos destacam as tensões entre as diferentes visões que os representantes oficiais e os populares tinham da festa. Jocélio Teles dos Santos produziu um importante trabalho sobre a figura do Caboclo, demonstrando a sua relação com as divindades do candomblé. (SANTOS, 1995). Recentemente, Milton Moura e Edilece Couto publicaram um trabalho no qual analisam as relações afetivas e espirituais das pessoas comuns e os caboclos a partir de bilhetes e oferendas deixados aos pés das imagens. (COUTO, MOURA. 2019).

Obviamente, cada uma dessas festas guarda características e aspectos específicos de sua localidade. No entanto, há muitas e significativas semelhanças. Em todas as festas, o desfile tem como centro a imagem de um caboclo ou uma cabocla esculpida em madeira e que vai colocada em um carro, também de madeira. Cada imagem é adornada com cocar de penas,



colares atravessados no torso e saiote, também de penas. É comum que a imagem empunhe uma lança que encontra uma cobra ou dragão a seus pés, simbolizando a tirania portuguesa (em geral esses são das cores vermelha e verde, cores da bandeira de Portugal). O carro sobre o qual as imagens são montadas também é enfeitado, ora com plantas e flores, ora com frutas, ou ambas as coisas. Invariavelmente, o carro recebe as cores verde e amarela e é comum a presença de pequenas bandeiras da Bahia e do Brasil.

Quando do desfile, os carros, já com as imagens montadas, são puxados por duas cordas que vão presas na frente, uma de cada lado. Muitas vezes, servidores municipais, autoridades, devotos e civis se misturam e alternam nesta função. Uma parte das pessoas vai acompanhando o cortejo cívico desde o seu início, enquanto outra parte vai se reunindo a ele no decorrer do trajeto. Há, ainda, quem fique à espera das imagens das janelas de suas casas ou nas calçadas em alguns pontos do caminho, acenando e batendo palmas para as imagens e seus acompanhantes.

Imagem 2: Cabocla e Caboclo prontos para o início do desfile de 25 de junho



Acervo do Autor. Foto: Sérgio Guerra Filho

Em todos os desfiles, há bandas de música acompanhando, com instrumentos de sopro e percussão, os desfiles. A maioria delas é de filarmônicas, além de bandas e fanfarras escolares. Essas bandas são esperadas e muito aplaudidas nas festividades de caboclos e caboclas. Na festa do 2 de Julho, em Salvador, contam-se às dezenas, mas o número de bandas nas demais festividades também é significativo.

Como já ficou evidenciado, a festa de 25 de Junho tem a particularidade de ser compartilhada entre dois municípios. As imagens, inclusive, pertencem cada uma a uma cidade: o caboclo é de Cachoeira e a cabocla, de São Félix. As imagens apenas se reúnem no período entre o 25 de junho e 2 de julho. Na manhã do dia 25, as autoridades sanfelistas levam o carro e a imagem da Cabocla até Cachoeira, atravessando a Ponte Dom Pedro II, que liga as duas cidades por sobre o rio Paraguaçu. Da ponte, o carro é levado ao ponto em que o Caboclo recebe os últimos enfeites para a saída do desfile.

Neste momento, os carros são acompanhados por filarmônicas das duas cidades e de outras cidades da região. Na sequência, bandas e fanfarras escolares se apresentam seguindo o cortejo. Além das apresentações musicais, muitas escolas desfilam com estudantes caracterizados de personagens históricos ou exibindo faixas e cartazes com dizeres sobre temas diversos de interesse geral. Como veremos a seguir, a participação das escolas no desfile de 25 de junho requer uma preparação com antecedência e requer a mobilização de docentes e alunos para a sua realização.

As escolas de Cachoeira no 25 de Junho

Para além da disseminação de conhecimentos, de normas e valores que são legitimados pela sociedade, as festas cívicas expressam aspectos da cultura escolar através do seu caráter político e pedagógico. Dessa maneira, já há muitas décadas, as escolas são presença fundamental no desfile de 25 de junho, consolidando narrativas identitárias que articulam o passado local e nacional com o presente de gerações de estudantes cachoeiranos. (HALL, 2005; ANDERSON, 2008)

As duas imagens a seguir são fotografias da Banda Marcial do Colégio Estadual da Cachoeira – BAMCEC em dois tempos diferentes. Na primeira delas, possivelmente dos anos 1960,¹⁰ a banda está postada na Praça da Aclamação, com os prédios do convento do Carmo ao fundo, mesmo cenário do quadro Primeiros Passos para a Independência, analisado anteriormente. Ainda hoje, ao final do cortejo, as bandas se distribuem na dita Praça e executam, depois da apresentação das filarmônicas locais, alguma peça musical antes do seu retorno.

10 A primeira foto não tem data indicada, mas, provavelmente, foi tirada antes de 1970. No perfil de *Facebook* onde ela foi postada, uma ex-aluna do CEC e música da banda escreveu o seguinte comentário: “Eu toquei na banda de 1970 a 1975. Em 71 foi quando ingressaram as primeiras mulheres.” <facebook.com/photo?fbid=248603735272947&set=a.231834616949859>

Imagem 3: BAMCEC na Praça da Aclamação.



Sem data. Autor não identificado. Fonte: <facebook.com/photo?fbid=248603735272947&set=a.231834616949859>

Na imagem 4, em fotografia de 2019, a banda está em plena apresentação na rua Prisco Paraíso, a caminho da Praça da Aclamação.

Imagem 4: BAMCEC no desfile de 25 de junho de 2019



Fonte: Arquivo pessoal do autor

O Colégio Estadual da Cachoeira – CEC – tem sido uma das principais instituições de ensino secundário da região, desde a sua fundação, sucedendo uma escola profissional. Fundado em 14 de setembro de 1948 como Sociedade Cooperativa Ginásio da Cachoeira, teve seu prédio próprio inaugurado apenas em 19 de setembro de 1954, numa cerimônia que contou com a presença do governador da época, Regis Pacheco. De 1955 a 1964, funcionou como Ginásio Estadual e Escola Normal, sendo responsável pela formação da mocidade cachoeirana, especialmente dos quadros de professoras e professores das escolas primárias. A partir de 1965, passou a se chamar Colégio Estadual da Cachoeira e assim permanece até os dias atuais.¹¹

Outra instituição educativa que participava dos desfiles e que temos notícias é o Educandário Santo Antônio, sob direção da Professora leiga¹² Adelita Onofre, mais conhecida na cidade como Dona Dedé. Esta escola de ensino primário era particular e funcionou num casarão situado na Rua Ana Neri, próximo à igreja matriz, no centro de Cachoeira, ao longo do século XX.

Em entrevista, três ex-alunos recordaram como era a participação dessa instituição nos desfiles do 25 de Junho.¹³

Cantávamos o hino, marchávamos no desfile. Me lembro do 25 de Junho que era um evento com todas as escolas na rua, todo mundo impecável. (Aluno 1).

A escola participava sim, do 25 de Junho, Fanfarra, e das procissões de Corpus Christi, Nossa Senhora do Rosário. Todo mundo fardado. (Aluno 2).

Qual escola, fosse ela particular ou não, que não tomava parte [do desfile]?

Iam todos bem vestidos, bem arrumados. Todas as escolas tinham farda de gala, muito bem arrumadas. (Aluno 3).

Por meio desses relatos, podemos observar aspectos da constituição de uma memória coletiva, na qual os indivíduos se identificam com acontecimentos marcantes para o seu grupo e engendram um sentimento de pertencimento por meio dessas memórias compartilhadas. Como afirma Maurice Halbwachs, “o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas que toma emprestado de seu ambiente.” (HALBWACHS, 2006, p.72).

11 Para mais informações sobre a trajetória dessa instituição ver BARBOSA, 2005.

12 Entenda-se professora leiga como aquela que não tem formação específica para atuar em sua área.

13 Para este trabalho, utilizaremos excertos de entrevistas realizadas durante no desenvolvimento do Projeto de Pesquisa intitulado “A Educação no Recôncavo da Bahia: Instituições, Sujeitos e Práticas (Séc. XIX e XX)”, sob a coordenação da Professora Solyane Silveira Lima e optamos por não identificar os entrevistados.

Dessa maneira, os depoentes relatam não apenas lembranças sobre a participação nos desfiles, mas também, a forma que se trajavam para tais ocasiões, tendo em vista que essas festas oportunizavam uma considerável visibilidade para a instituição, já que toda a sociedade local estaria reunida, conforme podemos observar na imagem a seguir.

Imagem 5: Desfile de 25 de Junho de 1947 em Cachoeira



Comemoração do 25 de Junho, em Cachoeira, no ano de 1947, Acervo de J. Nogueira.

Para além dos aspectos da cultura escolar e da visibilidade que essas festas ocasionam, verifica-se que as escolas eram requisitadas a participar das festividades da Independência através de chamados das autoridades municipais. Porém, apesar disso, percebe-se que a preparação para essas celebrações era motivo de orgulho e satisfação para os alunos, como se verá nos relatos a seguir:

A pró[fessora] Dulce ensinou a gente a cantar o hino e fazer as continências e a gente saía, marchava tudo certinho no mesmo passo, tudo igualzinho. (Aluno 4).

Os docentes também partilhavam destes mesmos sentimentos, conforme descreve um professor de história aposentado.

O desfile do 25 de junho, naquela época, os vultos históricos eram armados. Tinha umas figuras da história, até o imperador. Nós arrumamos carroça com cana de açúcar, com fumo, pelotão de bandeiras. Era um desfile que dava gosto assistir, né? Dava gosto assistir. Havia participação de todos, os pais tinham prazer de ir à rua, iam aplaudir os pelotões porque tinha o que se ver. (Professor 1).

Dessa maneira, percebemos a força que a celebração do 25 de Junho representa para as pessoas da cidade, a ponto de mobilizar lembranças da infância e da escola, retratando práticas comuns a toda comunidade. Ou seja, os desfiles podem assumir diversos significados e funções pedagógicas, que extrapolam o âmbito escolar e passam para outras esferas da vida social, representando aspectos da cultura que é normalizada e, ao mesmo tempo, tem uma finalidade educativa.

Conclusão

Apesar de ainda em fase inicial, a pesquisa ora apresentada demonstra a importância de investigar mais a fundo a relação entre identidade, memória e civismo, tendo a participação das escolas nas celebrações da Independência do Brasil na Bahia como foco. No caso de Cachoeira, foi possível identificar aspectos da cultura escolar na dinâmica das atividades educativas relacionadas aos ritos cívicos representados pelo desfile de 25 de junho.

Uma vez que as entrevistas realizadas não tinham como foco específico as celebrações da Independência, a recorrência com que apareceram nas memórias escolares de docentes e discentes aponta para a implicação desses sujeitos na reafirmação das narrativas identitárias a partir da sua atuação no espaço escolar.

Referências

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra. *Algazarra nas ruas*. Comemorações da Independência na Bahia (1889-1923). Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- AMARAL, Braz do. *História da Independência na Bahia*. Salvador: Progresso, 1957.
- BAHIA, Lei nº 10.695 de 24 de setembro de 2007. <<http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/lei-no-10695-de-24-de-setembro-de-2007>> Acessado em 05/04/2020.
- BALDAIA, Fábio Peixoto Lopes. *A Festa, o Drama e a Trama: cultura e poder nas comemorações da Independência da Bahia (1959-2017)*. (Tese de Doutorado) Salvador: UFBA, 2018.
- BARBOSA, Telma da Silva. *Memorial do Colégio Estadual de Cachoeira: contribuição para um estudo sobre a história da Educação na Bahia*. (Dissertação de Mestrado) Salvador: UNEB, 2005.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *A Escola e a República*. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.



COUTO, Edilece. MOURA, Milton. Oferendas e Bilhetes para o Caboclo e a Cabocla na Festa do 2 de Julho na Bahia. **Revista Brasileira de História das Religiões**. ANPUH, ano XII, nº 34 (maio-agosto de 2019). p. 201-229.

GUERRA FILHO, Sérgio A. D. **O Povo e a Guerra: Participação das Camadas Populares nas Lutas pela Independência do Brasil na Bahia**. (Dissertação de Mestrado) Salvador: UFBA, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro, DP&A, 2005.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. In: **Revista Brasileira de História da Educação**. 2001. Campinas: Editora Autores Associados, nº 1, janeiro/junho. p. 9-43.

KRAAY, Hendrik. **Entre o Brasil e a Bahia: as comemorações do Dois de Julho em Salvador no século XIX**. Afro-Ásia, nº 23, 2000, p. 49-87.

MOURA, Milton Araújo. Os Caboclos de Itaparica. Interface de Brasis. in: I Colóquio Internacional de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2007, Recife – **Anais Eletrônicos**. Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2007.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **História Regional e Local: fragmentação e recomposição da história na crise da modernidade**. Feira de Santana: UEFS; Salvador: Arcádia, 2002.

SANTOS, Jocélio Teles dos. **O Dono da Terra: O Caboclo nos candomblés da Bahia**. Salvador: SarahLetras, 1995.

TAVARES, Luis Henrique Dias. **Independência do Brasil na Bahia**. Salvador: EdUFBA, 2005.



**“Uma das mais bellas
páginas de vosso brilhante
passado”: Barão Homem
de Melo, o IHGSE e a
invenção do herói de
Aracaju (1917)**

Magno Francisco de Jesus Santos¹

Resumo

Ao longo da primeira metade do século XX, o exercício de escrita da história do Brasil teve como palcos privilegiados os institutos históricos e geográficos. As casas de memórias, tanto a nacional, assim como as congêneres estaduais atuaram como fábricas de heróis, de composição de enredos que entrelaçavam passados, forjavam marcos históricos, valoravam espaços e pincelavam a face do povo a partir do espelho biográfico. A biografia do herói emergia como o retrato de seu povo. Neste artigo analiso as comemorações promovidas pelo Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe sobre o fundador de Aracaju: Inácio Joaquim Barbosa. Pautado nas notícias de jornais e nas conferências publicadas na Revista do IHGSE, torna-se possível entender como os escritos biográficos do Barão Homem de Melo contribuíram para forjar um retrato dizível para um herói sem face.

Palavras-chave: biografia, IHGSE, Barão Homem de Melo, Inácio Barbosa, comemoração.



1 Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. Professor Adjunto do Departamento de História da UFRN, do Programa de Pós-Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Coordenador do Subprojeto de História/Natal do PIBID.

**“one of the most beautiful pages
of your brilliant past”:
Barão Homem de Melo, IHGSE
and the invention of hero de
Aracaju (1917)**

**“Una de las páginas más bellas de
tu brillante pasado”:
Barão Homem de Melo, IHGSE y
la invención del héroe de
Aracaju (1917)**

127



Abstract

Throughout the first half of the twentieth century, the exercise of writing the history of Brazil had historical and geographical institutes as privileged stages. The houses of memories, both the national one, as well as the state counterparts acted as factories of heroes, composing plots that intertwined the past, forging historical landmarks, valuing spaces and painting the face of the people from the biographical mirror. The hero's biography emerged as the portrait of his people. In this article I analyze the celebrations promoted by the Historical and Geographic Institute of Sergipe in founder of Aracaju: Joaquim Inácio Barbosa. Based on news from newspapers and conferences published in Revista do IHGSE, it becomes possible to understand how the biographical writings of Barão Homem de Melo contributed to forge a sayable portrait for a faceless hero.

Keywords: biography, IHGSE, Barão Homem de Melo, Inácio Barbosa, celebration.

Resumen

Em la primera mitad del siglo XX, el ejercicio de escribir la historia de Brasil tuvo a los institutos históricos y geográficos como etapas privilegiadas. Las casas de los recuerdos, tanto la nacional como las contrapartes estatales, actuaron como fábricas de héroes, componiendo tramas que entrelazaron el pasado, hacendose hitos históricos, valorando espacios y pintando la cara de la gente desde el espejo biográfico. La biografía del héroe surgió como el retrato de su pueblo. En este artículo analizo las celebraciones promovidas por el Instituto Histórico y Geográfico de Sergipe sobre el fundador de Aracaju: Inácio Joaquim Barbosa. Con las noticias de periódicos y conferencias publicadas en Revista do IHGSE, es posible comprender cómo los escritos biográficos de Barão Homem de Melo contribuyeron a forjar un retrato digno de un héroe sin rostro.

Palabras clave: biografía, IHGSE, Barão Homem de Melo, Inácio Barbosa, celebración.

O ateliê da história sergipana

Homenagens posthumas

Foram cumpridas pelo Governo as disposições constantes do art. 1º, n. 92, da lei n. 700 de 16 de Novembro de 1915, referentes ao monumento ao dr. Ignacio Joaquim Barbosa, às exéquias do senador general José Gomes Pinheiro Machado e à estátua de monsenhor Olympio Campos.

O monumento a Ignacio Barbosa já se acha nesta capital – e de acordo com a deliberação da directoria do Instituto Histórico e Geographico de Sergipe, com o qual concordei, será erigido em lugar conveniente, no Jardim Olympio Campos, e inaugurado a 17 de Março do anno vindouro. 62º anniversario da Resolução n. 413 de 17 de Março de 1855 que mandou transferir da cidade de S. Christovam para a de Aracaju a capital da antiga província, o que em boa hora se realizou, graças à clarividência e tenacidade de Ignacio Barbosa, que n'aquella época ocupava a presidência (SERGIPE, 1916, p. 6-7).

Na terceira sessão ordinária da 12ª legislatura, no dia 7 de setembro de 1916, o presidente do estado de Sergipe, Manuel Prisciliano de Oliveira Valladão, anunciava aos deputados estaduais as realizações do primeiro triênio de governo. O relatório do presidente do estado servia como uma prestação de contas e um momento de exibição das proezas administrativas. Naquela ocasião, um dos primeiros pontos elencados pelo governante foi o dos preparativos para a inauguração do monumento à Inácio Barbosa, fundador da cidade de Aracaju e responsável pela mudança da capital sergipana.

Desse modo, por meio das proezas do verbo cadente do administrador, evocava-se o passado monumentalizado. Palavras que iam além da elucubração retórica, pois reafirmavam o lugar de fala do governante coadunado com a construção de uma cultura política republicana vinculada à oligarquia da chamada tríade militar que governou Sergipe entre 1908 e 1918. De acordo com Ibarê Dantas,

Desde 1911 a vida partidária, que já era diminuta, cedeu lugar à predominância exclusiva do *Partido Republicano Conservador* como elemento formalizador das candidaturas situacionistas. Dentro desse quadro, ascendeu o general Oliveira Valladão apoiado por Pinheiro Machado, que continuava gozando de grande prestígio na política nacional (DANTAS, 2004, p. 36).

Nas palavras do principal historiador político de Sergipe, o segundo decênio do novecentos foi marcado pelo domínio da oligarquia vinculada ao Partido Republicano Conservador. Desse modo, é possível pensar como esse grupo político de Sergipe promoveu os usos do passado no processo de construção de uma cultura política republicana. Afinal, quais episódios da história sergipana foram mobilizados na construção de uma leitura acerca do passado? Quais projetos de futuro eram desejados?

Por meio do pronunciamento do presidente de estado, é perceptível como o fomento à construção do futuro do estado perpassava pela celebração dos heróis de outrora, em um feitiço em ziguezague, que ordenava o passado a partir das demandas do presente e do modelo de futuro aspirado. Neste sentido, torna-se possível pensar os usos do passado na política sergipana do nascedouro do século XX a partir da concepção de cultura política, que de acordo com Jean-François Sirinelli constitui “uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição políticas” (SIRINELLI, 1992, p. 3-4).

No entanto, as proezas de monumentalização do fundador da capital sergipana não estava a cargo exclusivo do presidente do estado. Tratava-se de um projeto gestado pelos intelectuais vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, sodalício fundado nos idos de 1912, com o propósito de reunir acervos, congregar homens de letras e fomentar a escrita da história sergipana (SANTOS, 2014). O relatório presidencial informava que a escolha do lugar onde o monumento deveria ser posto era resultante da deliberação dos sócios do IHGSE. Em tempos republicanos, os institutos históricos se transformaram em espaços privilegiados no processo de reinvenção do passado da nação, por meio da elucubração de novos heróis e da valoração de episódios tingidos de elementos republicanos. Como bem expressou Ângela de Castro Gomes:

Exatamente por isso, como ocorreu em inúmeros casos de formação de Estados nacionais “modernos”, o destinatário dos discursos científicos era outro, o que ganhava especial força no caso da história do Brasil, por seu sabido e acreditado valor pedagógico. Sem descurar da educação das elites governantes, que tinham muito a aprender com os “heróis” e os grandes eventos da história pátria, o interlocutor privilegiado da narrativa era o próprio “povo brasileiro”, a ser criado em movimento simultâneo ao da construção de uma história, em que ele era também um protagonista, além de destinatário (GOMES, 2012, p. 13).

No entender de Ângela de Castro Gomes, os institutos históricos no país se tornaram espaços de produção e disseminação de narrativas que divulgavam novos heróis e episódios da história pátria. A formação do

povo brasileiro e da elite governante deveria estar pautada nos exemplos de outrora. Era um projeto de jogo dos espelhos, no qual os homens do presente olhavam para o passado em busca de inspiração e de bons exemplos. Já o passado reluzia o futuro de um país de civilizado, que utilizava a história como instrumento de soerguimento da nação.

Partindo desta prerrogativa, é possível entender a atuação do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, ao longo dos primeiros decênios do século XX, como um espaço institucional de produção de narrativas históricas que visavam fomentar a construção da identidade sergipana. Era um instrumento de produção de uma cultura política republicana a partir da mobilização de episódios e sujeitos do passado na produção de uma leitura comum da história estadual, na finalidade de forjar um projeto compartilhado de futuro. Os usos do passado ocorriam por meio do levantamento de fontes para a constituição dos acervos, do exercício de escrita da história, da encomenda de bustos e retratos para compor a galeria dos heróis sergipanos e, não menos importante, da celebração das efemérides, por meio de inaugurações e conferências.

Neste artigo proponho analisar as comemorações promovidas pelo Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe acerca de Inácio Joaquim Barbosa, fundador de Aracaju. Nesta ocasião, o sodalício realizou uma série de eventos ao longo de uma semana, contando com a inauguração do monumento, traslado dos restos mortais do fundador e uma série de conferências no IHGSE. Entre os convidados ilustres, encontrava-se Francisco Ignácio Marcondes Homem de Melo, o barão Homem de Melo, proeminente figura intelectual da segunda metade do século XIX, que tinha atuado como docente da cadeira de História Universal do Colégio Pedro II e compunha a diretoria do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Com isso, a celebração da memória do fundador da cidade de Aracaju ocorreu por meio da efusão de narrativas. Instituiu-se formas de dizibilidade e visibilidade para o herói da cidade. Neste sentido, busco entender essa profusão de narrativas a partir das notícias de jornais e das conferências publicadas na Revista do IHGSE, no ensejo em que o Barão Homem de Melo fomentava a construção imagética do herói por meio de seus escritos biográficos.

O conferencista convidado pela Casa de Sergipe para falar sobre as proezas do fundador de Aracaju era um renomado intelectual brasileiro, que integrava a diretoria do IHGB e possuía uma vasta produção historiográfica, principalmente, no tocante às biografias. O barão Homem de Melo (1837-1918), teve uma ampla participação no cenário político do segundo reinado, ao ocupar cargos como presidente de províncias, deputado provincial e geral. Além disso, atuou no magistério, como docente de renomadas Instituições como o Colégio Pedro II, o Colégio Militar e a Escola Nacional de Belas Artes. De igual modo, ele fomentou a publicação

de obras clássicas da historiografia brasileira.² De acordo com Odilon Nogueira de Matos,

Retornando ao magistério após a proclamação da República, lecionou no Colégio Militar e na Escola de Belas Artes. Considerado um dos quadros grandes beneméritos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. No mesmo ano de seu falecimento, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras, na vaga aberta com a morte de José Veríssimo. Desde muito moço manifestou acentuado pendor pelos estudos históricos, publicando seu primeiro trabalho sobre a matéria em 1858. De 1863 data seu livro mais importante, *A Constituinte perante a História*, indispensável para o estudo da formação constitucional do Brasil. Quando presidente da Bahia promoveu a publicação de uma “Coleção de obras relativas à história da Bahia”, cujo primeiro volume foi a obra famosa de Rocha Pita, *História da América Portuguesa*, numa edição (Bahia, Imprensa Econômica, 1878), considerada por Rubens Borba de Moraes a melhor de quantas se fizeram do célebre livro do autor baiano (MATOS, 1972, p. 223-224).

Percebe-se a partir da narrativa de Odilon de Matos, como o barão Homem de Melo teve uma ampla inserção na política em defesa da história no período entre a segunda metade do século XIX e os primeiros decênios do século XX. Além disso, ressaltam-se os escritos atinentes ao campo da biografia, com a produção de perfis de homens letrados do oitocentos (MATOS, 1972, p. 225). A biografia consistiu em um dos mais profícuos campos de atuação de pensadores da história nos primeiros decênios republicanos (SANTOS, 2019). No ensejo de reinventar a nação nos moldes republicanos, a instrução cívica pautou-se nos exemplos dos grandes homens. Para Ângela de Castro Gomes:

O uso da biografia, como melhor meio de realização da “instrução cívica que mal podia ser inculcada pela história”, era uma estratégia importante para se tocar à infância, isto é o futuro. Por essa razão, não se devia exagerar no número de biografados, que precisavam ser bem escolhidos entre aqueles que fertilizavam a história pátria, e que eram de fato homens representativos (GOMES, 2012, p. 112).

A proliferação de biografias produzidas ao longo dos primeiros decênios republicanos, tanto por meio de narrativas proferidas oralmente e escritas, como na elevação de monumentos, tinha como principal núcleo irradiador os institutos históricos. É o processo que Armelle Enders denomina de “fábrica de heróis” (ENDERS, 2014), em decorrência do vasto repertório de

2 O barão Homem de Melo fomentou a publicação da “Colleção de obras relativas a história da capitania depois província da Bahia e a sua geographia mandadas reimprimir ou publicar pelo Barão Homem de Melo”, em 1878.

narrativas acerca de heróis e episódios. Assim, as biografias foram usadas como instrumento de forjar identidades para os espaços, nos quais os homens emergiam como a face coletiva de um povo. Para Enders,

O lugar dos heróis traz à tona questões referentes ao papel atribuído aos indivíduos na história, ao culto dos grandes homens e da personalidade, em suma, tudo quanto diz respeito aos heróis não apenas no âmbito nacional, mas também internacional. Nada é mais internacional do que a formação de identidades nacionais: os panteões não fogem a essa regra. Os heróis têm uma história cujas pulsações correspondem estreitamente à fé no progresso, ao advento e desenvolvimento das sociedades políticas modernas, democráticas e nacionais (ENDERS, 2014, p. 14).

Pautado nesta assertiva, seria possível dizer que, na primeira metade do século XX, o IHGSE foi o principal espaço do fabrico da história sergipana. Contudo, ao considerarmos os aspectos inerentes ao ofício do historiador, incluindo particulares do tempo no alvorecer do século XX, é importante registrar que esse processo de produção dos saberes da história apresenta-se de forma artesanal, por meio do cotejo de fontes dispersas, reunião de textos históricos para a efetivação do diálogo historiográfico e a lenta apropriação do método histórico. Neste sentido, mais do que uma fábrica de história e biografias, o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe atuava como um ateliê, que reunia um seletivo grupo de artífices da história no processo de tecelagem de enredos pretéritos. Com isso, é pertinente pensar o exercício de escrita da história a partir da poética definição de Durval Muniz Albuquerque Júnior,

Concordo com a ideia de que a historiografia é produto de um trabalho, de um trabalho de atribuição de sentido aos eventos, aos acontecimentos do passado. Concordo que o historiador exerce um trabalho de produção do passado, que este o fabrica como um artefato. Concordo que ele exerce uma tarefa de produção de versões para aquilo que se passou, que produz sentido para os tempos, que dá a eles existência e consistência. Mas considero que o trabalho que realizamos não tem o caráter maquinico, o caráter fabril, caráter plenamente moderno, que as imagens e metáforas usadas tanto por Certeau quanto por Marx parecem indicar. O trabalho do historiador me parece ter mais analogias com o trabalho artesanal do que com o trabalho na grande indústria. O historiador me parece habitar mais um ateliê do que um espaço fabril. Penso que a atividade historiadora tem maior proximidade com a paciente e meticulosa atividade manual exercida por tecelões, bordadeiras, rendeiras, tricoteiras, chuliadeiras. Atividades que têm maior proximidade com o universo definido como feminino do que com as atividades fabris identificadas como pertencentes ao universo masculino (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2019, p. 28).



Assim, pensando o ofício do historiador como uma prática de tece-lagem, no qual o pensador da história constrói o seu enredo a partir da tessitura da narrativa, tramando narrativamente episódios que “entrelaçam como um tapete” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2019, p. 23), é possível vislumbrar a atuação da Casa de Sergipe como um ateliê que produziu diferentes artefatos narrativos do passado local: biografias, preleções, retratos, bustos, obeliscos. Um ateliê que celebrou a história.

“O sentimento perpetuado no granito”: a história celebrada

Ao longo de sua trajetória centenária, o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe atuou como um importante espaço de celebração da memória sergipana. Desde os primeiros anos após a fundação, nos idos de 1912, o sodalício tornou-se o ponto irradiador das memórias acerca dos “grandes episódios” e dos “grandes homens” de Sergipe, por meio da produção de textos biográficos, de preleções, da inauguração de bustos e retratos, ou, até mesmo com as campanhas para construção de monumentos públicos. Desse modo, no alvorecer do século XX, o IHGSE tornou-se responsável pela monumentalização de Aracaju, tornando-a cada vez mais uma cidade que reluzia uma memória topográfica dos heróis da terra. Como Itamar Freitas bem salientou,

O Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, carinhosamente referido por alguns de seus sócios como “a casa de Sergipe”, nasceu da euforia cientificista da passagem do século XIX para o XX, encorpada pelos mais arraigados bacharéis, discípulos de Tobias Barreto (FREITAS, 2002, p. 14).

De acordo com o principal intérprete da historiografia sergipana, o IHGSE é resultante de dois fenômenos: a pulverização das ideias cientificistas no alvorecer do século XX e o entusiasmo dos herdeiros intelectuais de Tobias Barreto. Neste sentido, o ímpeto fundador do sodalício é marcado pelo culto à imagem dos grandes homens de letras, por meio de narrativas que caracterizavam o espaço sergipano pela inteligência do seu povo, notadamente, os intelectuais. O historiador Ibarê Dantas relaciona a inspiração de fundação do instituto com os burburinhos nos preparativos das comemorações de inauguração do monumento Fausto Cardoso:

Às vésperas da fundação do IHGSE, a imprensa noticiava os preparativos para a inauguração do monumento a Fausto Cardoso, inclusive a chegada de artistas que vinham preparar o pedestal da escultura, que seria inaugurada em 09.09.1912, após a trasladação dos restos mortais do líder da Revolta de 1906 e do popular que morreu junto com ele em decorrência do movimento revoltoso. Foi uma cerimônia revestida de



muita emoção que atingiu ápice quando Gumersindo Bessa concluiu seu discurso asseverando: “Fica na tua glória (...) e se uma convulsão da natureza ou um espasmo da política arrastar este monumento, terá eterno sacrário no coração de cada um dos sergipanos”.

Foi nesse ambiente que Florentino Teles de Menezes (1886-1959), um jovem idealista de 26 anos, teve a ideia de criar o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (DANTAS, 2014, p. 30).

O cotidiano institucional foi marcado pela realização de celebrações, da evocação de homens e episódios do passado, por meio de homenagens a lideranças políticas, artistas e homens de letras vivos e falecidos. É possível afirmar que o IHGSE se tornou o panteão dos heróis sergipanos e contribuiu para forjar uma identidade estadual pautada na imagem do sergipano intelectual, reconhecido em outras plagas, ou seja, uma identidade centrada na inteligência e que referenda o prestígio dos intelectuais na arena política. A recuperação da memória dos grandes homens sergipanos no âmbito do IHGSE mobilizou diferentes sócios, que operacionalizaram seus artefatos documentais na produção de narrativas em suportes distintos, como os bustos, retratos e a palavra. De acordo com Ibarê Dantas:

Além das reuniões ordinárias frequentadas pela diretoria, havia sessões extraordinárias e/ou solenes, às quais compareciam autoridades, senhoras e senhoritas, constituindo-se por vezes em acontecimentos sociais destacados pela imprensa.

A sociedade, que nem sempre tinha consciência da relevância da informação sobre os fatos acontecidos num passado mais distanciado, foi se dando conta de sua significação e passou a empenhar-se para evitar o esquecimento. Os retratos, os bustos, as estátuas apareciam dentro de uma estratégia de evitar o olvido de figuras exemplares. Essa iniciativa atingia tanto vivos, como foi o caso de Siqueira de Menezes, como mortos, a exemplo do que ocorreu com Inácio Joaquim Barbosa, o governante que transferiu a capital de São Cristóvão para Aracaju em 1855.

(...) Na reunião de 08.10.1912, foi apresentada a sugestão de palestras mensais sobre personagens sergipanas, ideia aprovada que chegou a ser implementada em alguns momentos (DANTAS, 2014, p. 61).

A árdua luta contra o esquecimento foi uma das principais ações empreendidas pelo Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe nos primeiros anos após a fundação. Uma batalha travada a partir de exercícios que vislumbravam o reconhecimento dos feitos dos sujeitos históricos tidos como “notáveis”, dignos de serem eternizados. Tais ações também refe-

rendavam a polifonia política vigente entre os sócios do sodalício, como pode ser observado na presença de alguns representantes entre os líderes que se mobilizaram para a inauguração da estátua do monsenhor Olímpio Campos (DANTAS, 2012, p. 78). Esse projeto de preito à memória também foi pensado a partir da interlocução com intelectuais de outras plagas. As visitas intelectuais foram usadas como estratégia de reconhecimento do instituto e de divulgação do prestígio de seus sócios. Nos idos de 1917, o IHGSE recebeu a visita de nomes como José Francisco da Rocha Pombo, Galdino Guttman Bicho e Francisco Ignácio Marcondes Homem de Melo. Décadas depois, o sodalício receberia com o mesmo entusiasmo o folclorista norte-rio-grandense Câmara Cascudo, nas efemérides de Sílvio Romero (DANTAS, 2019).

No caso das efemérides em homenagem ao fundador de Aracaju, Inácio Barbosa, o primeiro ato ocorreu com a cerimônia de abertura do sarcófago, na capela de São Salvador, primeiro templo edificado na nova capital. No evento estiveram presentes as principais autoridades políticas, militares, religiosas e intelectuais do estado de Sergipe. De acordo com a ata, publicada na Revista do IHGSE,

Aos vinte e nove dias do mês de janeiro de mil novecentos e dezessete, nesta cidade de Aracaju, na capela de São Salvador, pelas 14 horas, presentes: o intendente deste município, dr. Alexandre Freire, os representantes de toda a imprensa local, o dr. Firmo Freire, engenheiro militar e constructor do monumento que a cidade está erigindo ao seu heroico fundador, o padre Abílio Mendes, representante do exmo. e rvm. sr. bispo de Aracaju, o coronel Jacundino Filho, o 1º secretário do “Instituto Histórico e Geographico de Sergipe”, bacharelando Luiz José da Costa Filho, representante daquela scientifica instituição e de seu presidente desembargador Manoel Caldas Barretto Netto, o senhor Joaquim Lins de Carvalho, representante do coronel José da Silva Ribeiro e do dr. Francisco de Barros Pimentel Franco, foi aberto o sarcóphago que continha, há cincoenta e nove annos, os ossos do dr. Ignacio Joaquim Barbosa; e sendo à vista de todos os presentes aberta a urna de folhas de Flandres, que foi encontrada no interior do referido sarcóphago de mármore, nella se acharam mais ou menos perfectos o craneo e os principaes ossos, sendo que os demaes estão em mau estado de conservação, quasi reduzidos a pó.

Em presença de todos e em voz clara e segura, o dr. Alexandre Freire fez entrega da urna que continha os referidos ossos ao padre Abílio Mendes, para que sob a sua guarda e responsabilidade ficassem até o dia 17 de Março vindouro, quando serão trasladados solememente para o pépetuo jazigo do Monumento.



Os mármores que compunham o sarcóphago, foram mandados pelo engenheiro militar Firmo Freire para ficarem na base do referido Monumento.

Em fé do que, lavrei a presente acta, que vae assignada por mim e por todos os demais presentes.

Aracaju, aos 29 de janeiro de 1917 (INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE, 1917, p. 25-26).

O documento histórico referenda algumas questões relevantes acerca do processo de formação cívica em Sergipe nos primeiros anos republicanos, como a aproximação entre autoridades civis, militares e religiosas, a ênfase em uma religião cívica, com o culto aos grandes heróis, além da busca da visibilidade, por meio da presença de setores da imprensa local, com nomes de jornalistas como Clodomir Silva (do impresso *O Estado de Sergipe*), Onésimo Araújo Pinto (*Correio de Aracaju*), Virgílio Maynard (*Diário da Manhã*), José Domingues Ludovice (Século XX), Odilon Machado e Simeão Vasconcellos (*O Tagarella*), João de Araújo Lopes (*O Democrata*) e José de Souza Júnior (*Jornal do Povo*). Desse modo, assim como os exames finais das escolas, a abertura do sarcófago foi publicada nos jornais da cidade, criando a expectativa para o grande evento que ocorreria no dia 17 de março, dia da mudança da capital. Ao longo da Primeira República, a imprensa exerceu o relevante papel de vitrine das ações do Estado e das atividades dos governantes republicanos.

Isso pode ser lido como uma estratégia de promoção do culto a determinadas figuras. Monumentalizar um sujeito histórico implicava em levá-lo para as páginas da história, no espaço público. Neste vínculo entre a celebração e a história, cabe-nos voltarmos para a provocante questão de Mona Ozouf: “a festa comemorada é, ao menos, uma festa em que a consciência da história se aviva e se fortifica?” (OZOUF, 1976, p. 224). Possivelmente, no caso das festas em torno da figura de Inácio Barbosa, esse foi o mote central e a resultante, em certo ponto, foi imediata, com a maior inserção do nome do fundador da cidade nas ações de instrução cívica, principalmente, no espaço escolar. Figuras históricas emblemáticas tornaram-se, paulatinamente, um importante recurso retórico no processo de difusão da cultura política republicana. Com isso, torna-se salutar pensar as festividades cívicas no âmbito defendido por Ozouf:

Toda comemoração vive da afirmação obsessiva do mesmo. Os programas das festas, os planos para os cortejos, os projetos de monumentos e os discursos martelam quatro afirmações pelo menos: de que nos honramos de ser os mesmos (entre eles), nós somos todos os mesmos (entre nós), nós somos sempre os mesmos que antes, nós permaneceremos os mesmos. Não há comemoração sem este conjunto, sem este permanente conjunto (OZOUF, 1984, p. 143).

Em Aracaju, as festas alusivas ao fundador da cidade ocorreram nos dias 17, 18 e 19 de março de 1917, ou seja, na semana de comemoração da mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju. É um indício de como as homenagens ao herói morto refletiam uma retórica que reafirmava a centralidade política da capital sergipana. O elogio ao morto partia de sua obra emblemática: a nova cidade. O programa das festas de inauguração do monumento Inácio Barbosa expressava a intersecção entre civismo, engajamento intelectual, instrução histórica e valorização dos espaços mnemônicos:

Monumento Ignacio Barbosa

Programma das festas

Iniciativa do Instituto Histórico e Geographico de Sergipe

Dia 17 de Março de 1917.

12 horas: - Trasladação solenne dos restos do fundador desta cidade, do seu actual sarcóphago, na Matriz de São Salvador para o perpétuo jazigo do Monumento.

13 horas – Bênção ministrada pelo exemo. e revmo. sr. bispo de Aracaju ao Monumento.

Inauguração do mesmo, que será declarada e feita pelos exmos. Srs. Presidente do Estado, presidente effectivo do Instituto, bispo de Aracaju e barão Homem de Melo.

Serão oradores: o dr. Prado Sampaio, que fará entrega do Monumento em nome do Instituto Histórico e Geographico de Sergipe ao Município de Aracaju, e Enock Santiago, que agradecerá em nome do Município.

20 horas – Sessão solenne e extraordinária do Instituto Histórico e Geographico de Sergipe.

Posse do Barão Homem de Melo de sócio honorário do “Instituto”. Conferência do Barão Homem de Mello sobre a cidade de Aracaju. Saudará o barão em nome do “Instituto” o dr. Manoel dos Passos de Oliveira Telles.

Dia 18 de Março de 1917

12 horas – Recepção ao barão e baroneza Homem de Mello no Paço Municipal. Em nome do Município falará o dr. Costa Filho, saudando os nobres hospedes.



15 horas – Inauguração do “Grupo Escolar Barão de Maroim”.

Serão oradores: - o engenheiro militar tenente Firmo Freire, fazendo a entrega do novo estabelecimento ao Governo do estado e o director da Instrução Pública, em agradecimento.

21 horas: - Recepção no Palácio presidencial oferecida pelo Governo do Estado ao barão e baroneza Homem de Mello.

Dia 19 de Março de 1917

12 horas: Inauguração do Jardim da praça 24 de outubro e das oficinas da Penitenciária, pelo sr. dr. Deodato Maia, chefe da polícia.

16 horas: chá oferecido ao barão e baroneza Homem de Mello pelo capitalista Sabino Ribeiro em sua residência (CORREIO DE ARACAJU, 30.01.1917, p. 1).

A semana de inauguração do monumento Inácio Barbosa foi consideravelmente movimentada, com a mobilização de uma parcela considerável dos intelectuais do estado na realização de falas de recepção e de homenagens.³ No programa das festividades estavam inclusas, além do monumento do fundador da cidade, a inauguração do jardim da praça 24 de outubro e do Grupo Escolar Barão de Maroim. Em decorrência dos atrasos da obra, o referido grupo só foi inaugurado no dia 8 de julho de 1917, nas comemorações da emancipação política de Sergipe (SANTOS, 2005, p. 32). A inauguração do monumento tornou-se então um dos mais expressivos eventos realizados pelo IHGSE nos seus primeiros anos. De acordo com o historiador Ibarê Dantas, em sua monumental “História da Casa de Sergipe”,

O acontecimento revestiu-se de grande solenidade. Todos os Institutos do Brasil ou enviaram representantes ou constituíram-nos com autoridades locais. Além da missa e da cerimônia de transladação dos restos mortais do sarcófago original para o jazigo do monumento, houve conferências no recinto do Instituto, contando com personalidades de destaque, entre as quais o mais referenciado foi o historiador e geógrafo paulista barão Homem de Melo, hóspede oficial do Estado, que também falou para o público e foi homenageado. O IHGSE, imortalizando o acontecimento, consagrou o número 7 de sua Revista à memória de Inácio Joaquim Barbosa, incluindo a descrição da cerimônia e as falas dos oradores (DANTAS, 2014, p. 78-79).

3 De acordo com Renaldo Ribeiro Rocha, “o obelisco de granito e bronze em homenagem a Inácio Joaquim Barbosa, em Aracaju, em 1917” (ROCHA, 2019, p. 175). Em 1917, o monumento foi inaugurado na Praça José de Faro. Somente em 1951 ele foi transferido para a Praça Inácio Barbosa (Mini Golfe), em decorrência da Lei 33/1951 (BARRETO, 2005).

O evento foi grandioso e contou com a presença de representantes de todas as instituições congêneres do país. Homens de letras que, em diferentes momentos, ocuparam a tribuna e construíram facetas do herói da cidade. A retórica somava-se ao granito para eternizar a e memória de um sujeito histórico. Entre os intelectuais elencados, Ibarê Dantas chama atenção para o papel desempenhado pelo barão Homem de Melo, que esteve presente em praticamente todas as solenidades e tornou-se sócio honorário do IHGSE. De acordo a Mensagem do Presidente de Sergipe de 1917:

Em 17 de Março do corrente anno, data anniversaria da fundação da cidade de Aracaju, foi solenemente inaugurado, no jardim Olympio Campos, um artistico monumento em memória do seu fundador, como Presidente da antiga Província, Dr. Ignacio Joaquim Barbosa, a cuja vigorosa iniciativa se deve sua imediata elevação a Capital da Província. Durante alguns dias e expressamente para tomar parte nessa solenidade esteve como hospede do Estado, onde foi recebido festivamente e com o acatamento devido ao seu valor moral, social e scientifico, o Exmº Barão Homem de Mello (SERGIPE, 1917, p. 3).

Jardins e monumentos constituíam um importante instrumento retórico da política republicana. Implicavam na junção dos discursos de embelezamento dos espaços públicos, das políticas higienistas e do soerguimento da memória cívica. De acordo com o IHGSE, as festas foram realizadas “com fulgor extraordinário”. Assim, no dia 17 de março de 1917, ocorreu a inauguração do terceiro grande monumento de Aracaju:⁴

Aos desessete dias do mês de Março de mil novecentos e desessete, nesta cidade de Aracaju, capital do Estado federado de Sergipe, pelas dez horas, presentes os Exmos. Srs. General Manuel Prisciliano de Oliveira Valladão, Presidente do Estado, Desembargador Manoel Caldas Barretto Netto, Presidente do Instituto Histórico e Geographico de Sergipe, Barão Homem de Mello, Dr. Alexandre Freire, Intendente da Capital, D. José Thomaz Gomes da Silva, Bispo de Aracaju, representantes de todos os Institutos Históricos e Geographicos do Brazil, delegados de nossos representantes no Senado e na Câmara Federal, todo o mundo official e numerosa multidão popular, foi solennemente inaugurado o Monumento de granito e bronze, que por iniciativa do Instituto Histórico e Geographico de Sergipe, a gratidão dos sergipanos erigiu ao benemérito e heroico fundador de Aracaju, Doutor Ignacio Joaquim Barbosa.

Na base exterior do Monumento foi collocada uma rica urna de madeira de lei, bem trabalhada, com ornamentos de pra-

4 Os dois primeiros grandes monumentos de Aracaju foram o de Fausto Cardoso (PRADO, 2006), inaugurado em 1912 e de Olímpio Campos, inaugurado nos idos de 1916 (PRADO, 2010).

ta, dentro da qual encontra-se outra de bronze, onde estão os preciosos ossos do insigne homenageado, os quaes foram para alli trasladados com a máxima solennidade, da capela de São Salvador, onde há muitos annos se achavam guardados em um modesto sarcophago de marmore.

Depois de solennemente inaugurado o Monumento foi entregue ao Município de Aracaju, que o recebeu, comprometendo-se o Sr. Intendente de conserva-lo com todo o respeito e carinho (INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE, 1917, p. 27-28).

Finalmente, 62 anos após o falecimento, o fundador da capital sergipana era homenageado, em uma iniciativa capitalizada pelos sócios do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Ficava assim “perpetuado no granito o sentimento nobre de gratidão de um povo inteiro que aclama um immortal”. No processo de invenção de tradições históricas, a data escolhida para a inauguração do monumento não foi a do falecimento heroi immortalizado no granito e bronze, mas sim, o dia de seu feito mais glorioso, o da mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju. Essa não foi uma escolha de acaso, pois a monumentalização do heroi sem face (considerando-se o fato de não ser conhecida pintura ou fotografia do presidente), tinha por justificativa a exitosa mudança da sede administrativa de Sergipe. Era um canto à cidade. A cidade que recebia um monumento digno de sua modernidade. A data de falecimento de Inácio Barbosa só seria lembrada pelo IHGSE nos idos de 1955, quando em nome do sodalício, Bonifácio Fortes realizou uma conferência sobre o centenário de falecimento de Barbosa, no dia seis de outubro de 1955 (FORTES, 1958, p. 81). Assim, em sua data natalícia, Aracaju recebia o monumento ao seu fundador sem face, ou de face oculta. Confira a Figura 1



Figura 1

Monumento a Inácio Barbosa em 1917



Fonte: Revista do IHGSE, 1917

O monumento a Inácio Barbosa destoava dos seus congêneres, inaugurados em Aracaju, nos anos anteriores, que apresentavam os respectivos heróis de forma ativa, voltando-se para o povo. O herói da cidade de Aracaju, desprovido de registros iconográficos conhecidos, foi homenageado na forma de um obelisco. Era uma colunata que avançava sobre

a cúpula celeste, simbolizando superioridade, defesa e proteção. Além de ser um monumento que forjava a memória de um herói desprovido de imagem conhecida, o obelisco recorria ao recurso retórico para forjar a memória que deveria ser espelhada na sociedade sergipana. Assim, o verbo unia-se ao granito e bronze para moldar o homem, por meio da inscrição dos dados biográficos e da transcrição do decreto de mudança da capital. O monumento erguia-se assim como um recurso pedagógico que fomentava o culto cívico ao herói e a reverência ao seu grande feito: a mudança da capital. O Diário da Manhã publicou a notícia sobre a inauguração e ressaltou o potencial pedagógico do monumento:

Olhando o monumento que figura, ali, no jardim da praça ‘José de Faro’, em homenagem ao finado dr. Ignacio Barbosa, fundador da cidade de Aracaju e pensando na fragilidade de tanta cousa que se faz em a nossa capital, auguramos que as gerações d’esta cidade se succederão animadas todas no mesmo amor e respeito pela memória augusta que será oficialmente consagrada, e os annos arrolados sommarão conta intérmina para a recordação de quem tanto nos deve merecer (DIÁRIO DA MANHÃ, 17.03.1917, p. 1).

No estado que cantava a inteligência de seus intelectuais como principal característica identitária, o monumento era a estrutura que elevava as palavras que cingiam o seu herói. Um herói tecido como uma colcha de retalhos, por meio de fragmentos de memórias, urdidas pelos artífices no intuito de se forjar sentido e de torná-la funcional no tempo presente: um monumento que deveria aconchegar o ânimo dos sergipanos. Um monumento que simbolizava a gratidão da capital que “resgata do silêncio de um túmulo o vulto do homem que a creou” (DIÁRIO DA MANHÃ, 17.03.1917, p. 1). Mas quais artífices foram mobilizados na tecelagem do herói?

Os artífices da história

Nos dias de festividades em torno do monumento a Inácio Barbosa foram mobilizados importantes pensadores da história na realização das inúmeras conferências e discursos. Na festa da memória, de evocação do passado e de tecelagem da trama biográfica, cinco notáveis intelectuais proferiram discursos: Luiz José da Costa Filho, Enock Santiago, Joaquim do Prado Sampaio, Manoel dos Passos de Oliveira Telles e Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo. Esses cinco homens atuaram como teceções que enredaram o passado sergipano, entrecruzando com os fios biográficos de Inácio Barbosa. Eles foram os artífices da história na produção de leituras atinentes ao herói da terra.

Um jovem artífice da história sergipana era Luiz José da Costa Filho. Era um intelectual nascido em Propriá, mas que tinha como seu principal

espaço de atuação a capital sergipana, com amplo envolvimento na imprensa. De acordo com Liberato Bittencourt, tratava-se de um “Poeta e jornalista. Nasceu em Propriá, a 3 de outubro de 1886. Esteve matriculado na academia de direito. Foi deputado estadual várias vezes, e é jornalista de mérito incontestável” (BITTENCOURT, 1913, p. 174). Além disso, ele descreveu o aspecto intelectual e moral do pensador da história:

Costa Filho é de média estatura mas de forte compleição. Fez-se por si próprio. Além de notáveis qualidades intelectuais, tem ao seu dispor valiosos predicados de caráter. É um homem honesto e nobre, major da guarda nacional, sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (BITTENCOURT, 1913, p. 175).

Nos idos de 1917, momento da inauguração do monumento, Costa Filho encontrava-se matriculado na Faculdade de Direito da Bahia, onde concluiu o curso no final do mesmo ano. Além disso, atuava como docente adjunto da cadeira de História e Geografia do Colégio Atheneu Sergipense, desde outubro de 1916. Como docente de história na principal instituição de ensino no estado, Costa Filho também se notabilizou por sua escrita acerca das coisas do passado local, notadamente, escritos biográficos (Tobias Barreto e Horácio Hora) e alguns textos discutindo aspectos teóricos da história, como a validade da teleologia. De acordo com Armindo Guaraná, ele atuou em importantes sociedades acadêmicas:

Sócio do “Grêmio Beneficente” da Faculdade de Direito da Bahia, de cuja diretoria fez parte em 1914; membro correspondente da “Academia Latina das Ciências, Artes e Belas Letras”, de Paris; da “Sociedade Acadêmica de História” de França; do “Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros”; sócio efetivo da “Sociedade de Ciências” da Itália; correspondente das “Academias Amazonense” e “Alagoana de Letras”; da “Sociedade de Geografia” do Rio de Janeiro; do “Instituto Geográfico e Histórico” da Bahia; da “Academia Físico-Química Italiana” de Palermo, da qual tem medalha de ouro de mérito científico; do “Instituto” do Ceará; dos “Institutos Históricos e Geográficos” do Espírito Santo e Minas; sócio honorário do “Instituto Histórico e Geográfico” de Sergipe, de cuja diretoria fez parte durante muito tempo e à qual prestou não pequenos serviços, e do “Clube Literário Silvío Romero”, de S. Paulo (Sergipe) (GUARANÁ, 1925, p. 378).

Nas comemorações da semana da mudança da capital e de inauguração do monumento a Inácio Barbosa, Costa Filho esteve presente em todos os eventos. Em decorrência do seu cargo de primeiro secretário do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, ele tornou-se o responsável pelo registro das solenidades, por meio da escrita das atas e da ampla divulgação do evento na imprensa. Dos cinco discursos proferidos ao longo

da semana, o de Costa Filho foi o mais breve e também o que teve menor público. Ele foi o responsável pelas palavras de saudação do barão Homem de Melo na recepção no Paço Municipal de Aracaju, as doze horas do dia 18 de março de 1917.

Enock Santiago era o mais jovem dos pensadores da história que discursaram no evento. Nascido em Lagarto, nos idos de 1892, era um intelectual engajado na Liga Sergipense contra o Analfabetismo, temática que foi alvo de vários de seus escritos na Revista do IHGSE e de pronunciamentos. Além disso, também teve certa inserção na imprensa sergipana, com a publicação de artigos sobre variadas questões, como poesia, música, cinema e história.

No âmbito institucional, além da Liga Sergipense contra o Analfabetismo, Enock Santiago também ocupou cargos no afamado Gabinete de Leitura de Maruim e no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. O biógrafo Armindo Guaraná afirmou que ele,

Foi secretário e orador do Gabinete de Leitura da mesma cidade. Por decreto de 16 de setembro de 1918 foi nomeado 3º escriturário da Recebedoria do Estado. É sócio do Gabinete de Leitura de Maruim, seu secretário e orador, e sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e quartanista da Faculdade da Bahia (GUARANÁ, 1925, p. 134).

A presença de Enock Santiago entre os artífices convocados para a fabricação do herói fundador de Aracaju não pode ser vista como uma surpresa, pois não se tratava de um novicho no tema. Ainda em 1915, Santiago subiu à tribuna do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e expôs a conferência sobre “Inácio Barbosa e a cidade de Aracaju”. Desta feita, tratava-se de um artífice que já conhecia a matéria prima, ou seja, já havia vasculhado os arquivos em busca de vestígios acerca da personagem histórica e tecido os primeiros enredos biográficos. Ele foi o responsável por um dos discursos no ato de inauguração do monumento.

Dois dos artífices da história elencados eram sócios fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe: Joaquim do Prado Sampaio e Manoel dos Passos de Oliveira Telles. Tratavam-se de intelectuais com ampla inserção na vida cultural sergipana, ao longo dos primeiros decênios do século XX, e reconhecidos entre os homens letrados de Sergipe pelos escritos no campo da história.

Joaquim do Prado Sampaio Leite nasceu em Aracaju, em 1862, poucos anos após a mudança da capital. Era bacharel, formado pela Faculdade de Direito de Recife em 1889 e, assim como grande parte dos seguidores da Escola do Recife, tornou-se um estudioso da filosofia, com inúmeros textos publicados na imprensa aracajuana. Liberato Bittencourt o descreve como um homem inteligente e cultor da ciência:

Foi deputado à constituinte sergipana e hoje advoga em Aracaju e ocupa o cargo de professor de direito público e de lógica no Ateneu sergipense. Homem de baixa estatura e forte constituição, dispendo de inteligência e de cultura assim literária como filosófica, cultiva com ardor a ciência das ciências, e com vantagem as belas letras. Colaborou em quase todos os jornais de Sergipe, e no Jornal do Recife, quando ainda acadêmico (BITTENCOURT, 1913, p. 134).

Além disso, notabilizou-se por seus escritos acerca do folclore, contribuindo para a ampliação de um campo de investigação fortalecido no estado pelas pesquisas de Silvio Romero. Tais estudos coadunavam com seus escritos acerca do que Itamar Freitas denominou “construção e da conservação de alguns mitos formadores de Sergipe. Políticos e intelectuais foram os personagens privilegiados” (FREITAS, 2007, p. 177). Segundo o verbete do Dicionário de Armindo Guaraná:

Dotado de grande pendor para os estudos filosóficos, neles tem revelado o seu grande talento, apesar da insuficiência do meio em que vive. Literato e crítico de espírito culto é também poeta de real merecimento, demonstrado em trabalhos que correm impressos. Retraído por gênio, poupa-se ao bulício do meio em que vive, isolando-se em casa, onde deleita com uma palestra erudita os que consigo privam (GUARANÁ, 1925, p. 289).

Prado Sampaio também se destacou como estudioso da geografia sergipana e na produção de textos biográficos dos fundadores da Escola do Recife, principalmente, Tobias Barreto e Silvio Romero. Nos idos de 1917, ele foi o responsável pelos discursos de recepção de dois ilustres visitantes: Rocha Pombo e barão Homem de Melo. Também na condição de orador do IHGSE, ele proferiu o discurso na inauguração do monumento Inácio Barbosa.

O segundo proeminente artífice da história, assim como parte considerável dos sócios do IHGSE na primeira metade do século XX, era um tobiático. Tratava-se de Manoel dos Passos de Oliveira Telles. Itamar Freitas o considera, com razão, um “precursor de uma história da cultura local” (FREITAS, 2007, p. 149). Além de desbravador nos estudos da história da cultura, Manoel dos Passos também se destacou como um dos mais festejados pensadores da história em Sergipe dos primeiros decênios do novecentos. Liberato Bittencourt assim o qualifica:

Magistrado, poeta, historiógrafo, lingüista e professor de alto mérito, o mais operoso talvez dos escritores sergipanos que não abandonaram Sergipe, porventura aquele que melhor lhe conhece a língua, a poesia, os costumes, as tradições, a geografia e a história. Nasceu na tristonha vila de Socorro, por trás da Igreja do Amparo, a 29 de agosto de 1860. Passando



para Propriá e depois para Aracaju, aí começou o seu curso de humanidades, estudando em 1871 latim com seu pai, exímio latinista, o padre Antonio Moniz Teles e também com o professor Antonio Diniz. Em 1878 seguiu para o Rio, disposto a se formar em engenharia. Circunstancias imperiosas, porém, o forçaram a mudar de rumo, e ele formou-se em direito no Recife, em 1885. Discípulo de Tobias, a este deve sua entrada na vida pública, no mesmo ano da formatura, como promotor público de Mossoró (BITTENCOURT, 1913, p. 186).

No segundo decênio do século XX, já na condição de sócio e integrante da diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Manoel dos Passos de Oliveira Telles investiu na escrita biográfica e nos episódios históricos da formação do espaço sergipano. Nos escritos biográficos ressoaram os textos esparsos acerca dos mitos fundadores da intelectualidade sergipana: Tobias Barreto, Sílvio Romero e Gumersindo Bessa. No tocante à formação do espaço sergipano, o enredo traçado por Telles teve como escopo a conquista de Sergipe e a polêmica questão dos limites entre o referido estado e o da Bahia, pauta central dos embates intelectuais até 1922. O contemporâneo Armindo Guaraná, o qualificou como um intelectual de palavra fácil:

Versado nas línguas grega, latina, inglesa e francesa, difícil não lhe foi ilustrar-se, assimilando conhecimentos científicos, de que são ricas as literaturas dos povos cujos idiomas conhece. Discípulo entusiasta do grande Tobias Barreto, possui também o dom da palavra fácil na oratória, empolgando os que lhe ouvem nas justas da tribuna (GUARANÁ, 1925, p. 407).

O elemento exógeno nesta plêiade de artífices sergipanos da história era o consagrado intelectual do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo, conhecido na época pelo seu título nobiliárquico, barão Homem de Melo. Tratava-se do mais experiente artesão das coisas passadas. Era um intelectual que teve uma ampla inserção nos fazeres históricos da segunda metade do século XIX, fosse como docente de história no Colégio Pedro II, fosse como sócio do IHGB. O biógrafo Odilon Nogueira de Matos apresentou,

Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo, Barão Homem de Melo, nasceu em Pindamonhangaba, São Paulo, a 19 de maio de 1837 e faleceu a 4 de janeiro de 1918 na localidade fluminense de Campo Belo, posteriormente, em sua homenagem, denominada Homem de Melo. Diplomando-se em 1858 pela Faculdade de Direito de São Paulo, exerceu a advocacia em sua cidade natal, onde foi presidente da Câmara Municipal. Passando a residir no Rio de Janeiro em 1861, foi, nesse mesmo ano, nomeado professor de História Antiga e Medieval do Colégio Pedro II. Exonerou-se em 1864, para vir ocu-

par a presidência da Província de São Paulo. Posteriormente, presidiu as províncias do Ceará (1865-66), Rio Grande do Sul (1867-68) e Bahia (1878) (MATOS, 1973, p. 223).

Assim como outros pensadores da história brasileira do período entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX, como Joaquim Manuel de Macedo, Gonçalves Dias, Capistrano de Abreu e João Ribeiro, o barão Homem de Melo empreendia o seu ofício de historiador entre a sala de aula, a escrita e as preleções nas tribunas das instituições culturais e científicas de seu tempo. Na recepção do Paço Municipal de Aracaju, Costa Filho o apresentou como “o nome polido e luzente como um diamante, de Homem de Mello, sobre ser uma das joias da nossa história política, é também um padrão de sabedoria da nossa cultura científica e literária” (COSTA FILHO, 1917, p. 77). Esse saber foi convocado para arrolar os fios de memórias no intuito de tecer o enredo do herói nas tribunas sergipanas, apenas dez meses antes do falecimento.

“Inscripto o teu nome entre os preclaros brasileiros”: a biografia nas tribunas

A semana de comemoração da mudança da capital sergipana, em 1917, foi celebrada de forma efusiva, com a realização de desfiles civicos, envolvendo alunos das principais instituições educacionais da cidade e a preleção de alguns dos mais renomados homens de letras do estado. Ao subir a tribuna, a história foi apresentada. O enredo foi exibido, em tons de dramaticidade, no qual o verbo tingia em cores fortes e vibrantes a face do herói. A história de Aracaju confundia-se com a trajetória de seu fundador. O espaço urbano podia ser sintetizado como o feito de um homem.

No ateliê da história sergipana, os escritos biográficos constituíam um campo privilegiado de atuação de seus artífices. Tratava-se de uma produção que exigia mãos habilidosas, que escolhiam a matéria-prima, recortavam questões de interesse público e cívico-pedagógico. Narrava-se o que era considerado de interesse para a formação da nação. A biografia dos homens de outrora deveria refletir os desejos atinentes aos homens do povir. Neste caso, a tecedura de uma biografia era comprometida com o desejo de amanhã, com a formação de um cidadão moldado nos homens exemplares do ontem. Essa urdidura de homens notáveis na construção do porvir exigiu o árduo trabalho de opífices na Casa de Sergipe. De acordo com Itamar Freitas, “curiosamente, no período em que decai no IHGB, a biografia ganha fôlego na casa recém-criada em Sergipe” (FREITAS, 2002, p. 41).

A escrita biográfica emergia como um dever para os artesãos obreiros do passado que tinham por ateliê a Casa de Sergipe. Na recepção do barão Homem de Melo como sócio honorário do IHGSE, Manoel do Passos de Oliveira Telles descreveu o papel exercido pelo sodalício na sociedade sergipana,

Este Instituto, idéia e fundação patriótica de um moço acadêmico já aclamado no mundo estrangeiro como philosopho e notável escriptor, para assim dizer, exerce uma funcção da vida espiritual do povo sergipano. O povo só tem um grito eloquente, nas conjecturas de entusiasmo, que é aquelle que acclama (TELLES, 1917, p. 66).

O sodalício emergia assim, no âmbito retórico do orador, como o grito sergipano que aclamava os episódios mais notáveis de sua história, os heróis que deveriam servir de exemplo para as novas gerações. Era o espaço privilegiado do entusiasmo nos fazeres científicos do estado. Como Manoel dos Passos de Oliveira Telles bem expressou, o “Instituto é a arca sagrada da história e das tradições do povo sergipano. Entrae para elle porque carecemos do vosso saber e do vosso auxilio; entrae para elle porque todo o engrandecereis; e todos os respeitos nós vos tributamos” (TELLES, 1917, p. 66).

Na retórica do orador da Casa de Sergipe, o elogio desloca-se como a agulha em um tear, os fios nas mãos de um habilidoso artesão, que costura a imagem do IHGSE como espaço da produção dos saberes históricos e, concomitante, reconhece a expertise do mestre e a necessidade de aprender os fazeres de tear o passado. Assim, ele buscou “falar com certa independência de homem de letras” (TELLES, 1917, p. 67), apresentando ao novo sócio as proezas do “templo da sciencia”. Mas como poderia um artífice da história aprender com seu mestre mais experiente? Como se dava a formação de pensadores da história em tempos anteriores aos cursos de graduação em História? Certamente, se tratava de uma formação pautada no exemplo dos mestres. Manoel dos Passos revelou os caminhos:

Desde os tempos acadêmicos lhe destes sábias licções da História Constitucional Brasileira, porquanto foi em vossos volumes que elle se embebeu dessa volúpia de amor pelos factos de nosso passado. Parte da mocidade de então já hoje no acume da idade que branqueia, diviso em vós o historiador prudente e imparcial, mas historiador que narra, examina, critica e julga. A História não é só testemunha das edades, que depõe; é também o oráculo dos tempos; é a previsão lógica do futuro, a História como escrevera Goethe, é o tribunal do mundo (...). Mas a História é ainda, se me for permittido um conceito mataphysico, é o próprio desenvolvimento humano e das cousas humanas; o qual começou há millenios como primeiro rugido mais ou menos articulado do homem-fera das cavernas, ou para dizer com o Dr. Tobias Barreto desde que *o pittheconthropos fallou... et homo factus est*, sim desde esse remotissimo instante no passado até as raias da imensidade nos séculos que se succederam (TELLES, 1917, p. 68).

O artífice da história era formado a partir da observação de seus mestres. Por vezes, a partir de uma observação indireta, com a apreciação

dos artefatos produzidos, reconhecendo os traços centrais. Essa observação também poderia ser realizada de forma direta, como ocorreu com a apreciação de Manoel dos Passos acerca dos fazeres científicos de Tobias Barreto. A história conceituada como tribunal do mundo e que exigia de seus produtores critérios como a imparcialidade e crítica, era um apredizado herdado, um modo de fazer pautado na inspiração dos trabalhos anteriores. A história emergia como um enredo, traçado como uma epopeia, tingida de palavras que expressavam as ações pretéritas, pois “o drama da civilização, e esta sendo a História em ação, representa-se num grande cenário” (TELLES, 1917, p. 69).

Como um jovem artífice poderia agraciar o seu mestre? Como tecer o valor de um experiente artesão da palavra? Manoel dos Passos de Oliveira Telles trilhou o caminho de falar do mestre por meio dos seus fazeres.

149

Mas... expira o impulso intellectual que me anima... Fazendo em rapidos traços o elogio das sciencias que adoraes, Barão Homem de Mello, julguei melhor prestar um culto ao vosso saber e proferir a saudação que vos devo em nome do Instituto Histórico e Geographico de Sergipe (TELLES, 1917, p.73).

Para Manoel dos Passos, ao falar sobre o ofício do historiador, sobre os fazeres históricos, elogiava-se o pensador da história. O homem confundia-se com o seu produto, com o artefato, como criador e criatura coadunadas e, neste caso, a forma mais apropriada de elogiá-lo seria discutir os pressupostos científicos que norteavam o seu ofício. Um caminho inverso ao de Costa Filho, que traçou de forma breve a biografia de Homem de Melo, caracterizando-o como uma fresta do passado que iluminava os homens de letras no presente. Assim, o “Barão com seus oitenta annos feitos é hoje uma nobre licção palpitante, que o passado nos legou, como se quizesse, através do tempo, tranmitir-nos o echo vivo de sua moral, de sua vida, de suas luctas e de seu pensamento” (COSTA FILHO, 1917, p. 78).

Na tribuna diante do monumento, Enock Santiago e Prado Sampaio cingiam o verbo no trançado biográfico. Santiago pautou-se na ideia de rompimento do silêncio entre a fundação da cidade e a entrega do monumento, tempo de espera no qual “a memória de Ignacio Joaquim Barbosa surgisse para a posteridade, na apothose brilhante do feito que este monumento as ignala” (SANTIAGO, 1917, p. 44). Ele também criticou a letargia de reconhecimento, pois “os restos mortaes do fundador permaneciam na humildade de um jazigo, que não condizia mais com a grandeza dos sentimentos de gratidão do povo sergipano” (SANTIAGO, 1917, p. 44-45). O lamento intellectual é apresentado como a voz do povo.

Os fios eleitos por Enock Santiago para tecer a biografia de Inácio Barbosa eram pautados nas virtudes morais. Elogiou-se o sentimento cívico do IHGSE, em seu ato enobrecedor de monumentalizar o herói da

cidade. Além disso, ele disse que “accresce ainda, para maior veneração de sua memória, que elle foi um martyr, victima do seu glorioso sonho de progresso” (SANTIAGO, 1917, p. 45). Sonhador e mártir, Inácio Barbosa foi traçado como um ícone do progresso, aquele que se sacrifica na efetivação de uma idéia, o homem que “fundou Aracaju nos brejos do rio Sergipe, por onde nós, os sergipanos, pudéssemos olhar para o resto do Brasil, mostrando-lhe a nossa cultura e a nossa civilização. Existe muita grandeza na obra deste homem” (SANTIAGO, 1917, p. 46).

No exercício biográfico de Santiago, herói e espaço foram fundidos como um único elemento, duas faces de uma mesma moeda. O progresso da capital sergipana era tido como o sinal indelével do êxito do projeto executado por Barbosa.

E esta foi a intenção do Instituto Histórico e Geographico de Sergipe. Levantou este obelisco para que nunca, em tempo algum, calados fossem os louvores do benemérito administrador de Sergipe.

Não se lhe pode fundir no bronze a figura grandiosa de audaz emprehendedor desta obra, que o futuro tanto glorifica.

Porque, meus senhores, existem neste mundo uns homens predestinados que não trabalham para seu tempo, trabalham para o futuro, e Ignacio Joaquim Barbosa foi um delles (SANTIAGO, 1917, p. 46).

Uma assertiva que costurava passado e futuro. Um herói usado como instrumento ou símbolo de um grupo político, que buscava no passado a inspiração para a modernidade desejada. O monumento era a representação da admiração de Sergipe, “é a mais preciosa reliquia de sua existência social, é o único patrimônio que é seu, seu pelo coração, porque representa a sua história, a sua honra, a sua tradição, a sua dignidade, o seu passado, o seu futuro, o seu progresso, a sua civilização” (SANTIAGO, 1917, p. 47).

Prado Sampaio teceu o seu enredo biográfico a partir do culto aos mortos entre os povos primitivos. Um culto que parte da paixão e que levou “ao fundo da consciência humana à luz da história, o sentimento da glorificação, o culto dos deuses e dos heróis, o preito de justiça que é tributar aos benfeitores dos povos, e cujas manifestações servem de pedra fundamental à religião da humanidade” (PRADO SAMPAIO, 1917, p. 41). Para Prado Sampaio, a ação corporificada pelo IHGSE de perpetuar no granito à memória de Inácio Barbosa pautava-se na idéia que “constata nos grandes homens os factores principaes da evolução social e política do povos” (PRADO SAMPAIO, 1917, p. 41). Neste caso, a história seria devedora da biografia e seria possível pensar a história da humanidade a partir das biografias de grandes homens, como foi pensado por Silvío Romero na virada republicana. Assim como

Santiago, Prado Sampaio associa o progresso de Aracaju ao êxito de seu fundador, ao dizer que a cidade “é o coração de Sergipe, marcando-lhe o rythmo da civilização de seu povo” (PRADO SAMPAIO, 1917, p. 43). De certo modo, os pensadores da história provincianos associavam a biografia ao espaço, cingia os traços da vida com a urbis praiana.

Contudo, essa prerrogativa não foi exclusiva dos sergipenses artífices da história. O mais experiente tecelão de passados envolvido no evento também atrelou um lugar significativo para os estudos biográficos em conferência realizada no dia 17 de março de 1917. Para ele, “radia sobre nossas fronteiras a luz immortal, que illumina os grandes acontecimentos” e Inácio Barbosa era o nome que “colloca adiante de nós uma das mais bellas páginas de vosso brilhante passado” (HOMEM DE MELO, 1917, p. 79). Contudo, esse capítulo da bela história não foi uma exceção, pois para o barão Homem de Melo “Sergipe tem em nossa história a nobre preeminência de ter sido sempre administrada por Presidentes, que ulteriormente se ostentaram entre os maiores estadistas do Império” (HOMEM DE MELO, 1917, p. 39).

Mas além de elucidar a trajetória de um herói topográfico, que fundia-se ao espaço urbano forjado em seu projeto, Homem de Melo buscou tecer a malha biográfica de Inácio Barbosa a partir de sua atuação parlamentar, com ênfase nos discursos. Sim, o artefato biográfico forjado pelo barão-historiador elucidava a matéria-prima, expressava os vestígios aos quais tinha recorrido para reconstituir o pensamento do herói silenciado. Registros documentais que foram publicados na Revista do IHGSE como anexo ao texto da conferência. Na tribuna da Casa de Sergipe, Inácio Barbosa foi biografado como um intelectual, autor de “um erudito discurso, que dá prova cabal de sua competência em assumptos de Fazenda” (HOMEM DE MELO, 1917, p. 80). No tocante à mudança da capital, o barão Homem de Melo afirmou:

O dr. Ignacio Joaquim Barbosa teve a fortuna de comprehender em toda a nitidez essa necessidade pública e de realiza-la com essa firmeza de ânimo, que é congênita a todos os caracteres rectos.

Rasgando em sua penetrante intuição os largos horizontes do vosso futuro, o dr. Ignacio Barbosa concitou contra si todos os implacáveis ódios e despeitos, que súbito se desfizeram em diatribes e impropérios contra seu inflexível patriotismo (HOMEM DE MELO, 1917, p. 82).

Mesmo ampliando a feitura do biografado para os aspectos intelectuais, o barão Homem de Melo incide sobre o espaço fundado, como um ato de bravura, que o elevava para a tribuna dos heróis. A cidade seria a prova incontestante de sua glória. Por esse motivo, Homem de Melo afirmou que Inácio Barbosa “ferido pela fatalidade que tão prematuramente lhe cortara a existência, também podia rejubilar-se em seus paroxismos repetindo: deixo uma filha immortal: Aracaju” (HOMEM DE MELO, 1917, p. 83). Aracaju era a primogênita de Inácio Barbosa, a herdeira que honrava a memória do pai-fundador.

No movimento crescente da civilização moderna, o elemento cosmopolita é o factor obriado de todas as grandezs e prosperidades. É esta a grande obra, que Ignacio Joaquim Barbosa conseguiu realizar. Por ella nos felicitamos sempre e cheios de respeito nos inclinamos ante sua augusta memória (HOMEM DE MELO, 1917, p. 84).

Em tempos nos quais os fazeres históricos buscavam identificar os caminhos da civilização, o barão Homem de Melo, artífice da história convidado para tecer a biografia de Inácio Barbosa, expressava como grande feito do herói a fundação de uma cidade que revelava os primeiros sinais de civilidade. Os ares cosmopolitas da capital referendavam o ethos visionário do fundador.

Considerações: “a história não ilumina senão os cimos dos acontecimentos”

152

Neste artigo busquei discutir como diferentes artífices da história foram mobilizados para impingir discursivamente uma imagem biográfica de Inácio Barbosa como herói da cidade de Aracaju. Um herói traçado no verbo, por meio da conferências e discursos proferidos entre os dias 17 e 19 de março de 1917. Um herói elevado a monumento, como uma lição pública de civismo no mármore e bronze do obelisco edificado em Aracaju.

Na escrita biográfica do herói, os episódios da história foram enfiados, traçados a partir dos anseios republicanos de formação de uma civilização constituída por cidadãos patrióticos e cívicos. A malha da memória foi tramada sob a inspiração dos princípios associados à civilização, modernidade e instrução cívica. Assim, edificou-se o herói, que serviria como vitrine das virtudes.

Neste ato de tear um enredo biográfico, emoldurado no monumento e nas tribunas da Casa de Sergipe, os artífices da história referendavam o papel desempenhado pelo sodalício nos fazeres históricos no estado ao longo dos primeiros decênios do século XX. Era a escrita da história, a iluminar os cimos dos acontecimentos. Se o passado reluzia a inspiração para o futuro, o presente gratificava com a existência de um ateliê de história, que congregava as mãos mais habilidosas no ofício do historiador.

Referências:

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **O tecelão dos tempos: novos ensaios de teoria da História**. São Paulo: Entremeios, 2019.

BARRETO, Luiz Antônio. **Fragmentos da História V**. 2005. Disponível em: <https://infonet.com.br/blogs/fragmentos-da-historia-v/> . Consultado em: 03/05/2020.

BITTENCOURT, Liberato. **Homens do Brasil: Sergipe**. Rio de Janeiro: Livraria Gomes Pereira, 1913.

CORREIO DE ARACAJU. Monumento Ignacio Barbosa. Ano X, nº 1987, 30 de janeiro de 1917, p. 1.

COSTA FILHO, Luiz José da. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Nº. 7, 1917, p. 77-78.

DANTAS, Beatriz Góis. Câmara Cascudo na terra de Sílvio Romero. **Revista da Academia Lagartense de Letras**. Nº 5, v. 1, 2019, p. 1-21.

DANTAS, Ibarê. A trajetória da Casa de Sergipe: 100 anos. In: ALBUQUERQUE, S. B. M.; SANTOS, M. F. J.; SANTOS, A. L. S. M. (Orgs). **História, Memória e Comemorações na Casa de Sergipe: os 100 anos do IHGSE**. Aracaju: IHGSE, 2014, p. 29-44.

DANTAS, Ibarê. **História da Casa de Sergipe (1912-2012)**. São Cristóvão: EDUFS, 2012.

DANTAS, Ibarê. **História de Sergipe República (1899-2000)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

ENDERS, Armelle. **Os vultos da nação: fábrica de heróis e formação dos brasileiros**. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

FORTES, Bonifácio. O Governo Inácio Barbosa. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Nº 22, 1958, p. 81-104.

FREITAS, Itamar. **A escrita da História na “Casa de Sergipe” (1913-1999)**. São Cristóvão: EDUFS, 2002.

FREITAS, Itamar. **Historiografia sergipana**. Aracaju: EDUFS, 2007.

GOMES, Ângela de Castro. **A República, a História e o IHGB**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

GOMES, Ângela de Castro. **História e Historiadores**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

GUARANÁ, Manoel Armindo Cordeiro. **Diccionario Bio-bibliographico sergipano**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1925.

HOMEM DE MELO, Francisco Ignacio Marcondes. **Atlas do Brazil**. Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1909.

HOMEM DE MELO, Francisco Ignacio Marcondes. Conferência proferida pelo barão Homem de Mello, aos 17 dias do mês de março de 1917, no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Nº. 7, 1917, p. 79-84.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE. Acta da Abertura do Sarcophago do Dr. Ignacio Joaquim Barbosa. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Nº. 7, 1917, p. 25-26.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE. Acta da Inauguração do Monumento ao dr. Ignacio Joaquim Barbosa. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Nº. 7, 1917, p. 27-28.

MATOS, Odilon Nogueira de. Vultos da Historiografia Brasileira: Barão Homem de Melo (1837-1918). **Revista de História**. V. 44, nº 89, 1972, p. 223-225.

OZOUF, Mona. A Festa: sob a Revolução Francesa. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). **História: novos objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.



OZOUF, Mona. **L'école de la France**: essais sur la revolution, l'utopie et l'enseignement. Paris: Gallimard, 1984.

PRADO, Giliard da Silva. Desvelando um monumento: representações e lutas políticas na construção da memória de Fausto Cardoso. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. N.º. 35, 2006, p. 45-74.

PRADO, Giliard da Silva. Política e religião amalgamadas no bronze: o monumento a Olímpio Campos. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. N.º. 40, 2010, p. 131-154.

PRADO SAMPAIO, Joaquim do. Discurso pronunciado pelo sr. dr. Prado Sampaio, no acto da inauguração do Monumento ao Presidente Barbosa. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. N.º. 7, 1917, p. 40-44.

ROCHA, Renaldo Ribeiro. A Grande festa do centenário da independência de Sergipe. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. N.º. 48, v. 1, 2018, p. 159-176.

SANTIAGO, Enock. Discurso proferido pelo sr. Enock Santiago, no acto da inauguração do Monumento. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. N.º. 7, 1917, p. 44-48.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. **Além do silêncio**: espaço, arquitetura e educação no Grupo Escolar Barão de Maroim. São Cristóvão, 94f. Monografia (Graduação em História). UFS, 2005.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e a invenção da historiografia sergipana. In: ALBUQUERQUE, S. B. M.; SANTOS, M. F. J.; SANTOS, A. L. S. M. (Orgs). **História, Memória e Comemorações na Casa de Sergipe**: os 100 anos do IHGSE. Aracaju: IHGSE, 2014, p. 107-156.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. “Um operoso e erudito estudioso da história da nossa pátria”. **IHS: antigos jesuítas em Iberoamérica**. V. 7, n.º 2, 2019, p. 42-62.

SERGIPE. **Mensagem dirigida à Assembleia Legislativa de Sergipe pelo Presidente Manuel Prisciliano de Oliveira Valladão por ocasião da abertura da sessão extraordinária em 20 de junho 1916**. Aracaju: Typographia O Estado de Sergipe, 1916.

SERGIPE. **Mensagem dirigida à Assembleia Legislativa de Sergipe pelo Presidente Manuel Prisciliano de Oliveira Valladão por ocasião da abertura da sessão extraordinária em 20 de junho 1917**. Aracaju: Typographia O Estado de Sergipe, 1917.

SIRINELLI, Jean-François. **Histoire des droites em France**: Cultures. T. 2, Paris: Gallimard, 1992, p. 3-4.

TELLES, Manoel dos Passos de Oliveira. Discurso proferido pelo Dr. Manoel dos Passos de Oliveira Telles, na sessão magna do Instituto, no dia 17 de Março de 1917. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. N.º. 7, 1917, p. 65-73.





SEÇÃO LIVRE

Identidade e pertencimento nas memórias de estudantes egressos do Colégio de Aplicação da UFS

Joaquim Tavares da Conceição¹
Risia Rodrigues Silva Monteiro²
Anne Emílie Souza de Almeida Cabral³
Rafaela Cravo de Melo⁴

Resumo

Este artigo aborda percepções de estudantes egressos do Colégio de Aplicação da UFS, no período entre o final dos anos 70 até o decorrer dos anos 80 do século XX – a respeito dos espaços, acontecimentos e sujeitos da cultura do colégio. Foram utilizados relatos orais coletados em entrevistas, como fonte principal, além de documentação escrita e visual do acervo do Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS. A compreensão levou em consideração, entre outros aspectos, elementos constitutivos da memória – acontecimentos, personagens e lugares (Pollak, 1989, 1992). Sobressaem como pontos de referências nas memórias dos estudantes marcas da vivência no campus universitário e seus monumentos, as relações de amizades, a interiorização de ensinamentos dos professores e o sentimento de pertencimento ao Colégio de Aplicação.

Palavras-chave: Colégio de Aplicação, Estudantes egressos, Memória.



- 1 Doutor em História (UFBA). Professor da Universidade Federal de Sergipe. Colégio de Aplicação. PPGED. ProfHistória. Líder do grupo de pesquisa História da Educação: Memórias, sujeitos, saberes e práticas educativas (Gephed/Cnpq/UFS). E-mail: joaquimcodapufs@gmail.com
- 2 Mestre em Educação (PPGED/UFS). Doutoranda em Educação (PPGED/UFS). Bolsista doutorado Capes. Membro do Gephed/Cnpq/UFS.
- 3 Mestre em Educação (PPGED/UFS). Doutoranda em Educação (PPGED/UFS). Professora da rede Municipal de Aracaju. Desenvolve pesquisa no Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação (Cemdap). Membro do Gephed/Cnpq/UFS.
- 4 Graduada em História (UFS). Bolsista de iniciação científica (Pibic/CNPq/UFS). Desenvolve atividades de pesquisa no Cemdap. Membro do Gephed/Cnpq/UFS.

Identity and belonging in the memories of former students of Colégio de Aplicação of UFS

Identidad y pertenencia en la memoria de los ex alumnos del Colégio de Aplicação de la UFS

157



Abstract

This paper is about the perceptions of former students of Colégio de Aplicação of UFS, between the late 70's until the 80's of the 20th Century – regarding the places, events and characters of the school's culture. Oral reports collected in interviews were used as main source, besides of written and visual documents of the collection of Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação. The understanding took into account, among other aspects, constitutive elements of the memory – events, characters and places (Pollack, 1989, 1992). The main reference points in the students memories are life experience marks and monuments at the university campus, friendship relations, lessons internalization and the feeling of belonging to the Colégio de Aplicação.

Keywords: Colégio de Aplicação, Former students, Memory.

Resumen

Este artículo aborda percepciones de ex alumnos del Colégio de Aplicação de la UFS, en el periodo entre el final de los años 70 hasta los años 80 del siglo XX – acerca de los espacios, acontecimiento y sujetos de la cultura del colegio. Se utilizaron relatos orales colectados en entrevistas, como fuente principal, además de documentación escrita y visual del acervo del Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação. La comprensión ha considerado, entre otros aspectos, elementos constitutivos de la memoria – acontecimientos, personajes y lugares (Pollak, 1989, 1992). Se sobresalen como puntos de referencia en las memorias de los estudiantes marcas de vivencia en el campus universitario y sus monumentos, las relaciones de amistad, la interiorización de las enseñanzas de los profesores y el sentimiento de pertenencia al Colégio de Aplicação.

Palavras-clave: Colégio de Aplicação, Ex alumnos, Memoria.

Introdução

Este artigo versa sobre percepções de estudantes egressos do Colégio de Aplicação⁵ da Universidade Federal de Sergipe – do final dos anos 70 até o decorrer dos anos 80 do século XX – a respeito dos espaços, acontecimentos e sujeitos da cultura do colégio. Para isso, foram utilizadas entrevistas como fonte principal, além de documentação escrita e visual coletadas no acervo do Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação (Cemdap)⁶ e referências a respeito da história do colégio ou de temas relacionados com as questões tratadas no artigo.

As entrevistas foram produtos resultantes da execução do projeto “Percepções da realidade: memórias de estudantes egressos do Colégio de aplicação (1960-1995)”⁷. Esse projeto teve como objetivo a produção de fontes orais para compor o “banco de histórias” do Cemdap; em formato audiovisual, através da coleta de memórias estudantes egressos com a finalidade de preservar a memória institucional e produzir novas compreensões acerca das configurações do colégio (CONCEIÇÃO, 2018; CONCEIÇÃO; MONTEIRO; MELO, 2018).

O quadro em sequência apresenta a relação de entrevistas utilizadas na escrita deste artigo.

- 5 O Colégio de Aplicação originou-se em 1959, com a fundação do Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe. Em 1968, com a fundação da Universidade Federal de Sergipe, a Faculdade de Filosofia e o Colégio de Aplicação, foram incorporados a Fundação Universidade Federal de Sergipe (Brasil, 1967). Para mais informações, consulte: <http://codap.ufs.br/pagina/21385-historico-do-colegio> .
- 6 Como resultados de atividades desenvolvidas em projetos de pesquisa que tiveram como objetivo a produção de um acervo de documentos produzidos nos anos de existência do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (2013-2016), no ano de 2016 foi fundado o Centro de Pesquisa, Documentação e Memória, que se encontra instalado na ala B, do prédio do Colégio de Aplicação, no Campus Universitário de São Cristóvão, da UFS. Outras informações, consulte: (CONCEIÇÃO; NOGUEIRA, 2018) e <http://codap.ufs.br/pagina/21638-apresentacao>.
- 7 O projeto tem como objetivo a produção fontes orais para o Centro de Pesquisa Documentação e Memória do Colégio de Aplicação por meio da narrativa de estudantes egressos. Foi executado nos anos de 2018 e 2019, por uma equipe coordenada pelo Prof. Dr. Joaquim Tavares da Conceição e formada por estudantes de iniciação científica (Pibic/CNPq/UFS) e por doutorandos, mestrandos e graduandos membros do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação: Memórias, sujeitos, saberes e práticas educativas (GEPHED/CNPq/UFS). Também contou com o apoio do Núcleo de Editoração e Audiovisual (NEAV/UFS) e do Departamento de Comunicação Social (CONCEIÇÃO, 2018).

Quadro 1: Relação de entrevistas utilizadas

Nº	Nome do estudante	Período que estudou no Codap
01	Alexandre Belém de Carvalho Teles	1981-1988
02	Ana Valéria Mendonça	1981-1987
03	Carlos Wagner de Oliveira Santos	1980-1987
04	César Henriques Matos e Silva	1978-1984
05	Francisco Igor de Oliveira Mangueira	1984-1987
06	Giovana Monteiro Melo Oliveira	1981-1984
07	João Bosco Silva Rocha	1981-1986
08	José Adailton Barroso da Silva	1979-1984
09	José Ricardo Menezes Oliveira	1981-1985
10	Lijane Dayse de Oliveira Santos	1981-1985
11	Maria Cecília Mendonça de Araújo Alves	1981-1985
12	Martha Suzana Cabral Nunes	1982-1988
13	Olavo Pinto Lima	1981-1987
14	Patrícia Andréa Cáceres da Silva	1981-1983
15	Paulo de Souza Rabelo	1978-1984
16	Rosemary Mesquita Ludovice	1982-1987
17	Rosenilza Melo Freitas	1978-1984
18	Saulo Coelho Nunes	1985-1988

Fonte: Quadro elaborado pelos autores. Entrevistas do Acervo do Cemdap.

Dos 18 entrevistados, 11 ingressaram no Colégio de Aplicação através de prova de seleção; seis por sistema de cotas, que permitia o ingresso de filhos de servidores da UFS; e um por sorteio. A maior parte dos estudantes entrevistados ingressou no Colégio de Aplicação na 5ª série do antigo 1º grau (BRASIL, 1971), entre 10 e 11 anos de idade. O estudante Saulo Coelho Nunes, que ingressou através de seleção por prova, lembrou: “Era uma prova multidisciplinar [...] uma concorrência bastante acirrada e era, [...] português, matemática, estudos sociais, de ciências [...] não me recordo se tinha uma redação [eu] era muito novo, não tinha nem 11 anos completos[...]” (NUNES, 2018b).

Estar na lista dos aprovados para ingressar no Colégio de Aplicação era motivo de orgulho, como lembra o estudante João Bosco Silva Rocha:

[...] a sensação de ver o nome na lista para gente era um sinal de vitória, sabe? Parecia que nós tínhamos conquistado o mundo [...] E os nossos pais achavam que eles tinham ganhado um prêmio na loteria, porque os filhos deles estavam estudando no Colégio de Aplicação e eram estudantes da Universidade Federal de Sergipe (ROCHA, 2018).



Na época do Ginásio de Aplicação (1959-1968), o perfil socioeconômico dos estudantes era formado, majoritariamente, por filhos de famílias de estratos econômicos médios ou ricos; residentes em bairros onde se concentravam populações de maior poder aquisitivo, e provenientes de escolas privadas (SANTOS, 2019c). Nos anos 80 do século XX, esse perfil sofre alterações com o ingresso de estudantes de escolas públicas, residentes em diferentes bairros de Aracaju. A esse respeito, é ilustrativo o relato do estudante Carlos Wagner de Oliveira (2018): “[...] era variado, tinha gente pobre e gente rica, com família tradicional [...] gente de toda a classe social” (OLIVEIRA, 2018). Percepção semelhante apresenta a estudante Rosenilza Melo Freitas (2018):

[...] era muito interessante, porque a gente tinha contato com meninos, assim, neto de ex-governador e gente muito rica que a gente chegava na casa e o chão era de sinteco, e a gente tirava o sapato para não arranhar o piso, não é? [...] e tinha também colegas bem pobrezinhos [...] então era bem eclética a turma (FREITAS, 2018).

Segundo os entrevistados, as diferenças econômicas e sociais não atrapalhavam o convívio entre os colegas: “[...] a gente não se prendia na verdade em relação a isso. [...] A gente fazia amizade, muita amizade. Então, independente de ser pobre, rico ou classe média [...], a gente não prestava muita atenção em relação a isso (SANTOS, 2018b).

Na interpretação dos relatos de memórias dos estudantes egressos, focou-se nos três elementos constitutivos da memória – acontecimentos, personagens e lugares –, como evidenciado por Michael Pollak (1992). Além de atentar-se para elementos característicos da memória, segundo esse autor, ou seja: a memória como um fenômeno seletivo, construído e “[...] constituinte do sentimento de identidades [...]” (p. 5) individual e coletiva. Sem olvidar das disputas, dos processos de flutuações da memória – em “função do momento em que ela é articulada” – e a hierarquização dos elementos constitutivos dela (POLLAK, 1992).

Ao fazer uso de fontes orais, considerou-se que “[...] toda fonte histórica derivada da percepção humana é subjetiva, mas apenas a fonte oral permite-nos desafiar essa subjetividade: descolar as camadas de memória, cavar fundo em suas sombras, na expectativa de atingir a verdade oculta” (THOMPSON, 1992, p. 197). As incertezas e contradições de um entrevistado podem se manifestar em vários momentos, mas não são os relatos cheios certezas e datas que garantem a “veracidade” da história, pois a narrativa inexata “[...] não invalida o testemunho, diferentemente da mentira, muitas vezes exata e detalhista” (BOSI, 2003, p. 63).



Uma escola sem muros

Desde a sua fundação em 1959, o Colégio de Aplicação funcionou na cidade de Aracaju, instalado no prédio da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe juntamente com cursos superiores oferecidos pela faculdade. Em 1968, com a criação da Universidade Federal de Sergipe (UFS), a Faculdade de Filosofia e o Colégio de Aplicação, que dela era parte integrante, foram incorporados a Fundação Universidade Federal de Sergipe (BRASIL, 1967) e continuaram instalados nesse mesmo prédio. Na sequência, a imagem apresenta aspecto do antigo prédio onde funcionava a faculdade e o colégio.

Figura 1: Prédio da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe. Primeira sede do Colégio de Aplicação – Aspecto da entrada principal, década de 70 do século XX.

161



Fonte: SOUZA, 2015. p. 56. Autoria: desconhecida.

Em 1981, com a inauguração do Campus Universitário, no município de São Cristóvão, limítrofe à capital Aracaju, as principais unidades da UFS e o Colégio de Aplicação foram transferidos para o novo local. Para os estudantes que vivenciaram essa transferência, a mudança do lugar do colégio causou apreensão; afinal, o antigo endereço, na capital sergipana, estava próximo da residência de muitos deles, do centro comercial, de praças e de outros estabelecimentos de ensino da capital. Findavam as idas e vindas a pé para suas casas, os passeios ao centro da cidade que alguns costumavam fazer nas escapadas acompanhados dos colegas. Contudo, a mudança trouxe também outros atrativos, como ressalta César Henrique Matos e Silva (2018):

[...] vivíamos toda a efervescência cultural/política da universidade, [...] se lá [na sede em Aracaju] eu já estranhava os portões abertos, no campus universitário eu estranhava a liberdade de estar na Didática III misturado [...] a mudança para o campus universitário possibilitou um ganho, acho que assim, pode-se dizer, um aprendizado enquanto cultura, enquanto intelectual, enquanto espaço de vivência mesmo, de condição de vida, acho que isso aqui deu pra gente (SILVA, 2018a).

No Campus Universitário, o Colégio de Aplicação ocupava todo o pavimento superior do prédio denominado de Didática III. A figura em sequência apresenta a planta do campus da Universidade Federal de Sergipe, onde é possível identificar a localização do Colégio de Aplicação.

Figura 2: Planta do Campus da Universidade Federal de Sergipe (1980)



Fonte: Acervo da Diretoria de projetos e estruturas físicas da UFS (DOFIS).

Além do prédio da Didática III, os estudantes circulavam por todo o campus universitário, seja para realizações de atividades pedagógicas ou por iniciativa própria a fim de explorar e procurar distrações ou divertimentos no amplo espaço do campus. Quando não estavam em sala de aula, o Restaurante Universitário, a Biblioteca Central, o Centro Esportivo, as áreas verdes, eram os locais habituais de circulação deles e pontos de referência nas memórias.

Nas recordações dos estudantes da década de 80 do século XX, o lugar do colégio era um “mundo novo”, representado por eles como um espaço de liberdade, de contato com a natureza e de convivência com estudantes universitários.

[...] era tudo muito grande [...] não estávamos acostumados a ficar numa escola que tivesse tanto espaço [...] A gente sabia que a nossa escola era na Didática III, na parte de cima, mas na verdade a gente adotou toda a universidade como nos-

sa escola, então a gente corria muito isso aqui [...] A gente se divertia muito, tinha o horário de estudar; não estava em aula: a gente tinha a parte da diversão que a gente descia pra brincar [...] tinha muitas árvores e muitos bancos [...] a gente adorava passar o dia inteiro aqui [...]. Às vezes, a gente ia de manhã e só voltava no final da tarde pra casa. Então tinha o almoço no restaurante, tinha a biblioteca que a gente muitas vezes fazia pesquisa [...] a gente batia a universidade inteira (SANTOS, 2018b).

[...] o colégio era interessante porque eu estava na UFS, não estava num colégio normal [...] o colégio não tinha a estrutura de penitenciária ou de convento, ele é aberto, a gente toma um susto, é uma liberdade, essa liberdade era expressada de seguinte forma: a gente pode... a gente ia (MANGUEIRA, 2018).

Some-se a tudo isso a distância de casa e as agitações do movimento estudantil⁸ e atividades culturais que fizeram parte da cultura do campus da UFS na década da redemocratização do Brasil. Essas configurações da cultura e do lugar da escola são rememoradas pelos estudantes como aspectos que contribuíram para promover o amadurecimento, a autonomia deles. De fato, como ensina Austin Escolano, é preciso compreender o lugar e o espaço escolar como um elemento formativo:

A localização da escola é por si mesma uma variável decisiva do programa cultural e pedagógico comportado pelo espaço e pela arquitetura escolares. A proximidade à natureza à vida postulada pelos institucionalistas favorece, entre outras ações e estímulos, o jogo em liberdade, o ensino ativo, a utilização didática do entorno, a contemplação natural e estética da paisagem, a expansão do espírito e dos sentimentos, o desenvolvimento moral (ESCOLANO, 2001, p. 32).

Com o colégio a 21 quilômetros de distância do centro da capital, o transporte coletivo passou a fazer parte do cotidiano dos estudantes. A sensação de observar a cidade pela janela do ônibus, de encontrar com os colegas ao longo do percurso, da camaradagem dos cobradores e, principalmente, da liberdade de ir e vir, também são recordados como aspectos que contribuíram para amadurecimento deles:

8 Como ressalta José Vieira da Cruz, estudioso do movimento estudantil: “E ainda, nos corredores do campus da Universidade Federal de Sergipe, já no atual campus universitário, situado na cidade de São Cristóvão, a partir dos anos 70, pelos novos espaços de socialização cultural como o Clube da Sexta, no Centro de Cultura e Arte, no hall do Restaurante Universitário, e nos festivais de arte e cultura fomentados pelas “políticas culturais” dos governos militares. Nesta fase os estudantes universitários parecem ter mantido acesa a participação da sociedade em torno de temas internacionais como as questões da Nicarágua, El Salvador e do Chile; e de temas nacionais como a defesa da Amazônia, das liberdades fundamentais, da luta pela anistia, contra a elevação do custo de vida, pela Reforma Universitária, pela exploração do petróleo brasileiro e pela redemocratização do país” (CRUZ, 2009, p. 6).

[...] eu só tinha dez anos [...] fui aprovado não sei a colocação, só sei que minha mãe me deu a notícia: ‘olhe, você vai estudar em uma escola longe!’” (LIMA, 2018).

[...] eu nunca tinha andado de ônibus com 11 anos, né? 12 anos mais ou menos. Então, minha mãe, acho que durante uma semana... 10 dias não sei, ela me levava, ia comigo. Depois, acho que ela me esperava na volta [...], a gente agitava bastante dentro do ônibus, às vezes passava por baixo [da catraca] porque era pequena [...] a gente já ficava amiga do cobrador, [o ônibus ia] cheio de aluno (SILVA, 2018c).

[...] [eu] pegava ônibus lá do bairro Cirurgia para Universidade sozinho ou como um, dois, três colegas, tudo da mesma idade, para vir para o colégio em outro município, né? Tecnicamente falando isso já gerava um senso de autonomia e independência muito grande (NUNES, 2018b).

[...] no Salesiano eu ia a pé e o Colégio de Aplicação a gente já pegava o ônibus na rodoviária, já tinham ‘Campus via Barão de Maruim’, ‘Campus via Contorno’ então... e a cidade começava a surgir para mim (OLIVEIRA, 2018b).

Para as idas e vindas ao campus universitário, além da utilização do transporte coletivo, os estudantes contavam também com a tradicional “carona amiga” oferecida por professores ou servidores da UFS: “[...] era algo comum, existia um ponto de carona que ficava vizinho a Didática I; sempre tinha uma grande turma nesse ponto” (TELES, 2018).

As aulas ocorriam no período das 13h às 17h30, mas no período da manhã, em determinados dias da semana, havia aulas de educação física, estudos e/ou pesquisas na biblioteca e outras atividades. Por isso, era comum que os estudantes passassem o dia inteiro no campus.

[...] a maioria ficava o dia, trocava de roupa, botava uma roupa normal, andava pelo campus solto e ia pra biblioteca, porque a gente tinha muita responsabilidade, e isso a gente tinha, não tinha ninguém dizendo a gente: ‘olhe, acabar a educação física, vá para a biblioteca estudar’, mas a gente acabava e ia pra a biblioteca estudar, depois [...] ia para o vestiário no setor esportivo. Tomava banho botava a farda e ia para o Resun, que na época era restaurante universitário, [...] fazíamos nossa bagunça de adolescente, barulho, mas almoçávamos... Depois íamos ficar embaixo das árvores do lado da Didática fazendo a digestão, esperando o horário da aula, que começava 13h (FREITAS, 2018).

Para o almoço no restaurante universitário os estudantes precisavam apresentar a carteira de identificação e fazer o pagamento de um valor módico para ter direito à refeição: “A única coisa que a gente pagava aqui



era o Resun [...] naquela época era dividido por categoria. Então, era conforme a situação social da pessoa, tinha primeira; segunda e terceira categorias: um real, dois reais, três reais que seria os valores de hoje, não é?” (RABELO, 2018).

Figura 3: Frente e verso da carteira para utilização do Restaurante



Fonte: Acervo de Paulo de Souza Rabelo.

Mestres de outrora...

A fisionomia, a personalidade, as práticas de ensino, a gestão da sala de aula de professores e professoras são aspectos rememorados pelos estudantes. O temperamento firme da diretora Lara Mendes Freire; a rigidez do professor José Carlos de Azevedo (“professor Laranjeiras”); a ênfase do professor José Cláudio Barreto Sobral na formação crítica dos estudantes; o perfil poético da professora Maria Lígia Madureira Pina; a elegante professora Maria da Conceição Ouro Reis; o sempre vigilante e conselheiro professor Manoel Messias Vasconcelos; entre outros professores e professoras, reverberam nas memórias dos egressos.

A professora Lara Mendes, diretora do colégio no período de 1980 a 1990, é lembrada pela maioria dos egressos como uma pessoa sensível, responsável, batalhadora e disciplinadora: “[...] ela sempre foi uma pessoa compreensiva, conversava muito, mas era rígida naqueles limites que eram impostos que a gente tinha que cumprir, porque senão, se ficasse muito aberto, a gente se dispersava da escola, né?” (SANTOS, 2018b). Partindo de um olhar do presente sobre o passado, percebe-se que os estudantes valorizam mais na professora Lara Mendes por características ligadas à competência e afetividade, e até justificam a postura rígida adotada pela diretora.

[...] o campus naquela época estava surgindo... conter a criançada aqui não era fácil, então todos estavam muito à vontade... subindo mangueira, descendo mangueira, então era tudo muito amplo e aberto e aí de vez em quando acontecia um problema e ela [a diretora Lara Mendes] tinha que controlar (NUNES, 2018a).

A professora Lara Mendes coordenou a mudança do colégio para o Campus Universitário, e, para muitos estudantes, ficou também a lembrança de uma diretora que procurou alternativas para o desenvolvimento do colégio na sua nova estrutura física. “[...] muito que os alunos têm hoje aqui foi fruto da briga dela e da sua busca constante de melhoria, então a gente veio pra cá [Cidade Universitária], a gente começou a ter o nosso próprio bloco [espaço da Didática III]. [ela] desenvolveu a instituição [...]”. (SANTOS, 2018a). As lembranças dos entrevistados sobre a professora Lara destacam também a sua sensibilidade. Relatou a aluna Rosemary Mesquita Ludovice: “[...] era uma professora rígida, mas com um coração de ouro. [...]” (LUDUVICE, 2018).

O professor de matemática, José Carlos Azevedo, conhecido como “Laranjeiras”, era na época o “terror” para muitos estudantes. Mesmo assim, muitos egressos do Colégio de Aplicação têm dele lembranças emotivas e compreendem que a rigidez disciplinar do professor era resultante do seu interesse na aprendizagem dos estudantes.

Eu lembro do professor Laranjeiras, morreu recentemente aí, tem alguns anos. [...] na época ele era bastante rígido e duro, e a gente tinha que ter o máximo respeito porque ele [...] cobrava bastante. Na época, a gente achava chato e tal, essa cobrança. Mas hoje eu vejo que era para o meu bem, hoje eu vejo que era pra... [choro] (SANTOS, 2018a)

Nós temos o professor antológico, [...] um indivíduo icônico que era o professor Laranjeiras, de matemática, um cara fenomenal... domínio de sala de aula e de ter, assim, o interessante que Laranjeiras se fazia respeitar, tínhamos aquele temor do Laranjeiras, mas sabendo de que ele era nosso amigo. [...] contava as histórias dele em sala de aula de uma forma fantástica, nós sabíamos ali... nós tínhamos a noção do que estávamos tendo uma aula de matemática no nível altíssimo, mas em um clima absolutamente natural, aprendíamos algo em nível alto sem ter aquele negócio de pressão de como hoje as escolas têm para ter o melhor desempenho [...] (OLIVEIRA, 2018b).

O professor Cláudio, que lecionava Geografia, é muito recordado como o mestre que contribuiu para a formação crítica dos estudantes. Em sala de aula, discorria sobre ética, desigualdades sociais no Brasil e no mundo e estimulava que os estudantes expressassem suas ideias de forma crítica. O país vivia o final da Ditadura Militar, mas ele não deixava de tratar de questões sensíveis para a época:

Eu lembro de uma coisa que me impressionou muito, quando eu fui na sala do professor Cláudio. Tinha um cartaz, era escrito numa folha de ofício, na época não tínhamos esses recursos de impressão e não existia uma datilografia com letras com fontes maiores, então foi escrito à mão e colocado em negrito com caneta preta mesmo. Tinha uma frase atrás do birô dele fixada com *durex* e dizia: **‘Sabeis soberanos e vassallos, próceres e mendigos: ninguém terá direito ao supérfluo enquanto alguém carecer do necessário.’** [...] ele falava de divisões do país Norte e Nordeste, da cultura de subsistência que imperava no Nordeste [...] e como havia exploração de minerais em outras regiões, e na nossa região ainda imperava a indústria da seca [...]. Então, eu acho que quem mais me influenciou nessa questão política sem dúvida foi o professor Cláudio (OLIVEIRA, 2018b). *Grifo nosso*

Sobre a postura do professor Cláudio, lembrou ainda o ex-aluno José Adailton Barroso da Silva, hoje também professor de geografia: [...] ele formou uma capacidade crítica, de visão de mundo, que a gente tem [...] acabou sendo, pra mim,... [a pessoa] que me deu um norte, me deu um rumo” (SILVA, 2018b). Nessa mesma perspectiva, são as percepções de Olavo Pinto Lima (2018)



[...] e muita gente, incluindo eu, atribuímos a esse professor a capacidade que ele passou pra gente de questionar as coisas, então o professor Cláudio era muito questionador, ele sempre colocava que a gente não podia aceitar as coisas facilmente, era uma época que estávamos saindo da ditadura (81/82) e ele sempre colocou esse viés. Apesar de ser professor de geografia, ele despertava o senso crítico da gente, né? Até a ironia sutil, mas inteligente (LIMA, 2018).

Alguns servidores também foram recordados. São mencionadas Maria Alene Oliveira (secretaria), Maria Bernarda dos Santos (auxiliar de secretaria), Maria Neri dos Santos e Maria Lúcia dos Santos. Maria Alene, é lembrada como a pessoa a quem os estudantes recorriam nos assuntos ligados a documentação, a notas. A funcionária que conhecia os estudantes pelos nomes e assumia muitas vezes “uma postura de mãe”. (NUNES, 2018b; LIMA, 2018; SILVA, 2018b; FREITAS, 2018).

Vitrines da escola: Jogos da Primavera e o desfile cívico de “7 de setembro”

Os Jogos da Primavera⁹ e o desfile cívico de “7 de setembro” foram cerimônias cívicas que marcaram a carreira estudantil dos entrevistados. Ao discorrer sobre a história dos jogos¹⁰ escolares em Sergipe, Hamilcar Silveira Dantas Júnior (2009) afirma que o evento passou por três etapas: a iniciação (1964-1967), o aperfeiçoamento (1970 -1978) e o treinamento ou esportivização da escola (1979-1995). Nessa última fase, os Jogos da Primavera em Sergipe atingem

[...] o ápice da institucionalização esportiva escolar, dado o apogeu da representatividade social dos jogos, sua garantia de empregabilidade e de ação pedagógica dos professores de educação física, além de grande vitrine publicitária das escolas particulares que vinculam as vitórias esportivas às vitórias na vida, culminando em seu súbito encerramento em 1995 (DANTAS JÚNIOR, 2009, p. 111).

Foi na terceira etapa dos Jogos da Primavera que parte dos entrevistados atuaram. Nos seus relatos, eles rememoram o evento como um acontecimento marcante: os treinamentos, os jogos, as vitórias e as modalidades esportivas de maior destaque no colégio. Nas aulas de Educação Física, os alunos tinham a oportunidade de conhecer e praticar diferentes modalidades esportivas.

9 O Colégio de Aplicação participou das edições dos Jogos Estudantis de Sergipe dos anos de 1970 a 1978 e dos Jogos da Primavera de Sergipe dos anos de 1979 a 1995, com exceção das edições de 1985, 1990 e 1991 (DANTAS JÚNIOR, 2009).

10 A respeito dos Jogos da Primavera em Sergipe, consultar a tese do autor (DANTAS JÚNIOR, 2008).

Todos os tipos de atividades físicas/modalidades, né? E era rotativo, né? A gente passava um tempo fazendo natação, outro tempo fazendo saltos ornamentais, outro tempo fazendo atletismo, outro tempo fazendo ginástica rítmica. Nenhum colégio faz isso não, nenhum. A gente aproveitava bastante, né? (SANTOS, 2018a).

Os Jogos da Primavera envolviam alunos de escolas públicas e particulares que se preparavam durante todo o ano para conquistar medalhas. No intuito de obter os melhores resultados nos Jogos da Primavera, algumas escolas particulares ofereciam bolsas de estudo para alunos que se destacavam em modalidades esportivas. O Colégio de Aplicação trabalhava com os talentos da casa. E, apesar das limitações em certas modalidades, o colégio obtinha vitórias importantes. No voleibol, por exemplo, José Ricardo Menezes de Oliveira, recorda:

O jogo que eu tenho até hoje, como se fosse agora [...] eu vi em 1980, não sei precisamente, mas quem dominava primeiro o esporte do Brasil era o vôlei¹¹, era uma época em que tínhamos o Atlanta Boa Vista, o Bernard com o saque 'Jornada das Estelas' era uma febre no país. No vôlei, nós tínhamos o domínio de duas escolas particulares: o Colégio Unificado, que concentrava os bons jogadores por causa das bolsas, e o Colégio Visão [...] o Colégio de Aplicação surgindo absolutamente do nada, do nada. Fomos naquele jogo esperando 3 a 0, todos [dizendo] 'tá perdido'. O Visão começou botando 1 a 0. Incrivelmente o Aplicação empatou 1 a 1; o Visão botou 2 a 1; o Aplicação foi lá e venceu o segundo, 2 a 2. No último set eu vejo ainda Adailton subindo, vejo na minha memória, como se estivesse agora, subindo para fechar o jogo: 15 a 0, o set era de 15 pontos, 15 a 0 na escola que era o domínio do vôlei na época [...] Adailton trabalha comigo na Universidade Tiradentes ele não sabe, mas eu olho para ele... eu o vejo como um desses deuses que a gente vê nas revistas históricas e mitológicas (OLIVEIRA, 2018b). *grifo nosso*

Como apresentado no relato anterior, a comemoração se dava não apenas pela vitória, mas pela superação. O jogo já era considerado perdido, no entanto, o Colégio de Aplicação surpreendeu a todos. A vitória, e principalmente o desempenho dos colegas, ficaram marcados na memória de José Ricardo. A figura em sequência ilustra a equipe campeã de vôlei do Colégio de Aplicação nos VIII Jogos da Primavera (1983), personagens da partida de superação. Na fotografia, podem ser identificados, da esquerda para a direita: Homero Alcântara Ribeiro (professor de Educação Física); atletas em pé: Adailton, Aderaldo, Fábio, Moacir; atletas sentados: Waldoilson, Antonio Pinto, Augusto, Paulo Kléber e Artur.

11 Na década de 1980 o vôlei no Brasil estava em ascensão e os jovens se inspiravam em jogadores que fizeram parte da Seleção de Prata com a qual o Brasil foi vice-campeão das Olimpíadas Para saber mais sobre o assunto, ver Marques Júnior (2012).



Figura 4 - Equipe de voleibol do Colégio de Aplicação. Categoria B. Campeã nos VIII Jogos da Primavera (1983)



Fonte: Acervo do Cemdap. Autoria: desconhecida.

Mesmo quem não participava diretamente das disputas se sentia vitorioso. Nas memórias dos entrevistados o orgulho pelo desempenho de atletas do Codap é recorrente: “[...] tinha o pessoal do judô [...] era muito bom, Durval, Aldeci, Ricardo... me lembro de muitos medalhistas na área de judô; o pessoal do vôlei também, o grupo de Adailton e Aderaldo era muito bom” (FREITAS, 2018).

O desfile anual de “7 de setembro” e de “abertura dos jogos da primavera” eram momentos festivos importante para a geração de estudantes do Colégio de Aplicação. Além de serem eventos valorizados pelas escolas, era prestigiado pela sociedade sergipana. Muitas pessoas iam para a Avenida Barão de Maruim, no centro de Aracaju, assistir aos desfiles e vibrar com os estudantes e esperar a passagem de sua escola favorita. A seguir, as figuras ilustram cenas das participações do Colégio de Aplicação no desfile de “7 de setembro” e na abertura dos Jogos da Primavera.

Figura 5: Desfile de “7 de Setembro”. Pelotão das bandeiras (Brasil / Sergipe). Farda de Gala. (1983)



Fonte: Acervo do Cemdap. Autoria: desconhecida.

Figura 6: Participação do Colégio de Aplicação no desfile de abertura dos VIII Jogos da Primavera (1983)



Fonte: Acervo do Cemdap. Autoria: desconhecida.

Nos desfiles de “abertura dos Jogos da Primavera” as escolas investiam nas produções e carros alegóricos, já o Colégio de Aplicação

[...] não tinha nenhuma alegoria. E aí eu não sei se foi a sacada da professora Lara Mendes que colocou a frase [...] quando a gente passava no palanque, eu nunca me esqueço disso: ‘**O Colégio de Aplicação não traz alegorias, traz a beleza primaveril dos seus alunos**’. Então, pra tirar a ideia da ausência de carros alegóricos [...], não tinha dinheiro para fazer isso, teve que passar com esse *slogan* na avenida. Então eu achava muito massa! Até hoje não esqueço dessa história[risos] (Silva, 2018b). *Grifo nosso*

Tocar um instrumento na banda do colégio era um privilégio. As roupas, as dispensas das aulas para os ensaios e a admiração do público no momento dos desfiles motivavam alunos (ROCHA, 2018). Os ensaios aconteciam no ginásio da universidade. Para reforçar a aprendizagem do manuseio dos instrumentos musicais, convidados externos integravam a banda.

Figura 7: Banda de música do Colégio de Aplicação. Desfile cívico “7 de setembro” (198?)



O legado do Codap na vida de estudantes egressos

É marcante na memória dos estudantes entrevistados uma base comum de recordações, ou seja, os ensinamentos recebidos dos professores, a construção de amizades, a liberdade e/ou autonomia, o incentivo ao exercício da criticidade, como elementos proporcionados na carreira estudantil no Colégio de Aplicação da UFS.

Para as famílias, matricular seus filhos no Colégio de Aplicação apresentava-se como uma estratégia educativa que garantiria uma instrução de boa qualidade e sucesso no ingresso na universidade. De fato, parte do sucesso auferido na formação superior e ocupação profissional, os estudantes egressos entrevistados creditam à qualidade do ensino oferecida pelo Colégio de Aplicação. Todos os entrevistados concluíram a formação superior, e alguns também realizaram cursos de pós-graduação de mestrado e doutorado. São hoje profissionais atuantes em diferentes atividades e espaços sociais: professores, advogados, enfermeiras, engenheiros, servidores públicos, jornalista, contabilista e empresária. As amizades construídas no campus continuam. Os encontros¹² dos dias atuais fortalecem os laços e lembranças da vida no “Aplicação”, as memórias contribuem para a coesão entre eles e o sentimento de pertencimento.

O Campus Universitário, seus monumentos arquitetônicos – prédios das didáticas, restaurante universitário, biblioteca –, paisagens e personagens povoam as lembranças dos estudantes e manifestam-se como um ponto de referência nas memórias (POLLAK, 1989) dos estudantes egressos. Afinal, esse foi lugar deles por sete anos da formação escolar.

Com o olhar de hoje, o passado foi pintado com alegria e cores vivas, principalmente quando os egressos rememoram sobre a vida no campus, as amizades e as aulas. O sentimento de reconhecimento, respeito e admiração pelos professores e outros funcionários prevaleceram nos relatos de todos. A memória dos estudantes transparece como constituinte do “sentimento de identidade” no sentido proposto por Michael Pollak (1992): “[...] a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.” (p. 5).

Muito ainda pode ser compreendido a respeito da cultura do colégio e de seus agentes da ação educativa. A documentação da escrituração escolar, da cultura material e o acervo audiovisual, custodiados e preservados no Cemdap, podem muito contribuir para a elucidação de novas questões e diferentes interpretações sobre a trajetória do Colégio de Aplicação e, por conseguinte, da Universidade Federal de Sergipe.

12 Os estudantes entrevistados participam de dois grupos de ex-alunos nas redes sociais virtuais e se reúnem presencialmente pelo menos uma vez por ano.

Fontes

-Documentos diversos

BRASIL. Decreto-lei nº 269, de 28 de fevereiro de 1967.

BRASIL. Lei nº 5.692/71 de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.

Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/republica>. Acesso em: 20/02/2020.

BRASIL. Universidade Federal de Sergipe. Planta do Campus da Universidade Federal de Sergipe. 1980. Meio eletrônico. Acervo da Diretoria de Projetos e Estruturas Físicas DOFIS-UFS.

BRASIL. Universidade Federal de Sergipe. Resolução nº 01/81/CONSU. Aprova o regimento do Colégio de Aplicação, 1981. Acervo do Cemdap. Pacotilha 25.

COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UFS. Proposta de Correção de Enquadramento para professores de 1º e 2º graus. Acervo do Cemdap. Pacotilha 29.

COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UFS. VIII Jogos da Primavera. Equipe de voleibol categoria B. Campeão em 1983. Quadro em fotografia. Acervo do Cemdap.

-Entrevistas

ALVES, Maria Cecília Mendonça de Araújo. Projeto “Percepções da realidade”. Memórias de estudantes egressos do Colégio de Aplicação (1960-1995). Cemdap. São Cristóvão/SE, 2018.

FREITAS, Rosenilza Melo. Projeto “Percepções da realidade”. Memórias de estudantes egressos do Colégio de Aplicação (1960-1995). Cemdap. São Cristóvão/SE, 2018.

LIMA, Olavo Pinto. Memórias de estudantes egressos do Colégio de Aplicação (1960-1995). Cemdap. São Cristóvão/SE, 2018.

LUDUVICE, Rosemary Mesquita. Memórias de estudantes egressos do Colégio de Aplicação (1960-1995). Cemdap. São Cristóvão/SE, 2018.

MANGUEIRA, Francisco Igor de Oliveira. Memórias de estudantes egressos do Colégio de Aplicação (1960-1995). Cemdap. São Cristóvão/SE, 2018.

MENDONÇA, Ana Valéria. Memórias de estudantes egressos do Colégio de Aplicação (1960-1995). Cemdap. São Cristóvão/SE, 2018.

NUNES, Martha Suzana Cabral. Memórias de estudantes egressos do Colégio de Aplicação (1960-1995). Cemdap. São Cristóvão/SE, 2018a.

NUNES, Saulo Coelho. Memórias de estudantes egressos do Colégio de Aplicação (1960-1995). Cemdap. São Cristóvão/SE, 2018b.

- OLIVEIRA, Giovana Monteiro Melo. Memórias de estudantes egressos do Colégio de Aplicação (1960-1995). Cemdap. São Cristóvão/SE, 2018a.
- OLIVEIRA, José Ricardo Menezes. Memórias de estudantes egressos do Colégio de Aplicação (1960-1995). Cemdap. São Cristóvão/SE, 2018b.
- RABELO, Paulo de Souza. Memórias de estudantes egressos do Colégio de Aplicação (1960-1995). Cemdap. São Cristóvão/SE, 2018.
- ROCHA, João Bosco Silva. Memórias de estudantes egressos do Colégio de Aplicação (1960-1995). Cemdap. São Cristóvão/SE, 2018.
- SANTOS, Carlos Wagner de Oliveira. Memórias de estudantes egressos do Colégio de Aplicação (1960-1995). Cemdap. São Cristóvão/SE, 2018a.
- SANTOS, Lijane Dayse de Oliveira. Memórias de estudantes egressos do Colégio de Aplicação (1960-1995). Cemdap. São Cristóvão/SE, 2018b.
- SILVA, César Henrique de Matos. Memórias de estudantes egressos do Colégio de Aplicação (1960-1995). Cemdap. São Cristóvão/SE, 2018a.
- SILVA, José Adailton Barroso da. Memórias de estudantes egressos do Colégio de Aplicação (1960-1995). Cemdap. São Cristóvão/SE, 2018b.
- SILVA, Patrícia Andréa Cáceres. Memórias de estudantes egressos do Colégio de Aplicação (1960-1995). Cemdap. São Cristóvão/SE, 2018c.
- TELES, Alexandre Belém Carvalho. Memórias de estudantes egressos do Colégio de Aplicação (1960-1995). Cemdap. São Cristóvão/SE, 2018.

Referências

- BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**. Ensaaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares; NOGUEIRA, Maria Magna Menezes Correia. Preservação e organização documental: O Centro de Pesquisa Documentação e Memória do Colégio de Aplicação – Cemdap (Dossiê “Os arquivos e a construção do conhecimento histórico”). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, v. 1, n. 48. p. 63-73, ago. 2018.
- CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da; MONTEIRO, R. R. S. ; MELO, R. C. Produção de documentação oral e preservação da memória do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe. **RIDPHE_R Revista Iberoamericana do Patrimônio Histórico-Educativo**, v. 4, p. 379-395, 2018.
- CONCEIÇÃO, Joaquim. **“Percepções da realidade”**. Memórias de estudantes egressos do Colégio de Aplicação (1960-1995). São Cristóvão: Projeto de Pesquisa. Pibic/CNPq/UFS. 2018.
- CRUZ, José Vieira da. Memórias efervescentes: estudantes, artistas e os movimentos culturais em Sergipe em tempos de sombras. In: XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. 2009, Fortaleza. **Anais [...]** Fortaleza, 2009. Associação Nacional de História.

DANTAS JÚNIOR, Hamilcar Silveira. **Da “escolarização do esporte” à “esportivização da escola”**: tradição e espetáculo nos Jogos da Primavera de Sergipe (1964-1995). 2008. 333 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2008.

DANTAS JÚNIOR, Hamilcar Silveira. A esportivização da escola na sociedade do espetáculo: o caso dos jogos da primavera em Sergipe (1964-1995). **Revista HISTEDBR On-Line**, 9(35), 108-125. 2009. <https://doi.org/10.20396/rho.v9i35.8639617>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639617>. Acesso em 20/02/2020.

ESCOLANO, Agustín. Arquitetura como programa. Espaço-escola e currículo. In: FRAGO, Antonio Viñao; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade** - a arquitetura como programa. Trad. Alfredo Veiga-Neto. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

OLIVEIRA, João Paulo Gama. A formação do professor de História da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe: entre disciplina, docentes e conteúdos (1951-1962). São Cristóvão/SE: Editora da Universidade Federal de Sergipe, 2013.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

NUNES, Martha Suzana Cabral. **Colégio de Aplicação da UFS**. Memórias de um Ginásio de Ouro. São Cristóvão: UFS, 2012

SANTOS, Joelza de Oliveira. **Memórias de estudantes egressos do Ginásio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (1960-1968)**. Dissertação. Mestrado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe. 2019c. 101p.

SOUZA, Eliana. **História e memória**. Universidade Federal de Sergipe (1968-2012). São Cristóvão: Editora UFS, 2015.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro – RJ: Paz e Terra, 1992.



Fontes e acervos na escrita da história de uma instituição educacional: o lugar do Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (CEMAS)

João Paulo Gama Oliveira¹
Eva Maria Siqueira Alves²
Rosemeire Marcedo Costa³
Simone Silva da Fonseca⁴

Resumo

Fundado em 24 de outubro de 1870, o sesquicentenário Atheneu Sergipense, em atividade ininterruptamente, consagra-se como uma das mais significativas instituições educacionais brasileiras, trazendo orgulho para os que por lá passaram e que disseminam, com fôlego, seus ensinamentos. O foco do presente artigo foi inventariar os estudos que tomaram o Atheneu Sergipense como *locus* investigativo em diferentes aspectos, e identificar as fontes e as instituições de guarda a que os autores recorreram. O texto destaca os principais acervos consultados e a relevância do Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (CEMAS) para tais estudos. Por fim, exhibe outras possibilidades de pesquisas a partir do profícuo material arquivado no CEMAS, que tem por objetivo salvaguardar e disponibilizar, para fins investigativos, a documentação produzida por aquela “Casa de Educação Literária”.

Palavras-chave: Atheneu Sergipense, Fontes de Pesquisa, História da Educação.

- 1 Professor Adjunto do Departamento de Educação (DEDI) da Universidade Federal de Sergipe. Membro dos Grupos de Pesquisa Disciplinas Escolares: História, Ensino e Aprendizagem (DEHEA/CNPq/UFS), Relicário (DEDI/CNPq/UFS) e História e Educação: textos, escritas e leituras (PPGH/CNPq/UFPel). E-mail: profjoaopaulogama@gmail.com
- 2 Professora Titular, aposentada da Universidade Federal de Sergipe. Líder do Grupo de Pesquisa Disciplinas Escolares: História, Ensino, Aprendizagem (DEHEA/CNPq/UFS). E-mail: evasa@uol.com.br
- 3 Professora Adjunta do Departamento de Educação (DED) da Universidade Federal de Sergipe. Membro do Grupo de Pesquisa Disciplinas Escolares: História, Ensino e Aprendizagem (DEHEA/CNPq/UFS). E-mail: rose.marcedo@gmail.com
- 4 Doutora em Educação pela Universidade Federal de Sergipe. Membro do Grupo de Pesquisa Disciplinas Escolares: História, Ensino e Aprendizagem (DEHEA/CNPq/UFS). E-mail: simonefonsecasilva@hotmail.com



Sources and collections in the writing of the history of an educational institution: the place of the Center for Education and Memory of Atheneu Sergipense (CEMAS)

Fuentes y colecciones en la redacción de la historia de una institución educativa: el lugar del Centro de Educación y Memoria de Atheneu Sergipense (CEMAS)

179



Abstract

Founded on October 24, 1870, the sesquicentenario Atheneu Sergipense, in continuous activity, is consecrated as one of the most significant Brazilian educational institutions, bringing pride to those who passed by and who disseminate their teachings with breath. The focus of this article is to inventory the studies that took Atheneu Sergipense as an investigative locus in different aspects, and to identify the sources and custody institutions that the authors used. The text highlights the main collections consulted and the relevance of the Atheneu Sergipense Education and Memory Center (CEMAS) for such studies. Finally, it displays other research possibilities based on the useful material filed at CEMAS, which aims to safeguard and make available, for investigative purposes, the documentation produced by that “Literary Education House”.

Keywords: Atheneu Sergipense, Research sources, History of Education

Resumen

Fundado el 24 de octubre de 1870, el sesquicentenario Atheneu Sergipense, con actividades ininterrumpidas, está consagrado como una de las instituciones educativas brasileñas más importantes, y enorgullece a quienes lo atravesaron y difundieron, con aliento, sus enseñanzas. El objetivo de este artículo es hacer un inventario de los estudios que tomaron a Atheneu Sergipense como un lugar de investigación en diferentes aspectos, e identificar las fuentes y las instituciones de custodia que utilizaron los autores. El texto destaca las principales colecciones consultadas y la relevancia del Centro de Educación y Memoria Atheneu Sergipense (CEMAS) para tales estudios. Finalmente, muestra otras posibilidades de investigación basadas en el material útil archivado en CEMAS, que tiene como objetivo salvaguardar y poner a disposición, con fines de investigación, la documentación producida por esa “Casa de Educación Literaria”.

Palabras clave: Atheneu Sergipense, Research Sources, History of Education.

Introdução

Abundantes têm sido as produções a respeito do Atheneu Sergipense, sobretudo a partir da tese elaborada por Alves (2005). Ainda assim, presume-se que muitos objetos atinentes a esse *locus* estão por ser investigados, cujas fontes correspondem a escritos veiculados em diferentes meios. Nesse sentido, o objetivo do presente artigo é investigar as fontes utilizadas para a escrita de dissertações e teses que tomaram o Atheneu Sergipense como *locus* investigativo em distintas perspectivas.

Discutindo os aspectos teórico-metodológicos no campo da História da Educação, Saviani (2013) tece a seguinte consideração sobre as fontes de uma pesquisa:

As fontes estão na origem, constituem o ponto de partida, a base, o ponto de apoio da construção historiográfica que é a reconstrução, no plano do conhecimento, do objeto histórico estudado. Assim, as fontes históricas não são a fonte da história, ou seja, não é delas que brota ou flui a história. Elas, enquanto registros, enquanto testemunhos dos atos históricos, são a fonte do nosso conhecimento histórico, isto é, é delas que brota, é nelas que se apoia o conhecimento que produzimos a respeito da história (SAVIANI, 2013, p. 13).

Análises sobre fontes na escrita da História da Educação e, mais precisamente, da história das instituições educacionais vêm sendo empreendidas por um grande número de pesquisadores⁵. Cada um, dentro de sua perspectiva, tem levantado significativas indagações concernentes às fontes – e, por conseguinte aos acervos e às instituições de guarda –, aos referenciais teóricos e metodológicos, inclusive às próprias questões das pesquisas nessa área.

A despeito de serem distintas entre si as concepções desses pesquisadores, eles expressam um entendimento em comum no tocante às mudanças que a História Cultural gerou nos procedimentos investigativos e que, inclusive, despertou um olhar mais atento a documentos antes pouco valorizados. Um exemplo disso são os acervos escolares, cada vez mais utilizados como fonte de pesquisa, de modo que se constituíram espaços para a preservação da documentação produzida pelas instituições educacionais, como atas, cadernetas, boletins, relatórios, cadernos, fichas de frequência etc.

5 Dentre os estudos, ressaltamos o trabalho de Carvalho e Nunes (2005); acerca da história das instituições educacionais de uma forma mais ampla, mas que trata também das fontes, Gatti Jr. (2002; 2007); Lombardi e Nascimento (2004); Santos e Vechia (2019). Especificamente na região Nordeste, ver o estudo de Araújo (2005); em Sergipe, ver Nascimento (2003) e Alves (2011; 2012), que tratam, entre outras questões, sobre as fontes para a historiografia educacional sergipana; ver também Sá (2011), que embora não enverede sobre a questão das fontes na sua avaliação da historiografia sergipana, cita os estudos da área, inclusive alguns trabalhos sobre instituições educacionais.

É importante frisar que o cuidado com a preservação de documentos de instituições escolares se tornou um movimento amplo, favorecendo a historiografia delas e, portanto, o delineamento de sua identidade. Segundo Felgueiras (2011):

As memórias da escola, a procura e guarda de acervos de professores foram introduzidas na historiografia em Portugal e no Brasil na década de 1990. Simultaneamente se tornou visível a necessidade de intervenção cívica para a salvaguarda das fontes e, progressivamente, tomou-se consciência da sua importância como um legado a transmitir (FELGUEIRAS, 2011, p. 67).

Desta feita, levantamos a produção sobre o Atheneu Sergipense, disponível na Plataforma da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); inserimos no campo de busca as palavras-chave “Atheneu Sergipense”⁶. Desse modo, a elaboração do presente artigo teve como linha condutora o conjunto de trabalhos localizados, com foco nas instituições de guarda, para se chegar às fontes que subsidiaram tais estudos.

A seção a seguir apresenta, de forma sucinta, um histórico sobre essa significativa instituição de ensino secundário sergipana criada no oitocentos e em pleno funcionamento na aurora do século XXI. Logo depois, serão expostos os resultados da investigação, que revelam o CEMAS como um dos principais locais de guarda e disponibilização de documentos utilizados para a escrita da história do Atheneu Sergipense.

O Atheneu Sergipense: 150 anos de produção de papéis administrativos e pedagógicos

Dez anos após a independência política de Sergipe, iniciou-se a organização dos estudos secundários no estado, quando o Governo Geral da Província criou as cadeiras de Filosofia, Retórica, Geometria e Francês, não como aulas avulsas, mas centralizadas na Capital, São Cristóvão, e instaladas em salões do Convento de Nossa Senhora do Carmo, formando assim um espaço de ensino denominado “Gymnazio Geral”, ou também conhecido por “Liceu de São Cristóvão”, “Lyceu Sergipense” e “Escola de Humanidades”. Instituída a Assembleia Legislativa em Sergipe, em 1835, foi extinto o referido Liceu.⁷ Entretanto, os professores continuaram a lecionar até o ano de 1839 (SEBRÃO, 1954, p. 425).

6 A partir desse critério de busca, foram localizados 51 trabalhos na Plataforma da CAPES. Tendo em vista que o presente artigo se encontra no âmbito da História da Educação, as informações foram filtradas de acordo com essa área de estudo, e, desse modo, obtiveram-se 32 produções (dissertações e teses).

7 Defende Sebrão (1954) não ter sido o Ato Adicional de 1834 que criou, no Brasil, os Liceus. Alega que, antes que o fizesse, já existiam nas Províncias os populares liceus, com denominação oficial de “Colégios de Estudos” (SEBRÃO, 1954, p. 422).

Avanços e retrocessos ocorreram durante o estabelecimento desse tipo de ensino, até que, em 1870, pelo Regulamento Orgânico da Instrução Pública, foi criado o Atheneu Sergipense, com dois cursos: Humanidades e Normal. Esse último teve vários momentos de instabilidade, sendo sucessivamente extinto como curso e recriado como instituição de formação de professores.⁸

As práticas culturais desenvolvidas no espaço urbano de Aracaju permitem compreender os fenômenos educacionais. José Calazans Silva (1992), analisando diversos temas referentes a Sergipe, relata:

A vida intelectual de Sergipe ganha força e projeção nas derradeiras décadas do século XIX. Vem de fora o estímulo e a orientação que desencadearam o movimento cultural na pequena Província. Parte da Escola de Direito de Recife, onde um notável sergipano, o Dr. Tobias Barreto de Menezes, professor de Direito e cultor da Filosofia, com talento, saber e agressividade abriu novos rumos aos estudos em nosso País. Os bacharéis do Recife, que ouviram a palavra oracular do mestre, trouxeram para o torrão natal, depois de concluídos seus cursos, um entusiasmo criador. Exercendo as atividades públicas na magistratura, no magistério, na política, na advocacia, no jornalismo, todos eles, desde os mais brilhantes aos mais modestos, estavam jungidos à marca tobiática (SILVA, 1992, p. 15).

No período de 2 de dezembro de 1869 a 11 de maio de 1871, governava Sergipe o Tenente Coronel Francisco José Cardoso Júnior, o qual, movido por pensamentos reformistas, inovou o sistema da instrução pública.⁹ Manuel Luiz Azevedo d'Araújo desempenhava o cargo de Inspetor Geral da Instrução, organizando então o ensino público sergipano e elaborando o Regulamento Orgânico da Instrução Pública da Província de Sergipe, assinado em 24 de outubro de 1870.¹⁰ Dois problemas que vinham desafiando os governantes desde a década de 1830 foram resolvidos: a centralização das aulas de Humanidades e a criação do Curso Normal. Embora os louros da criação do Atheneu Sergipense tenham recaído sobre o empreendedor Manuel Luiz, há que se atribuir mérito também àqueles intelectuais, políticos e cidadãos que, no anonimato ou às claras, lutaram em defesa de uma instituição oficial de estudos secundários em Sergipe.

A abertura do Atheneu Sergipense ocorreu em 3 de fevereiro de 1871, contando com uma programação cuidadosamente organizada. No curso

8 Para saber mais a respeito do Curso Normal ou da Escola Normal de Sergipe, consultar, entre outros, Freitas (2003) e Melo (2009).

9 O total de alunos matriculados nas Escolas Públicas de Primeiras Letras, em Sergipe, atingiu o número de 4.457 alunos, sendo 2.825 homens e 1.632 mulheres (cf. Relatório de José Cardoso Júnior, 1871).

10 Por esse Regulamento, a instrução primária era pública e gratuita, e a secundária dependia de subvenção paga pelos alunos a título de matrícula.

de Humanidades, a frequência inicial foi de 117 alunos, ao passo que no curso Normal foi de apenas quatro alunos, dos quais somente dois concluíram o curso, em 1872, ficando habilitados para exercer o magistério público primário.¹¹ O provimento das primeiras cadeiras foi realizado pelo governo, que elegeu “as pessoas que mais aptas lhe pare[ciam] para o fim que se pretend[ia]” (SERGIPE, 1870, Art. 23). Com esse entendimento, ficaram selecionados para as devidas cadeiras lentes que traziam experiências de magistério, conhecidos e respeitados pela sociedade. Nesse tipo de seleção, provavelmente, houve a imposição do poder, uma vez que, para o primeiro quadro de docentes do Atheneu Sergipense, inexistiu concurso público, tendo sido indicados os “mais aptos”.¹²

E assim o Atheneu Sergipense progredia.

Com exames gerais de preparatórios nele realizados e validados em qualquer escola superior do País, mais vasto tornou-se o campo de ação; novas e aproveitáveis mentalidades ocuparam cadeiras de examinando, erguendo-se delas com os desejados lauréis de aplicados (Antônio Teixeira Fontes, DIÁRIO da Manhã, 24 de julho de 1914).

Paulatinamente, o Atheneu Sergipense foi se estruturando.

A necessidade, porém, que assim como o carinho, não invade espontaneamente somente o lar da família, mas também a amplitude social, levou a ceder às leis da evolução no desenvolvimento das ideias para torná-lo, não o centro do ensino superior, mas o núcleo da leitura; não o areópago dos moços que buscam aprender, mas a escola de quantos querem saber. Hoje, neste “Atheneu” não se estuda, lê-se; resultando dessa leitura acurada, compreender-se o que se quer, tudo o que o alfabeto traduz (Antônio Teixeira Fontes, DIÁRIO da Manhã, 24 de julho de 1914).

Em meio ao crescimento da cidade de Aracaju, o Atheneu Sergipense também se expandiu. Cambiaram-se as sedes da instituição¹³, suas denominações, o tempo e as modalidades de cursos oferecidos, porém aquela “Casa de Educação Literária” não se afastou de seus principais objetivos: ministrar uma instrução secundária, de caráter literário e científico, necessária e suficiente, de modo a proporcionar à mocidade subsídios para o ingresso nos cursos superiores, como também no desempenho dos deveres de cidadão.

11 Cypriano Pinheiro, Terencio Gonzaga, Antonio Ribeiro e Antonio Teixeira Fontes foram os primeiros alunos do Curso Normal (*Diário da Manhã*, 24 de julho de 1914).

12 Para saber mais sobre os concursos realizados no Atheneu Sergipense, consultar Souza (2016).

13 Ver Silva e Alves (2017).



Essa síntese da história do Atheneu Sergipense objetiva proporcionar ao leitor uma noção do significado que essa instituição educacional ocupa no cenário sergipano e brasileiro. Quantas histórias podem ser narradas sobre o “Velho Atheneu”? Indubitavelmente, inúmeras! Algumas já foram escritas, às quais este artigo está voltado.

Escritos sobre o Atheneu Sergipense: fontes e acervos

Como já dito, a pesquisa iniciou-se pela busca eletrônica na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Plataforma da CAPES, utilizando o termo “Atheneu Sergipense”, dentro do recorte temporal concernente ao período de 1847, quando da criação do Lyceu de São Cristóvão, até o ano de 1971, com Lei 5692, de 1971, que uniu ensino primário e ensino secundário sob a denominação de 1º e 2º graus com mudanças significativas no ensino secundário em diversas partes do Brasil, inclusive em Sergipe.¹⁴ Buscamos analisar os estudos para além de datas estanques e perceber também como os pesquisadores efetuaram recuos e avanços nas delimitações temporais dos seus trabalhos.

Foram identificadas 32 produções, no período de 2001 ao mês de fevereiro de 2020, que tomaram o Atheneu Sergipense como *locus* investigativo em diferentes aspectos, como: disciplinas ministradas, docentes, agremiações e jornais estudantis, a cultura material escolar ou mesmo a instituição educacional em geral. Os quadros de 1 a 5 expõem os dados obtidos nesse levantamento.

14 Para saber mais sobre o ensino secundário em Sergipe durante a Reforma Gustavo Capanema, conferir Alves et al. (2019).

Quadro 1: Pesquisas sobre a História das Disciplinas Escolares no Atheneu Sergipense

TÍTULO	AUTOR	TIPO	ANO
Os saberes matemáticos nas instituições de ensino profissionalizante em Sergipe (1909-1971)	Simone Silva da Fonseca	Tese	2020
A disciplina História da Civilização no Atheneu Sergipense (1938-1943)	Jirlan Costa Fontes	Dissertação	2020
A Pedagogia Musical do Canto Orfeônico e a sua configuração como disciplina escolar no Atheneu Sergipense (1931-1956)	Wênia Mendonça Silva	Dissertação	2019
A Instrução Pré-militar como disciplina escolar: marcas do Exército no Atheneu Sergipense (1909-1946)	Rosemeire Marcedo Costa	Tese	2018
Dos lentes aos compêndios: a disciplina História no Atheneu Sergipense entre as décadas de 1870-1890	Marcos Antônio do Monte Santos	Dissertação	2018
Economia Doméstica: uma disciplina escolar no Secundário Ginásial do Atheneu Sergipense (1944-1954)	Sayonara do Espírito Santo Almeida	Dissertação	2017
“Written in black and white”: o ensino de língua inglesa no Atheneu Sergipense (1870-1877)	Waldinei Santos Silva	Dissertação	2017
A Geografia e uma história: a disciplina de Geografia no Atheneu Sergipense entre os anos de 1870 e 1908	André Luis Conceição Alves	Dissertação	2014
Do ponto à forma: a disciplina desenho no Atheneu Sergipense (1905-1930)	Danielle Virginie Santos Guimarães	Dissertação	2012
“Amai a Pátria”: o ensino da disciplina Educação Moral e Cívica no Atheneu Sergipense (Década de 70 do século XX)	Patricia Batista dos Santos	Dissertação	2012
Uma História da Disciplina Matemática no Atheneu Sergipense durante a ação da Reforma Francisco Campos (1938-1943)	Suely Cristina Silva Souza	Dissertação	2011
Sob a lente do discurso: aspectos do ensino de Retórica e Poética no Atheneu Sergipense (1874-1891)	Ana Marcia Barbosa dos Santos	Dissertação	2010
O Atheneu Sergipense e a educação física: (1916-1950) memórias	Randea Antony da Conceição do Nascimento	Dissertação	2001

Fonte: quadro construído pelos autores com base no levantamento realizado na BDTD.

Quadro 2: Pesquisas sobre professores e professoras do século XIX e XX

TÍTULO	AUTOR	TIPO	ANO
Saberes necessários à prática docente no ensino primário em Sergipe nos oitocentos (1870-1877)	Diane Alves Santos	Dissertação	2017
“Habilitado ou inhabilitado”: os concursos para professores do ensino secundário em Sergipe (1875-1947)	Suely Cristina Silva Souza	Tese	2016
A Congregação do Atheneu Sergipense (1871-1875)	Maria Edna Santos	Dissertação	2016
Mestra na essência da palavra: trajetória docente de Ofenísia Soares Freire (1941 - 1966)	Renilfran Cardoso de Souza	Dissertação	2016
Entre fatos e relatos: as trajetórias de Carmelita Pinto Fontes e Rosália Bispo dos Santos na educação sergipana (1960-1991)	Ane Rose de Jesus Santos Maciel	Dissertação	2016
Caminhos cruzados: itinerários de professores do Ensino Superior sergipano (1915-1954)	João Paulo Gama Oliveira	Tese	2015
Félix d’Ávila e o campo da educação física em Sergipe (1958-1979)	André Augusto Andrade	Dissertação	2014
Elite letrada e ofício docente em Sergipe no século XIX	Fábio Alves dos Santos	Tese	2013
Genaro Dantas Silva: o ponto de inflexão no ensino da matemática em Sergipe	José Gilvan da Luz	Dissertação	2012
Espaços construídos, posições ocupadas: história docente de José Calasans Brandão da Silva em Sergipe	Silvânia Santana Costa	Dissertação	2011
A trajetória de Alfredo Montes (1848-1906): representações da configuração do trabalho docente no ensino secundário em Sergipe	Simone Silveira Amorim	Dissertação	2006
Brício Cardoso no Cenário das Humanidades do Atheneu Sergipense (1870-1874)	Christianne de Menezes Gally	Dissertação	2004

Fonte: quadro construído pelos autores com base no levantamento realizado na BDTD.

Quadro 3: Pesquisas sobre o corpo discente secundarista em Sergipe por meio dos impressos estudantis e agremiações

TÍTULO	AUTOR	TIPO	ANO
Corpo regulamentado, corpo rebelado: Atheneu Sergipense (1909–1911)	Paula Barreto Doria Amado	Dissertação	2017
<i>O Porvir</i> , um jornal literário e recreativo: propriedade de uma associação de estudantes do Atheneu Sergipense (1874)	Cibele de Souza Rodrigues	Dissertação	2016
Com a palavra “Os Alunos”: associativismo discente no Grêmio Literário Clodomir Silva (1934 - 1956)	Simone Paixão Rodrigues	Tese	2015
O Necdalus: um jornal estudantil do Atheneu Sergipense (1909-1911)	Valdevania Freitas dos Santos Vidal	Dissertação	2009

Fonte: quadro construído pelos autores com base no levantamento realizado na BDTD.

Quadro 4: Pesquisa sobre arquivo escolar

TÍTULO	AUTOR	TIPO	ANO
Por entre memórias de uma instituição: o arquivo escolar do Atheneu Sergipense (1870-1926)	Sayonara Rodrigues do Nascimento	Dissertação	2012

Fonte: quadro construído pelos autores com base no levantamento realizado na BDTD.

Quadro 5: Pesquisa sobre a história das instituições

TÍTULO	AUTOR	TIPO	ANO
O Atheneu Sergipense: uma Casa de Educação Literária examinada segundo os Planos de Estudos (1870-1908)	Eva Maria Siqueira Alves	Tese	2005
A Instrução da Mocidade no Liceu Sergipense: um estudo das práticas e representações sobre o ensino secundário na Província de Sergipe (1847-1855)	Aristela Arestides Lima	Dissertação	2005

Fonte: quadro construído pelos autores com base no levantamento realizado na BDTD.

O que se pode extrair dessas 32 pesquisas que tomam o Atheneu Sergipense como *locus* das suas investigações?¹⁵ Imediatamente, uma primeira resposta pode ser oferecida. Evidencia-se que o Atheneu Sergipense está consolidado como um campo de pesquisa. Tal assertiva não desconsidera a necessidade de continuidade dos estudos, com entradas em outros elementos ainda não investidos, ou mesmo naqueles já trazidos à tona, a fim de se obter uma multiplicidade de análises, verticalização de estudos, fato recorrente em pesquisas científicas.

15 Das 32 pesquisas apontadas nos quadros, 62,5% foram trabalhos de dissertações e teses orientadas pela Professora Eva Maria Siqueira Alves. A pesquisadora desde o ano de 2001 investiga aspectos do Atheneu Sergipense e é a Diretora do CEMAS.



Outra constatação é que as pesquisas que tratam do Atheneu Sergipense desdobram-se em diferentes vertentes da história das instituições educacionais. Segundo Nosella e Buffa (2009), os estudos das instituições escolares privilegiam sua materialidade e têm focado em aspectos como: criação; mudanças ao longo do tempo; a vida da escola; arquitetura escolar; os alunos; os professores e os administradores; os saberes do currículo, as disciplinas, os livros didáticos, os métodos e os instrumentos de ensino; as normas disciplinares e os eventos como festas, exposições, desfiles.

Já Justino Magalhães (1998) entende que as categorias de pesquisa sobre história das instituições educacionais são: espaço; tempo; currículo; modelo pedagógico; professores; manuais escolares; públicos e dimensões.

Diante do exposto, depreende-se que o estudo da história das instituições educacionais pode abordar todos esses elementos ao mesmo tempo, assim como pode abordar alguns deles ou mesmo apenas um. Dessa forma, das produções arroladas nos quadros de 1 a 5, que versam sobre o Atheneu Sergipense, há um destaque para investigações que tomam como foco os saberes por meio da história das disciplinas escolares, com um montante de 13 produções (dissertações e teses). O segundo destaque vai para os estudos sobre professores e professoras, tanto no século XIX, como no XX, totalizando 12 trabalhos. Os dados apontam para a emergência de pesquisas que focam no corpo discente, com 4 estudos sobre secundaristas em Sergipe, seja por meio dos impressos estudantis, ou agremiações. Observam-se, ainda, trabalhos centrados na vida da escola, como a análise da cultura material escolar tendo como foco o arquivo escolar (1 trabalho), na instituição Liceu Sergipense (1 trabalho), antecedente do Atheneu Sergipense, e no próprio Atheneu Sergipense (1 trabalho).

Dos quadros apresentados, soma-se mais de três dezenas de pesquisas, optou-se então por escrutinar um trabalho relacionado a cada uma das linhas da História da Educação que tomaram o Atheneu Sergipense como objeto de investigação, representados por 5 dessas produções. Em seguida, teceremos considerações gerais acerca das fontes e acervos garimpados nos 32 estudos.

Sobre a história das disciplinas escolares, destaque-se a tese de Rosemeire Costa (2018), que teve como foco o estudo da disciplina Instrução Pré-Militar ao longo de quase toda a primeira metade do século XX. Tendo em vista seus objetivos, a autora utilizou como principais fontes ofícios recebidos e expedidos pelos instrutores, telegramas, boletins, atas, leis, decretos, jornais da época, fotografias e boletins regimentais. Tais fontes foram obtidas, sobretudo, no CEMAS, como também na Biblioteca Pública Epifânio Dória (BPED), no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE) e no Arquivo Interno do 28º Batalhão de Caçadores.¹⁶

16 O arquivo do 28º Batalhão de Caçadores de Sergipe é específico para o tema investigado pela autora. Não é comum vermos tal acervo identificado nas produções sobre história da educação.

No tocante à profissão docente, a tese de Suely Souza (2016) envereda pela difícil tarefa de investigar os concursos para professores do ensino secundário em Sergipe, no recorte temporal de 1875 a 1947. Para cumprir seu propósito, efetua um exaustivo levantamento documental na BPED, no IHGSE, Arquivo Público Estadual de Sergipe (APES) e no CEMAS. Nessas instituições, a autora localizou, sobretudo, atas, correspondências, decretos, diários oficiais, discursos, jornais, livros, leis, livros de inscrições para concursos, petição e termos de audiências, regimentos escolares, registros de títulos, relatórios de diretores, teses de concursos.

Focando a atuação discente secundarista, a tese de Simone Rodrigues (2015) estuda pioneiramente o Grêmio Literário Clodomir Silva (GLCS), fundado no ano de 1934 por um grupo de 15 alunos do Atheneu Sergipense. Essa agremiação permaneceu por mais de sete décadas. O estudo evidencia que os alunos, “[...] através de sua associação, construíram identidades, estabeleceram sociabilidades, cumpriram deveres, reivindicaram direitos e conquistaram autonomia” (RODRIGUES, 2015, p. 19).

A autora investigou fontes salvaguardadas nos arquivos do IHGSE, da BPED, do Diário Oficial de Sergipe, do CEMAS, e ainda entrevistou ex-sócios do referido grêmio. As fontes são diversificadas: legislação educacional, livro de crônicas, livros de memórias, atas do Atheneu Sergipense, atas do GLCS, correspondências dos grêmios, decretos, regimentos, relatórios, livros de visitas, livro de penas impostas aos alunos, regulamentos, estatutos, diários de classe, discursos, teses dos associados e, sobretudo, jornais estudantis.

Sobre a cultura material escolar, o trabalho pioneiro impresso na dissertação de Sayonara Santana (2012) coloca em tela as mudanças e as permanências na organização e conservação do arquivo escolar do Atheneu Sergipense, desde a sua criação, em 1870, até o ano de 1926, quando foi transferido para um prédio construído para abrigar a escola na Avenida Ivo do Prado. As fontes da pesquisa concentraram-se na BPED e no CEMAS. São elas: atas da congregação do Atheneu Sergipense, livros de correspondências expedidas, relatórios da instituição, além de regulamentos e relatórios da instrução pública e legislação educacional. Acerca de uma dessas fontes, a pesquisadora afirma:

Ao nos debruçarmos sobre as Atas da Congregação do Atheneu Sergipense, fomos percebendo indícios do processo de organização e conservação do arquivo da instituição, através dos discursos dos diretores e professores durante as suas reuniões. Com base nisso, a primeira vez que constatamos a intenção de arquivar documentos, demonstrando a presença de um arquivo e do interesse em guardar a documentação [...]. Esse primeiro indício revela a necessidade de interiorizar essa prática entre os membros da Congregação, na medida em que era imprescindível para o bom funcionamento das atividades administrativas cotidianas (SANTANA, 2012, p. 21).

A citação denota como as fontes subsidiaram a escrita de uma história do arquivo do Atheneu Sergipense, dando corpo a um trabalho que, de maneira particular, verticalizou as análises sobre uma das peças fundamentais de uma instituição educacional: seu arquivo, seus sujeitos e os “guardados” que lá foram preservados ou não.

Já sobre a história das instituições educacionais, a tese de Eva Alves (2005) tomou como objeto de investigação os planos de estudos do Atheneu Sergipense, do período de 1870 a 1908, a fim de identificar disciplinas ministradas, compêndios adotados, professores ministrantes, carga horária, sistema de avaliação. Das fontes consultadas, destacam-se: livro de atas da congregação do Atheneu Sergipense (1871-1916); livro de registro de títulos de nomeação do corpo diretor, docente e administrativo (1904 a 1940); ofícios do Atheneu Sergipense (1898 a 1916); correspondências recebidas e expedidas; livro de abertura de concursos; livro de matrículas; livro de festividades (1908 a 1935), além de jornais, revistas, crônicas, folhetos, leis, decretos, discursos, portarias, regulamentos e relatórios. Tais fontes foram garimpadas no IHGSE, BPED, APES e no arquivo do próprio Atheneu Sergipense, antes da criação do CEMAS.

Os estudos aqui elencados demonstram a diversidade de fontes, sobretudo, as localizadas dentro da própria instituição educativa, para a escrita das pesquisas que tratam do Atheneu Sergipense.¹⁷ Nota-se também a recorrência aos locais de pesquisa do Estado: APES, BPED, IGHSE e o CEMAS, que se sobressaem entre os trabalhos explicitados.

Como afirmam Marta Carvalho e Clarice Nunes (2005):

As instituições portadoras de acervos (arquivos, bibliotecas, centros de documentação) estão no centro da constituição e redefinição do campo da história da educação. Isso torna sua identificação imprescindível e nos obriga a lançar às fontes um novo olhar. Não trata de considerá-las simplesmente uma questão preliminar ou secundária, mas de referi-las à questão de fundo do nosso campo disciplinar, já que elas nos remetem ao problema dos domínios desse campo. Mapear fontes é, portanto, preparar o terreno para uma crítica empírica vigorosa que constitua novos problemas, novos objetos e novas abordagens (CARVALHO; NUNES, 2005, p. 35).

Essa perspectiva exhibe a importância das instituições de guarda de acervos sergipanos e a necessidade de mapearmos as fontes ali consultadas para podermos direcionar ou redirecionar as práticas de pesquisas em História da Educação, mais precisamente sobre o Atheneu Sergipense.

Assim, ao fazer uma análise ampliada dos trabalhos citados, as constatações são semelhantes. Um olhar sobre os estudos permite-nos afirmar que

17 Daí a importância em preservar arquivos de instituições educacionais, nesse caso, na própria instituição que os produziu.

as principais fontes consultadas e analisadas pelos pesquisadores foram: atas, diários oficiais, compêndios, jornais, cadernetas, fotografias, relatórios, planos de estudo, decretos, legislação, livros de ponto, boletins, provas de concurso para professores, petição e termos de audiências, regimento escolar, teses de concursos, dicionário biobibliográfico, discursos, caderno escolar, cartas, álbuns de formatura, diários pessoais, exames de admissão, livro de matrícula, ofícios, programas de ensino, fichas de avaliação, transcrição de registros orais gravados, estatuto, solicitações de materiais para aulas de desenho, conjunto de modelos no formato de lâminas, contendo imagens utilizadas nas cópias das aulas de Desenho.

As fontes que permitem discorrer sobre o Atheneu Sergipense não estão unicamente arquivadas no interior da instituição. Também estão externas à escola, em outros fundos, em outros locais, a depender do período em que foram produzidas e da logística administrativa da rede de educação.

Quanto aos locais em que foram localizadas as fontes indicadas anteriormente, identificamos os seguintes: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Arquivo Público de Sergipe, Biblioteca Pública Epifâneo Dórea, Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense, Biblioteca Clodomir Silva, Biblioteca e Instituto Dom Luciano José Cabral, Conselho Estadual de Educação de Sergipe, Arquivo Público Municipal de Aracaju, Arquivo do 28º Batalhão de Caçadores de Sergipe, Sociedade Filarmônica de Sergipe, Arquivo do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (UFS), Arquivo da Biblioteca Central da UFS, Instituto Educacional Rui Barbosa (IERB), Arquivo do Judiciário do Estado de Sergipe, Hemeroteca da Gráfica do Estado de Sergipe (SEGRASE), Instituto Tobias Barreto, Academia Sergipana de Letras, acervos esses localizados na cidade de Aracaju. No entanto, algumas pesquisas indicaram ainda como espaço de localização de fontes precisas o Arquivo do Colégio Pedro II e o Arquivo Nacional, ambos localizados na cidade do Rio de Janeiro.

Vejamos um pouco sobre alguns desses lugares de pesquisa, de preservação da história, de salvaguarda da memória.

Criado em 6 de agosto de 1912, o IHGSE¹⁸, a “Casa de Sergipe”, consagrou-se como uma das principais instituições de guarda e divulgação da memória do estado. Sua hemeroteca, seu arquivo e sua biblioteca guardam uma documentação vasta para a escrita da História de Sergipe. Sua centenária revista e tantas obras editadas divulgam trabalhos das ciências humanas e, dessa forma, produzem conhecimento juntamente com as instituições de ensino superior sergipanas.

Como afirma Oliveira (2014), o acervo do IHGSE é fundamental para os pesquisadores que se aventuram na pesquisa sobre a história do estado de Sergipe, e não poderia ser diferente com aqueles que estudam a

área História da Educação e o Atheneu Sergipense. Consultar o acervo da “Casa de Sergipe” é tarefa obrigatória tanto para os neófitos quanto para os experientes pesquisadores, pois ali se encontra um variado leque de documentos, dos quais se sobressaem os jornais.

Tendo sua origem na Seção de Arquivo da Biblioteca Pública Provincial, criada em 1848, o Arquivo Público Estadual de Sergipe (APES) foi instituído em 1923, no Governo de Graccho Cardoso, com a finalidade de receber e conservar, de forma sistemática, todos os documentos relativos ao direito público, à legislação, à administração, à história, às manifestações artísticas e literárias de Sergipe (DIBRARQ, 2020). Com uma vasta documentação, o acervo do APES é, predominantemente, constituído por documentos impressos produzidos pela administração pública provincial e estadual. Compõem o seu acervo: correspondências oficiais, leis, decretos, documentos da burocracia estadual, mapas, fotografias, jornais, tendo restrição de acesso aos documentos em precário estado de conservação.

A “Casa de leitura do Estado de Sergipe”, como é conhecida a Biblioteca Pública Epifânio Dória (BPED), surgiu em 16 de junho de 1848, quando nasceu a Biblioteca Provincial de Sergipe, em São Cristóvão. A instituição passou a ser chamada Biblioteca Pública Epifânio Dória somente em 30 de dezembro de 1970, com o Decreto nº 2.020, no governo de João Andrade Garcez (SANTOS, 2015). A BPED tem como finalidade preservar a memória e a tradição do estado e, para isso, é composta por diferentes setores como: hemeroteca, obras raras e especiais, acervo circulante para empréstimos de livros e a documentação sergipana, composta por obras de autores sergipanos e de livros que tratam sobre Sergipe.

O IHGSE, o APES e a BPED somam-se ao CEMAS como locais indispensáveis na busca de fontes para as pesquisas da história da educação de Sergipe, e, por isso, é imperativa a preservação da documentação histórica e das instituições educacionais. O patrimônio educativo é um patrimônio social. Nesse sentido, um dos locais de pesquisa mais citados nos trabalhos analisados foi o Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense. É sobre o CEMAS, sua constituição e possibilidades de pesquisas que ele oferece que a próxima seção aborda.

O Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense

Ao discorrer sobre etapas fundamentais do itinerário de um historiador, Michel de Certeau (2008) afirma:

Em história, tudo começa com o gesto de *separar*, de reunir, de transformar em ‘documentos’ certos objetos distribuídos de outra maneira. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela consiste em *produzir*

tais documentos, pelo simples fato de recopiar, transcrever ou fotografar estes objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto. Este gesto consiste em “isolar” um corpo, como se faz em física, e em “desfigurar” as coisas para constituí-las como peças que preencham lacunas de um conjunto, proposto *a priori*. Ele forma a “coleção”. [...] ele as exila da prática para as estabelecer como objetos “abstratos” de um saber. Longe de aceitar os “dados”, ele os constitui. O material é criado por ações combinadas, que o recortam no universo do uso, que vão procurá-lo também fora das fronteiras do uso, e que o destinam a um reemprego coerente (CERTEAU, grifos do autor, 2008, p. 81).

As palavras de Michel de Certeau levam a refletir sobre os documentos e a produção das fontes. A separação de elementos para a constituição de uma “coleção” é tarefa cotidiana daqueles que se aventuram na escrita da história, seja ela qual for, a exemplo da história da educação e das instituições educativas. É nesse sentido que os arquivos são tão valiosos.

Mas, o vasculhar dos papéis empoeirados das escolas é um constante desafio, quando se tem a possibilidade de encontrá-los em algum lugar dentro da instituição ou mesmo fora dela. Com o Atheneu Sergipense não foi diferente. A pesquisa de doutorado empreendida por Alves (2005) enfrentou uma série de desafios na busca por documentação. Concluído o trabalho, nasceu o projeto do Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (CEMAS)¹⁹, com a premissa “espanejando a poeira que testemunha sua antiguidade e seu abandono pelos homens [...] e ouvindo ‘cuidado tem gente aqui’” (SLENES, 1985, p.173).

Criado em agosto de 2005, o CEMAS é um “lugar de memória” do aluno, do professor, da intelectualidade, da educação, da política e da cultura de Sergipe. O Centro “[...] nasceu e vive do sentimento de que é preciso criar arquivos, organizar celebrações, manter aniversários, pronunciar elogios fúnebres, notoriar atas, porque estas operações não são naturais”, como bem nos ensina Pierre Nora (1993, p. 13).

O CEMAS tem por principal objetivo preservar os vestígios escritos ou não, o testemunho histórico, além de criar informações necessárias para salvaguardar o patrimônio cultural e manter exposição permanente da memória educacional e social do Atheneu Sergipense, da instituição que desempenhou papel relevante como agência produtora e irradiadora de práticas e padrões pedagógicos, projetando vultos de destaque no panorama político e social, considerada como parte significativa da história da educação do estado de Sergipe, possibilitando o desenvolvimento de diferentes pesquisas.

19 Para saber mais sobre o CEMAS, ver ALVES (2015; 2016).

Entretanto, para que os produtos das investigações fossem elaborados, a documentação histórica do Atheneu Sergipense necessitou passar por um processo de localização, identificação, higienização e acondicionamento, fundamentais para a preservação do acervo. Cada documento encontra-se acondicionado em pacotes, com numeração específica, distribuídos de acordo com a série documental. Fato é que a hodierna organização do acervo histórico do Atheneu Sergipense estabelece que ele permaneça no local que os produziu, forma de evitar que os documentos sejam “desviados” para arquivos pessoais, queimados ou descartados.

Em suas diretrizes, a organização do CEMAS partiu de um entendimento tal qual o de Belloto (2002, p. 9):

Documentos de arquivo são testemunhos inequívocos da vida de uma instituição. Informações sobre o estabelecimento, a competência, as atribuições, as funções, as operações e as atuações levadas a efeito, por uma entidade pública ou privada, no decorrer de sua existência, estão registradas nos arquivos.

Indubitavelmente, o CEMAS é vital para a preservação e a disseminação da memória da instituição sesquicentenária, como também para a história da educação sergipana e brasileira. Aquela “gente” havia permanecido em silêncio, abafada pela poeira durante muito tempo. O CEMAS, então, possibilitou que ela fosse ouvida, cuidando e difundindo documentos que revelam as ações pedagógicas, administrativas, políticas e culturais do Atheneu Sergipense. Almeja-se, com o exemplo do CEMAS, incentivar outras instituições, públicas ou privadas, a valorizarem sua história preservando os vestígios de seu passado e, conseqüentemente, salvaguardando o patrimônio cultural, social e educacional da educação brasileira.

A historicidade dos documentos dos arquivos escolares, no caso específico do CEMAS, revela múltiplos fazeres cotidianos de sujeitos do Atheneu Sergipense que se imortalizaram nos registros das atas, ofícios, provas, cadernetas, jornais, relatórios, concursos, livros, móveis, fotografias. O arquivo do CEMAS pode ser compreendido como “núcleo duro da informação sobre a escola”, tal como afirma Mogarro (2005, p. 77), referindo-se aos arquivos atinentes à educação.

Materialmente, cada documento histórico salvaguardado no CEMAS foi acondicionado em pacotes, com numeração específica, sendo distribuídos de acordo com a série documental em 233 caixas-arquivo, contendo mais de 100.000 páginas em diferentes estados de conservação. Seguindo os preceitos da arquivística, o acervo encontra-se em um único Fundo Arquivístico, denominado Atheneu Sergipense, o qual foi subdividido em dez séries (Atas, Atestados Médicos, Boletins, Cadernetas, Correspondências, Exames e Concursos, Imprensa, Livros de Ponto, Livros de Registros, Matrículas e Transferências), e duas subséries (Correspondên-

cias Expedidas e Recebidas). Todo o material já organizado está disposto em Guia de Fontes compreendendo: dois catálogos do período de 1848 a 1950; dois catálogos do período de 1950 a 1970; um catálogo com as fontes da Arcádia Literária Estudantil do Atheneu Sergipense, que identifica os documentos dessa agremiação estudantil, subdividido nas séries: Concursos de Poesia, Correspondências, Documentos Oficiais, Ficha dos Sócios, Imprensa, Livros de Atas, Livros de Registros, Livros e Desenhos, Monografias para Concursos da Arcádia, Poesias, Panfletos, Cartazes; e um catálogo com fontes iconográficas, que cataloga as fotografias relacionadas ao Atheneu Sergipense e localizadas no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, e que revelam professores em excursões, aulas práticas, laboratórios, reuniões.²⁰

195

Todo esse material esteve em diferentes locais de guarda, dentro e fora do Atheneu Sergipense, porém, ininterruptamente disponível para consulta. O espaço do CEMAS mudou pelo arquivo corrente e outras duas salas da instituição, sempre pela luta constante de sua diretora e com a colaboração específica dos diretores e secretários de educação.²¹

Reinaugurou solenemente em 24 de outubro de 2019, abrindo o ano festivo do sesquicentenário da instituição, em uma ampla sala com ar-condicionado e contendo um arquivo deslizante onde estão salvaguardados os documentos históricos. No Centro de Memória há também peças de laboratórios, quadros de formaturas e de alunos, fardamentos de alunos, cópia de fotografias de momentos expressivos do Atheneu Sergipense, móveis, troféus, acervo bibliográfico da Arcádia Literária.

Destaque-se a localização da sala do CEMAS, logo na entrada principal da instituição, à vista de todos. Local privilegiado, que desperta a atenção e interesse de alunos e professores da escola para conhecerem sobre a história da casa que frequentam, como também utilizarem o acervo para atividades didáticas. A experiência aqui descrita dialoga com o que está sendo realizado em outros espaços como esse no Brasil.

Relatos de experiências de organização de acervos institucionais, narrativas sobre as potencialidades da documentação escolar para a percepção da cultura escolar pretérita (e presente), publicação de inventários e guias de arquivo, elaboração de manuais e reprodução de documentos (digitado ou digitalizados) vêm mobilizando investigadores da área, renovando as práticas da pesquisa e suscitando o uso de um novo arsenal teórico-metodológico (VIDAL, 2005, p. 71).

20 Encontra-se em andamento o processo de organização do material posterior ao ano de 1970 e de construção do guia da memória do CEMAS.

21 Durante a ampla e demorada reforma do prédio da escola, o CEMAS esteve localizado em uma sala do Colégio Estadual Leandro Maciel.

Tomando como exemplo a série de documentos disponíveis no CEMAS, é possível compreender que as fontes:

[...] não falam *per se*. São vestígios, testemunhas que respondem – como podem e por um número limitado de fatos – às perguntas que lhe são apresentadas. A fonte é uma construção do pesquisador, isto é, um reconhecimento que se constitui em uma denominação e em uma atribuição de sentido; é uma parte da operação historiográfica. [...] A fonte é uma ponte, um veículo, uma testemunha, um lugar de verificação, um elemento capaz de propiciar conhecimentos acertados sobre o passado.

As fontes permitem encontrar e reconhecer: encontrar materialmente e reconhecer culturalmente a intencionalidade inerente ao seu processo de produção. Para encontrar é necessário procurar e estar disponível ao encontro: não basta olhar, é necessário ver. Para reconhecer é necessário atribuir significado, isto é, ler e indicar os signos e os vestígios como sinais. (RAGAZZINI, 2001, p. 14).

O Quadro 6, ao mesmo tempo que expõe um rol de documentos catalogados no CEMAS, sugere diversas possibilidades de investigação:

Quadro 6: Série Documental do CEMAS e possibilidades de investigações

DOCUMENTOS	OBJETOS DE INVESTIGAÇÕES
Atas da Congregação	Cadeiras ministradas; Compêndios adotados; Professores; Concursos; Modelos pedagógicos; Relações de sociabilidade; Cultura material escolar...
Atestados Médicos	Motivação dos atestados; Doenças do período; Discentes e docentes e a frequência das suas ausências...
Boletins	Notas dos alunos; Disciplinas oferecidas; Aprovação e reprovação...
Cadernetas	Disciplinas ofertadas; Tipos e anos de cursos; Professores ministrantes; Conteúdo ministrado; Relação de discentes e suas notas; Conteúdos; Tipos de exames...
Correspondências expedidas e recebidas	Setores e órgãos de contato; materiais solicitados para a instituição; Relação da escola com instituições congêneres e outros órgãos; Demandas do cotidiano; Compra de materiais...
Exames e Concursos	Disciplinas ministradas; Relação de alunos; Tipos de exames; Bancas examinadoras; Lista de pontos; Notas; Concurso de professores; Conteúdos curriculares...
Imprensa	Notícias veiculadas sobre o Atheneu Sergipense; Notícias veiculadas pela direção da instituição; Escritos de docentes e discentes...
Livros de Ponto	Frequência de professores e funcionários...
Livros de Registros	Registro dos professores...

Continua...

DOCUMENTOS	OBJETOS DE INVESTIGAÇÕES
Matrículas e Transferências	Relação do corpo discente; Perfil socioeconômico do corpo discente; Filiação; Frequência; Série; Locais que residiam; Traços físicos...
Relatórios	Dinâmica pedagógica e administrativa...
Livro de Nomeações	Contratos; Formação do quadro docente...
Atos de Portarias	Sanções aplicadas; Legislação...
Festividades	Eventos realizados; Discursos...
Visitas	Visitantes; Finalidades...

Fonte: quadro baseado em Alves (2011, p.96), com informações acrescidas pelos autores.

Obs.: as reticências, significam outras possibilidades de investigações, sob o ponto de vista de cada pesquisador.

A partir de uma síntese do que consta no CEMAS e suas possibilidades de pesquisas, observa-se como os documentos ali salvaguardados podem frutificar em uma série de trabalhos sobre a instituição que o abriga. Para além do Atheneu Sergipense, é possível compreender sobre o ensino secundário sergipano, a própria cidade de Aracaju e seu cotidiano, seus sujeitos e suas práticas dentro e fora da escola.

As Atas da Congregação, tão exploradas nos trabalhos aqui analisados, ainda têm muito a revelar acerca das querelas docentes, seus embates em torno de projetos educacionais, disputas por cargos e bancas, como também os compêndios que seriam adotados e mesmo aspectos do cotidiano da escola, como as punições de alunos por indisciplina, premiações, baixa ou alta no número de matrículas, problemas no prédio e os famigerados concursos. Analisar as Atas com o devido rigor metodológico, lendo suas entrelinhas e relacionando-as com outros documentos, pode auxiliar na compreensão de uma série de elementos próprios de uma instituição educacional que enfrentou dificuldades para sua constituição e consolidação ao longo do final do XIX e primeiras décadas do XX.

As matrículas e transferências podem revelar mais sobre a história dos estudantes secundaristas sergipanos. De onde vieram e para onde seguiram. Será que a escola recebia uma grande quantidade de alunos do interior sergipano ou concentrava um ensino secundário para discentes oriundos da própria capital? Quando chegaram à escola? Muitos mudavam ao longo do ano letivo, mas o que, de fato, provocava tais mudanças? Seriam questões econômicas, familiares? Os endereços ali registrados permitem entrever os percursos de casa para a escola; bairros que concentravam mais ou menos estudantes; nomes de pais e mães e suas profissões, desde o século XIX até o XX, mudanças e permanências nos perfis daqueles que colocavam seus filhos para estudarem no Atheneu Sergipense.

Outras fontes profícuas para análise são os materiais disponíveis no CEMAS, como as peças de laboratórios, fotografias, fardamentos, móveis, troféus, acervo bibliográfico da Arcádia Literária. Algumas questões podem ser suscitadas: qual o período desses materiais? A que finalidades serviam? Que materiais eram disponibilizados nos laboratórios escolares e onde foram adquiridos? As fotografias registram estaticamente quais fatos decorridos na instituição? Quem são os personagens das fotos e suas atuações na escola e na sociedade? Quando ocorreu a obrigatoriedade da disciplinarização pelo fardamento escolar na instituição? Quais os modelos das fardas utilizadas pelo corpo discente? Os troféus, quando foram conquistados, em quais modalidades desportivas?

As possibilidades de análises não se esgotam nas insinuações expostas, pois, como lembra Marc Bloch “[...] os textos ou os documentos arqueológicos, mesmo os aparentemente mais claros e mais complacentes, não falam senão quando sabemos interrogá-los” (BLOCH, 2001, p. 79). São as questões que construirão as diferentes análises do acervo do CEMAS.

Aqui, apenas acena-se o conjunto de documentos disponíveis aos interessados em conhecer mais acerca dessa instituição sesquicentenária. É por essa razão que trabalhos como o do CEMAS precisam ser institucionalizados.²²

Considerações finais

Os autores deste artigo manifestam sua expectativa de que os 200 anos de emancipação política de Sergipe, aliados aos 150 anos do Atheneu Sergipense e aos 15 anos de criação do CEMAS, possam despertar nos gestores do Estado a necessidade de organizar, preservar e disponibilizar os acervos escolares, para a própria escola, para um público mais amplo, para a sociedade em geral. Tais acervos poderão ser utilizados como material para as aulas das diferentes disciplinas, bem como fornecer conhecimento sobre o patrimônio escolar, a própria identidade estudantil e mesmo a memória institucional, seus sujeitos, fazeres e práticas cotidianas ao longo do tempo.

Urge um cuidado especial com as histórias pouco contadas, por estarem esquecidas nos arquivos das escolas do território sergipano.²³

22 Cabe destacar que, nos anos de 2015 e 2016, a equipe do CEMAS propiciou cursos de extensão para unidades escolares do estado de Sergipe, “Organização de arquivos escolares: da teoria à prática”. Desde o ano de 2013, há o Termo de Convênio de Cooperação Técnica firmado entre a Universidade Federal de Sergipe e a Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura, para ações conjuntas de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do CEMAS.

23 No Estado de Sergipe, além do CEMAS, outra iniciativa de preservação da documentação escolar e/ou materiais para pesquisas é o Centro de Pesquisa Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (CEMDAP). Para saber mais sobre o CEMDAP, sugere-se a leitura de Conceição e Nogueira (2018).

Iniciativas como a do CEMAS, que preserva a memória do Atheneu Sergipense possibilitando uma série de pesquisas sobre essa “Casa de Educação Literária”, devem ser espalhadas para os distintos cantos de Sergipe, assim como acontece em outros lugares no Brasil²⁴, na Argentina²⁵ e em países da Europa²⁶.

Quando Sergipe completou 50 anos de sua emancipação política da Bahia e Aracaju 15 anos de fundada, nasceu o Atheneu Sergipense em 24 de outubro de 1870. Consagrado como uma das mais significativas instituições educacionais brasileiras que conseguiram ultrapassar a barreira do século, o Atheneu Sergipense é motivo de orgulho para muitos dos que passaram por lá, mas também por aqueles que o conheceram pelos vultos que transcenderam seus muros.

No emblemático ano de 2020²⁷, quando a instituição educacional festeja seus 150 anos e o CEMAS comemora seus 15 anos de criação, debutando com festa pelos resultados já alcançados, mas com muito ainda por fazer, é hora de avaliar o percurso e planejar as próximas empreitadas.

As análises efetuadas sobre mais de três dezenas de trabalhos, compreendidos em teses e dissertações, que tratam do Atheneu Sergipense, mostram a importância do CEMAS, como também do APES, do IHGSE e da BPED. Em suma, revelam a necessidade de instituições de guarda e disponibilização de documentos para as pesquisas históricas.

Refletir sobre essa obviedade é pensar sobre a democracia. Espaços com essas finalidades são cruciais para a constituição de um Estado de direito, que abriga um passado com muitas histórias a serem escritas. As inúmeras questões que inquietam no presente só corroboram que há muito por se descobrir.

Constata-se também a vitalidade da pesquisa na área de História da Educação de Sergipe, seus avanços e diversificação de análises documentais. Mesmo com o foco sobre uma instituição educacional, as questões e vieses de análises foram diferenciadas, o que possibilita matizar um ob-

24 Alguns exemplos de centros de documentação no Brasil podem ser citados como do grupo de pesquisa História da Alfabetização, Leitura, Escrita e dos Livros Escolares (Hisales) vinculado à Universidade Federal de Pelotas no Rio Grande do Sul; o Centro de Memória da Educação Profissional e Tecnológica do Centro Paula Souza, criado em 2013, localizado em São Paulo; o Centro de Memória da Educação da USP; o Grupo de Pesquisa de História da Educação Matemática (GHEMAT), que possui o Centro de Documentação física, localizado em São Paulo, e o Repositório Institucional com fontes digitalizadas, vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina (<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1769>).

25 Ver Arquivo Histórico da Escola Cooperativa Amuyen, Mar del Plata. (VISMARA, 2016).

26 Centro Internacional de la Cultura Escolar - Ceince, com sede em Berlanga do Douro na Espanha. Site: <https://www.ceince.eu/>. Recomenda-se também a obra de Menezes (2016), que expõem experiências com o patrimônio histórico-educativo em diferentes países, como no México, Chile, Espanha, Brasil.

27 O ano de 2020 marcará a história pela trágica pandemia do COVID-19.



jeto sob diferentes perspectivas. Um ganho para os que tem interesse na temática, mas também para todos que, de uma forma ou de outra, valorizam a história de Sergipe, seus sujeitos, suas instituições, entre elas, o Atheneu Sergipense, seus professores, alunos e demais membros de uma comunidade escolar que, **há 150 anos**, fornecem vida a essa “Casa de Educação Literária”.

Referências

- ALVES, Eva Maria Siqueira; OLIVEIRA, João Paulo Gama; COSTA, Rosemeire Marcedo; VIEIRA, Paulo Mateus Silva. A profissão docente secundarista em Sergipe: desdobramentos da Lei Orgânica do Ensino Secundário (1942-1961). *In: CASTRO, Cesar Augusto (org.). Ensino Secundário no Brasil: perspectivas históricas.* São Luiz: EDUFMA, 2019, p. 399-416.
- ALVES, Eva Maria Siqueira. A edificação do Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense. *Rev. Iberoam. Patrim. Histórico-Educativo*, Campinas (SP), v. 2, n. 2, p. 37-50, jan./jun. 2016.
- ALVES, Eva Maria Siqueira (Org.) **Entre papéis e lembranças: o Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense e as contribuições para a história da educação.** Aracaju: Edise, 2015.
- ALVES, Eva Maria Siqueira. O ensino secundário em Sergipe (1931-1961). *In: DALLABRIDA, Norberto; SOUZA, Rosa Fátima de (Org.). Entre o ginásio de elite e o colégio popular: estudos sobre o ensino secundário no Brasil (1931-1961).* Uberlândia: EDUFU, 2014. p. 283-312.
- ALVES, Eva Maria Siqueira. A produção em história das disciplinas nas pesquisas de Sergipe. *In: BERGER, A. B., NASCIMENTO, E.F.V.C. (orgs.). Imprensa, impressos e práticas: estudos em história da educação.* Fortaleza: Edições UFC, 2012, p. 137 – 162.
- ALVES, Eva Maria Siqueira. Possibilidades de pesquisas em história das disciplinas escolares. *In: ALMEIDA, J.R.M. de; MAGALHÃES, L.D.R.; BERTONI, L.M. (orgs.). As redes científicas e o desenvolvimento da pesquisa.* São Carlos: Pedro & João Editores, 2011. P. 89-99.
- ALVES, Eva Maria Siqueira. **O Atheneu Sergipense: uma Casa de Educação Literária examinada segundo os Planos de Estudos (1870-1908).** 2005. 318 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2005.
- ARAÚJO, Marta Maria de. A produção em história da educação das Regiões Nordeste e Norte: o estado do conhecimento (1982-2003). *In: GONDRA, José Gonçalves de. (Org.). Pesquisa em história da educação no Brasil.* Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 289-311
- BELLOTO, Heloisa Liberalli. Inventário dos acervos das Escolas Técnicas Estaduais do Estado de São Paulo. *In: MORAES, Carmem Silva Vidigal, ALVES, Julia Falivene (orgs.). Contribuição para a pesquisa do Ensino Técnico em São Paulo: inventário de fontes e documentos,* 2002.



BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício do historiador**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da; NOGUEIRA, Maria Magna Correia Menezes. Preservação e organização documental: o Centro de Pesquisa Documentação e Memória do Colégio de Aplicação - Cemdap. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. v. 1, p. 63-73, 2018.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de; NUNES, Clarice. Historiografia da educação e fontes. In: GONDRA, José Gonçalves de. (Org.). **Pesquisa em história da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 16-62

CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. 2. edição. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

COSTA, Rosemeire Marcedo. **A Instrução Pré-Militar como disciplina escolar: marcas do exército no Atheneu Sergipense (1909-1946)**. 2018. 133 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, 2018.

DANTAS, Ibarê. **História da Casa de Sergipe: os 100 anos do IHGSE 1912-2012**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2012 (Coleção Biblioteca Casa de Sergipe, 15).

DIÁRIO da Manhã, Jornal. 24 de julho de 1914.

DIBRARQ. **Diretório Brasil de Arquivos. Arquivo Nacional**. Disponível em: <http://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/78ec-s4qc-tpgq> Acesso em: 15 de abr. 2020.

FELGUEIRAS, Margarida Louro. Herança educativa e museus: reflexões em torno das práticas de investigação, preservação e divulgação histórica. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas. v. 11. n.1 (25), p. 62-97, jan./abr. 2011. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38507> Acesso em: 15 de abr. 2020.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. **Vestidas de azul e branco: um estudo sobre as representações de ex-normalistas (1920-1950)**. São Cristóvão/SE: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação/NPGED/UFS, 2003.

FREITAS, Itamar. **A escrita da História na “Casa de Sergipe” 1913-1999**. São Cristóvão: Editora UFS, Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2002.

GATTI JÚNIOR, Décio. A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAÚJO, José Carlos; GATTI JÚNIOR, Décio (Org.). **Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas: Autores Associados; Uberlândia (MG): EDUFU, 2002.

GATTI JÚNIOR, Décio. História e historiografia das instituições escolares: percursos de pesquisa e questões teórico-metodológicas. **Revista Educação em Questão**. Natal, v. 28, n. 14, p. 172-191, jan./jun. 2007

LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Orgs.). **Fontes, História e Historiografia da Educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.



MELO, Sônia Pinto de Albuquerque. **Representações das práticas de leitura de normalistas do Instituto de Educação Rui Barbosa durante as décadas de 60 e 70 do século XX**. 2009. 172 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009.

MENEZES, Maria Cristina (org.). **Desafios Ibero-americanos: o patrimônio histórico-educativo em rede**. V.1, São Paulo: CME/FEUSP, 2016.

MOGARRO, Maria João. Arquivos e educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, SP, n.10, 2005.

OLIVEIRA, João Paulo Gama. A Casa de Sergipe e a escrita da História da Educação Sergipana. In: ALBUQUERQUE, Samuel Barros de M.; SANTOS, Magno Francisco de J.; SANTOS, Ane Luíse Silva M. (Org.). **História, Memória e Comemorações na Casa de Sergipe**. Aracaju: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. 2014. p. 229-268.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. **Historiografia educacional sergipana: uma crítica aos estudos de História da Educação**. São Cristóvão, Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação/NPGED/UFS. 2003.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, v. 10, p.7-28, dez./1993.

NOSELLA, Pablo; BUFFA, Ester. **Instituições escolares: por que e como pesquisas**. Campinas/SP: Alínea, 2009.

RAGAZZINI, Dario. Para quem e o que testemunham as fontes da História da Educação? In: **Educar em Revista**, Curitiba, UFPR, n. 18, 2001.

RODRIGUES, Simone Paixão. **Com a palavra, os alunos: associativismo discente no Grêmio Literário Clodomir Silva (1934-1956)**. 2015. 337 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, 2015.

SÁ, Antônio Fernando de Araújo. A Historiografia sergipana nos últimos 50 anos: tentativa de avaliação crítica. In: GLEZER, Raquel (Org.). **Do passado para o futuro: edição comemorativa dos 50 anos da ANPUH**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 343-360.

SANTANA, Sayonara Rodrigues do Nascimento. **Por entre as memórias de uma instituição: o arquivo e as práticas administrativas do Atheneu Sergipense (1870-1926)**. 2012. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão – SE, 2016.2012.

SANTOS, Ademir Valdir dos; VECHIA, Ariclê. As escolas que construímos: a história das instituições escolares na Revista Brasileira de História da Educação. **Revista Brasileira de História da Educação / Sociedade Brasileira de História da Educação**. Campinas, SP: SBHE (2001-). v. 19 (2019). p. 95-120.

SANTOS, Mônica Maria dos. **Dinamização e divulgação das atividades de incentivo à leitura na Biblioteca Pública Epifânio Dória**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia e Documentação) - Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2015.



SAVIANI, Dermeval. **Aberturas para a história da educação: do debate teórico-metodológico no campo da história ao debate sobre a construção do sistema nacional de educação no Brasil.** Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SEBRÃO, Sobrinho. **Laudas da História do Aracaju.** Salvador: Beneditina, 1954.

SERGIPE. Regulamento Orgânico da Instrução Pública da Província de Sergipe, de 24/10/1870. Aracaju, Typ. do Jornal do Aracaju, 1870. (Collecção de Leis e Resoluções promulgadas pela Assembléia Legislativa da Província de Sergipe no anno de 1870).

SILVA, José Calazans Brandão da. **Aracaju e outros temas sergipanos.** Aracaju: FUNDESC, 1992.

SILVA Waldinei Santos; ALVES, Eva Maria Siqueira. A arquitetura do saber: o primeiro prédio do Atheneu Sergipense do século XIX. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, São Cristóvão, Sergipe, Brasil, v. 10, n. 22, p. 59-68, mai./ago. 2017. <http://dx.doi.org/10.20952/revtee.v10i22.6426> |

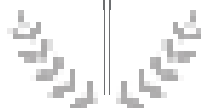
SLENES, Robert. Escravos, cartórios e desburocratização: o que Rui Barbosa não queimou será destruído agora? **Revista Brasileira de História**, v.5, n.10, mar/ago. 1985.

SOUZA, Suely Cristina Silva. **“Habilitado” ou “Inhabilitado”:** os concursos para professores do Ensino Secundário em Sergipe (1875-1947). 2016. 360f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão – SE, 2016.

VIDAL, Diana Gonçalves. Apresentação do dossiê arquivos escolares: desafios à prática e à pesquisa em História da Educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 10, p. 71-73, jul./dez, 2005.

VISMARA, José Bustamanta [et.al.]. **Archivo Histórico Escolar**, Escuela Cooperativa Amuyen. Mar del Plata: Universidad Nacional de Mar del Plata, 2016.





SEÇÃO COMEMORATIVA: Homenagem

Nélson de Araújo: um exílio em terras baianas

Lourdisnete Silva Benevides¹

em meus chinelos trago a minha aldeia
sob meu rastro tatuada e eterna
meu trisavô pulsando em minhas veias
minha palavra é sua voz interna
o seu olhar em meu sorriso sonha
em meu sorriso, seu olhar hiberna
e minha aldeia segue o meu destino
meu trisavô em mim refaz seus elos
se no universo penso e me confino
é que meu mundo trago em meus chinelos
(COLARES, 2019)

205

Natural da cidade de Capela, o sergipano Nélson Correia de Araújo nasceu a 4 de setembro de 1926. Estudou no Colégio Salesiano de Aracaju e, em 1949, migrou para a Cidade da Bahia, capital do Estado², onde, depois de tantos estudos e trabalhos esforçados, veio a falecer³ no dia 7 de abril de 1993, aos 67 anos, após três casamentos e numerosos filhos. Escritor brasileiro renomado⁴ foi autor de inúmeros livros sobre a história e o povo do Brasil e em seu exílio soteropolitano construiu uma admirável trajetória profissional que o coloca entre os mais importantes intelectuais brasileiros.

1 Doutora em Educação (PPGED/UFES); Mestre em Artes Cênicas (PPGAC/UFBA); Licenciada em Teatro e Bacharelada em Direção Teatral (Escola de Teatro/UFBA); Professora e pesquisadora (PPGCULT/UFES); Membro do IGHBA e da ABRACE; Atriz; Roteirista e Arte-educadora. Escreveu, entre outras publicações: “A Louvação das Prostitutas de Riachão do Jacuípe ao Glorioso São Roque” (Selo Letras da Bahia - Salvador: EGBA, 2006); “A cidade em mim” (Aracaju: EDISE, 2017); E-mail: netebenevides@hotmail.com; <http://lattes.cnpq.br/9156650271767822>

2 De 1949 até meados do Governo Militar a Bahia (como estado federativo) não pertencia ou não era parte da região Nordeste, mas à região Leste. Sua capital não se chamava Salvador ou Cidade do Salvador, mas simplesmente Bahia ou Cidade da Bahia. A autora respeitou os fatos históricos e considerou Cidade da Bahia.

3 Seu funeral ocorreu na Escola de Teatro da UFBA, no bairro do Canela, e de lá seguiu para Cemitério do Campo Santo, no bairro da Federação, cercado de muitas demonstrações de carinho e respeito, principalmente pela comunidade intelectual e jornalística soteropolitana.

4 Tendo recebido o Prêmio Gerhard Meyer Suerdieck, entre suas produções literárias podemos citar: “Acidente na Estrada e Outras Histórias”; “A Companhia das Índias”; “Rosarosae, rosaerosa”; “Auto do Tempo e da Fé”; “História do Teatro”, “Duas Formas de Teatro Popular do Recôncavo Baiano”; “O Baile Pastoril na Bahia”; “A Percepção da Realidade Africana no Brasil” e “La Percepcion de la Realidade Africana en el Brasil”.

É possível elencarmos a sua atuação como jornalista⁵; escritor⁶; repórter; teatrólogo⁷; ensaísta; tradutor⁸; revisor; editor⁹; fotógrafo¹⁰; documentarista¹¹; laboratorista; pesquisador dos folguedos populares¹² e,

- 5 Trabalhou na redação do Jornal A Tarde, onde foi tradutor de telegramas e atuou também como colaborador.
- 6 Nos anos de 1950 ele era respeitadíssimo na Livraria Progresso Editora, a mais importante referência literária na Bahia de então em: <https://blogdogutemberg.blogspot.com/2006/11/nelson-de-arajo.html>. Acesso em: 19 out. 2019.
- 7 Em 1990, foram publicadas as peças “Joana Angélica”, “Um Homem Maduro para Morrer”; “A Guerra de Magali em São Jorge dos Ilhéus” e “A Companhia das Índias”, no livro “Teatro: Quatro Textos para Encenação”, de sua autoria. Também é deste ano “A História de Duas Famílias”. Em 1991, quatrocentos anos depois da passagem do Visitador do Santo Ofício pelas terras baianas, inspirou-se, escreveu e publicou sua maior obra de ficção, “1591 - A Santa Inquirição na Bahia”, e ainda “Oliveira dos Campinhos, passado e presente de um arraial do Recôncavo”. Em 1992 publicou “O Amor Amargo de Belira e Roque”, e produziu a sua derradeira obra, “Os Sinos do Pilar”. Em 1997 o Instituto Baiano do Livro lançou o volume de estreia da série Conversa de Editor, intitulado Editoração, Ato de Amor ao Livro, em que divulga a palestra que Nelson de Araújo proferiu na abertura do I Encontro de Editoração da Bahia, em setembro de 1990”. Disponível: <https://blogdogutemberg.blogspot.com/2006/11/nelson-de-arajo.html>. Acesso em: 19 out. 2019.
- 8 Ainda em Capela interessou-se pelo rádio e provavelmente o gosto por sintonizar as emisoras de todo o mundo tenha lhe provocado a habilidade para o aprendizado de idiomas estrangeiros. Lia em inglês, francês, espanhol e russo, tendo traduzido textos do sociólogo francês Jean Duvingnaud e do antropólogo inglês James Frazer. Criou a sua própria editora, “Edições O Vice-Rey” e concebeu duas relevantes coleções, a “Coleção Tule”, em parceria com Milton Santos, e que foi mantida pela Imprensa Oficial da Bahia de 1959 a 1961 visando a divulgação de autores baianos. Também, “Publicações da coleção Recôncavo, do Museu do Recôncavo Wanderley Pinho”, série de ensaios da história, arte e etnografia baianas. Foi editor da Coleção Imagens e Documentos. Foi co-fundador e redator-chefe da “Afro-Ásia”, revista do Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia, onde promoveu eventos acadêmicos marcantes, com a participação da comunidade negra local e da “Revista Universitas de cultura”, da Universidade Federal da Bahia. Criou a série de edições Ensaio/Pesquisa. Em 1982 editou os livros “Entre Melpômene e Clio (ensaios)”; “o Teatro do Pobre” (pesquisa-ensaio); as suas novelas “O Império do Divino visto pelos Olhos de Pisa-Mansinho”; “Vida, Paixão e Morte Republicana”, de Dom Ramon Fernandez y Fernandez; “Aventuras de um Caçador de Arcas em Terra”; “Mar e Sonho”, depois reunidas no volume Três Novelas do Povo Baiano e “Folclore e Política”, em 1988.
- 9 Criou a sua própria editora, “Edições O Vice-Rey” e concebeu duas relevantes coleções, a “Coleção Tule”, em parceria com Milton Santos, e que foi mantida pela Imprensa Oficial da Bahia de 1959 a 1961 visando a divulgação de autores baianos. Também, “Publicações da coleção Recôncavo, do Museu do Recôncavo Wanderley Pinho”, série de ensaios da história, arte e etnografia baianas. Foi editor da Coleção Imagens e Documentos. Foi co-fundador e redator-chefe da “Afro-Ásia”, revista do Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia, onde promoveu eventos acadêmicos marcantes, com a participação da comunidade negra local e da “Revista Universitas de cultura”, da Universidade Federal da Bahia. Criou a série de edições Ensaio/Pesquisa. Em 1982 editou os livros “Entre Melpômene e Clio (ensaios)”; “o Teatro do Pobre” (pesquisa-ensaio); as suas novelas “O Império do Divino visto pelos Olhos de Pisa-Mansinho”; “Vida, Paixão e Morte Republicana”, de Dom Ramon Fernandez y Fernandez; “Aventuras de um Caçador de Arcas em Terra”; “Mar e Sonho”, depois reunidas no volume Três Novelas do Povo Baiano e “Folclore e Política”, em 1988.
- 10 Em 1969 recebeu menção honrosa no II Salão Baiano de Fotografia Contemporânea.
- 11 Participou de produções áudio-visuais como editor do disco Som e Voz da Bahia (1968) e da direção dos documentários “A Baía de Tinharé” (1973), “Garimpos e Garimpeiros da Bahia” (1974), “Frederico Edelweiss” (1976, ao lado de Getúlio Vargas Menezes) e “O Último Major” (1971).
- 12 Interessado no registro e na compreensão das expressões coletivas do povo economicamente menos favorecido e no drama circense, Nelson criou o Grupo de Estudos do Teatro Popular, com o qual efetuou pesquisas nas várias regiões do estado da Bahia.

apesar de não ter concluído o ensino médio, também, professor da Escola de Teatro da Universidade Federal da Bahia (UFBA)¹³. O fato se deu por ele ter conquistado a reputação necessária para ingressar na academia, em consequência das inúmeras atividades como autodidatas e relevantes pesquisas realizadas, no âmbito das espetacularidades artísticas e manifestações populares baianas, desde os anos de 1960.

Sergipe, porém, sempre se manteve especialmente presente em sua vida pessoal e intelectual, quer seja pelas inúmeras viagens afetivas realizadas para visitar familiares sergipanos, quer seja pela sua formação cultural sergipana, pois “desde pequeno, a curiosidade despontou para epopeias em folhetos de cordel, lendas de botijas e lobisomens, histórias sobre pastores e gente de circo”, lembra o jornalista Gutemberg Cruz (2019). Uma estreita relação, principalmente no que diz respeito a sua já referida experiência literária. Inclusive, na dramaturgia¹⁴, no olhar atento para as culturas populares e o pujante interesse em registrar eventos históricos e culturais produzidos pela humanidade.

Um dia desses, em conversa com a professora e pesquisadora. Beatriz Góis Dantas, sobre a urgência com que Nélson de Araújo deve ser reconduzido a sua terra natal, com todo reconhecimento merecido, ao lado de outras fundamentais referências nos estudos culturais sergipanos/nordestinos/brasileiros, tais como Sílvio Romero, Clodomir Silva e a própria Beatriz Góis Dantas, esta colega da Universidade Federal de Sergipe concluiu: “Nete, divulgar a figura e a obra de Nélson de Araújo na UFS¹⁵ já seria uma ação muito meritória». Com certeza, querida, suas cuidadosas palavras me deram a mobilização que eu precisava para assumir esta tarefa de (re) apresentar Nélson de Araújo mobilizada justamente pela importância do ilustre capelense no cenário cultural sergipano¹⁶.

13 Vale lembrar que a instituição Universidade Federal da Bahia não nasceu com este nome, mas simplesmente Universidade da Bahia. Só depois, também no Governo Militar, ela passou a se chamar oficialmente Universidade Federal da Bahia.

14 Em “Um homem maduro para a morte”, comédia em Ato Único, adaptada por Nélson de Araújo de um conto da sua autoria (ARAÚJO, Nélson de. Teatro: quatro textos para encenação. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1990, p. 31), a ação se passa numa residência aracajuana localizada na pracinha da colina do bairro do Santo Antônio. O cenário é a sala da frente da casa, com janela ao fundo, através da qual se avista a igreja do Santo Antônio. A peça se inicia com uma voz, ao longe, de um jornaleiro: “Correio de Aracaju! Correio de Aracaju! Fraude nas eleições de São Cristóvão e Propriá!

15 De 16 a 18 de outubro de 2019 o Programa de Pós-graduação em Culturas Populares (PPG-CULT/UFES) realizou o “2º Seminário Culturas Populares em debate”, ocorrido no Auditório da ADUFS (Campus de São Cristóvão/UFES). Dia 16 de outubro, participei da mesa de debates “Um ‘Salve’ para quem abriu caminhos”, referida à memória das pesquisas sobre culturas populares em Sergipe. Na ocasião apresentei a comunicação “O exílio do sergipano Nélson de Araújo em terras baianas

16 A propósito dos estudos culturais sergipanos é de fundamental importância a grande contribuição de Profa. Aglaé d’Ávila Fontes, atual Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, em especial pelas suas produções teatrais com base na cultura popular sergipana. E, também Luiz Antônio Barreto, falecido em Aracaju, em 17/04/2012, jornalista e historiador, responsável pela criação dos Encontros Culturais de Laranjeiras. Ambos tiveram (e ainda tem, no caso de Aglaé) destacadas atuações nas áreas de educação, cultura, história, comunicação, literatura e folclore, exercendo cargos de gestão, inclusive, em instituições públicas e privadas.



Nélson costumava dizer que gostava de se concentrar no trabalho sobre as manifestações populares por uma questão de urgência, no sentido sociológico.

São formas que estão sob um impacto violento de ordem política e econômica. Então a gente sente que é preciso fazer algo e por isso desloquei minha atenção para essas coisas que estão vivas ou sobrevivendo. É uma atitude política, no sentido amplo, cultural, de não deixar que as coisas do povo baiano desapareçam (ARAÚJO, 1992, p.5).

Para além de provocar o meu ingresso no mestrado do Programa de Pós-graduação em Artes Cênicas/PPGAC/UFBA, através da pesquisa “A Louvação das prostitutas do Jacuípe ao glorioso São Roque, em 2003”¹⁷, o meu cuidado e respeito com a memória do Mestre Nélson de Araújo se justifica por conta da sua importância histórica na vida literária e intelectual da Bahia. Principalmente no incentivo às pesquisas realizadas na área da cultura e da arte e, de toda maneira, também na educação.

De fato, o seu compromisso político-pedagógico com a pesquisa e as festividades populares fez-lhe escrever o artigo “Folclore de Perdição”, com base em uma tarefa que eu havia realizado para a disciplina “Expressões Dramáticas do Folclore”¹⁸. Elegantemente, destacou que todos os créditos daquele artigo deveriam ser atribuídos a sua aluna Lourdisnete Silva Benevides. Esse generoso apadrinhamento, iniciando-me como pesquisadora junto à intelectualidade da Bahia, encontra-se na apresentação do referido mestrado, onde registrei:

em setembro de 1992, como aluna de Licenciatura em Teatro, na Universidade Federal da Bahia, fui solicitada pelo saudoso professor Nélson de Araújo, incansável pesquisador das manifestações populares, através da disciplina Expressões Dramáticas do Folclore Brasileiro, a realizar uma pesquisa livre sobre alguma manifestação popular. Escolhido como tema para estudo, o cortejo organizado pelas raparigas de Riachão do Jacuípe causou impacto. Para Nélson de Araújo, a relevância daquele fato pesquisado não se achava em seus aspectos pitorescos, mas em seu aspecto de objeto social para estudo. Interessado pela descoberta do referido evento, escreveu “Folclore de Perdição”, quando também utilizou os dados daquela pesquisa, ressaltando que a característica peculiar do folguedo popular é ser encampado pelas raparigas da Rua do Fogo. O texto provocou o interesse do cineasta baiano Agnal-

17 A referida dissertação de mestrado promoveu a edição do livro: BENEVIDES, Lourdisnete Silva. A Louvação das prostitutas de Riachão do Jacuípe ao Glorioso São Roque. Salvador: EGBA, 2006.

18 Durante a sua vida docente na Escola de Teatro da Universidade Federal da Bahia (UFBA) Nélson lecionou as disciplinas Expressões Dramáticas do Folclore e História do Teatro.

do Siri, que pretendeu realizar, em parceria com o produtor Chico Drummond um documentário sobre o evento festivo. Na época, Siri procurou-me emocionado, informando-me que havia passado parte da sua infância em Riachão. Contudo, foi por intermédio do ficcionista Miguel Carneiro, primo do cineasta Olney São Paulo, que o vídeo surgiu, em 1999, quando esse roteirizou e dirigiu “O Glorioso São Roque do Jacuípe” pela DIMAS/Governo do Estado da Bahia. A relevância desta pesquisa provocou, durante o desenvolvimento do trabalho de campo, em agosto de 2002, outro registro em vídeo intitulado “Festa de São Roque”, esse com roteiro e direção do jornalista Josias Pires, como parte do projeto Bahia Singular e Plural, produzido pelo IRDEB. Graças ao advento do Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas/PPGAC, UFBA, em 1997, especificamente a criação da “Linha I - Matrizes Culturais na Cena Contemporânea, que compreende as pesquisas de caráter transdisciplinar em ciências humanas e artes do espetáculo, sobre matrizes culturais em manifestações espetaculares, estudos dramatúrgicos, metodológicos de transmissão de conhecimentos cênicos e etnocenologia”, que permitiu desenvolver uma reflexão dessa natureza. Fui motivada a prosseguir a pesquisa sobre essa festividade. Deste modo, e pela relevância do referido fato, propus ao PPGAC-UFBA o presente Projeto de Dissertação para o curso de Mestrado em Artes Cênicas (BENEVIDES, 2006, p.15-16).

A presença do pesquisador sergipano nas Escolas de Teatro e Belas Artes da UFBA e suas andanças pelos bairros do Canela e Garcia também é lembrada pelo jornalista Gilfrancisco como uma saudosa memória so-teropolitana:

durante os anos 1970 e 1980, período em que me encontrava lotado na Reitoria da UFBA, almoçávamos quase que diariamente na Escola de Teatro, antigo Solar Santo Antônio, pousada que abrigava estudantes e comerciantes vindos das cidades do interior, bem próximo ao Palácio da Reitoria, Rua Araújo Pinho. D. Cotinha e Sr. Olegário eram os “proprietários” da Cantina, um casal de idosos muito amáveis, que sobreviviam com ajuda dos netos para servirem os almoços. O ambiente era harmônico... Almoçávamos também na Cantina de D. Hildete Cantalino na Escola de Belas Artes, onde eu estudava. Estávamos sempre em busca de novos temperos da culinária baiana e certamente de olho nas alunas. Ambas as Escolas tinham semelhanças: na arquitetura do casarão, no jardim florido e bem cuidado, as mesmas árvores centenárias e por fim o público frequentador. Vez por outra topávamos com Leonardo Alencar, recém-chegado da Europa. Durante o almoço conversávamos sobre tudo: os novos projetos, literatura, as pesquisas, as intrigas jornalísticas, por aí a fora. Às vezes após o almoço, íamos andando até o Centro de Estudos Afro-Orientais - CEAO que ficava na Rua Leovigildo Filgueiras – Garcia, acertar algumas pendências com



a professora lêda Maria Castro (Diretora) ou consultar alguns livros com o bibliotecário Climério Joaquim Ferreira. Foi numa dessas idas que conheci José Ramos Tinhorão, que pesquisava a música de barbeiro, tema do seu próximo livro. Resolvidos os problemas, retornávamos ao ponto de partida e nos dirigíamos até o Bar Bohemia de propriedade do simpático casal argentino, Célia e Mário, localizado ao lado da Escola de Teatro, num amplo casarão onde funcionou por algum tempo sessões da antiga Bahiatursa, discutir assuntos referentes a trabalhos em andamento, sempre acompanhado de uma cervejinha. Freqüentávamos esse Bar por vários motivos: a aproximação da Escola e o atendimento respeitoso dos proprietários e funcionários do estabelecimento. Era um ambiente de alunos e professores, procedentes das Escolas: de Belas Artes, Dança e Teatro (SANTOS, 2019, *online*).

210

O nome de Nelson de Araújo batizou a biblioteca da Escola de Teatro, com justo merecimento. A sua atuação como professor universitário vislumbrava uma ação que ultrapassava as exigências do mercado de trabalho. Sobretudo porque ele compreendia a produção criativa e intelectual como possibilidade de expansão do fazer educacional. E este contexto como uma usina de ideias conectada ao entorno das comunidades a que todo sujeito se insere e, nesse sentido, é possível observar seu apreço pela pluralidade das manifestações culturais.

O fato é que ele interessava-se pelo mapeamento e estudo crítico-descritivo do universo das expressões dramáticas do folclore inseridas na territorialidade baiana. Especialmente porque acreditava serem elas a base de um teatro genuinamente brasileiro, tendo como origem os espetáculos populares do Norte e do Nordeste do Brasil. Assim, desenvolveu diversas pesquisas¹⁹, tendo como colaboradores discentes da Escola de Música e Artes Cênicas (EMAC) da Universidade Federal da Bahia. Essas incursões provocaram a publicação da trilogia “Pequenos Mundos – um panorama da cultura popular da Bahia (1986)²⁰”, uma obra de grande relevância sobre a temática apresentada.

No decorrer da sua trajetória como pesquisador reduziu ao máximo sua preocupação inicial com um método de pesquisa. Aliás, este era seu método: interessava-se por uma junção de dados, fatos e experiências do próprio pesquisador em relação ao fenômeno em análise. Por outro lado, considerava, ainda, as interpretações dos sujeitos das manifestações espetaculares. Curiosamente, foi essa metodologia empregada pelo

19 Essas pesquisas de campo investigaram as formas populares de espetáculo e folclore no estado da Bahia. Foram documentadas diversas comunidades do Recôncavo, Norte e Nordeste, Costa Rural, região do São Francisco, Chapada Diamantina, Valença, Região Cacaueira, Extremo Sul, Área Pastoral e Extremo Oeste.

20 Foram escritos três volumes publicados como o I (1986) e II (1988). O volume III foi publicado em 1997, quatro anos após sua morte.

professor sergipano que provocou diálogos interessantes com a disciplina Etnocenologia, a etnociência das Artes Cênicas.

A etnocenologia surgiu em 1995, na França, (quase duas décadas após as primeiras pesquisas realizadas por Nélson de Araújo)²¹, como uma nova disciplina dos estudos dos fenômenos espetaculares propondo-se a lançar um olhar diferenciado às práticas e comportamentos espetaculares humanamente organizados, procurando considerar a alteridade como referência ética aos objetos estudados nesta área. Tendo uma formação inicial constituída por Jean Duvignaud, André Marcel d'Ans, Françoise Gründ, Chérif Khaznadar, Jean-Marie Pradier e Armindo Bião, é certo que apenas Pradier e Bião, por conta dos seus vínculos político-institucionais, puderam estabelecer uma base acadêmica da etnocenologia.

Nesse mesmo ano Pradier funda, em Paris 8, o Laboratoire d'Ethnoscénologie e em 1994, Armindo Bião funda, o Grupo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Contemporaneidade, Imaginário e Teatralidade (GIPE-CIT), na Escola de Teatro da UFBA, o qual veio dar origem à criação, em 1997, do Programa de Pós-graduação em Artes Cênicas (PPGAC/UFBA).

Foi nesse programa que em março de 1999, sob a orientação do Prof. Armindo Jorge de Carvalho Bião, o então mestrando Adailton Silva dos Santos²² apresentou a pesquisa “Nos pequenos mundos da Bahia - uma aproximação teórica entre a etnocenologia e a obra de Nelson de Araújo”, propondo-se a analisar convergências teóricas entre as teses da etnocologia e as ideias encontradas na obra de Nélson de Araújo, a quem Silva dos Santos considera “o maior pesquisador na Bahia” (SANTOS, 2000, p. 247) e sobre ele esquematizou o sua pesquisa:

é assim que, como base para a sedimentação de tal propósito, fizemos o levantamento do modelo de método cumprido por Nelson de Araújo, ao mesmo tempo em que buscamos compreender sua obra e sua conduta como pesquisador. Assim apresentamos um esquema genérico do nosso trabalho organizado na forma que se segue. O primeiro capítulo, intitulado O Pesquisador Nelson de Araújo, é dividido em cinco grandes tópicos. O primeiro, Visão Panorâmica da Obra de Nelson de Araújo e de seus Objetivos, o segundo tópico, intitulado Nelson de Araújo, O Pesquisador, o terceiro tópico é denominado Seu Método, o penúltimo tópico, intitula-se A Amplitude de sua Obra e, encerrando esse capítulo, A Evolução da Idéia de Teatro em sua obra. O primeiro tópico geral do segundo capítulo, é intitulado O Atual Estágio da Etnocenologia, depois segue-se do tópico Pontos Chaves em seu Mani-

21 Nélson propôs a criação de uma disciplina denominada Etnoteatrológica. Na década de 1990 essa ideia é revisitada através de Chérif Khaznadar, em suas discussões a propósito da consolidação da disciplina Etnocenologia.

22 Professor Adjunto d Universidade Federal da Bahia (UNEB).

festos, e Uma Problematização do Conceito de Etnocenologia, o quarto tópico deste capítulo intitula-se Um Breve Histórico da Disciplina, e o último aspecto abordado prepara o tópico seguinte que chama-se Linhas Evolutivas da Etnocenologia. São feitas ainda, à guisa de conclusão do capítulo, as intituladas Considerações sobre as Perspectivas da Etnocenologia. Finalmente, o terceiro e último capítulo apresenta a seguinte estrutura: uma brevíssima introdução e dois grandes tópicos, estes intitulados O Horizonte Teórico de Nelson de Araújo e Aproximação dos Conceitos e Condutas. A Aproximação dos Conceitos e Condutas, título do último tópico do terceiro capítulo desse estudo, é o mais importante de todos, porque é nele que são mostrados os pontos de mais forte ligação entre os objetos aqui tomados. Incluímos no texto aqui apresentado ainda, um Apêndice, porque o assunto ali tratado detém-se demais em questões especificamente voltadas às relações de Nelson de Araújo com o teatro popular. Investigamos, inclusive, o emprego do termo “Popular” usado por aquele pesquisador, ante um recorte de exclusivo uso no universo teatral contemporâneo (SANTOS, 2000, p.249-250).

Nélson foi um homem de teatro e deu uma relevante contribuição para as referências bibliográficas à propósito do teatro, particularmente com a publicação do livro “A História do Teatro” (1978). De um modo geral foi um intelectual da cultura brasileira, tendo, inclusive, influenciado, com a sua obra “A Companhia das Índias”, o filme Terra em Transe, do Cineasta Glauber Rocha.

Considerar a relação interdisciplinar entre a produção intelectual do pesquisador capelense e as linhas de pesquisa do Programa de Pós-graduação em Culturas Populares²³ (PPGCULT/UFS) é motivo de júbilo e aplausos para a afirmação da pesquisa em cultura popular. O PPGCULT, em Sergipe, constituiu-se em sua singularidade a partir do PPGAC/UFBA, e, seguramente com base epistemológica da Etnocenologia e dos estudos de Nélson de Araújo.

Quem também nutriu-se dos estudos de Nélson foi a série “Bahia Singular e Plural”, da TV Educativa (TVE) da Bahia. Durante a afirmação da regionalização da produção de TV no Brasil, entre os anos de 1997 e 2003, a TVE documentou e exibiu inúmeros registros audiovisuais de folguedos, festas e rituais religiosos populares do território baiano. O jornalista

23 Em 22 de agosto de 2017 nasceu o PPGCULT/UFS, tendo na sua formação inicial os (as) professores (as): Alexandra Gouvea Dumas; Bernard Jean Jacques Charlot; Clovis Carvalho Brito; Denio Santos Azevedo; Edilene Dias Matos; Germana Gonçalves de Araújo; Lourdisnete Silva Benevides; Maicyra Teles Leão e Silva; Maria Augusta Mundim Vargas; Neila Dourado Gonçalves Maciel; Rosana Eduardo da Silva Leal e Sonia de Souza Mendonça Menezes.

Josias Pires Neto, que apresentou dissertação de mestrado²⁴ sobre esta experiência televisiva de caráter jornalístico explica que

focada no registro e difusão audiovisual de folguedos, festas e rituais religiosos populares, a série televisiva revela um conjunto de expressões culturais que interpela as artes cênicas, na medida em que contém elementos inspiradores para a montagem de espetáculos teatrais, tais como técnicas seculares de encenação com o uso de textos, indumentárias, adereços, figurinos, maquiagem, cenografia, músicas, danças e movimentos coreográficos; além de jogar luz sobre temas e personagens arquetípicos da cultura baiana, nordestina e brasileira (PIRES NETO, 2007, p.319).

Nesse contexto é importante observar a conexão entre o campo baiano das artes cênicas e o registro da cultura popular a partir daquelas pesquisas realizadas por Nélson de Araújo, na década de 1980, compreendendo que

a série Bahia e Plural pode ser vista como o desdobramento audiovisual daquela pesquisa. Tal como faz o escritor sergipano radicado na Bahia, a TV Educativa foca em suas lentes, sobretudo, sobre a cultura dos pequenos mundos, buscando igualmente captar aspectos míticos e ritualísticos presentes nas festas, folguedos e rituais religiosos populares (PIRES NETO, 2007, p.341).

Josias Pires destaca que a veia literária de Nélson “é sobretudo descritiva, porém ela é pluridisciplinar, na medida em que lança mão de recursos – mesmo que de modo pouco analítico – da antropologia, da história, da sociologia, da lingüística, da geografia, da psicologia, da filosofia e dos estudos teatrais” (PIRES NETO, 2007, p.342). Esses, inclusive conectados com as manifestações culturais populares baianas.

Sobre essa mesma área de interesse, no PPGCULT/UFS, diversas pesquisas de mestrado estão sendo realizadas e algumas até já foram apresentadas, em 2019. Não apenas sobre a potência cultural de Sergipe, especificamente, mas também, até o momento, sobre problemáticas culturais dos estados de Alagoas, Pernambuco, Minas Gerais, Bahia e Paraíba.

Por tamanha expansão da pesquisa cultural creio que para Nélson de Araújo a importante instalação de uma Pós-graduação em Culturas Populares na Universidade Federal de Sergipe seria motivo de grande contentamento. Por isso, penso nele e na sua formação cultural, a vida longe de Capela e de Aracaju, seus propósitos intelectuais, seu amor a pesquisa, sua inserção cultural na Bahia, no Brasil e no mundo. Sua vigorosa contribuição para a história do teatro e os estudos espetaculares.

24 A série “Bahia Singular e Plural”, da TV Educativa (TVE) da Bahia, foi objeto de uma dissertação de mestrado, realizada por Josias Pires, no PPGAC/UFBA, sob orientação do Prof. Dr. Armindo Bião.



Todos nós trazemos na alma uma história de exílio. O que importa, por fim, é descobrirmos o que fazemos com esta experiência pessoal. O trabalho realizado pelo pesquisador Nélson de Araújo, em seu exílio baiano não se limita apenas ao estado da Bahia, onde, em 1982, mereceu o prêmio Martim Gonçalves, pelo conjunto dos seus trabalhos teatrais. Ou por conta do título de Cidadão da Cidade do Salvador, recebido em 1985, concedido pela Câmara Municipal da capital da Bahia.

Esta trajetória intelectual se inicia em Capela, nos primeiros olhares lançados sobre o mundo. Depois, na Bahia, embriagando-se da sua boêmia e da criatividade do seu povo. E, ainda reconectando-se com um imaginário cultural que já teve Sergipe e Bahia como uma só região. E, talvez seja por isso que este mesmo sentimento é vivido por muitos baianos e sergipanos, entre esses, eu própria, que assino embaixo das suas poéticas e humoradas palavras: “Num dia recupero o meu sotaque sergipano, ao chegar a Sergipe, no outro recupero o baiano, ao voltar à Bahia” (ARAÚJO, 1990), brincava Nélson.

Para ele, o importante era a pesquisa de campo e o mapeamento dos registros das formas populares de espetáculos e do folclore em todo o interior da Bahia. Este seu olhar para o fato produziu o mapeamento das regiões geo-culturais do Estado e nos legou um extraordinário documento das manifestações vivas, ainda existentes, oriundas dos antigos complexos cultural-civilizatórios no território baiano, as quais foram editadas na trilogia “Pequenos Mundos” (ARAÚJO, 1986).

Mobilizada pela sua vigorosa produção cultural na Bahia e por conta do meu doutoramento na formação teatral sergipana²⁵, eu desejei mapear a cultura popular do estado de Sergipe. Em especial porque percebi que muitas pessoas com quem eu conversava desconheciam a cultura popular da maioria das cidades sergipanas. Preocupe-me com esta realidade. Decidi, dessa maneira, elaborar um projeto de extensão universitária agregando discentes do Departamento de Teatro da UFS, em um coletivo interdisciplinar. A ação visava fomentar a pesquisa na área da cultura popular, efetivar uma ocupação artística e pedagógica, empreender a formação de plateia junto a população sergipana e preencher este hiato histórico.

Assim, durante os anos de 2016 e 2017 coordenei um Projeto de Extensão, encampado pela PROEX/DTE/UFS, intitulado, “Pirlipatinha e a Castanha de Cajuaçu: um mergulho interdisciplinar na cultura sergipana”. O projeto voltado para a comunidade sergipana encenou o roteiro teatral

25 Em 2011, sob a orientação do Prof. Bernard Charlot, eu ingressei no Núcleo de Pós-graduação em Educação (atual Programa de Pós-Graduação em Educação), justamente para compreender como se deu a formação teatral em Aracaju, nos tempos que antecederam a criação do curso de Licenciatura em Teatro, sobretudo porque eu desejava compreender como se aprende a fazer teatro quando não há uma escola formal para se ensinar a fazer teatro. O estudo possibilitou a publicação pela EDISE em 2017 do livro “A Cidade em Mim”.

“Pirlipatinha e a Castanha de Cajuaçu²⁶ e teve diversas apresentações em Aracaju²⁷ e nas cidades de Simão Dias²⁸ e São Cristóvão²⁹.”

Com este itinerário cênico eu tinha em mãos uma interessante chance de falar de cultura popular sergipana e não me furtei à chance de legitimar a presença de Nélson de Araújo no cenário teatral de Sergipe. Há uma cena em que Mestre Ricardo Maia (Antonio Passos) e o menino Netinho (Elivânio Nunes) andam por diversas cidades do interior de Sergipe, como dois peregrinos, a procura da Castanha de Cajuaçu, para salvar a princesinha Pirlipatinha do sono profundo. Ao chegarem à cidade de Capela, cidade natal de Nélson de Araújo, eles encontram dois seresteiros e nesse momento, numa licença poética a Nélson de Araújo, a autora do texto cênico presta-lhe uma homenagem com uma seresta, na cena que podemos observar a seguir:

[...]

Mulher (Jéssica Lorrani): Olhe, meu filho, aqui na Mussuca a gente tem é Samba de Pareia e o São Gonçalo. Lindos!!! E, aqui, na Mussuca, nós temos é a Castanha de Caju, que é uma delícia. Pense! Já provou? Agora a Castanha de Cajuaçu... essa não tem não. Eu nunca ouvi falar dessa castanha por aqui.

- 26 Concebida, em 1972, pela editora “Discastro”, do então estado da Guanabara, “Pirlipatinha e o Quebra Nozes” faz parte do lançamento de uma coleção de disquinhos de vinil de 7 polegadas. Esses discos eram acompanhados de um livrinho contando a mesmas histórias de cada disco e concorriam com as histórias de Walt Disney, da editora Abril. Entre os fascículos podemos elencar: 01- Aventuras do Coelhozinho Ronaldo; 02- Escolinha Risonha; 03- O Príncipe Pobre (texto e música por Geny Marcondes); 05- O Festival da Canção; 05- Pirlipatinha e o Quebra Nozes; 07- Bicho Folharal; 08- A Flauta Encantada; 09- Datas Felizes; 10- A Pesca da Onça e 11- O Moço Adivinho. O comediante Roberto Roney fazia a voz do coelho Ronaldo e Apolo Correa a voz do papagaio. O roteiro teatral “Pirlipatinha e a Castanha de Cajuaçu” é uma adaptação livre da história infantil “Pirlipatinha e o Quebra Nozes”, elaborada pela Profa. Dra. Lourdisnete Benevides, a qual também assina a Direção/Produção/Divulgação: Direção musical: Humberto Barreto. Figurino, maquiagem e adereços: Jéssica Lorrani. Figurino e adereços: Irabel Soares. Consultoria cenográfica: Laura Benevides. Designer Gráfico: José Jaelson dos Santos e Júlio Gomes. Operação de imagens: Júlio Gomes. Intérprete de Libras: Elma Lima e Cledineide de Jesus Silva. Rei Pirlipatão: Humberto Barreto; Rainha Pirlipata/Cidadã de Japarutuba/Aracaju: Joseane Barbosa e Diandra Xavier; Pirlipatinha/ Cidadã da Mussuca/ Aracaju: Jéssica Lorrani; Mestre Ricardo Maia: (Antônio Passos; Netinho: Elivânio Nunes; Lourdes: Elma Lima e Irabel Soares; Miguel Antônio/Cidadão de Laranjeiras/ Cidadão de Capela/ Aracaju: Wallysson Bispo e Edclei Vasconcelos; Cidadão de Aquidabã/ Cidadão de Capela/Cidadão de Lagarto/Aracaju: Adler Mello; Bruxa Tralalá: Gina Carla Albuquerque; Bruxinha Trelelé Letícia Prado e Nivea Dias; Cidadã de Aquidabã/Cidadã de Japarutuba/Fada açucarada/Aracaju: Rivânia Vitória; Cidadão de Laranjeiras/ Cidadão de Aracaju: Jhonathan Vitro.
- 27 Uma curta temporada no Teatro Lourival Batista, porém, uma longa e importante temporada, de quatro meses, no Auditório da Biblioteca Infantil Epifânio Dórea, com a presença de crianças de diversas escolas municipais e estaduais. A montagem teatral também foi apresentada durante a SEMAC 2016 UFS, auditório da Didática VI e Centro de Vivência/UFS.
- 28 Apresentação para as crianças do Centro de Estudos Supletivos Marcos Ferreira, localizado em Simão Dias/SE.
- 29 Apresentação para as crianças do Lar Esmeralda, localizado em São Cristóvão/SE.

Bruxas (Leticia Prado, Gina Carla Albuquerque e Nivea Dias) passam pela cena e gargalham...

Netinho (Elivânio Nunes): (anunciando) E Mestre Maia andou por Capela

Entra homem 1 (Humberto Barreto) tocando violão e homem 2 (Adler Mello/Edcley Vasconcelos) cantando “Chão de Estrelas de Silvio Caldas e Orestes Barbosa”:

Minha vida era um palco iluminado
Eu vivia vestido de dourado
Palhaço das perdas ilusões
Cheio dos guizos falsos da alegria
Andei cantando a minha fantasia
Entre as palmas febris dos corações
Meu barracão no morro do Salgueiro
Tinha o cantar alegre de um viveiro
Foste a sonoridade que acabou
E hoje, quando do sol, a claridade
Forra o meu barracão, sinto saudade
Da mulher pomba-rola que voou
Nossas roupas comuns dependuradas
Na corda, qual bandeiras agitadas
Pareciam estranho festival!
Festa dos nossos trapos coloridos
A mostrar que nos morros mal vestidos
É sempre feriado nacional
A porta do barraco era sem trinco
Mas a lua, furando o nosso zinco
Salpicava de estrelas nosso chão
Tu pisavas os astros, distraída,
Sem saber que a ventura desta vida
É a cabrocha, o luar e o violão

Mestre Maia (Antonio Passos): Boa noite, meu amigo.

Homem 2: Boa noite!

Mestre Maia: Meu jovem músico, você que provavelmente nasceu aqui nessa cidade tão rica em tradições artísticas. Terra dos atores Antonio Leite, Orlando Vieira e do maestro Leozirio Guimarães. Você com certeza já ouviu falar do seu conterrâneo, o saudoso Prof. Nélson de Araújo, nascido aqui na Capela?

Netinho: E, repare, ele foi responsável pelo estudo e mapeamento das manifestações culturais do Estado da Bahia. Diga!

Mestre Maia: Nélson de Araujo escreveu muitos livros impor-



tantes sobre o teatro e a cultura popular. Ah, quanta saudade de Néelson!!! Sim...mas, você tem conhecimento da Castanha de Cajuaçu, ela se encontra aqui na Capela?

Homem 2: Essa castanha é muito poderosa. Minha mãe me ensinou que ela cura muitas coisas, inclusive enfermidades. Já procuramos muito, até mesmo na poderosa Mata do Junco. Mas, aqui na Capela não temos esse tesouro. Eu lhe dou certeza que aqui nunca se viu essa castanha. Quem dera, ai quem dera! Aqui tem muito é festa, a alma capelense é muito festeira

Bruxas passam pela cena e gargalham...

Netinho: Mestre Maia andou até por Japaratuba

[...] (BENEVIDES, 2015, p.4)

217

Foi uma honra conhecer Néelson de Araújo e ser iniciada na pesquisa científica a partir daquele seu olhar sempre atento e acolhedor. Outra grande honra é poder mediar a ilustre presença desse amigo querido, em terras sergipanas, e promover a sua visibilidade para muitos que não o tinham em sua formação e na história cultural de Sergipe. E é exatamente para louvar sua memória que eu lhe dedico um verso:

por tudo que aqui foi dito,
pela sua relevante presença no cenário do teatro e da cultura popular brasileira,
por tudo que você construiu na sua vigorosa trajetória humana, artística e intelectual,
pelos frutos que germinaram e germinarão dos seus estudos Bahia afora
e por ter me ensinado a ser generosa com os saberes e fazeres populares.
para você que nos abriu caminhos para além da sua própria vida
um salve a sua existência, Néelson!
agora sou eu quem lhe diz:
os créditos desse ensaio são seus, mestre,
e viva o teatro
e viva a cultura popular brasileira!

(BENEVIDES, 2019, no prelo).

Referências

ARAÚJO, Néelson de. **Pequenos Mundos – um panorama da cultura popular da Bahia**. Salvador: UFBA/ Fundação Casa de Jorge Amado, 1986.

ARAÚJO, Néelson de. **Teatro: quatro textos para encenação**. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1990. Orelha do livro.

ARAÚJO, Nelson. Folclore de Perdição. Suplemento Cultural. In: **Jornal A Tarde**. Caderno 2. Salvador, 26 dez. 1992, p. 5.

ARAÚJO, Nelson. Palestra de abertura. In: **I Encontro de Editoração da Bahia**. Set, 1990. Disponível em: <https://blogdogutemberg.blogspot.com/2006/11/nelson-de-arajo.html>. Acesso em: 19 out. 2019.

BENEVIDES, Lourdisnete Silva. **Pirlipatinha e a Castanha de Cajuaçu**. Roteiro Teatral (Apostila). Aracaju, 2015, p.4. (Mimeo).

BENEVIDES, Lourdisnete Silva. **A Louvação das prostitutas de Riachão do Jacuípe ao Glorioso São Roque**. Salvador: EGBA, 2006.

BENEVIDES, Lourdisnete Silva. **Verso de improviso**. Aracaju, 8 dez. 2019. No prelo.

COLARES, Majela. **Minha aldeia e meus chinelos**. Disponível em: <http://www.jornaldepoesia.jor.br/maj3.html#aldeia>. Acesso em: 8 dez. 2019.

CRUZ, Gutemberg. **Nelson de Araújo**. Disponível em: <https://blogdogutemberg.blogspot.com/2006/11/nelson-de-arajo.html>. Acesso em: 19 out. 2019.

DRUMMOND, Chico. Agnaldo Siri Azevedo. Documentarista, graças a Deus. In: **A Tarde Cultural**. Salvador. 27 nov. 1993.

PIRES NETO, Josias Pires. Bahia Singular e Plural: um registro audiovisual. In: BIÃO, Armindo Jorge. (Org). **Artes do corpo e do espetáculo: questões de etnocenologia**. Salvador: P&A Editora, 2007, p.319.

PRADIER, Jean-Marie. Etnocenologia: a carne do espírito. In: **Revista repertório: teatro e dança**. Salvador, ano 1, n.1,1998. PRADIER, Jean-Marie. Etnocenologia, manifesto. In: **Performance, performáticos e sociedade**. Brasília: UNB, 1996.

SANTOS, Adailton Silva. **Nos pequenos mundos da Bahia: uma aproximação entre a obra de Nelson de Araújo e a Etnocenologia**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1998. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Artes Cênicas.

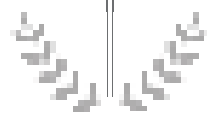
SANTOS, Adailton. A Etnocenologia e as Expressões Populares da Bahia: Interlocação e Perspectivas a partir da obra de Nelson de Araújo. In: **Anais do 1º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Pós-graduação em Artes Cênicas**. São Paulo, set.1999.

SANTOS, Adailton. **A Etnocenologia e as Expressões Populares da Bahia: Interlocação e Perspectivas a partir da obra de Nelson de Araújo** Salvador: Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-graduação em Artes Cênicas – ABRACE, 2000. p. 247.

SANTOS, Gilfrancisco. **Nelson de Araújo: Memórias Reveladas**. 28, set, 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/gilberto.f.santos.12>. Acesso em: 6 out. 2019.

SANTOS, Gilfrancisco. **Nelson de Araújo: Memórias Reveladas**. 28, set, 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/gilberto.f.santos.12>. Acesso em: 6 out. 2019.





RESENHA

A Gente de Palmares, Gente Sergipana*

Terezinha Alves de Oliveira

Estudos sobre a formação do povo sergipano existem desde as primeiras décadas do século passado. O Centenário da Emancipação Política inspirou alguns deles, sob a égide do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Prado Sampaio, Clodomir Silva, Felte Bezerra, José Calazans e Sebrão Sobrinho, entre outros, levaram a chama dessa discussão e, na década de 1970, José Silvério Leite Fontes escreveu o ensaio propriamente intitulado “Formação do Povo Sergipano”. Mais tarde, Cabral Machado escreveria “Brava gente sergipana e outros bravos” e sairiam as genealogias, da lavra de Ricardo Teles de Araújo, Carlos Cabral de Andrade e Ricardo Andrade Gomes. Memórias de família como as de Ana Maria Medina e José Ibarê Dantas integram este quadro, mas, no geral, o estudo da formação do povo sergipano está apenas iniciado, com algumas (poucas) incursões sobre a contribuição do homem comum, não integrante das famílias aristocráticas, quase sempre situadas na zona açucareira.

Um belo universo se descortina e nos surpreende, cada vez que aparecem biografias, como “Seu Isaias, seleiro de Riachão”, de Isaias Nascimento Filho ou as histórias de municípios, produzidas fora do mundo acadêmico. As informações que aparecem são uma amostra da diversidade e da riqueza de experiências que contrariam a visão do Sergipe homogêneo, identificado, em tudo, com a sua “pequena” extensão territorial.

Por acaso, eu me deparei com uma dessas surpresas, ao ouvir a relação das obras chegadas ao Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, nos Comunicados de uma reunião de Diretoria. Chamou-me a atenção o título “A ‘Gente de Palmares’ e os outros” pois, riachãoense que sou, quis saber se o livro tratava do Povoado Palmares, de Riachão do Dantas. A constatação me levou a uma leitura emocionada pelas novidades descobertas e pela familiaridade com nomes e pessoas citadas que remetem à história da minha terra. Eu tinha nas mãos, certamente, o primeiro estudo genealógico

referente a uma área do Centro-Sul do Estado, que alcança Tobias Barreto, Simão Dias e Riachão do Dantas e engloba Jeremoabo, na Bahia, formando o que o autor, Paulo Valadares, denomina de “Dantas-Landes”, numa referência ao território de domínio da tradicional família Dantas.

Paulo Valadares foi orientando, no Mestrado em História Social da Universidade de São Paulo, da historiadora Anita Novinsky, nome fundamental na pesquisa genealógica cristã-nova brasileira. É autor de livros, artigos, prefácios e posfácios nos quais procura identificar judeus e suas origens familiares pelo mundo, como: *A Presença Oculta – Genealogia, Identidade e Cultura Cristã-nova brasileira nos séculos XIX e XX*; *B. J. Duarte: caçador de imagens*; *Os Primeiros Judeus de São Paulo – Uma breve história contada através do Cemitério Israelita de Vila Mariana* e é coautor do *Dicionário Sefaradi de Sobrenomes*, obra que fez jus ao *The AJL Judaica Reference Award (EUA)*, em 2003.

“A ‘Gente de Palmares’ e os outros” reflete a busca das origens do próprio Autor, precedida de uma apresentação da sua trajetória intelectual. Nascido no Estado de São Paulo, inspira-o a pesquisa sobre a “invisível parentela que formou-se em mais de dois séculos” (p. 16) e que se espalhou pelo mundo através da proverbial migração dos sergipanos. Com pai oriundo de Samambaia (Simão Dias) e mãe de Palmares (Riachão do Dantas), ele explora a região do “Dantas-Landes” com o empolgante exercício de pesquisa que parte de “um misterioso ancestral comum, ora frade carmelita, ora pai de descendência judaizante” (p.9) e é estimulado pelas lembranças da própria infância, marcada por episódios de preconceito e perseguição contra a sua família, que se distinguia dos vizinhos nos costumes, cheios de elementos culturais judaicos.

Paulo Valadares tem o cuidado de esclarecer que não fez uma história dos descendentes de judeus em Sergipe. Ele conseguiu individualizar a “Gente de Palmares” e detalhar na sua árvore de costado os ancestrais e todos os seus descendentes, evidenciando o conjunto da parentela e a rede parental construída até o presente. Décadas de pesquisa foram necessárias para atingir o objetivo de “preservar informações extremamente fluidas e transmiti-las primeiro ao parente no futuro e ao pesquisador de história social que virá.” (p. 20) Sem descendência, o Autor quer se perpetuar, perpetuando a sua família.

Mas com esse propósito pessoal, “A ‘Gente de Palmares’ e os outros” contribui para a história de Riachão do Dantas e para a história da formação do povo sergipano. As terras da Ordem do Carmo e a constituição do Hospício Carmelitano no Povoado marcam a origem da família, já que a descendência de um certo Atanásio Ferreira de Sant’Anna, que viveu entre 1773 e 1848 se mistura com a do frade carmelita José Marcelino do Coração de Jesus, assassinado em Palmares no ano de 1856, que teve, com duas índias, seis filhos e mais de sessenta netos. Aos seus filhos é atribuída a fundação do povoado, entre 1830 e 1840.

A historiografia sergipana está presente nesta obra, como revelam as inúmeras referências aos livros, artigos, dissertações e até trabalhos de conclusão de cursos de graduação citadas no texto ou nas notas de rodapé. Além disso, Valadares recorreu à literatura, às biografias, às fontes documentais cartorárias e paroquiais, às fontes orais e às evidências da realidade, como a onomástica e a toponímia. Um trabalho de garimpo que valorizou mesmo os registros incidentais sobre a “Gente de Palmares” e que confessadamente se inspira em “Montaillou, povoado occitânico- de 1294 a 1324”, o clássico de Emmanuel Le Roy Ladurie, da Escola de Annales. Ali, a luta da Igreja contra a heresia cátara lhe lembra Palmares, com a presença dos frades carmelitas e “a luta silenciosa do Catolicismo para conquistar as almas dos descendentes de cristãos-novos e *muçurumins*. Luta que deu-se em campos da Europa e transferiu-se para este remoto e ignoto lugar da América.” (p. 24)

Palmares é, assim, o seu Montaillou – ele revela - e como Le Roy Ladurie, expõe a alma daquela gente, presentindo, nos detalhes, o seu modo de vida, as relações econômicas, as religiosidades, as mentalidades. Há um olhar de antropólogo e de sociólogo, que lhe permite tecer a trama da vida dessa comunidade, com poucos dados históricos disponíveis e muitas perguntas. Há também o olhar do geógrafo, que cria o “Dantas-Landes” a partir dos pressupostos das relações de poder e das alianças familiares presentes naquele espaço.

O “Dantas-Landes” é caracterizado como “um imenso arquipélago humano” (p.66), formado por grupos de famílias rurais isoladas que praticam a endogamia e mantêm costumes ancestrais. Estes grupos, individualizados pelos insultos que se lhes atribuíam, são caracterizados pelos dados captados nos registros de óbito - doenças, índices de mortalidade, modos de enterramento, idades, conflitos, profissões - e se tornaram visíveis a partir de um líder da parentela, Antônio Monteiro, “interlocutor com o Estado e a Igreja” (p. 125) e um dos três homens importantes de Riachão, na segunda metade do século XIX. Embora exteriormente católicos, esses homens e mulheres mantinham práticas do judaísmo e uma duplicidade de vidas, evidenciada nas preces, nas pragas que rogavam, nos costumes alimentares, na culinária do não, nas referências onomásticas, na manutenção de nomes bíblicos, que o Autor considera terem “uma frequência maior nesta região que em qualquer outra do Brasil” (p.147); na desconfiança e discrição que seria uma transmutação do ancestral medo à Inquisição e no sentimento de pertencer a um grupo especial, mesmo que não se saiba quem seja : “nós, a gente de Palmares.” (p.150).

Já nas primeiras décadas do século XX, a presença protestante enfraqueceu a teocracia católica e atraiu alguns membros da “Gente de Palmares”. Enquanto isso, as facilidades de transporte iriam destruir o isolamento, levando a população do “Dantas-Landes” a engrossar a corrente



migratória dos sergipanos atraídos pela corrida da borracha, ao Norte, pelo cacau em Ilhéus, no Sul da Bahia ou pela colonização do Oeste paulista. Para Valadares, o fim do isolamento e a dispersão geográfica também destruiu os mecanismos de solidariedade, “a noção de ‘grandeza’, o mundo dividido entre nós e eles; aversão a avareza e a mesquinhez como traços negativos de caráter e o ceticismo aguçado que caracterizava a ‘Gente de Palmares’” (p. 168).

Encerra o livro a genealogia ascendente de Paulo Valadares, remontando às primeiras gerações no Brasil e chegando até o Autor, com abundantes informações sobre pessoas e fatos da história de Sergipe na região estudada. Essas informações, presentes aliás em todo o trabalho, fazem desse estudo sobre a “Gente de Palmares” também uma incursão sobre a gente sergipana, sua formação, trajetória e maneiras de enfrentar os grandes desafios postos pelas condições de sua história. Elas estão nas abordagens sobre a presença de escravos e índios; sobre a criação de experiências religiosas alternativas apesar da vigilância e do domínio da Igreja Católica; sobre os conflitos numa sociedade violenta; sobre resistências expressas no sincretismo; sobre sentimentos e até sobre como membros da parentela participavam do ritual popular da Queima de Judas.

Há trechos que trazem curiosidades e demonstram a sagacidade e a inteligência de homens simples. Ademais, mesmo diante do antigo isolamento da região “onde o livro é um artigo raro” (p. 84) Valadares destaca os intelectuais, começando pela figura singular de Tobias Barreto e enumerando romancistas, poetas, memorialistas e líderes religiosos que foram surgindo através do tempo. As notas de rodapé do livro estão cheias de informações sobre a trajetória universitária ou intelectual atual de pessoas oriundas de famílias do “Dantas-Landes”. Eles e elas romperam a endogamia, são cristãos, judeus, muçulmanos e até budistas (o Presidente da Sociedade Budista Brasileira é um deles). Em Simão Dias, na década de 1950, um membro da “Gente de Palmares”, Pedrinho de Antônio Carlos, deu início à descendência política que chegou ao presente com pessoas nos mais altos cargos do Estado e da República. Muitos membros da parentela se espalharam pelas grandes cidades do País e também podem ser encontrados em Portugal, na França, na Alemanha, na Lituânia, na Polônia, na Suíça e na Nova Zelândia.

Enfim, “A ‘Gente de Palmares’ e os outros” consegue ser a biografia de um sujeito coletivo que é, no fundo, a gente sergipana. É um trabalho que traz homens e mulheres comuns à evidência da História. Certamente há reparos a fazer. Um deles, a vaga definição do “Dantas-Landes” que o Autor remete a um livro seu ainda inédito, deixando o leitor apenas com a referência às terras dos Dantas de Itapicuru. Por outro lado, a relação entre o Povoado e a sede municipal embora esteja presente, parece, às vezes, requerer explicitação, como é o caso da referência à disputa políti-

co-partidária em Riachão (1809), envolvendo o Cônego Fonseca, que “terminou na peculiar questão religiosa local” (p.131), compreendida como um enfrentamento à Igreja baseado em conceitos islâmicos. Mais de uma vez, para registrar a duplicidade de comportamento religioso na população de Riachão, Valadares atribui certas atitudes de resistência ou de rebeldia em relação ao Catolicismo, à presença de conceitos islâmicos, deixando no ar tal presunção. No movimento popular intitulado “O Céu das Carnaibas”, destruído com violência pelos partidários da ortodoxia, vê semelhanças “ao dohmes turcos (sefaradis convertidos ao islamismo no século XVI) neste clima de antinomismo e liberdade sexual” (p.160).

Na bibliografia, senti a ausência de obras específicas sobre a história do município de Riachão do Dantas, até mesmo do verbete da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, publicada pelo IBGE. Embora haja citação de trabalhos de 2015, certamente Valadares não chegou a conhecer os livros de José Renilton Nascimento Santos sobre a história local e sobre a atuação da Igreja Católica, publicados em 2014. Finalmente, embora a cidade de Aracaju tenha sido o destino de muitos habitantes do interior que migraram em busca de melhores condições de vida, é intrigante que a capital não apareça como um dos pontos de atração da “Gente de Palmares”, quando se constata a presença daquelas famílias em Aracaju.

Esses reparos não empanam, porém, a importância da obra. É um tema singular, fascinante e bem executado. Ademais, com o conhecimento dos nossos arquivos e a denúncia das lacunas criadas pela perda de documentos ou pelo descuido, Paulo Valadares também homenageia a terra dos seus ancestrais. Se queremos conhecer o que somos e surpreender-nos com a história que os sergipanos construíram ao longo de duzentos anos, teremos que, decididamente, cuidar da nossa memória.

Resenha de VALADARES, Paulo. A “Gente de Palmares” e os outros. Sobrevivências judaicas em Sergipe. São Paulo, Lura Editorial, 2018.

Palavras chave : Sobrevivências judaicas – Povoado Palmares – Sergipanos.